

Ancelmo Schörner

A PEDRA, O MIGRANTE E O MORRO:
feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul/SC – 1980/2000

Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A PEDRA, O MIGRANTE E O MORRO:
feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul/SC – 1980/2000

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em História, sob orientação da Professora Doutora Eunice Sueli Nodari.

Ancelmo Schörner

Florianópolis

2006

Dedicatória.

Essa tese é dedicada a Olívio Schörner (in memoriam), que, mesmo marceneiro de profissão foi hábil tecelão nas coisas da vida. Esteja, meu pai, onde estiver, espero que consigas ler o que aqui está escrito, mesmo porque seu martelo, instrumento de teu trabalho por tantos anos, esteve sempre aqui, na minha frente, pregado num quadro como lembrança e memória daquilo que ensinaste a seus filhos serem. Obrigado.

Dívidas im(pagáveis).

O processo de redigir esta tese foi acompanhado de sentimentos ambíguos. O prazer de ver o fruto de um longo trabalho mistura-se com uma certa tristeza frente aos limites que ficaram impressos no texto e na memória. Prevalece, porém, a alegria de ter cruzado a linha de chegada, de ter vencido tantos desafios com a solidária, generosa e paciente presença de algumas pessoas queridas que nos acompanharam neste percurso. À estes resta um profundo sentimento de agradecimento e uma infinita ternura. É com este sentimento que “termino” esta tese, pois os fios que teceram este texto foram fiados por muitas mãos e o trabalho de algumas delas, infelizmente, acho que jamais poderei pagar. Eis a hora de agradecê-las.

Agradeço a Eunice Sueli Nodari, minha orientadora, e João Klug, co-orientador, mãos que ajudaram a tecer as letras da História que aqui vai ser lida. Foram eles que leram as primeiras (mal traçadas, diga-se de passagem) linhas de alguma coisa que eu chamava, lá pelos idos de março de 2002, “de pré-projeto de pesquisa”. Nas suas mãos hábeis de tecelões da história elas foram se transformando em algo plausível e exequível. Mas eles não são responsáveis pelos erros e imperfeições que aqui existem, e se eles ainda estão no texto são responsabilidade minha, seja por convicção, seja por teimosia.

Não pretendo transformar estas dívidas em uma tecelagem, mas já que comecei a falar em fios, continuemos com mais alguns que nos ajudaram a tecer este mosaico.

Um fio importante foi tecido por alguns institutos de pesquisa, aos quais agradeço nas pessoas que nos atenderam, sempre prontamente, mandando textos ou livros solicitados. Assim, agradeço ao IPARDES (Curitiba) na pessoa da bibliotecária Luiza de Castro; ao NEPO (Campinas), na da Adriana, ao CEM (São Paulo), na da Socorro. Neste sentido, agradeço à Marcilene e à Mari (de Jaraguá do Sul) e à Verônica e ao João (de Florianópolis), funcionários de livrarias que não mediram esforços para conseguir os livros encomendados.

Além destes, agradecemos ainda ao Programa de Pós-graduação da UFSC, que acolheu o projeto, e a seus funcionários Nazaré e Elidson;

À CAPES, pela bolsa de estudos, fio importante de suporte à pesquisa;

À meus professores da UFSC Adriano Luiz Duarte, Joana Maria Pedro e Paulo Pinheiro Machado, notadamente. A este último agradecemos, juntamente com a Professora Marijane Lisboa, pelas considerações feitas durante a qualificação;

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação (Radin, Adriano, Manoel, Fernanda Ben, Maurício, Jó, Gizelle e Ellen), que sempre foram ajudando do jeito que dava, sugerindo leituras, emprestando livros, ajudando a subir os “morros” do curso e, moralmente, os da Boa Vista e da Pedra.

Agradeço ainda a Maria de Lurdes Trentini pelas caronas a Florianópolis e conversas sobre Jaraguá do Sul. Obrigado pelo convívio;

Dona Luiza, minha mãe, Dona Eli, Tia Edi (in memoriam), Jairo, João e Eliane, Méri e Conrado, Rogério Müller e Clair, Luiz César Schörner, Anelise Destefani, Marcel Salomon, Vanderlei e Sueli, Lourival e Leonora, Professora Sueli Petry, Sérgio Homrich dos Santos e Maria Helena, Idinei, Rogério Araújo, Sebastião, Stélio, Lúcio Medeiros e Marion, Simone Pereira, Dionei, Volnei e Liziane, e o Zé da Galera também foram contribuindo para esta tecelagem ao desejarem “boa sorte”, “boa viagem”, “bons estudos”, expressões que iam tirando um pouco do peso das costas;

Ao Édson e à Lisandrée, pelo teto e amizade;

Ao Professor José Bento, da UNIVALI, pelos textos sobre as “populações morenas” de Jaraguá do Sul;

Ao Professor José Roberto Severino, da FURB e da UNIVALI, que gentilmente me permitiu realizar em sua disciplina meu estágio docência;

Ao Professor Maurício Aurélio dos Santos, da UDESC, pela amizade;

À Professora Eliana Regina de Freitas Dutra, pela atenção e carinho;

À Souldemir Zanella e Álvaro Antônio Watzko, da Agência da FIBGE de Jaraguá do Sul;

À Fedra Luciana Konnel Alcântara da Silva, que nos possibilitou pesquisar na Delegacia de Polícia Civil de Jaraguá do Sul; ao Marcel e Júlie Marchetti, pela ajuda durante a pesquisa na delegacia;

A Esaú Jorge Garcia, Carlos Alcebíades Nunes, o Carlinhos, e Mário Bernardo Tell, da Gerência de Assuntos Fundiários e Fundo de Terra de Santa Catarina, pelas pesquisas sobre os primeiros moradores do Morro da Boa Vista;

Ao Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmöckel, nas figuras acolhedoras de Silvia Regina Toassi Kita, Vera de Tofol, Sirlene Müller, João Francisco de Souza, Geni Fogaça Silva e Egon Jagnow;

Ao Museu Emílio da Silva, na pessoa de Ademir Pfiffer;

Ao Secretário da Habitação da PMJS, Afonso Piazero Neto, pelos materiais cedidos; a Geomir Manoel Pereira, Supervisor de Geoprocessamento da PMJS, pelos mapas enviados e informações passadas;

À Andréa e Carolina, cada uma a seu modo, também foram imprescindíveis na tessitura dessa tese. A primeira pelo carinho sempre dispensado (e muitas vezes cobrado, expresso em frases como “Já está na frente do computador de novo?” ou “Fui trocada por um scanner!!!”). Mas Andréa, se é verdade que os historiadores/as têm que ter o dom da paciência, acho que o mesmo vale para suas esposas, maridos, companheiras/os, namoradas/os. Carolina, por seu turno, no alto de seus

três/quatro/cinco/seis anos, idade que acompanhou este trabalho, me tirava com mais facilidade da frente do computador e me levava para brincar, tomar sorvete, passear no parquinho do bairro, andar de bicicleta ou à uma pescaria, o que no final das contas ajudava a livrar as tensões e cansaças do árduo trabalho de tecer um pano com tantas cores e possibilidades. Contudo, nos últimos dias ela já está pedindo, encarecidamente, que eu nunca mais escreva uma tese, pois “não sobra tempo pra brincar comigo”. Um beijo para cada uma de vocês.

Porém, os fios mais importantes são aqueles que fui tecendo junto com os moradores¹ dos morros, que me receberam em suas casas, partilharam seu chimarrão, andaram comigo pelos seus “carreros”, me cederam fotografias, histórias e lembranças. Sem eles nada disso teria sido escrito e nem faria sentido. Por isso agradeço ao Gérson Costa, Dona Elvira, Alexandre Manoel, Dona Ondina, Seu Ermelindo, Valderes, José Pires e Luís Fernando, gente do Morro da Boa Vista; ao Justino, Marcelino, Seu Antônio, Dona Sônia, Dona Cleonice, Miguel, Cledir Weber, que nos ajudou fazendo visitas, apresentando moradores e realizando entrevistas, Seu João, o Jango e Riolando, gente do Morro da Pedra. Foram eles que encheram de vida essas páginas.

A ordem que aparecem os fios não é a mesma da importância, de modo que todos os aqui citados, bem como os esquecidos, mas presentes de uma forma ou de outra, estão no mesmo patamar da minha insolvência. Prometo colocar o nome de vocês todos no próximo canequinho.

Agora, me resta pedir que todos possam, ao final deste texto, apreciarem um outro pôr ou nascer do sol, traduzido em esperança, solidariedade e justiça. Espero que tanto esforço tenha valido a pena, e que os morros com seus moradores em questão, não só não sejam esquecidos, mas vistos e lembrados com outros olhos e outros devires...

¹ O nome das pessoas entrevistadas, sua procedência e data da entrevista se encontra no apêndice I. Quando citados a primeira vez, colocaremos seu nome, morro em que mora e desde quando. A partir daí apenas o nome.

Resumo.

Esta tese discute a ocupação por migrantes de dois morros em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, a partir dos anos 1980. Um dos morros, o da Boa Vista, representa um dos espaços mais antigos de ocupação de Jaraguá do Sul, remetendo-nos ao início do processo de colonização, a partir da década de 1870. Neste morro seus moradores, originalmente negros vindos do Rio de Janeiro e do Nordeste para trabalhar no Engenho Jaraguá, de Emílio Carlos Jourdan, convivem com o abandono, o descaso e a segregação. O outro, o da Pedra, expressa de maneira clara as tensões existentes entre “nós” e os “outros”, haja vista que seus moradores sofreram, e ainda sofrem, processos de culpabilização e criminalização. Sua ocupação é mais recente e remonta aos anos de 1980. A maior parte dos migrantes que moram nesses locais são de Santa Catarina e do Paraná. Recortamos um período de 20 anos da História da cidade – 1980-2000 – porque a partir dos anos 1980 ela foi palco de uma grande expansão industrial e urbana. Desse processo emergiram e se agudizaram problemas relacionados à especulação imobiliária e à infra-estrutura urbana de maneira geral. Outra questão que nos ajudou a delimitar esse período está relacionada ao fato de que os anos 1990 são marcados por uma intensa veiculação de propagandas e discursos negativos sobre os migrantes, feita por rádios e jornais locais. Essa delimitação, que não é fixa, ajuda a situar concretamente um tempo marcado por profundas alterações em seu território e em sua cultura, opondo “nós” e os “outros”.

Palavras-chave: Jaraguá do Sul, migrantes, morros, preconceito, criminalização e Paraná.

Summary.

This thesis is about the occupation by migrants in two mounts in Jaraguá do Sul, Santa Catarina, from 1980 on. One of these mounts, the Boa Vista, has represented one of the oldest places of occupation in Jaraguá do Sul, since 1870, the beginning of the colonization process. Black people from Rio de Janeiro and the Northeast settled in these mounts in order to work at Engenho Jaraguá, run by Emílio Carlos Jourdan. They have faced racism, scorn and segregation since that time. The other mounts, the Pedra, gives us a real idea about the social tension, culpability and criminalization process, which their inhabitants have suffered all through these years. Its occupation is more recent, it started in 1980. Most of its inhabitants came from Santa Catarina and Paraná. This time delimitation (from 1980 to 2000) helps us to focus on a time which comprehends alterations in its territory as well as in its culture (conflicts between “us” and the “others”) and in the social interaction process. We will analyse a historical period in Jaraguá do Sul which was a great industrial and urban expansion time. Since the beginning of such process, a lot of problems related to real state proprieties and urban infra-structure have come out. In the 1990’s, the local media (through local radio stations and newspapers) has made a lot of negative comments and a massive propaganda against the newcomers to these mounts.

Key-words: Jaraguá do Sul, migrants, mounts, prejudice, criminality and Paraná.

Lista de siglas.

ABEP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
ACIJS: Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul.
AMMBV: Associação de Moradores do Morro da Boa Vista.
AMOBEN: Associação de Moradores do Bairro Estrada Nova.
AMVALI: Associação dos Municípios do Vale Itapocu.
APP: Associação de Pais e Professores.
BADESC: Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CDH: Centro de Direitos Humanos.
CDL: Clube de Dirigentes Lojistas.
CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina.
CEM: Centro de Estudos Migratórios.
CODEFAT: Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador.
COMDEMA: Comissão Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
COMURB: Conselho Municipal de Urbanização.
DNER: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador.
FATMA: Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente.
FIBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias.
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.
IDS: Índice de Desenvolvimento Social.
IML: Instituto Médico Legal.
IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
ISO: International Organization for Standardization.
MRH: Microrregião Homogênea.
NEPO: Núcleo de Estudos da População/Unicamp.
PDS: Partido Democrático Social.
PFL: Partido da Frente Liberal.
PIB: Produto Interno Bruto.
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PMJS: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.
PT: Partido dos Trabalhadores.
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.
SAMAE: Serviço Municipal de Água e Esgoto.
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SESI: Serviço Social da Indústria.
SIAB: Sistema de Informação de Atenção Básica, Secretaria Municipal de Saúde da PMJS.
SINE: Sistema Nacional de Emprego.
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.
UNIVALI: Universidade do Vale do Itajaí.
USP: Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1 – Introdução	p. 11
2 – O discurso Jaraguá do Sul.....	p. 23
2.1 – Jaraguá do Sul: discurso e realidade	p. 29
3 – “Nós viemos atrás do Compadre Alcides”: considerações em torno da migração	p. 47
3.1 – As transformações na agricultura paranaense e a migração.	p. 56
3.2 – Região Oeste/Sudoeste.....	p. 61
3.3 – Região Paraná Tradicional.....	p. 66
3.4 – Transformações na agricultura de Santa Catarina.	p. 69
4 – Migrantes em Jaraguá do Sul: novos “carreros” a serem percorridos.	p. 73
4.1 – Migração e família: a tessitura do “fio de Ariadne”.	p. 89
5 – Quem tem medo do “outro”: compre um lote e ganhe de presente o preconceito.....	p. 96
5.1 – Polícia e crime na cidade pacata: imprensa, migração e a criminalização do “outro”.....	p. 133
5.2 – Periferias pobres em Jaraguá do Sul: migração, ilegalidade e autoconstrução.....	p.145
6 – Dois morros, duas histórias: no meio da Boa Vista do progresso tinha uma Pedra.....	p. 167
6.1 – O Morro da Boa Vista na História	p. 171
6.2 – Estrada? Não precisa: nos buracos de tatu da grotesca favela qualquer preto passa.....	p. 181
6.3 – Morro da Boa Vista: as cores vivas da realidade	p. 187
6.4 – Morro da Pedra: da “difama” ao contradiscurso.....	p. 198
7 – Considerações finais	p. 212
8 – Referências bibliográficas.....	p. 215
9 – Fontes impressas	p. 222
APÊNDICE I – Moradores entrevistados.....	p. 225
APÊNDICE II – Outras pessoas entrevistadas e entrevista cedida.....	p. 228

1 – Introdução.

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno e abrir espaços (CALVINO, 1990: 150).

A principal motivação para redigir esta tese foi nossa permanente inquietação ao verificar a reprodução acrítica da imagem dominante sobre a cidade de Jaraguá do Sul; relevar, por detrás de todas as certezas construídas por certa Jaraguá do Sul, elementos da filigrana de outras Jaraguá do Sul repletas de significados; viajar por outros caminhos, é o que nos propomos. Se nos propomos este percurso é porque pensamos que o desvendamento dos processos que construíram uma idéia sobre a cidade possa, de alguma forma, contribuir para a recuperação de outras leituras sobre ela.

Mapa 1 – Localização de Jaraguá do Sul em relação ao Sul do Brasil e em relação ao Norte de Santa Catarina.



Fonte: Divisão de Cadastro Técnico da PMJS.

A partir do traçado inicial do projeto, algumas mudanças foram necessárias em função da observação assistemática que foi realizada antes do trabalho de campo propriamente dito. Em primeiro lugar, foram definidos os morros da Boa Vista e da Pedra como locais para a pesquisa².

² Os estudos voltados para a análise do bairro, dos grupos de vizinhos ou da família, suas solidariedades e conflitos, ou o conjunto de arranjos em torno das estratégias de sobrevivência não são desnecessários. Por meio deles conheceram-se muitos aspectos da vida cotidiana que têm sido cruciais para melhor compreender temas de relevância teórica e prática: cultura política, violência e todo um complexo mundo simbólico com base no qual são constituídos os discursos que nomeiam os aliados e adversários, aqueles que estão deste ou do outro lado, parte ou partido (KOWARICK, 2000: 129).

No primeiro caso a escolha foi feita porque o Morro da Boa Vista representa um dos espaços mais antigos de ocupação de Jaraguá do Sul, remetendo-nos ao início do processo de colonização, a partir da década de 1870. Mesmo assim, nunca recebeu dos poderes públicos a devida atenção, e seus moradores, originalmente negros vindos do Rio de Janeiro e do Nordeste para trabalhar no Engenho Jaraguá, de Emílio Carlos Jourdan, convivem com o abandono, o descaso e a segregação. Atualmente muitos migrantes, vindos de diversas cidades de Santa Catarina e do Paraná, moram no morro. Por isso, ele é um dos locais mais apropriados da cidade para se confrontar as cores vivas da realidade com os dados oficiais, que colocam a cidade nos primeiros lugares em qualidade de vida do país.

O Morro da Pedra foi escolhido por representar de maneira clara as tensões existentes entre “nós” e os “outros”; os conflitos entre “os daqui” e “os de fora”, haja vista que a maioria de seus moradores, migrantes paranaenses oriundos das regiões Oeste/Sudoeste e Paraná Tradicional, sofreram processos de culpabilização e criminalização. Sua ocupação é mais recente e remonta aos anos de 1980.

Em resumo, os dois morros representam o que se pode chamar de periferia geográfica, social e econômica, apesar de geograficamente não estarem localizados longe do centro. A existência dessas periferias claramente expressa o processo formativo de uma identidade multifacetada e dinâmica. Assim, estes dois morros foram escolhidos por serem paradigmáticos de um processo de urbanização que envolve, ao mesmo tempo, migração, impactos ambientais, abandono do poder público, falta de equipamentos urbanos mínimos e lutas pelo direito à cidade.

Esta parte escondida da cidade é aqui enfocada tomando o avesso da análise do meio urbano convencional para investigar outros resultados das intensas transformações sociais e econômicas observadas nos últimos anos. Pretendemos ir além das fábricas e do crescimento econômico.

Ressalta-se que esta escolha deu-se em função de possibilitar a representação de um quadro diversificado das periferias existentes na cidade e de como a cidade hegemônica distribui de maneira diferente seus discursos sobre esses moradores no que se refere à qualidade de vida e aos conflitos entre “os daqui” e “os de fora”.

Nossa entrada nos morros foi mediada por uma rede de pessoas das comunidades, vinculadas, entre outras experiências comuns, por sua participação em movimentos sociais. Os laços comuns entre essas pessoas às quais fui inicialmente apresentado, incluía relações de parentesco, de vizinhança e de proximidade no seu antigo local de moradia, o local de origem³. No decorrer da pesquisa eles foram nos apresentando a outros, de modo que foi se estabelecendo e consolidando uma rede de amizade e solidariedade entre o pesquisador e os moradores. No Morro da Pedra nossos guias

³ Usaremos a expressão local de origem para caracterizar o último lugar de moradia antes de se deslocarem para Jaraguá do Sul, uma vez que isso pode nos indicar mais processos migratórios para as mesmas pessoas.

foram Riolando, Justino, Marcelino e Seu Antônio; no Morro da Boa Vista os guias foram o Gerson Costa, José Pires e Alexandre Manoel.

Tomar um morro como unidade de análise envolve, também, complicações de ordem conceitual: o que é precisamente um morro? E o que dois morros têm em comum? De diferente? O que os torna peculiares em relação a outros na cidade? Referindo-se estritamente aos morros em Jaraguá do Sul, a imagem que a noção de apropriação evoca é muito adequada. Corresponde aos grupos e famílias de migrantes que vão chegando, construindo paulatinamente suas casas, dotando a localidade de uma igreja, pequenos armazéns, vendinhas e bares, e lutando pela obtenção de benefícios urbanos, como energia elétrica e água encanada. Corresponde, mais ainda, à formação dos laços de amizade, à definição de alguns papéis no bairro, ao estabelecimento de hábitos e, acima de tudo, à formação de uma atmosfera de humanidade que impregna seus espaços.

Pelo fato de serem pequenos, esses morros permitem uma observação mais abrangente tanto do seu conjunto físico quanto humano, o que constitui, para o pesquisador, um rico veio para a compreensão do modo de vida das camadas populares.

No Morro da Boa Vista pode-se observar algumas casas grandes, bem acabadas, de dois andares, principalmente na parte mais baixa. De resto, são as construções comuns aos bairros populares, de lotes pequenos, casinhas de blocos, cobertas com lajes, sem pintura e sem acabamento externo que imperam. O morro não tem para o observador um aspecto bonito, com as ruas esburacadas e cheias de mato. Os lotes pouco possuem além das casas construídas. São raras as árvores ou outros vegetais deliberadamente plantados. As casas resumem o esforço dos habitantes como se o resto, o que fica de fora, as escadas ou calçadas, fosse acessório desnecessário. Às vezes, é difícil chegar até as casas, tanto pelas ruas em declive e muito escorregadias, como pelas entradas nos terrenos, também em declive, com simulacros de degraus escavados na terra. Em tempo de chuva o aspecto piora porque a água corre em pequenas valetas pelas ruas, causando enxurradas.

A História de Jaraguá do Sul não tem sido um tema recorrente em trabalhos recentes, e com exceções de alguns trabalhos acadêmicos de conclusão de curso das instituições de ensino superior da região, os estudos que existem – Stulzer (1972) e Silva (1975) – não fazem mais que imprimir um verniz ideológico a discussões que remontam aos anos 1970, quando escrever a História da cidade era uma tarefa confiada a historiadores autodidatas e diletantes.

Além disso, ela tem sido escrita do centro para a periferia, onde a perspectiva elitista do centro domina a concepção que se tem do que foi o subúrbio no passado. Há com isso a produção de uma alienação do morador em relação ao centro, que pode ser expressa em frases como “Eu vou para a cidade” – se referindo ir para o centro – ou “Eu vou pra fora” – quando também vai para o centro. O bairro, a periferia, o morro, não fazem parte da cidade.

Produzindo novas contradições, suscitadas pela extensão do capitalismo no espaço, como consequência do processo de reprodução, desenvolvem-se novas representações. Estas representações, necessariamente, não são novas, podendo ser as antigas recontextualizadas, com nova roupagem e novo discurso, como um vidro colocado na frente de um espelho produzindo um duplo reflexo daquilo que se buscava compreender como real. Essas representações desviam a problemática do espaço, mascarando suas contradições, e com isso, conservando as relações de produção e fazendo aparecer como positivos os lados negativos da situação.

Para Caldeira (2000: 20), cidades das quais somos cidadãos são cidades nas quais queremos intervir, que queremos construir, reformar, criticar e transformar. Elas não podem ser deixadas intocadas, implícitas, ignoradas. São cidades com as quais nos envolvemos. Cidades que permanecem cristalizadas em imagens passadas que temos medo de tocar não são cidades que habitamos como cidadãos, mas cidades de nostalgia e que por isso devem ser refletidas, questionadas, mudadas.

Por isso morros como o da Boa Vista e da Pedra são fontes concretas de acesso à vida dos migrantes na periferia da cidade, apesar da PMJS (1999b: 6) afirmar que

a política urbana municipal tem por objetivo promover o pleno e disciplinado desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, assegurando o equilíbrio entre o crescimento demográfico e econômico e a preservação da qualidade de vida, mediante: I – adequada distribuição espacial da população e das atividades econômicas; II – disponibilidade de equipamentos urbanos e comunitários; III – integração e complementaridade das atividades urbanas e rurais.

Jaraguá do Sul é o retrato de uma sociedade que se construiu e se reproduz sobre a exploração e a opressão da imensa maioria da população, onde o poder público investiu pesadamente no fomento e na estruturação do desenvolvimento urbano-industrial, contribuindo para o surgimento de uma cidade desigual e marginalizante, onde o esgoto a céu aberto, o lixo jogado na estrada, nos barrancos e nos riachos, e as casas sem água encanada dos morros vão resistindo ao tempo, impávidos em sua missão de representar o descaso.

Acompanhar, ao longo da história, a trajetória dos migrantes para Jaraguá do Sul nos permitiu salientar: 1) a passagem de uma relação com o trabalho na terra para uma localização no universo urbano em termos de residência, atividade econômica e, sobretudo, possibilidades de ascensão social; 2) a manipulação de uma identidade estigmatizada, com a categorização – apoiada em valores contrastivos – entre “os daqui” e os “de fora”, entre “nós” e os “outros”, resultando num negativar constante destes últimos.

Jaraguá do Sul está longe de ser um município pobre, embora a notável desigualdade na distribuição de renda não tenha socializado os benefícios do desenvolvimento. Estes dados, por exemplo aqueles do IDH e do IDS, baseiam-se muito em informações quantitativas e não conseguem

apreender as diferenças intra-urbanas existentes. Contudo, as contradições da vida urbana, que o poder político e econômico dominantes procuram ocultar, começam a ser percebidas, mesmo porque são vividas pela população. Por isso é preciso denunciar a idéia da harmonia cidadina local, pretendida pela classe dominante, que divulga a idéia da cidade como algo dinâmico, progressista, harmônico, homogêneo, enfim, como se fosse uma grandessíssima família, irmanada por ideais comuns desde o tempo de sua fundação pelos imigrantes alemães.

Recortamos, então, um período de 20 anos desta História – 1980-2000 – porque a partir dos anos 1980, Jaraguá do Sul foi palco de uma grande expansão industrial e urbana, comparável a poucas cidades do Sul do Brasil. Esse processo de acelerado desenvolvimento econômico colocou inúmeros desafios aos trabalhadores, tanto no campo da produção quanto no das condições de vida de modo geral. Emergiram e se agudizaram problemas relacionados à especulação imobiliária e à infraestrutura urbana de maneira geral (transportes, saneamento, pavimentação, educação e saúde). Outra questão que nos ajudou a delimitar este período está relacionada ao fato de que os anos 1990 são marcados por uma intensa veiculação de propagandas e discursos negativos sobre os migrantes, feita por rádios e jornais locais. Reiteramos, contudo, que este marco não é fixo, porém nos ajuda a situar concretamente um tempo da História de Jaraguá do Sul marcado por profundas alterações em seu território e em sua cultura.

Desvendar um panorama é uma tarefa complexa devido ao poder de disseminação de idéias e conceitos que têm grande influência na cidade hegemônica, haja vista que ao grande público restam as opiniões, análises e impressões veiculadas pela imprensa, da autoria de jornalistas, políticos e administradores públicos, e só uma vez ou outra também de pesquisadores de temas urbanos e profissionais de planejamento urbano.

Segundo Costa (2000: 107), é preciso valer-se do material veiculado pela imprensa⁴ local, mas ler nas entrelinhas, buscar o não explícito, fazer a contraleitura para resgatar a voz dos que foram silenciados pela oficialidade. Contudo, é importante que essas fontes jornalísticas sejam complementadas com outras fontes, como as orais, que podem ser utilizadas não apenas para preencher lacunas documentais, mas para iluminar pontos obscuros e colocar questões que possam fornecer outros ângulos que não aqueles da negatividade moral construída pelos discursos mais diretamente comprometidos com o poder, onde os migrantes são de uma incômoda visibilidade.

Os migrantes expressaram e confrontaram os desafios destas mudanças por meio de uma série de estratégias. Suas redes sociais, baseadas no mais das vezes em relações informais entre

⁴ O uso do jornal como fonte já foi discutido por vários autores, como: CAPELATO, M. Helena e PRADO, M. Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980; CAPELATO, M. Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP/Contexto, 1988; MAMOU, Yves. *A culpa é da imprensa! Ensaio sobre a fabricação da informação*. São Paulo: Marco Zero, 1991.

familiares, amigos, conterrâneos e membros da comunidade, foram fundamentais não apenas para o processo de migração das zonas rurais para a cidade, mas também para o enfrentamento das dificuldades da vida urbana e dos dilemas do mundo do trabalho.

O prestígio de Jaraguá do Sul estava relacionado à expectativa de encontrar empregos, rápido e facilmente, e ter uma remuneração melhor. Para muitos migrantes era melhor ser morador, mesmo que periférico na cidade, do que bóia-fria ou *peão de trecho*⁵ no Paraná, pois na cidade existiriam, segundo eles, esperanças, horizontes a serem alcançados, coisas que lá já tinham acabado.

No Paraná se trabalhava por dia, onde tinha emprego, de ‘volante’ na plantação e colheita do café, principalmente. Se trabalhava também em terra arrendada. (...). Seis anos eu trabalhei com meu pai, depois toquei de trabalhar sozinho, tipo bóia-fria. Depois resolvi ir embora (Rui, mora no Morro da Boa Vista desde 1990).

Da nossa casa até o patrimônio a gente andava oito quilômetros para ir estudar, o que dava 16 por dia. Era um sofrimento só. Aqui é melhor de emprego, de escola, de tudo. A gente veio a primeira vez pra Jaraguá em 1981 e aqui nós ficamos seis anos, morando de aluguel lá na Vila Lenzi. Aí voltamos pro Paraná e fomos pra Toledo, onde ficamos até 1990, quando voltamos. Posso dizer que pro Morro da Pedra nós viemos só com as malas. Lá o problema era que não tinha emprego e na lavoura não dava mais nada (Dona Sônia, mora no Morro da Pedra desde 1990).

Mesmo tendo em mente que Jaraguá do Sul é um município relativamente homogêneo economicamente, não é esta a percepção de muitos daqueles que nele moram. Podemos observar, tal como Elias e Scotson (2000), que ele está claramente dividido entre um grupo que se percebe, e que assim pretende ser reconhecido, com o *establishment* local, e um outro conjunto de indivíduos e famílias *outsiders*. Os primeiros fundam a sua distinção e o seu poder em um princípio de antigüidade, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade. Os “outros” vivem estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, como a delinqüência, a violência, o preconceito, a exclusão social e econômica.

As categorias *estabelecidos* e *outsiders* se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais, muito embora os indivíduos estejam, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. Diante disso, superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão, são elementos dessa dimensão da vida social que o par *estabelecidos-outsiders* ilumina exemplarmente, qual seja, as relações de poder (NEIBURG, 2000: 7). Em outras palavras, este par ilustra os esquemas estruturais pelos quais vão tomando feição as desigualdades entre os grupos que habitam Jaraguá do Sul⁶.

⁵ *Peão de trecho* é uma expressão utilizada para caracterizar uma série de serviços feitos sem garantias legais, como trabalhar por dia em diversos serviços.

⁶ Frisamos, contudo, que Norbert Elias e John Scotson veem a discriminação dentro de uma classe: os *estabelecidos* e os *outsiders* eram da mesma classe e da mesma cor.

No Morro da Boa Vista é comum a sociabilidade da rua, não só porque anda-se a pé, mas porque são poucos os equipamentos urbanos existentes. A exigüidade, e ao mesmo tempo a não-delimitação de muitos terrenos e das casas colocam as pessoas, efetivamente, na rua. Alguns afazeres domésticos, como lavar a roupa e pendurá-la, são exemplos disso. É comum encontrar as painéis de alumínio expostas ao sol do lado de fora das casas. Outro forte laço de ligação entre as casas, as pessoas e as ruas é o trânsito constante das crianças entre esses locais. As ruas estão sempre vivas, com as pessoas prontas ao encontro, à conversa, quando se cruzam e recruzam⁷.

Mas quem são e como são esses moradores? Sua “pobreza” se evidencia na precariedade das construções e se torna mais clara quando consideramos o tipo de trabalho que realizam: são trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas e trabalhadores que a prática tornou profissionais, como eletricitas, carpinteiros, encanadores, pintores e pedreiros. Dentre eles, principalmente no Morro da Boa Vista, são poucos os que possuem vínculos empregatícios formais. De modo geral pegam um serviço aqui, outro ali, sem patrão e sem garantia alguma, sem carteira assinada, sem direitos e sem estabilidade. A vida das famílias é marcada por essa instabilidade dos empregos e pela instabilidade econômica que a acompanha. Não são miseráveis, mas vivem próximos da miséria, empurrando-a dia-a-dia com o trabalho que conseguem.

Hoje eu vivo da plantação de uma rocinha de aipim, cana e pepino, que eu planto com três filhos. A rocinha é lá em cima [de sua casa até a roça são 187 degraus], lá no morro. Minha vida é marcada pelo sofrimento. Meu marido, antes de morrer, ficou 11 anos de cama por conta de um acidente, não tenho nenhum tipo de leitura, vivo como dá (M. S., mora no Morro da Boa Vista desde 1983).

Seu moço, tu me perguntou por que tanta mudança. Tá, eu digo que era sempre tentando mudar de vida, mas isso não deu certo. Minha vida foi só trabalhar e não tenho quase nada hoje em dia, que eu sempre trabalhei pros outros, sempre lutei na terra dos outros. O meu marido também. Agora tou com 66 anos. Ainda trabalho porque tenho que viver. Mas não é fácil. É muito caro pra plantar as coisas e o preço não ajuda, se ganha muito pouco. Só da aposentadoria não dá pra viver. Meu sonho é vender tudo aqui e ir embora pra Blumenau (Maria Machado, mora no Morro da Boa Vista desde 1983).

Esta tese se foi escrita a partir de um conjunto variado de fontes. Uma delas foram os jornais da cidade e região⁸, onde encontramos notícias sobre loteamentos clandestinos e irregulares, associação de moradores, dados sócio-econômicos e reivindicações dessas populações. Neste momento o objetivo era analisar como a imprensa local e regional tratava as questões da migração e

⁷ No Morro da Pedra a urbanização mais recente dá um outro aspecto à rua, mas nem por isso a situação da maioria dos moradores é visivelmente melhor.

⁸ Os jornais citados e publicados em Jaraguá do Sul são: A Gazeta, AN Jaraguá, Correio do Povo, Espaço Popular, Gazeta de Jaraguá, Jaraguá News, O Mensageiro de Jaraguá, O Municipalista e Opinião. Citamos também o Jornal de Santa Catarina (Blumenau), o Jornal do Vale (Guaramirim) e o A Notícia (Joinville). Além desses, lemos os jornais A cidade, Tribuna Popular, Alternativa, Jornal do Médio Vale, Decisão e Dimensão, todos de Jaraguá do Sul. A pesquisa foi feita no Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmöckel entre 29/09/2003 e 31/10/2003 em 4.177 jornais com datas de edição entre 1969 e 2003.

sua relação com a violência, propalada como sendo cometida apenas e tão somente por migrantes, notadamente paranaenses. Os dados coletados possibilitaram não apenas reconstituir em suas grandes linhas a História de Jaraguá do Sul de um determinado período, como também apreender a problemática da migração, da criminalização dos migrantes e a História dos dois morros.

Além disso, entrevistamos pessoas ligadas à PMJS, principalmente das Gerências de Meio Ambiente, Produção, Habitação e Planejamento, e do Cadastro Técnico. Nos valem também de documentos da prefeitura, tais como Código de Obras (1988), o Plano Diretor de Organização Físico-territorial Urbano, Metas e Diretrizes de Desenvolvimento Urbano, Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Código de Posturas Municipais e a Lei nº. 2.559/99, que regularizou cerca de 140 loteamentos irregulares.

Tivemos, ainda, acesso a documentos das respectivas Associações de Moradores e dados econômicos e populacionais da FIBGE, Escritório de Jaraguá do Sul.

Contudo, nossa fonte mais significativa foram as entrevistas e conversas com os moradores dos dois morros. Entre os dias 24/07/2003 e 21/08/2003, visitamos 65 casas no Morro da Boa Vista e falamos com 66 pessoas. No Morro da Pedra elas foram realizadas entre os dias 26/08/2003 e 05/10/2003 com 32 pessoas, sendo que algumas entrevistas foram feitas por Cledir Weber, morador do Bairro Estrada Nova, onde se localiza o morro.

Nesse momento, seguimos um roteiro previamente estabelecido, onde a idéia era conseguir uma amostra do conjunto dos moradores dos morros. A princípio ele era um roteiro fechado e tinha a pretensão de ser um instrumento de coletas de dados quantitativos, posto que entrevistas gravadas também estavam sendo feitas com o objetivo de apreender as Histórias dos moradores. Com o tempo, contudo, ele se mostrou um importante material de acesso a muitas informações sobre eles.

O questionário continha cerca de 90 questões, agrupadas em 18 itens, tais como idade, escolaridade, características da trajetória migratória, condições de aquisição do terreno em Jaraguá do Sul, rede de amizades acionada ao sair, chegar e se estabelecer, motivações e razões da migração, condições gerais da rua e do morro. No total falamos⁹ com 98 pessoas, dos quais 83 (84,7%) são migrantes – 48 (57,8%) são de paranaenses, 30 (36,1%) são de outras cidades de Santa Catarina e cinco (6,1%) de outros Estados – e 15 (15,3%) de Jaraguá do Sul.

As entrevistas partiram tanto de histórias de vida, que é o relato de uma narrador sobre sua existência através do tempo e através do qual delineiam-se as relações sociais com os pares de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, quanto do relato oral, que é uma forma menos ampla e

⁹ Utilizamos a expressão “falamos” porque nem todos os moradores quiseram gravar entrevistas, alegando que se sentiam melhor em conversas informais. Essas conversas foram devidamente registradas e transcritas por nós logo após.

livre que acontece quando é solicitado do narrador a abordagem, de modo especial, de determinados aspectos de sua vida (LUCENA, 1999: 20-30).

Como dissemos, utilizamos da história oral, haja vista que ela nos remeter para dados que não encontramos nas estatísticas frias dos números. Ela nos possibilita chegar nas cores vivas da realidade dos moradores dos morros, dos migrantes, dos excluídos geográfica e sócio-economicamente da cidade. De acordo com Lucena (1999: 23-24), a história oral fornece ao historiador oportunidade de reconstruir aspectos de personalidades individuais inscritas na existência coletiva.

Durham (1984: 46), por sua vez, nos adverte sobre os perigos da memória, pois nas entrevistas, uma vez que os dados referem-se quase sempre a uma situação afastada no tempo, eles estão sujeitos a diversas distorções devidas à idealização ou simplificação do passado ou da sua própria condição. Diante disso, deve-se observar a uniformidade de informações (advindas de trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, trabalhadores urbanos, por exemplo) sobre as condições de vida anteriores à migração, refletindo a universalidade e permanência de elementos tradicionais na sociedade rural brasileira. Essa uniformidade se deve sobretudo à semelhança fundamental na constituição da unidade produtiva, que é a família, no modo de organização dessa unidade em grupos de vizinhança, nos padrões e técnicas de trabalho e na possibilidade de acesso ao meio de produção essencial, a terra.

Montenegro (1992/93) estudioso da memória, observa que

a memória é resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais. Nesse sentido não se deve imaginar que o depoente responderá de forma conclusiva a nossas indagações. A memória possibilita resgatar as marcas de como foram vividos e sentidos determinados momentos, determinados acontecimentos; ou mesmo o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual e/ou coletiva.

Para Martins (2002: 19), a memória oculta mais do que revela, pois revela omitindo e deformando. Mas, ao mesmo tempo, ele proclama que a memória é um meio de afirmação dos que foram excluídos do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos e não só agentes do trabalho, peças da máquina, instrumentos da produção. Sujeitos de suas idéias e de suas lembranças. Por meio da memória dão ao pequeno fato a dimensão do acontecimento.

O depoimento é um modo de interpretar e contar o que se viveu e se vive, uma articulação possível de pedaços de experiência e conhecimentos – que noutra ocasião poderiam ser rearranjados de outro modo – já que o universo simbólico é, antes de mais nada, maleável e dinâmico.

Quando fizemos as entrevistas com os moradores dos dois morros, estávamos interessados em saber como viviam no local de origem, como ficaram sabendo de Jaraguá do Sul, como vivem etc. É claro que se tratava de temas, e, para chegar a eles, as conversas enveredaram pelos mais variados

caminhos, muitos dos quais eu não conseguiria imaginar a partir da minha própria visão da sociedade e do poder, elaborada sobretudo com base em leituras teóricas. Foi a convivência prolongada com os moradores dos morros e a análise das entrevistas que iam sendo feitas que nos forneciam pistas para continuar a formular perguntas. Nessa relação, em que interferem os mais variados elementos, estabelece-se uma troca os envolvidos, onde uns aprendem com os outros.

Muitos dos entrevistados referiram-se à importância da entrevista porque nunca tinham tido a oportunidade de falar sobre suas vidas. Ninguém havia se interessado até então pelas suas Histórias¹⁰. A lembrança do passado foi para esses migrantes o resgate de sua própria identidade social, que se mantém por referência ao passado marcado pela sua inserção na cidade. A lembrança desse passado nos foi oferecida pelos moradores migrantes dos morros nas entrevistas, nas conversas, nas minhas diversas idas aos morros. Falar de suas vidas, de suas idas e vindas nem sempre foi fácil, mas certamente gratificante¹¹.

Ao refazer, através das entrevistas, suas trajetórias e travessias, foi possível perceber suas representações sobre o local de origem e o local de destino, apreender como se deram suas novas relações com o novo espaço, como foram interpretando os novos empregos, como foram percebendo a cidade, seus “carreros” e suas atrações. Enfim, como se sentiram e vivenciaram a experiência de ser migrante, marginalizado, morador de morro. E mais, perceber até que ponto os sonhos trazidos na bagagem e sonhados nas estradas da esperança durante as viagens se tornaram realidade.

Para Bosi (1994: 38) a observação mais completa dos fenômenos é a do observador participante, pois uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. A expressão “observador participante” pode dar origem a interpretações apressadas, pois não basta a simpatia pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes. É preciso que se forme uma comunidade de destino para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana.

O cotidiano não é sinônimo de banal, de insignificante, de mecanismo presentista; é sim, um espaço de síntese do mundo vivido. Daí a importância de analisar o espaço cotidiano concebido e percebido afim de entender como os moradores da periferia construíram, constroem e reconstróem as relações em seu meio. Para dar conta disso entrevistamos moradores, caminhamos pelos morros em

¹⁰ “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. (...). Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade” (THOMPSON, 1992: 44).

¹¹ Alguns deles, principalmente no Morro da Pedra, queriam saber se o que eu estava fazendo iria “virar livro” e se eles iriam aparecer. Insistentemente nos lembravam que se eles aparecessem era para levar um para eles, pois “querem ver como ficaram nas entrevistas”.

vários dias da semana e em vários horários, com o objetivo de ver como as pessoas de deslocam, ordenam e vivem seu espaço. Nos dois morros entramos em contato com escolas, associações, olhamos fotografias, tomamos chimarrão, “jogamos conversa fora”.

O que nos propomos foi realizar um estudo de caso com base em duas comunidades concretas que nos remete para situações similares, isto é, de migrantes, de excluídos, de pobres, de habitantes com experiências de trabalho diversas, de marginalizados, enfim, de *outsiders*, em contraposição aos *estabelecidos*; estudar essas localidades a partir de uma visão não-panorâmica, adentrando, efetivamente, nas suas múltiplas realidades. Eis o objetivo desta tese.

Segundo Benatti (1995: 5), um dos encantos de uma História como esta é o seu caráter de anti-história, a possibilidade que ela oferece de outra navegação nos conteúdos da história, no sentido contrário à tradição imposta pela memória hegemônica e triunfalista dos vencedores. Contudo, uma questão imediatamente se coloca: como escrever uma história da periferia quando sabemos que são abundantes os registros indiretos, partidos do centro, mas faltam registros diretos, partidos deles mesmos, sobre sua experiência vivida? Se não os há, temos que ir buscá-los no local mesmo onde eles aconteceram e acontecem. Aí então, quem sabe, entenderemos um pouco de suas vidas e andanças.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro nos remete para aquilo que chamamos “discurso Jaraguá do Sul” e qual o espaço reservado para os “outros” nele. Observaremos como esse discurso foi sendo construído ao longo do tempo com o objetivo de fundar e consolidar uma determinada História de Jaraguá do Sul.

O segundo trata de questões referentes à migração, tanto aquelas que a discutem sob diversos ângulos, quanto aquelas que dizem respeito às transformações no campo paranaense e catarinense e que, de uma forma ou de outra, acabaram contribuindo para que contingentes singificativos dessas populações migrassem.

No terceiro capítulo analisamos esses migrantes em Jaraguá do Sul: como foram morar nos morros? como enfrentaram os novos “carreros”? como as redes familiares e de amigos foram acionadas para garantir a permanência da cidade?. Ele trata de pessoas que chegavam em busca do progresso, de melhores condições de vida e encontraram loteamentos irregulares e a falta de moradias. Além disso, discutimos nele as diferenças que os migrantes constroem em torno da roça, onde moravam, e da cidade, onde passam a viver, esse novo mundo a ser descoberto e entendido.

O quarto capítulo trata mais especificamente do preconceito e discriminação sofridos em Jaraguá do Sul, notadamente pelo fato que os espaços onde vão morar demarcam um território rejeitado pela ordem estabelecida e pretendida pelos donos do capital, perpassando um imaginário veiculados por diversos meios de comunicação que confronta “nós” e os “outros” e acaba na criminalização destes. Assim, os migrantes passam a receber a pecha de marginais, ladrões de

emprego, como se antes desse processo a cidade não convivesse com a pobreza, com a miséria e com a marginalidade. O migrante representa sempre o outro, o desconhecido, o diferente e, por isso, é motivo de estranheza, preconceito e rejeição. Ele trata também da relação entre migração, ilegalidade e autoconstrução.

O último capítulo nos coloca em contato direto com os dois morros, agora revelados em diversas situações. Neste capítulo subimos os morros e nos encontramos, efetivamente, com os “outros”. Esses morros, onde acabaram por se depositar as esperanças de uma vida melhor, são, ao mesmo tempo, sua inclusão possível na vida da cidade e a sua discriminação. Nele vamos observar que esses moradores vão pautando suas Histórias em sonhos de uma vida melhor, que se ainda não se efetivaram, também não morreram e permanecem vivos em seus rostos e olhares.

Subir os morros para encontrar o “outro” terminou por nos revelar uma realidade que imaginávamos existir mais não conhecíamos. Basta uma caminhada para ver em cores e texturas seus habitantes, suas casas, suas condições. Os morros vão nos empolgando, nos envolvendo; dialogando conosco, contam seus segredos e revelam seus espaços, além de nos oferece outras visões da cidade como um todo. É neles que lhes convido a entrar, é eles que lhes convido a subir; a viagem pode ser cansativa, como são todas aquelas que demandam subir morros, mas, espero, que o resultado possa ser uma interação de sentidos e sentimentos com os migrantes, negros, pobres, trabalhadores.

Desta forma, tentamos recuperar aquelas falas e experiências que, intimidadas pelos discursos do poder, silenciaram-se – ou foram silenciadas. É verdade que, ao fazê-lo, correremos nós mesmos o risco de, num certo sentido, procedermos à organização, estabilização e disciplinarização. Por outro lado, parece-nos que, ao final, não escrevemos apenas uma História dos grupos e sociabilidades marginais, mas das memórias e sensibilidades, dos sentimentos e ressentimentos.

E como os historiadores não são neutros, imparciais, pois fazem escolhas, esse é o lugar que nos encontramos: comprometidos com estes moradores, com esses “outros” tantas vezes achincalhados, aviltados, humilhados, acusados. É desde lugar que começamos e é neste lugar que esperamos terminar essas linhas deste intrincado jogo de relações, de sentimento e idéias do que é ou deveria ser a cidade e para quem ela o é. Nosso trabalho não é panorâmico, ele se dá ao rés desse chão marcado pela segregação, pela marginalização, pelo preconceito e pelo descaso.

Dito isso, começemos a subir os morros, “escalar as escadas” encravadas nas suas encostas, sentir o cheiro do esgoto correndo a céu aberto e do lixo que não é regularmente recolhido, andar por ruas e ruelas íngremes e esburacadas. Mas, ao mesmo tempo, conhecer um povo que é, antes de tudo, um bravo, um povo em movimento que busca viver com dignidade e justiça, que luta por equipamentos urbanos, que dança e sonha ao som de músicas que lembram sua terra de origem, que não se entrega às adversidades, enfim, que teima em viver, apesar de todos os ventos contrários.

2 – O Discurso Jaraguá do Sul.

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. Se descrevo Olívia, cidade rica de mercadorias e de lucros, o único modo de representar a sua prosperidade é falar dos palácios de filigranas com almofadas franjadas nos parapeitos dos bíficos (...). Mas, a partir desse discurso, é fácil compreender que Olívia é envolta por uma nuvem de fuligem e gordura que gruda na parede das casas; que, na aglomeração das ruas, os guinchos manobram comprimindo os pedestres contra os muros. Se devo descrever a operosidade dos habitantes, falo das selarias com cheiros de couro, das mulheres que tagarelam enquanto entrelaçam tapetes de ráfia, dos canais suspensos cujas cascatas movem as pás dos moinhos: mas a imagem que essas palavras evocam na sua iluminada consciência é o movimento que leva o mandril até os dentes da engrenagem repetido por milhares de mãos milhares de vezes nos tempos previstos para cada turno (CALVINO, 1990: 59).

A cidade em progresso não cresceu?
 Cresceu muito! Em grandeza e miséria
 Em graça e disenteria
 Deu franquia especial à doença venérea
 E à alta quinquilharia.
 Tornou-se grande, sórdida, ó cidade (...) (MORAES, 2003: 7).

A História oficial de Jaraguá do Sul sustenta que em 1864 a princesa Isabel, filha do imperador Pedro II e herdeira do trono, casou-se com o Conde d'Eu. Como parte do dote constavam as terras que vieram a formar o município, no Vale do Itapocu. Ao engenheiro e coronel Emílio Carlos Jourdan, amigo do Conde d'Eu e da princesa Isabel, coube a tarefa da demarcação das terras. No princípio eram 12 léguas quadradas, sendo aumentadas posteriormente para 25 léguas quadradas (SEBRAE, 2003: 10).

A região começou a ser explorada efetivamente a partir da década de 1870, quando Jourdan chegou para tomar posse de 10 mil hectares de terras ao norte da Colônia Dona Francisca, entre a barra do Rio Jaraguá, a Leste, e a margem do Rio Itapocu, ao Norte.

Antes da assinatura do contrato de medição, em 11/01/1876, Jourdan havia feito um contrato com a princesa para colonizar parte do referido patrimônio. Pelo contrato ela arrendou, durante 15 anos, 430 hectares de terras no Jaraguá-sede, fez promessa de venda de dois mil hectares e, caso a compra se efetivasse, não precisaria pagar o arrendamento recebendo, ainda, o direito de povoar e extrair erva-mate, madeira e minérios. Assim, a história do Jaraguá está intimamente ligada às amizades de Jourdan com os proprietários das terras onde foi erguido o Estabelecimento Jaraguá, que consistia em engenho de açúcar, de farinha de mandioca e de fubá, olaria e serraria, em 1877.

Em 1884 o Conde d'Eu visitou Joinville e São Bento, mas não veio para Jaraguá, pois nesta data ele já não existia mais, posto que

o engenho de açúcar, com a maquinaria, estava em ruínas, as plantações de cana devastadas e queimadas e as poucas famílias, estabelecidas nas terras pertencentes ao Conde d'Eu, abandonaram o

chão e estabeleceram-se em Neudorf, na Colônia Dona Francisca. Os habitantes de Jaraguá constituíam-se então de algumas famílias brasileiras, e alguns pretos nortistas, antigos trabalhadores empregados por Emílio Carlos Jourdan (STULZER, 1972: 93).

Segundo Calixto Borges, um dos canoieiros de Jourdan, as máquinas para o engenho Jaraguá chegaram no dia 15/04/1876. Sendo esta data contestada e na impossibilidade de precisar a do real estabelecimento de Jourdan na localidade, decidiu-se por 25/07/1876 como a data de fundação, dia em que também são homenageados o imigrante, o colono e o motorista. Assim, quase simultaneamente à medição, Jourdan procurou estabelecer-se nas terras do Jaraguá, contratando ferreiros, marceneiros, carpinteiros e lavradores para a construção do engenho e a plantação da lavoura de cana-de-açúcar. Porém, a falta de estradas, igrejas, escolas e hospital fizeram com que tivesse que desistir do empreendimento em 06/06/1888 (SEBRAE, 2003: 10).

Com a República mudaram os rumos da História do Jaraguá, pois as terras dotais voltaram a ser patrimônio da União. Enquanto as antigas terras estavam abandonadas, as terras à margem direita do Rio Jaraguá, nas cabeceiras dos Rios Garibaldi, Jaraguazinho, do Cerro e da Luz, foram colonizadas pela Agência de Colonização, órgão estadual sediado em Blumenau, a partir de 1890. Para a região dos dois primeiros rios vieram imigrantes húngaros e, para a dos outros dois, alemães e italianos. Na margem esquerda do Rio Itapocu, terras que pertenciam à Colônia Dona Francisca, a Companhia Colonizadora Hamburguesa iniciou a colonização, também a partir de 1890.

Em 1893 as terras devolutas passaram à jurisdição dos Estados. A participação de Jourdan na Revolta da Armada, em 1893, ao lado de Floriano Peixoto, deu-lhe o respaldo político necessário para retornar ao Jaraguá, poder comprar dez mil hectares de terras do Governo do Estado de Santa Catarina, que faziam parte do antigo patrimônio, e estabelecer a Colônia Jaraguá no início de 1895. Esta concessão foi vendida à Pecher & Cia. em 01/07/1898 e ele retirou-se para o Rio de Janeiro (SEBRAE, 2003: 11).

Durante sua História, Jaraguá pertenceu a São Francisco do Sul, Paraty (atual Araquari) e a Joinville. Somente no século XX, pelo decreto n°. 565 de 26/03/1934, Jaraguá foi desmembrado de Joinville, tornando-se município. O nome Jaraguá foi alterado para Jaraguá do Sul em 31/12/1943 pelo Decreto Lei Estadual n°. 941, por haver outro município mais antigo com o mesmo nome, localizado em Goiás. O município possui uma área de 539,9 km² sendo 118,75 km² na área urbana e 421,15 km² na área rural. Ele está situado na região estadual de planejamento AMVALI, na microrregião Nordeste do Estado.

Contudo, sua História não ocorreu assim tão tranquilamente como querem nos fazer crer as mensagens e versões hegemônicas, conforme veremos.

A Colônia Jaraguá não se insere no quadro de colonização clássica, uma vez que não recebeu imigrantes vindos diretamente da Europa, com exceção dos húngaros. Até a década de 1870 duas regiões polarizavam as correntes imigratórias européias, principalmente alemãs, na Província de Santa Catarina: Blumenau, no Vale do Rio Itajaí, e Joinville, no Norte. Nessa época, ambas se encontram em um estágio adiantado de colonização e desenvolvimento, transitando de uma economia de subsistência para uma de mercado e de transformação de produtos agrícolas. Também se destacam como centros regionais e importantes entrepostos comerciais, sendo Curitiba capital inter-regional e o porto de São Francisco do Sul o principal escoadouro.

A evolução econômica das áreas de colonização do Jaraguá passaram por três períodos distintos: o primeiro foi a passagem do nível de subsistência e agro-exportador à fase do artesanato, ligada à transformação dos produtos agrícolas e produção têxtil para o consumo. Esse período vai desde a “fundação” do Estabelecimento Jaraguá até meados da década de 1930.

O Estabelecimento Jaraguá funcionava desde o final dos anos 1870, mas as dificuldades do transporte paralisaram suas atividades, haja vista os problemas para fazer chegar açúcar e aguardente ao porto de São Francisco, de onde seriam embarcados para o Rio de Janeiro. Por conta disso, o pagamento de dezenas de trabalhadores do engenho, que consistia na lavoura açucareira, nas culturas de algodão e mamona, foi atrasando. Desesperados, os trabalhadores incendiaram o canavial, que cobria uma de área de 30.000 m² ou 12 morgos¹² (SILVA, 1975: 23).

Na década de 1890 Jaraguá vivia uma economia de subsistência primário-exportadora, garantida através da produção agrícola baseada na pequena propriedade, e da transformação dos produtos agrícolas. Contudo, como os colonos produziam, de maneira geral, as mesmas coisas (açúcar, aguardente, farinha de milho e de mandioca, arroz, laticínios e derivados de carne), a solução encontrada foi a exportação desses produtos para outras regiões, como Joinville e Blumenau e destas para Curitiba. Esse comércio, realizado através dos vendeiros, era dificultado pelas péssimas condições das estradas existentes até o final do século XIX e início do século XX. A sua melhoria, no começo de 1900, tornou possível a ligação de Jaraguá a Joinville e a Blumenau com mais rapidez e segurança, garantindo à colônia um desenvolvimento mais acentuado¹³.

O segundo período é caracterizado por profundas alterações estruturais (energia elétrica, transportes, sistemas de crédito e desenvolvimento demográfico) que permitem a passagem do artesanato à pequena indústria. O terceiro período tem início com a inserção do município na

¹² Morgo é uma unidade de medida que foi muito utilizada na época da colonização e que ainda hoje é usada na região. Cada morgo corresponde a 2.500 m².

¹³ O aumento da população registrado a partir de 1890 também se deu em função dessa melhora. Em 1912 o distrito de Jaraguá contava com uma população aproximada de 8 mil habitantes, sendo que perto de 2 mil falavam o português; mil, o italiano; 500 pessoas o polonês, e 4.500, o alemão (STULZER, 1972: 216, citando o 1º Relatório à Cúria Episcopal, ano de 1912 da Paróquia de Santa Emília de Jaraguá).

economia nacional, a partir de 1960, quando se consolidam uma série de empresas, surgem outras e tem início as exportações em maior escala. Desses períodos, o que nos interessa é este, haja vista que é a partir dele que o processo migratório se intensifica, os problemas ambientais e sociais começam a ganhar visibilidade e se avolumam.

A indústria brasileira apresentava dois aspectos importantes no início da década de 1950. De um lado, empreendimentos centrados na produção de bens perecíveis e semiduráveis, destacando-se as indústrias têxteis, alimentar, gráfica, editorial, do vestuário, fumo, couro e peles. De outro, havia empresas gerenciadas pelo núcleo familiar proprietário. Em relação a essas últimas, embora muitas dessem mostras de apreciável capacidade de expansão via auto-acumulação, ficava cada dia mais claro que elas não tinham possibilidades de mobilizar os recursos necessários para promover o processo de industrialização pesada no Brasil. Nos primeiros anos de 1950 a definição em torno da industrialização via capital estrangeiro ou estatal não era evidente, muito embora a presença do capital norte-americano já fosse visível na economia.

Até a década de 1950 a economia de Santa Catarina estava baseada na exportação de bens primários e, em menor escala, de bens manufaturados. O Estado caracterizava-se por uma notória dependência em relação a outras regiões do país, principalmente no que dizia respeito a importação de bens de produção e, em muitos aspectos, de considerável volume e diversidade de insumos secundários, além de derivados de petróleo. Os problemas enfrentados por Santa Catarina estavam ligados, também, à competição com produtos similares de outras regiões brasileiras, que tinham menor custo devido ao maior desenvolvimento industrial. A isso devemos somar o fato de que o Estado contribuía com somente 3% da população nacional e possuía uma renda per capita muito baixa, inferior à média nacional, o que fazia com que seu mercado fosse pouco expressivo.

Comparativamente a outros Estados, em Santa Catarina não ocorreram maciças aplicações em ramos dinâmicos, em projetos de grande porte voltados à produção de bens de capital e de consumo durável, com ampla participação do capital externo e estatal. Por isso, suas indústrias vão explorar os ramos das chamadas indústrias tradicionais (madeira, mobiliário, têxteis, produtos alimentícios e bebidas), apesar do menor ritmo de expansão desses mercados, aproveitando a disponibilidade de recursos naturais (madeira e carvão) e os conhecimentos acumulados desde o processo de industrialização baseado na pequena indústria, o que lhe dotou de uma grande variedade de atividades. Porém, o Estado se ressentia da falta de energia elétrica, de transporte e de crédito, o que prejudicava sensivelmente sua industrialização dinâmica.

Contudo, nas décadas de 1960 e 1970 o setor industrial dobrou sua presença na economia estadual, ao passo que o setor primário registrou uma queda de quase 30%. Essas mudanças foram acompanhadas por um conjunto de transformações sócio-econômicas significativas, que atingiram os

serviços e a infra-estrutura (transportes, comunicação, energia e crédito¹⁴), os meios tecnológicos de produção e as atividades sociais (educação, cultura, saúde e lazer). Nesse período, a indústria catarinense cresceu a uma velocidade maior do que a média nacional (14,8% contra 10,7% do Brasil), sendo Joinville e Blumenau os dois pólos mais importantes, se destacando a indústria do vestuário, a metalurgia e calçados (CUNHA, 1992: 108).

Como vimos, até o início dos anos 1960, Santa Catarina era um Estado predominantemente agrícola. A industrialização limitava-se às áreas têxtil, alimentação e mobiliário, destacando-se as cidades de Blumenau, Joinville e Brusque. A mão-de-obra existente no local supria as necessidades da produção das empresas. No entanto, a partir da administração dos governos militares, o Estado brasileiro passou a intervir nas empresas, injetando vultosas somas de capital para sustentar o modelo de desenvolvimento econômico adotado. Suas indústrias entraram na década de 1970 fortalecidas e Jaraguá do Sul destacando-se no setor metal-mecânico e na metalurgia (MICHELS, 1998: 136).

Quase sempre, nos textos sobre a gênese da industrialização catarinense, encontramos a idéia da vocação de várias regiões (Vale do Itapocu, Alto Vale do Itajaí e Norte) para a indústria, o desenvolvimento¹⁵ o progresso¹⁶. Ademais, sempre aparece a imagem do imigrante empreendedor, aquele que, vencidas as primeiras etapas da colonização, canalizou seus esforços e sua criatividade à industrialização, aqueles que lançaram a pedra fundamental de tudo o que temos e somos.

Hering (1987: 12ss) enumera as características responsáveis pelo desenvolvimento da industrialização nestas regiões: investimento exclusivo de recursos próprios, garantindo a estabilidade econômica dos empreendimentos industriais; independência em relação aos governos, com a ausência de subsídios e favores¹⁷; a auto-suficiência e a solidez das indústrias – nas quais os empreendedores locais contam com excelente mão-de-obra, de mesmo fundamento cultural, isto é, com mentalidade e disciplina adequadas à produção industrial –, expressas na capacidade de se manter no mercado e resistir a conjunturas difíceis.

¹⁴ Em 1975 foi criado um instrumento de ação governamental que dedicava-se ao financiamento industrial, o BADESC.

¹⁵ “Uma noção que visa escamotear a história sob a aparência de assumi-la é a noção de desenvolvimento. Nesta, pressupõe-se um ponto fixo, idêntico e perfeito, que é o ponto terminal de alguma realidade e ao qual ela deverá chegar normativamente. O progresso, colocando a larva, e o desenvolvimento, colocando a ‘boa forma’ final, retiram da história aquilo que a constitui como história, isto é, o inédito e a criação necessária de seu próprio tempo. Colocando algo antes do progresso (o germe) ou depois do processo (o desenvolvimento), a ideologia tem sérios compromissos com os autoritarismos, uma vez que a história de uma sociedade passa a ser regida por algo que ela deve realizar a qualquer preço. Passa-se da história ao destino” (CHAUI, 1997: 29-30).

¹⁶ “Talvez uma das formas mais extraordinárias pela qual a ideologia neutraliza o perigo da história esteja em uma imagem que costumamos considerar como a própria história ou a ‘essência’ da história: a noção de progresso. Contrariamente ao que poderíamos pensar, essa noção tem em sua base o pressuposto de um desdobramento temporal de algo que já existira desde o início como germe ou larva, de tal modo que a história não é transformação e criação, mas explicitação de algo idêntico que vai apenas crescendo com o correr do tempo” (CHAUI, 1997: 29).

¹⁷ Em relação à Jaraguá do Sul uma matéria do Correio do Povo (13/03/1970: 1), desmente esse argumento, pois segundo ele “nosso desenvolvimento depende da atenção que o Governo Estadual nos dispensar. Nossa modernização depende de ações em energia elétrica, transportes, comunicações, ensino, saúde, saneamento, habitação, expansão industrial, agricultura e segurança pública”.

Vidor e Michels vão ser os tons dissonantes. Para Vidor (1995: 5-6), o clichê comumente citado de que o Vale do Itajaí é a região rica de Santa Catarina, não corresponde à verdade na medida em que a riqueza foi e tem sido construída sobre a mão-de-obra mal paga, por isso a existência de bolsões de riqueza ladeados por exércitos laboriosos, submersos na pobreza. Bairros e loteamentos de péssima qualidade, sem infra-estrutura adequada, cujo acesso por transporte coletivo é apenas sofrível. População sem acesso a estrutura de apoio social básica, como moradia, postos de saúde, creches, educação, esportes, lazer, sem mencionar a restrição de acesso aos próprios bens industriais que esta população produz. A industrialização catarinense assentou-se sobre o trinômio divisão social do trabalho, acumulação de capital e exploração da mão-de-obra.

Michels (1998), por seu turno, não apenas faz uma revisão criteriosa da produção acadêmica sobre a industrialização catarinense, mas elabora uma crítica contundente ao chamado “modelo catarinense de desenvolvimento” e aos autores que, em maior ou menor grau, o respaldaram teoricamente. Para ele, a industrialização de Santa Catarina a partir dos anos 1960 não é fruto do desenvolvimento linear de uma economia que, vencidos os sucessivos estágios de subsistência, do comércio, da oficina ou pequena manufatura, de formação do mercado interno, chega finalmente a compor grandes conglomerados industriais. Tão pouco ela é obra da capacidade e da ousadia do empresário-empREENDEDOR catarinense.

Longe disso, ela resulta da intensa ação estatal em benefício dos grandes grupos e da superexploração do trabalho. Foram os recursos da sociedade catarinense, via Estado, e outros agentes financeiros regionais e federais, que possibilitaram o enriquecimento privado daqueles que hoje constituem os grupos de porte internacional. Por outro lado, enquanto as instituições públicas estaduais e federais vão encerrar os anos 1980 desprovidas de fundos próprios para sequer funcionar em mínimas condições, verifica-se, concomitantemente, o vertiginoso aumento do patrimônio dos grupos privados e o acentuado empobrecimento da sociedade catarinense (MICHELS, 1998: 186-187). Enquanto as empresas crescem, a população vê cair seu nível de vida, seja pelos baixos salários, seja pela ausência de serviços públicos em educação, saúde, habitação e saneamento.

A partir da década de 1950 o desenvolvimento industrial de Jaraguá do Sul está ligado ao processo de crescimento que o país, como um todo, está passando. Assim, quando suas indústrias começam a mudar sua atuação no mercado nacional, e em determinadas áreas de consumo em busca de mercados externos¹⁸, acompanham o modelo exportador brasileiro e agindo em conformidade com as políticas oficiais.

¹⁸ De maneira geral, os países para onde são exportados produtos jaraguenses são: Alemanha, Japão, Estados Unidos, Itália, Bélgica, Austrália e vários países da América Latina. Uma malharia exporta para mais de 20 países da Europa e possuía, em 1996, mais de 15 mil pontos de venda espalhados pelo Brasil.

A década de 1960 marca o início da industrialização dinâmica na região, tendo contribuído para isso uma série de fatores, entre os quais a instalação, em 1959, do Banco do Brasil, que possuía recursos da Aliança para o Progresso, uma espécie de mini-plano Marshall para a América Latina, e que vão ser colocados à disposição daqueles que têm indústrias e querem ampliá-las, ou àqueles que querem abrir uma, e a construção de duas rodovias federais, as BRs 116 e 101¹⁹ que, cortando o Estado, o integra de forma concreta ao resto do país.

No início dos anos 1960 Jaraguá do Sul possuía indústrias de derivados de leite e de suínos, serrarias, fábrica de tecidos e malha, de bebidas, de chapéus, metalúrgicas (escapamentos para automóveis, secadores para cereais, peças de reposição, máquinas agrícolas, alambiques e geradores elétricos), química, alimentos, torrefação de café, fábrica de balas e de doces e curtumes. Essas indústrias somavam 126 estabelecimentos, que ocupavam 1.261 trabalhadores (PMJS: 1982: 4-5). Esse mesmo período marca a ascensão do ramo metal-mecânico na região de Joinville, superando a hegemonia da indústria tradicional representada pelos têxteis de Blumenau e Brusque.

Em 1982 essas indústrias somavam 370 nos mais diversos ramos de atividades, e ocupavam cerca de 15.500 trabalhadores em uma população de aproximadamente 50 mil habitantes. Os destaques eram a indústria de alimentação, do vestuário, fiação e tecelagem, metal-mecânica e do material elétrico, da construção civil e do mobiliário. Além dessas, pertencentes a setores específicos, haviam fábricas de sabão, de embalagens de papelão, curtumes, de industrialização de fumo, de velas de cera, de artefatos de borracha, de telas de arame, marmorearias etc (PMJS: 1982: 5-7).

No início dos anos 1990 Jaraguá do Sul possuía 576 indústrias que empregavam 27.757 trabalhadores. Em meados da década haviam em torno de 700 indústrias, se destacando o setor do vestuário, o metal-mecânico, o alimentício e o da construção e do mobiliário. Em 2001 cerca de 30 empresas exportavam para os cinco continentes, o comércio gerava cerca de 3.600 empregos diretos em 2.669 estabelecimentos e o setor de serviços também apresentava bom desempenho, empregando mais de três mil pessoas em 1.636 estabelecimentos (A Notícia, 25/07/2001: 3).

2.1 – Jaraguá do Sul: discurso e realidade.

Jaraguá do Sul, ao mesmo tempo que está envolta em discursos²⁰ que a torna rica “de mercadorias e de lucros”, nem percebe, ou não quer perceber, a “nuvem de gordura e fuligem” que marca efetivamente o cotidiano da maioria de seus moradores, notadamente os da periferia, dos

¹⁹ A BR 101, por exemplo, está localizada a menos de 40 km de Jaraguá do Sul.

²⁰ “Entendemos por discurso uma unidade de conteúdo que organiza as significações em direção a um sentido, que por sua vez organiza uma concepção de mundo, de homem, de saber e de sociabilidade” (GOMES, 2002: 24).

morros, os pobres, os migrantes; este é o caso de uma cidade onde os conflitos são escamoteados pelos poderes constituídos, dando a idéia de harmonia e legitimando as relações de classe e poder através de discursos feitos em nome de noções e valores ideológicos como trabalho, disciplina, civilização e progresso. Isto é o que chamamos discurso Jaraguá do Sul.

Este discurso, que pretende a construção de uma cidade harmônica, bela e progressista, habitada por cidadãos trabalhadores, disciplinados e ordeiros, cenário onde se desenrola a ação contínua e permanente rumo ao progresso e ao desenvolvimento²¹, está assentado em uma dimensão consensual que não prevê nenhum espaço de dissenso, de contestação. Nele, a cidade está acima de tudo e de todos, mas não para todos.

O discurso, a estrutura, os argumentos e as imagens sobre o espaço representam uma racionalidade que se afirma como coletiva, embora seus conteúdos escondidos revelem a privatização do público. Esse discurso tem o poder disciplinar de nos apresentar uma orientação de vida: adoção, internalização e ação (GOMES, 2002: 27). Quer sejam da tradição oral ou estabelecidos em livros, são nos discursos que as normas encontram sua expressão. Contudo, esses discursos nada significam a não ser que se realizem numa prática. Assim, por exemplo, depois do discurso negativo, ou junto com ele, sobre os migrantes, deve-se ter uma ação contra eles da comunidade como um todo, uma ação que justifique e legitime este discurso de negatividade.

Escudados no caráter e na autoridade oficial de suas fontes, este discurso constrói uma mitologia da cidade e suas relações, no enfoque dado ao termo por Barthes (1985: 145), para quem o mito possui um caráter imperativo e interpelatório, isto é, “tendo surgido de um conceito histórico, vindo diretamente da contingência, é a mim que ele se dirige: está voltado para mim, impõe-me a sua força intencional; obriga-me a acolher a sua ambigüidade expansiva”.

Nos mecanismos de inclusão social utilizados na construção da imagem de Jaraguá do Sul há aquilo que Barthes (1972 apud GARCIA, 1997: 24), descreve como verossimilhança do discurso dominante. De fato, o discurso foi tornado verossímil, capaz de parecer-se às representações que se tinha da realidade urbana, produzindo ressonância junto àqueles aos quais se dirige. Os recursos empregados para obter a verossimilhança produzem o efeito de realidade no discurso – verbal e visual – que se apresenta como transparente. Esta transparência, que produz a sensação de remeter diretamente à realidade, é o resultado de recursos que ocultam suas condições produtivas.

Estes discursos objetivam o apagamento das diferenças e contradições existentes na cidade, jogando-os, deslocando-os para a individualidade dos moradores. Neste processo

²¹ “Precisamos reconhecer que Jaraguá do Sul não é mais um município acanhado, dormindo no sono esplêndido de cidadezinha pacata, tradicional e modesta. Não! Ela cresceu pelo espírito indômito do trabalho fecundo de sua gente. Desenvolveu-se na capacidade extraordinária de seus empresários e pela imprescindível e brava força de trabalho de seu povo, transformando-se no 3º. Parque Industrial de Santa Catarina” (Jaraguá News, 26/11/1992: 2, editorial).

divisões e diferenças aparecem como simples diversidade das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições, longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, aparece como um conjunto de esferas identificadas umas às outras, harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas, condições para que um poder unitário se exerça sobre a totalidade do social e apareça, portando, dotado da aura da universalidade (CHAUI, 1997: 21).

Ao reproduzirem simbólica e parcialmente as relações da sociedade, acabam produzindo, pelo exercício do poder, uma realidade que se apresenta como verdadeira. Uma sociedade que é atravessada por conflitos, antagonismos e contradições, tem que aparecer como una, indivisa e harmônica, de forma a ocultar seus problemas.

A criação e manutenção de símbolos têm o poder de arregimentar idéias, expressões e colocá-las a serviço desta ou daquela estrutura; as noções de ordem, grandeza e progresso são expostos como verdades absolutas e necessárias para o desenvolvimento de toda a cidade, e são encaradas como realidades únicas e para todos e atuam como catalisador da (i)mobilidade social (MEURER, 1993: 50). Porém, a realidade é mais dura do que querem fazer crer os relatórios técnicos e discursos hegemônicos²².

Nestes discursos objetivos, com pretensões a absolutos, difundidos para serem consumidos como verdades e não como reelaborações, a cidade é furtada, reconstruída e restituída àqueles que a vivem, de modo a criar a idéia de uma cidade sem problemas, sem mazelas, habitada por um povo ordeiro, progressista e trabalhador, que a construía para seu grande destino de cidade brasileira, tal como afirmou Jourdan no dia da “fundação”²³. Fica evidente a nítida ênfase predestinacionista do Jaraguá ao sucesso, onde civilização e progresso são as constantes desta matriz discursiva, não apenas como referencial futuro, mas também como enunciadoras de práticas e intenções no presente²⁴.

Nesta imagem idealizada da cidade, fundem-se empresários e operários na construção do desenvolvimento industrial, assim reconhecidos, pelo menos, no discurso; no entanto, não se permite o acesso de todos aos benefícios do progresso. Neste discurso em que empresários e trabalhadores aparecem juntos, como construtores e beneficiários, está o disfarce da exclusão, camuflada pela ideologia do bem-estar²⁵ a ser alcançado por todos, muitas vezes incorporado pelo trabalhador.

²² Por hegemônicas entendemos as elaborações de fontes governamentais propriamente ditas e também outros discursos, identificados com as classes dominantes, embora fora do âmbito estatal. São textos de jornalistas, escritores e outros, que, partindo da ótica das elites de Jaraguá do Sul, constroem e textualizam a cidade à sua imagem e semelhança.

²³ “Sábado de aleluia, (15 de abril), pelo clarear do dia, passou-se a canoa à margem direita do rio (...). Foi ali que Jourdan pronunciou: ‘Rapazes, aqui eu quero fundar uma grande usina de açúcar. Esta terra será de grande futuro para o Brasil’” (STULZER, 1972: 71).

²⁴ “As vaías, apupos e xingamentos registrados em Jaraguá do Sul, comunidade tradicionalmente pacata e ordeira, durante a greve [dos metalúrgicos, em abril de 1987] encomendada e armada por agitadores tradicionais, não atingiram apenas homens e mulheres que desejavam comparecer ao trabalho, mas principalmente feriram a harmonia de cidades como Jaraguá do Sul e Guaramirim, onde a violência e baderna não fazem parte do cotidiano” (SCHUBERT, 1987: 2).

²⁵ Na verdade Jaraguá do Sul é uma cidade industrial média que apresenta inúmeros problemas de grandes cidades, como favelização, formação de gangs, loteamentos irregulares e clandestinos, e ocupação de morros.

Assim, estes discursos nos remetem à uma leitura que esconde os processos sociais e as contradições existentes nos morros, na periferia, pois se busca uniformizar a cidade sob alguns símbolos que levam à homogeneização do tecido social. O discurso dominante procura manipular a associação entre a positividade do lugar e a positividade da identidade social coletiva, e a exacerbação da positividade permite a defesa da identidade da cidade frente ao olhar externo, mesmo quando a realidade cotidiana, com suas contradições e conflitos sociais, encontra-se em franco contraste com as qualidades presentes na imagem construída através de imagens-síntese (GARCIA, 1997: 67).

Estas imagens-síntese conformam valores e crenças, fornecendo elementos àqueles que, envolvidos com o marketing e a mídia, procuram articular às atividades econômicas e sociais determinados elementos consensuais do discurso sobre a cidade, visando, ao mesmo tempo, a conquista e a manutenção do poder econômico e político. Elas são produzidas, sobretudo, pela seleção simbólica de partes do espaço urbano que são tornadas referências expressivas da totalidade urbana. Ocorrem, dessa maneira, processos de exemplificação, seleção, exclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais e culturais de apropriação.

A construção do imaginário enquanto representação, mais que uma simples linguagem, constitui-se em condição de conquista de uma relação de dominação. A fixação de novos valores está diretamente relacionada com a ideologia²⁶ dominante, sendo, portanto, instrumento necessário à legitimação e ao reforço do poder. Segundo Moura (2001: 216), a produção bem-sucedida desta imagem urbana, que fortalece o orgulho cívico e a lealdade ao lugar, vem-se oferecendo como grande contribuição ao empresariamento urbano na econômica globalizada.

A construção da imagem da cidade está intrinsecamente ligada a representações e idéias. Trata-se de uma construção social, subordinada à visão de mundo daqueles que, ao se imporem como atores dominantes nos processos de produção do espaço, também ocupam posições privilegiadas para dar conteúdo ao discurso sobre o espaço, fazendo eco ao projeto de forjar uma nova harmonia dos vínculos sociais. Assim, “cidade alemã”, “cidade com qualidade de vida” e “cidade pacata”, são os vários produtos, emblemáticos já no seu nome de batismo, que Jaraguá do Sul vende vis-à-vis com produtos materiais.

Desta forma, a renovação da positividade da cidade, através da seleção de fragmentos da realidade urbana, é uma preocupação constante. Para manter o seu domínio e superioridade na região,

²⁶ A ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as idéias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. Ela é a maneira pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência, por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. O discurso ideológico é aquele que pretende obter a identificação de todos os sujeitos sociais como uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante (CHAUI, 1997: 3).

Jaraguá do Sul é comparada, nos discursos políticos e econômicos dominantes, a grandes cidades, de forma a afirmar uma identidade que atende aos interesses do capital, que exclui espacial, social e economicamente a maioria da população. Para isto, o poder político²⁷ e econômico²⁸ utilizam-se de diversos mecanismos formadores de opinião, como a mídia²⁹.

A construção desta imagem estereotipada intensificou-se nos últimos anos³⁰, ocultando a outra Jaraguá do Sul, que cada vez mais pobre e mais parecida com tantas outras cidades do Estado e do país, se expande clandestinamente, subindo as encostas dos morros, ocupando a periferia, levando a problemas ambientais.

Uma primeira leitura de trabalhos historiográficos sobre Jaraguá do Sul³¹, ou mesmo publicações periódicas de empresas, artigos jornalísticos e editoriais, poderá levar o leitor a pensar que trata-se de um povo cujo estágio econômico e político difere desproporcionalmente de outras partes do país. No entanto, se estes documentos forem analisados sob uma luz crítica, histórica, perceber-se-á a construção de um imaginário distorcido do dia-a-dia da cidade, e se revelará nítida, então, uma estrutura tão exploradora quanto qualquer outra.

Jaraguá do Sul é uma cidade que foi sendo construída para ser vendida, tanto a turistas quanto para possíveis investidores. Diante disto, temos a maquiagem germânica das construções e a mistura dos tempos. O ambiente da cidade é reterritorializado, onde se dá ao artificial a legitimidade do real, restaurando o passado e a história, que são postos em movimentos nos discursos, nas idéias. Assim, os signos dados a ver, na produção destes simulacros, aspiram a ser a própria realidade e abolir contradições, num continuum sobre o qual não se é estimulado a pensar, ou há quase uma interdição à reflexão (FLORES, 1997: 22).

Como vimos, a municipalidade e os empresários lançam mão de um discurso estável, coerente e homogêneo, onde o progresso da cidade representa uma questão de honra – e dever – em

²⁷ “Jaraguá do Sul 115 anos: esta cidade tem motivos para comemorar (...): natureza privilegiada e preservada; destaque na economia do Estado e do país; um governo sério, transparente e realizador. Tudo isso é resultado da união de esforços de um povo preocupado com o futuro da cidade. Parabéns jaraguenses. PMJS” (Jornal de Santa Catarina, 25/07/1991: 2).

²⁸ “A todos que inspirados no lema ‘Grandeza pelo Trabalho’, contribuem para o desenvolvimento da comunidade jaraguense, vencendo lutas e desafios nessa longa data e brilhante trajetória de 112 anos, expressamos nossa profunda admiração e prestamos nossa homenagem. Parabéns Jaraguá do Sul. Metalúrgica Industrial Henipe Ltda” (Jornal de Santa Catarina, Julho de 1988: 6).

²⁹ A mídia tem um papel especial na dissimulação da realidade do ambiente construído e na construção da sua representação sobre os espaços de distinção. É evidente também que a representação ideológica é um instrumento de poder – dar aparência de ‘natural’ e ‘geral’ a um ponto de vista que nega a realidade e que representa a visão de uma minoria. O que se quer destacar é que não se trata apenas de uma manipulação sem consistência. A manipulação das informações leva em conta aspectos que estão plantados no imaginário da população, ligados a seus paradigmas históricos, à sua identidade ou ainda à sua vontade de mudança de paradigmas existentes (MARICATO, 2001: 162).

³⁰ A construção da imagem para consumo externo de cidade alemã é, de certa forma, uma resposta ao seu diluimento nos fluxos migratórios internos mais recentes. A Schützenfest deu continuidade a este processo de construção de uma imagem que já não correspondia mais à totalidade de Jaraguá do Sul.

³¹ As principais referências estão nos textos de Frei Aurélio Stulzer (1972), Emílio Silva (1975) e Paolo Nosella (2001).

relação ao passado. Dessa forma, reforça-se e mantêm-se os valores dos primeiros colonizadores desde sempre e para sempre, numa espécie de mito fundador³² da cidade.

Então, os “fundadores” de diversos tipos³³ expressam a idéia da continuidade da caminhada em direção ao progresso, à pujança da cidade; esses são valores que devem estar sempre presentes para todos os que moram na cidade, que é o que é por conta de seu fundador, dos primeiros colonizadores. Dessa maneira, os alemães não deixaram nunca de ser apontados como os únicos responsáveis pelo progresso, esquecendo-se de mencionar, na maioria das vezes, o grande número de outros imigrantes e demais grupos de migrantes que ajudaram a construir a cidade. Os negros que vieram com Jourdan, por exemplo, não são sequer mencionados nas comemorações oficiais³⁴. Foram relegados ao esquecimento, enclausurados em um morro, o Morro da África, hoje Morro da Boa Vista, e lá devem permanecer, de preferência sem descerem à cidade branqueada pelos imigrantes europeus que ocuparam suas terras depois que o poder público ajudou a limpá-las a ferro e fogo no início do século XX³⁵, conforme veremos.

Do trabalho dos homens ao longo do tempo ficaram como seus mais claros símbolos as festas, os emblemas, os monumentos, as construções. Assim, da “missão civilizadora” de Jourdan advém sua força ideológica e a imagem que persiste até hoje sobre sua obra, uma imagem que é divulgada acriticamente em livros, nas escolas e nos jornais em diversos momentos, como o da comemoração da “fundação”.

As figuras do passado são sempre protegidas por um véu bordado de sonhos, projetos e encantamento. Véu semelhante cobre a figura que os historiadores jaraguaenses consagraram como sendo do fundador da cidade, Emílio Carlos Jourdan. Quase todo jaraguaense conhece esse nome. Vindo da Europa, esse emigrante era aventureiro, engenheiro e soldado. De certa forma, ele representa os valores dos que dominaram a natureza selvagem e bravia, valendo-se da ciência e técnica adquiridas no estudo. (...). De fato, essa valorização do progresso é uma perspectiva importante, um valor enraizado na tradição e no sentimento da população jaraguaense, marcada pelo espírito dos imigrantes europeus, sobretudo dos alemães luteranos (NOSELLA, 2001: 23-24).

Quis a bondade dos diretores do Jornal Correio do Povo que fosse eu a intérprete do sentir da alma jaraguaense no momento em que se inaugura a herma do bandeirante desta terra – Emílio Carlos Jourdan. Não fosse o sentir com ela, como jaraguaense que sou, a mesma satisfação e o mesmo orgulho, certo declinaria do convite por achá-lo superior a minha inteligência e ao meu preparo. Há

³² “Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda fundatio, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal” (CHAUI, 2000: 9).

³³ A história se constrói através de heróis, onde se obscurece as marcas da coletividade, eliminando-se o cotidiano e sua construção, tanto em sua dimensão de repetição da necessidade e do desejo do consciente e do inconsciente, quanto daquela que põe de manifesto contradições e desigualdades, satisfações e insatisfações (CARLOS, 2001: 13).

³⁴ Na negação da identidade social do mundo da norma, no não reconhecimento de sua presença no tempo histórico, na estigmatização das suas práticas e na sua exclusão do espaço urbano configura-se a dificuldade de realização da cidadania.

³⁵ “(...) a marginalização histórica é o corolário de um processo que tem seu começo nas práticas, também históricas, de marginalização social. O poder de excluir da memória coletiva agentes e personagens da história nunca foi um ato político sem importância (BENATTI, 1999: 7).

para mim, no entanto, neste convite, mais que uma simples deferência – há um dever. (...) temos um preito de gratidão à sua memória, sagrada para todos, eternizando-o no bronze, como já o tínhamos na lembrança, eternizada na saudade³⁶.

Os elementos atribuídos ao pioneirismo alemão e apropriados por essa memória, são manipulados no sentido de incutir no povo a obrigação moral de se suplantar todos os obstáculos, tal como os colonizadores. Isso expressa, também, um desafio: os habitantes atuais da cidade devem ser dignos dos antepassados, lembrados como fortes, trabalhadores e corajosos. Por isso, sua identidade étnica deve permanecer impermeável ao tempo e às oscilações da história; permanecer viva como elemento de coesão e continuidade entre passado e presente, enaltecendo sempre os aspectos positivos da colonização em sua sempre incontida tendência de olhar com ufanismo o progresso jaraguense, como podemos ver na interpretação poética do Brasão de Jaraguá do Sul, A Coroa Mural³⁷.

(...). 2º. Quartel

Tipo humano zeloso o obreiro esse,
que esta terra fértil e generosa habita;
terra dadivosa que na safra opulenta
o suor vertido, abençoado, recompensa.

Loiro, da raça germânica lendária,
trabalha, cultiva com sangue viril,
senhor de si, escravo de ninguém,
na gleba dos antepassados herdada.

3º. Quartel

Polias múltiplas a girarem, célebres,
máquinas de inigualável progresso,
jamais estacionará esta Jaraguá
ao ritmo uníssonos do porvir feliz;
estás, Jaraguá, na frente, respeitada,
quem se iguala à tua fibra, teu labor?
O espírito do progresso que em ti freme
em ti, ó Jaraguá, jamais se extinguirá.

A imagem de cidade alemã destacou-se diante das demais representações que formam o imaginário local, cujo símbolo é construído diariamente; suas cores vivas são elementos certos para ofuscar um mundo concreto, recheado de espoliações sociais. Contudo, o que se percebe é a formação de uma real Jaraguá do Sul, constituída de pobres, migrantes e negros. É uma cidade que é dividida não pelos morros, propriamente ditos, mas por um processo histórico que possui duas fases: o lado do

³⁶ Discurso proferido por Marília Walther Crespo, exaltando a obra do “invicto bandeirante desta terra” no dia da inauguração do busto de Jourdan na Praça da Bandeira, em 04/10/1941. Como a praça é local de passagem obrigatória para muitos moradores da cidade, é nela que o busto foi colocado como um mecanismo de exteriorização do poder.

³⁷ A Coroa Mural é de autoria de Rudolf Hirschfeld e foi composta em agosto de 1979. O Brasão de Jaraguá do Sul foi idealizado por Eugênio Victor Schmöckel e desenhado por Moacyr Silva, tendo sido sancionado em 29/11/1968.

morro, da periferia, dos trabalhadores, dos migrantes, e o lado do progresso, da ordem, do desenvolvimento, onde tudo caminha a contento e todos vivem felizes.

Os dados étnicos nunca são evocados, atribuídos ou exibidos por acaso, mas manipulados estrategicamente pelos atores, como elementos de estratagemas, no decurso das interações sociais, por exemplo, para exprimir a solidariedade ou a distância social, ou para as vantagens imediatas que o ator espera obter pela apresentação de uma identidade étnica particular (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998: 168). A etnia, seja qual for sua base, é um modo prontamente definível de expressar um sentimento real de identidade grupal que liga os membros do “nós”, por enfatizar suas diferenças em relação a “eles” (HOBSBAWM, 2000: 247).

Este é um tempo uniforme e homogêneo. Nele, a diversidade dos agentes sociais tende a ser nivelada num mito frágil a uma crítica posterior, mas de perene eficácia ideológica: o mito de uma comunidade de destino que estaria na origem da cidade e que teria irmanado, num mesmo e único projeto, desde o fundador até o último trabalhador do Estabelecimento Jaraguá, como se a colônia fosse uma única, grande e harmoniosa família, sem conflitos e sem problemas. O que vale ser lembrado é a batalha árdua contra a floresta, contra os indígenas, contra o abandono do governo, num pacto social constitutivo, atualmente, da própria cidade. Por outro lado, a exclusão da história é um desdobramento de uma posição subalterna ou marginal na hierarquia da sociedade. Ela faz parte dos mecanismos de formação de uma memória histórica hegemônica, que é a versão que os vencedores impõem do passado e que legitima sua dominação no presente.

Legitimando um imaginário que encobre o real e é confundido com esse, estes valores são impostos como verdadeiros e absolutos; trata-se de uma imagem construída para sustentar a exploração e a desigualdade. Pode-se dizer que essas são imagens brancas criadas para apagar as imagens negras da alteridade, num jogo de relações marcadas pela tensão e pelo conflito; que são discursos hegemônicos que se sustentam, a um só tempo, pelas práticas de exclusão e inclusão, num jogo de tensões permanentes. Mas, a condição para incluir a uma certa ordem é excluir do convívio social, e se não é possível excluí-lo, então que se esconda longe do centro da cidade³⁸.

Trata-se, então, de identificar os caracteres de uma sociedade, cuja dominação econômica dá-se através de um distanciamento entre prática e discurso, que tem como objetivo primordial estampar uma imagem da cidade onde o povo é ordeiro, honesto e trabalhador. Ou ainda, nas suas entrelinhas, percebe-se que estas qualidades existem devido à sua origem germânica e que os “outros” não as têm.

³⁸ Não causa estranheza, então, a idéia de um prefeito nos anos 1990 de construir loteamentos populares longe do centro, assim como pretendeu-se retirar os trilhos de trem do centro e construir uma usina de reciclagem de lixo em um bairro distante, pois historicamente a elite de Jaraguá do Sul vem fazendo isso, como quando mandou atear fogo nas casas dos negros para expulsá-los de áreas que depois seriam vendidas para imigrantes europeus.

Na cidade, a valorização do trabalho alemão³⁹ rompeu os limites da etnia teuto-brasileira, para se tornar um dos critérios fundantes de sua identificação.

Com uma cultura voltada ao trabalho, próprio da descendência européia, o jaraguaense destaca sua cidade (...). Aqui, o esforço de cada um, em sua atividade, fortalece o caminho na busca de melhores dias. Neste contexto destaque-se o empreendedorismo de nossos industriais, das autoridades, e notadamente do cidadão. Todos, parceiros, ensejam à Jaraguá do Sul, o conceito de que ‘aqui é um bom lugar para se viver’, parafraseando o fundador Emílio Carlos Jourdan (A Gazeta, 08/12/2000: 2).

Os signos do progresso são buscados em toda parte como prova histórica da consumação de um novo espaço-tempo social, aonde experimenta-se a impressão de uma aceleração vertiginosa do tempo histórico. Vencida a relativa letargia dos anos primordiais, em que o progresso e a riqueza permaneceram mais como potência latente nas entranhas da terra que como realização visível e concreta, a eufórica celebração do novo toma conta dos espíritos. Agora, a cidade é motivo de justificado orgulho, de ufanismo progressista e de um entusiasmo que atinge o paroxismo.

Mas o progresso jaraguaense não “caminhava com suas próprias pernas”, pois no início da década de 1970 o Correio do Povo chamava atenção para a nova era que estava rompendo em Santa Catarina. Nela, o jornal sustentava que o desenvolvimento da cidade dependia da atenção que o futuro governador, Colombo Machado Salles, iria dispensar à região. A preocupação se justificava em nome de um projeto de modernização que compreendia

ações em energia elétrica, transportes, comunicações, ensino, saúde, saneamento, habitação, expansão industrial, agricultura, segurança pública, como recursos para a manutenção da delegacia de polícia, viatura e aumento do destacamento policial (Correio do Povo, 13/03/1970: 1).

Ao que parece a atenção tão desejada foi dispensada, de modo que apenas dois anos depois podíamos ler no A Gazeta de Jaraguá (12/01/1972: 1) que o desenvolvimento de Jaraguá do Sul era um fato inegável, irrefutável, sendo que em todos os setores (indústria, comércio, agricultura, pecuária e cultura) notava-se um fortalecimento, um desejo de progredir, uma união de forças que se congregavam para um caminhar seguro em busca do ideal de crescer. Além disso

³⁹ Um dos componentes mais importantes da ideologia étnica teuto-brasileira é a idealização do trabalho, que procura marcar uma diferença, considerada fundamental, entre os membros do grupo e os que não pertencem a ele. O hino de Jaraguá do Sul, por exemplo, tem no trabalho o seu significante mais expressivo, não apenas como letra, mas como característica que pertence à toda cidade. Vejamos: “Entre montes altivos engastada, marginando corrente prateada, vibra um povo querendo progresso, crescimento, trabalho e sucesso. Jaraguá do Sul, és vibrante, não haverá quem te suplante, teu povo alegre e varonil, tem por lema: avante Brasil. De teus campos abertos em flor, da indústria a todo vapor, brotam rios de riqueza a sorrir, para o dia de amanhã que surgir. Teu brasão tem o verde: é esperança; o vermelho: este povo que avança, ao rufar dos tambores marchamos pela terra que é nossa e que amamos” (Letra de Rudolfo Hufenüssler e música de Alceste Bérry). Observamos, porém, que o hino não remete diretamente para os alemães, mas suas referências indiretas estão ligadas a eles.

comentando-se o fato numa análise mesmo que não muito aprofundada, seria de má intenção omitir-se a participação sem dúvida imprescindível dos poderes municipais, legislativo e executivo, cujos espíritos de boa vontade, denota-se, estão voltados para o bem comum, idealizando e realizando, dentro das possibilidades as vezes restritas, nem sempre suficientes para os compromissos que se avolumam. Mesmo assim, em Jaraguá do Sul se constrói estradas, esgotos, calçamento, escolas (...).

Seria possível tamanhas mudanças em apenas dois anos? Lembremos que Jaraguá do Sul, em 1970, reclamava atenção do futuro governador para com o seu projeto de modernização. Outra contradição resulta dessa: como seria possível que Jaraguá do Sul, numa antevisão baseada no ritmo do presente – não muito acelerado, segundo o jornal – num curto espaço de tempo, se transformasse numa “cidade quase irreconhecível, dado ao grande impulso que receberá em conjunto”?

Exatos dez dias depois, porém, a visão do jornal sobre a cidade seria negativa, principalmente no que dizia respeito ao turismo e opções de lazer para aqueles que vinham de fora e para os que moravam em Jaraguá do Sul⁴⁰. Após discorrer sobre a pujança da indústria, comércio, agricultura e ensino, o articulista chamava a atenção para o fato que

existem outras tantas coisas muito importantes para um município que se desenvolve e que, no entanto, em Jaraguá do Sul estão sendo esquecidas, em virtude talvez, de um nítido e característico comodismo que envolve a nossa sociedade, com pequenas exceções. (...) o Turismo, parece que o jaraguaense nem sequer sabe o que isto significa. O visitante que aqui chega, além de não ter onde repousar com conforto e segurança devido a falta de bons hotéis, além de lhe faltar um ambiente de classe onde fazer suas refeições, nada encontra como atrativo, como cartão de visita que possa recebê-lo com agrado (A Gazeta de Jaraguá, 22/01/1972: 1).

No final, o jornal pedia para que os comerciantes, industriais, homens de posses, dirigentes de entidades sociais e a força jovem acordassem para a realidade, haja vista que a cidade não podia e não devia ser só indústria, comércio, agricultura e ensino. Para ele, Jaraguá do Sul precisava ser “atraente, agradável, confortável, sociável, receptiva, impressionável”.

Porém, ao que parece, o jornal não estava efetivamente preocupado com as questões acima, de sorte que alguns meses depois voltou a tratar do assunto progresso sob a ótica da indústria, ressaltando o crescimento da “Metrópole do Dinamismo”, que em 1976 iria completar seu centenário, ocasião na qual deveria “mostrar com franqueza aos inúmeros visitantes e forasteiros que aqui virão, a sua pujança, as suas realizações⁴¹, o seu progresso” (A Gazeta de Jaraguá, 01/07/1972: 1).

⁴⁰ De acordo com o jornal existiam apenas três opções dignas de lazer na cidade: a Lagoa Marcatto, a Associação do Banco do Brasil e a sede campestre do Grêmio Esportivo Juventus. As outras estavam caíndo aos pedaços.

⁴¹ A Revista Dirigente Municipal, do mês de dezembro de 1974, publicou o resultado de um conjunto de estudos e pesquisas, onde apontava a relação dos 500 municípios brasileiros mais desenvolvidos. De acordo com a revista, foram estabelecidos dez índices que pudessem oferecer ao analista um retrato global da situação de cada município, especialmente no que se refere aos equipamentos urbanos. Jaraguá do Sul figurava em 290º. lugar (Correio do Povo, 18/01/1975: 1). Em 1975 o levantamento dos dados deu-se pela pesquisa direta junto aos Municípios, Secretarias estaduais da Fazenda e Telebrás e os classificou pela soma das posições obtidas em função dos valores relativos de dez indicadores. Jaraguá do Sul ocupava a 40ª. posição (Correio do Povo, 13/03/1976: 1).

Segundo o Correio do Povo (13/03/1976: 1) seria o caso de se fazer um carnaval e de reunir o alto mundo empresarial, para festejar o governo que eles mesmos ajudaram empossar, as classes operárias com seus poderosos sindicatos, as TVs, jornais, revistas e rádios. Mas por que o município se esqueceu de comemorar essa conquista? Pelo fato de estarem “acostumados ao trabalho, os jaraguenses passaram por cima dessa notícia que é motivo de admiração em todo o país”.

Todavia, o jornal revelava algo interessante, pois

não temos o maior número relativo de ligações de água, de esgoto, de luz ou telefones, nem o maior número de leitos hospitalares. Somos, contudo, a unidade municipal que apresenta a melhor colocação no conjunto de indicadores, nas áreas econômica e financeira, sociais e infra-estrutura de serviços, dados escolhidos para definir o nível de desenvolvimento integrado, onde prevalecem conceitos que vão desde a capacidade da iniciativa privada de explorar as potencialidades do município até a competência dos administradores municipais em prover a população e as empresas de serviços essenciais ao conforto pessoal e ao adequado desempenho da atividade econômica.

Comemorando os 43 anos de emancipação de Jaraguá do Sul, o Correio do Povo (26/03/1977: 1) afirmava que ela havia dado novo impulso à cidade, apesar das dificuldades iniciais. Ele chamava atenção para o fato de que a partir da década de 1950 os Governos Estaduais se preocuparam com a eletrificação, das quais despontou a Primeira Reunião Econômica do Norte Catarinense, realizada na cidade, sob a idealização do então Prefeito Artur Müller, permitindo o seu desenvolvimento industrial. Por isso o jornal afirmava que

Jaraguá do Sul, que hoje completa o seu 43º. ano de emancipação, é uma colméia de trabalho, que assenta e sua grandeza no trabalho, e que se projeta entre as mais desenvolvidas unidades administrativas do país. Parabéns, Jaraguá do Sul. Parabéns ao seu povo ordeiro e trabalhador; aos empresários de todas as atividades; às autoridades constituídas que tudo fazem pelo bem estar de seus municípios. Que sigas o seu caminho rumo ao grande destino que lhe aguarda na constelação das grandes e evoluídas comunidades brasileiras.

Segundo o A Gazeta de Jaraguá, esse crescimento estava apenas corroborando as palavras de Jourdan quando chegou, ao afirmar “que esta é uma terra de muito futuro”, palavras que se confirmavam a cada aniversário da cidade, habitada por um povo ordeiro e trabalhador. Jaraguá do Sul contava então com 101 anos de fundação, ou “descobrimento”, como pretendia o jornal.

Se o tempo da colonização ficou para trás, ele ocupa agora uma categoria de tempo primordial, tempo mítico de fundação, sendo que a nova fisionomia da cidade atesta essa continuidade. Ela não deixa de ser o corolário do trabalho fundante das gerações passadas, dos tempos do fundador, dos primeiros colonizadores, que construíram uma cidade onde não havia nada, só mata e índios, enfrentando todo tipo de carência e rusticidade.

Perpetuar uma determinada condição para se esquecer seus pesares e penares e exaltar diariamente uma cidade que tem o progresso e o desenvolvimento como vocação, são atitudes que parecem proporcionar ao homem marginal a compensação desejada, acompanhada de uma superestimação de tudo quanto se possa chamar de progresso local (fábricas, hospitais, escolas, sedes recreativas, estradas e pontes). Para Willems (1980: 263-264), é óbvia a função ideológica dos encômios⁴² feitos à laboriosidade germânica, haja vista a abundância de referências à sua energia e tenacidade, que venceram todas as dificuldades, e à inteligência alemã que criou, mais tarde, também uma forma de indústria e comércio, meios que possibilitaram uma crescente prosperidade econômica.

Vejamos alguns fragmentos de matérias publicadas em jornais da região sobre esse progresso⁴³.

O município de Jaraguá do Sul continua figurando entre os primeiros de Santa Catarina e cada vez mais consolidando sua invejável posição econômica, fruto da operosidade do seu povo e do dinamismo dos governantes, empresariado, rurícolas, prestadores de serviço e de todas as classes que formam este todo, impulsionador do progresso, latente, cristalino (Correio do Povo, 23/12/1980: 1).

Muito suor e lágrima fertilizaram este solo que hoje defende a posição de terceiro parque industrial diversificado de Santa Catarina. O amor ao trabalho, a criatividade de seus empresários e a dedicação de seus operários no desempenho profissional, permitiu a construção de uma sociedade humana que resistiu e resiste aos embates da vida moderna, sustentando uma luta hercúlea pela sobrevivência das periódicas crises que se abatem sobre suas cabeças. Graças a tenacidade e obstinação de seus líderes, o parque fabril respira aliviado através das exportações, terçando a espada com os concorrentes onde prima a qualidade do produto a preço competitivo. (...) É a grandeza pelo trabalho que a legenda do nosso Brasão ostenta orgulhosamente (Correio do Povo, 07/04/1984: 1).

Se as cidades tivessem como nome sua vocação, Jaraguá do Sul se chamaria trabalho. Que outro nome você daria para uma cidade com 100 mil habitantes, 3º. pólo industrial de Santa Catarina e que conta com uma administração municipal voltada para a Qualidade de Vida da população? PMJS (Jornal do Vale, 01/05/1996: 17).

Em sua visita à Jaraguá do Sul, no dia 27/09/1998, o Presidente Fernando Henrique **encheu de orgulho o peito dos empresários jaraguenses**. Durante discurso de improviso mencionou as qualidades da cidade e disse que ‘se trabalharmos com afinco, tenho certeza, o Brasil será uma grande Jaraguá do Sul. No dia em que o Brasil inteiro puder ser como Jaraguá do Sul, este país será de Primeiro Mundo. Jaraguá do Sul é a prova de que podemos avançar, o desafio é generalizar o espírito visto aqui por todo o Brasil’ (Jaraguá News, 03/10/1998: 8, grifo nosso).

⁴² “A expressão ‘capazes’ elimina a necessidade de qualquer aprofundamento sociológico, econômico ou político; torna-se desnecessário o entendimento do movimento da sociedade, da correlação de forças. A imagem do homem europeu (alemão) tornou-se símbolo de trabalho, progresso e perpetua-se como algo sustentador de um processo de exploração econômica” (MEURER, 1993: 20).

⁴³ Porém, além de “não caminhar com as próprias pernas”, esse progresso foi poucas vezes questionado. O artigo “Jaraguá: um oásis?”, de Osmar Günther foi uma delas. “Jaraguá cresce, mas será que Jaraguá se desenvolve?”, perguntava ele, afirmando que “preferiu-se cantar a pujança e a força emergente da economia Jaraguense, o 3º. Parque industrial, o 3º. arrecadador de tributos, a capital do chapéu, a capital do motor elétrico, a capital da malha, e não foi dado à Jaraguá do Sul condições de absorver as conseqüências do rápido e acentuado processo de urbanização e industrialização que sofreu. Os resultados disso, para quem quer ver o outro lado da moeda, são nefastos, já despontam e tendem a se agravar, com deficiências graves de infra-estrutura urbana: água, energia elétrica, habitação, favelização, esgoto, poluição, ocupação de encostas, trânsito, subemprego, marginalidade, transporte etc” (GÜNTHER, 1990: 1).

Para Oliveira (2001: 200), o discurso hegemônico contribui para a promoção de consensos fictícios, fundados no ocultamento de conflitos e na despolitização das questões sociais. Segundo Kowarick (1993: 195), a propaganda e o discurso oficial vendem imagens de um sucesso que escamoteia a realidade, que está escondida nos morros, na periferia. Assim, as estatísticas – o alto IDH, por exemplo – e realizações apóiam-se na força de um poder público que, cooptando alguns, beneficiando a poucos e, sobretudo, manipulando e contendo a maioria, consegue decretar a ausência de conflitos sociais.

A cidade tem atraído grande contingente populacional desde os anos 1970. Esses, ao se instalarem como moradores descobrem rapidamente que ela não possui a infra-estrutura necessária para lhes proporcionar emprego e, conseqüentemente, não vai envolvê-los enquanto cidadãos que precisam viver num ambiente ecológico sadio e em domicílios confortáveis. Em que pese os discursos hegemônicos, observa-se claramente a existência de uma cidade desigual, fruto de um modelo econômico excludente e concentrador de renda, de terra e de poder, e a formação-consolidação de uma Jaraguá do Sul dividida, segregada em territórios legais e ilegais, habitada por cidadãos e não-cidadãos.

O crescimento da cidade deu maior visibilidade às suas contradições e conflitos, tornado claro o distanciamento entre um imaginário homogêneo, onde prevalece um ideal de trabalho, ordem e harmonia, e o real, marcado pela divisão social, econômica e cultural. Assim, chocam-se frontalmente os epítetos da cidade ordeira e progressista com a pobreza e as desigualdades sociais dos morros, dos bairros periféricos.

O discurso da cidade ordeira e laboriosa trazia, ao mesmo tempo, uma preocupação enorme com a outra Jaraguá do Sul, que diretamente proporcional ao seu encantamento e desenvolvimento, descobria-se que além da falta de lazer, tinha-se problemas muito sérios a serem contornados como a mendicância, higiene e saúde, policiamento, habitação, água, educação e transporte.

No início da década de 1980, por exemplo, “Jaraguá do Sul, que mercê de sua excelente performance industrial, onde se verifica inclusive falta de mão-de-obra, a par de um crescimento comercial, e que veio trazer também desenvolvimento para outros setores” (A Gazeta de Jaraguá, 15/02/1980: p. 3), convivia com uma série de dificuldades, principalmente de infra-estrutura. A frase “é o preço do progresso” traduzia, e ao mesmo tempo justificava, o crescimento caótico da “metrópole do dinamismo”, indicando inicialmente a incapacidade do poder público de programar formas mais racionais de ocupação do solo. Falando sobre esse progresso, o jornal afirmava que “de uns cinco anos para cá, nosso município tem se desenvolvido e com seu crescimento trazendo junto toda a sorte de problema”. Para o jornal, não era o caso de culpar ninguém, mas era preciso encontrar soluções adequadas ao problema.

Em 1981 esses acontecimentos feriam a alma do povo jaraguense, “tão acostumado com a limpeza, calma, ordem e o progresso harmônico”, e o fato de haverem pessoas morando embaixo de um viaduto há mais de cinco meses

sem qualquer providência de quem é de direito, mostrava uma chaga de nossa sociedade. Um barraco construído embaixo do viaduto é produto do progresso, mas se o progresso constrói o conforto e o bem-estar, deve, também, erradicar a miséria, fonte de todos os males da sociedade. Não se deveria permitir a construção deste quadro em nossa sociedade, que está entre as maiores em todos os setores dentro de Santa Catarina (Correio do Povo, 04/04/1981: 1).

O jornal, defensor de um progresso limpo, asséptico, onde a pobreza e a miséria estivessem longe do centro, voltava na edição seguinte ao assunto da “família do viaduto”, caracterizando-a como uma “coisa”. Ele, que “não gostava de brincar com a miséria alheia, porque o pobre é merecedor de nosso respeito, e afinal, nem todos podem ser ricos”, exigia uma solução das autoridades competentes, pois a “coisa” tinha se instalado em um barraco “a menos de 500 metros do ponto zero da cidade”.

Não pregamos como solução uma atitude desumana ou anti-cristã, de dar uns trocados para o chefe do grupo e mandar arrancar-se para outra cidade, ou, o de meter os trastes do maltrapilho grupo e o soltar na divisa do primeiro município, mas exigimos que alguma coisa fosse feita para remover o problema e salvar a boa imagem que todos têm de nossa cidade, tão duramente conquistada. (...). Já se fala de outra família que vai instalar-se no lado oposto. E se demorar, muito, um dia chegará em que os intrusos acabam requerendo o ‘usocapiã’ daquela área urbana. E aí a coisa vai ficar muito bonita prá nossa cara. Não temos nada contra ninguém, mas ficar como está não pode⁴⁴.

Dessa forma, a propalada unanimidade alcançada em torno da cidade que deu certo, longe de expressar uma conquista da sociedade, pode ser interpretada como uma imposição que anula ou apaga outras leituras possíveis da cidade e das transformações em curso. Além disso, uma leitura unânime é um indicativo do agudo empobrecimento da consciência social na medida em que se um conjunto complexo e diversificado de agentes e grupos sociais pensa a mesma coisa sobre determinado assunto, neste caso, a cidade, é de se supor que, de fato, ninguém esteja pensando nada (GARCIA, 1997: 25).

Como se observa, em Jaraguá do Sul se constrói um cenário onde se consolida o aprofundamento da desigualdade e se observa a superposição, em determinadas localidades, de condições de extrema pobreza, risco urbanos e precariedade sócio-econômica, haja vista que os espaços periféricos da cidade são habitados por uma população migrante, operária, semi-empregada ou informalmente ocupada e inserida precariamente na estrutura de renda e ocupações, que autoconstrói suas casas em terrenos ocupados ou localizados em loteamentos clandestinos e irregulares, e que tem acesso muito precário a equipamentos e serviços urbanos.

⁴⁴ Após as freqüentes edições do jornal alertando para o problema, ele foi resolvido com a intervenção da assistência social do SESI, mas não sabemos o destino da “coisa”.

A representação da cidade encobre a realidade, sendo que a cidade hegemônica é a mais visível, pois apresentou mudanças na imagem de espaços estrategicamente localizados por conta da distinção em investimentos feitos pelo poder público. A produção do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e as reproduz.

As visões político-administrativas foram transformadas em realidade pelos técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento, que fez nascer a Praça Ângelo Piazero, hoje inegavelmente o primeiro ponto de referência de lazer, recreação, cultura e satisfação das famílias da cidade. O Calçadão da Marechal, um local de puro lazer, um shopping aberto com reflexos definitivos no comércio, pois levou as pessoas a permanecerem por mais tempo no centro da cidade, com mais calma e até com prazer. O novo Sistema Viário de Jaraguá do Sul, deu fim ao tumulto que era o nosso trânsito, retirando do centro o tráfego de caminhões de carga e melhorando o fluxo de veículos, privilegiando espaços para as pessoas. Todo este trabalho resultou em horas intermináveis de negociações, críticas, discussões, incompreensões e até elogios e apoios. Ruas transformadas em avenidas, novos acessos e ruas abertas, nos mostraram que valeu a pena ter lutado por obstáculos tão poderosos. Com orgulho, pode-se dizer que não fomos nós, administradores da cidade, os vitoriosos, e sim a sociedade inteira de Jaraguá do Sul que hoje reconhece que sempre tivemos razão (VASEL e GUENTHER, 1997).

Jaraguá do Sul pode ser considerada um exemplo edificante da produção bem planejada de consensos, de uma pretensa realidade única. As percepções do social não são discursos neutros. Produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar projetos reformadores ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Dessa forma, os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, são verdadeiras instituições sociais que incorporam, sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas, as demarcações da própria organização social (CHARTIER, 1990: 17ss).

Na década de 1990, por exemplo, vivia-se a fantasmagoria dos números, o fetichismo das estatísticas, nunca suficientes para retratar com fidelidade a dimensão incomparável do progresso da cidade. O estoque de imagens e metáforas⁴⁵ do frenético e do grandioso era rapidamente gasto, como se as palavras perdessem sua eficácia de representar a aceleração do tempo e a transformação rápida dos espaços, aonde o desenvolvimento econômico vinha sempre acompanhado por uma produção simbólica em torno da riqueza da terra, de sua gente, de seus empresários⁴⁶. Em nome do progresso implementava-se uma política de crescimento econômico perverso⁴⁷, gerando bens e serviços

⁴⁵ Nos anos de 1990 a cidade passou a contar com cognomes mensais dados pelo O Mensageiro de Jaraguá. Entre eles estavam: “A Metrópole do Dinamismo”, “A Capital Sul Americana do Chapéu”, “A Capital Sul Americana do Motor Elétrico” e “A Capital da Malha”.

⁴⁶ “(...) a participação ativa do empresário resulta no equilíbrio social, econômico e cultural da comunidade. O empresário jaraguense, além da responsabilidade de bem dirigir o seu empreendimento industrial, comercial e de serviços, ainda encontra tempo para dedicar-se à causa comunitária, dedicação esta realizada de forma desinteressada, visando somente o bem comum. Se a comunidade jaraguense é um exemplo de crescimento, riqueza e desenvolvimento social e econômico, tal situação privilegiada é creditada também à esta classe lutadora e incansável (...)” (CAMPOS, 1993: 2).

⁴⁷ Em nome da obtenção de possíveis ganhos futuros por via de competição, são justificadas as medidas que concorrem para aumentar a segregação sócio-espacial, a desigualdade ambiental e o enfraquecimento político da população residente nas áreas empobrecidas (ACSELRAD, 2001: 24).

sofisticados para um número relativamente pequeno de consumidores, cada vez com menor quantidade de trabalho.

Segundo o prefeito Durval Vasel⁴⁸ (1996: 2)

nesses 120 anos de Jaraguá do Sul, os olhos de cada munícipe são o testemunho vivo de uma nova era da cidade, como integrante desse elenco raro de cidades, por este Brasil de todos nós, em que o social fica acima do econômico e o progresso é um processo irreversível, seja do ponto de vista da iniciativa privada, seja do lado da administração pública. Para nós, Jaraguá do Sul tem um lugar certo na relação dos municípios que sabem crescer, e este é o contexto sobre o qual estamos trabalhando.

Procurava-se mostrar uma imagem da cidade que agregava à modernização tecnológica e infra-estrutural a promessa de uma “cidade harmoniosa”, com alta “qualidade de vida” e “renovada vida cultural e artística”.

As sucessivas reformas mudaram a face da cidade, mas sua alma continua a mesma: a da exclusão, da hierarquização, da segregação e da periferia. O centro foi vestindo-se de luxo e modernidade à medida que as elites dedicaram-se a especializar espaços e a esconder a pobreza e as contradições mais aparentes na invisibilidade da periferia, procurando manter sob vigilância e controle as vozes dos excluídos, instituindo uma identidade conformadora. A construção e segmentação do público/privado carregam inter-relações desenvolvidas através de um discurso legitimador atrelado desde a origem a um ocultamento da tensão, onde cada espaço da cidade se define em relação e contra o outro.

Com a explosão demográfica ocorrida a partir dos anos 1980, mais do que crescer e aumentar a complexidade de sua administração, Jaraguá do Sul se redefiniu territorialmente. Um intenso processo de especulação imobiliária tomou conta da cidade neste período. Loteamentos periféricos foram abertos, arruados e vendidos em inúmeras regiões, valorizando imensamente antigas glebas rurais. Comandado pela iniciativa privada, tal processo contava com pouca ou nenhuma regulação e interferência dos poderes públicos municipais. Na verdade, a precariedade em termos de serviços e equipamentos urbanos da maioria destes loteamentos implicou numa transferência de responsabilidades e custos relativos a estes empreendimentos para uma eventual ação futura da própria prefeitura, causando graves problemas em termos de planejamento urbano. A manutenção de trechos vazios entre loteamentos e em regiões mais próximas ao centro, por exemplo, foi uma estratégia relativamente comum de valorização e especulação imobiliária que causou uma série de danos à organização do espaço, além de impedir o acesso a tais áreas por parte de grande parte da população, gerando zonas que, devido ao preço da terra, só poderiam ser adquiridas pelos setores de maior poder aquisitivo. Por outro lado, se para os trabalhadores o deslocamento para a periferia podia

⁴⁸ Durval Vasel foi prefeito de Jaraguá do Sul em duas oportunidades: entre 1981-84 (PMDB) e entre 1993-96 (PTB).

significar a chance de sair do aluguel, da aquisição ou construção da casa própria, esse processo só pode se concretizar através da autoconstrução e do padrão periférico de urbanização.

Tabela 1 – Crescimento da população de Jaraguá do Sul (1940-2000).

Ano	População	Crescimento
1940	23.495	*
1950	27.240	15,9
1960	23.197	-17,5% ⁴⁹
1970	30.246	30,3%
1980	48.534	60,4%
1991	76.968	58,6%
1996	93.076	21%
1997	96.614	3,8%
1998	99.594	3,1%
1999	102.580	3%
2000	108.377	2,9%

Fonte: FIBGE. *Censos Demográficos – 1940-2000*.

Na verdade, Jaraguá do Sul é uma cidade que esconde seus conflitos atrás dos morros, longe do centro, que confina os pobres em loteamentos clandestinos ou irregulares e que mascara seu desenvolvimento desigual nos índices de desenvolvimento humano. Sua História é uma História que se desenrola com naturalidade, onde os migrantes, pobres e negros destoam nesse conjunto pretensamente hegemônico, harmônico, pacífico; onde os conflitos sociais são vistos como excepcionais, como algo que não faz parte das tradições harmônicas da sociedade jaraguense.

Pesavento (1998: 22-23) defende a idéia de que um centro urbano, ao constituir-se, reproduz, na apropriação do solo, a assimetria social que a cidade comporta. Constituem-se, assim, os lugares da cidade dos outros, designados pelo imaginário da exclusão, *loci* de práticas sociais específicas e povoados pelos protagonistas da rejeição e/ou marginalidade. Aos lugares de exclusão que definem a moradia, o lazer e a contravenção, acrescentam-se os lugares de ocultamento ou confinamento, redutos também dos excluídos, tais como os morros⁵⁰.

Por outro lado, e não menos grave, os excluídos do espaço urbano e marginais ante a ordem social que se consolida, são também dirigidos por um outro fator de segregação: trata-se da exclusão no tempo. Eles não têm História, não são atores reconhecidos nem sujeitos detentores de um passado. Se forem considerados personagens é porque aparecem nas páginas policiais ou dos processos criminais, como nos fala Fábio, que tem 23 anos e sempre morou no Morro da Boa Vista.

⁴⁹ Queda populacional decorrente do desmembramento de Corupá ocorrido em 21/07/1958 através da Lei Estadual nº. 348.

⁵⁰ Isso, contudo, não pode ser visto como regra geral, pois em certas situações, dependendo da forma e como, morar em morro é sinal de prestígio, poder e distinção.

É só assim que a gente aparece no jornal. Só quando tem coisa que ruim da gente do morro que o jornal coloca. Muito difícil colocar coisa boa aqui. Parece que eles fazem questão de só colocar coisa ruim da gente, parece que é pra dizer mesmo que aqui no Boa Vista tem bandido, preto, pobre, que só aqui acontece crime. Não sei por que eles fazem isso.

Nascida da lógica do artifício, a cidade ideal não apenas precede a cidade real, mas permanece inscrita nesta como uma imagem da perfeição urbana que deveria ser mantida em seu devir histórico concreto. A cidade ideal permanece no imaginário dos que a dominam, mesmo quando as contradições da cidade real evidenciam a falência deste sonho⁵¹.

Com a aceleração das mutações sociais e urbanas houve um acirramento dos conflitos e uma exacerbação desses sentimentos. Essa tensão dizia respeito fundamentalmente ao uso e domínio do espaço; ou, mais exatamente, às contradições latentes entre uma determinada concepção de espaço funcional e hierarquizado e uma multiplicação de territórios existenciais que punham em xeque o desejo da ordem, da identidade regional forjada, de um projeto de germanização a partir da afirmação de determinadas etnias e a exclusão de outras em suas faces particularmente produtoras de “outros”.

Mas, saturada de hibridismos, negociações e relações de poder, a história da cidade revela-se bem mais complexa do que a suposta unicidade proclamada pelos promotores da cidade alemã. Hoje a produção e permanente renovação dessas imagens parecem ocupar um lugar cada vez mais marcante na organização e controle da vida social na cidade. Por isso devemos desvendar, por detrás dos lugares-comuns emblemáticos, uma imagem urbana que foi construída e reconstruída ao longo do tempo e que influenciou marcadamente a identidade coletiva, assim como a apropriação social dos espaços da cidade, e não ver Jaraguá do Sul como resultado de uma História linear, harmônica.

Para tal, é preciso percorrer os labirintos da cidade, dos morros, da periferia, seus pequenos espaços, os recantos mais escondidos e ir ao encontro daqueles personagens que vieram de longe para encontrar a realização e o progresso prometidos. É necessário desnaturalizar a imagem dominante e permitir a descoberta dos diferentes planos de símbolos, linguagens e discursos que se combinam e sobrepõem nos espaços urbanos e nas relações sociais para construir a cidade, ou melhor, uma determinada imagem de cidade que legitima uma memória hegemônica, tornando-a uma referência com vistas a integrar e unificar as dispersões, rupturas e descontinuidades históricas, apagando os “outros”. Concretamente, o processo migratório e os morros da Boa Vista e da Pedra com seus moradores migrantes e marginalizados, espelham as contradições da produção do espaço que se baseia em um conceito de progresso urbano que contém em si mesmo sua negação: a qualidade de uma área é medida em contraposição à precariedade de outras.

⁵¹ A confusão de “forasteiros” e “estrangeiros”, que não paravam de chegar, a mutação acelerada dos signos da cidade, a perda das referências e o obscurecimento da demarcação de espaços e territórios, contribuíam para a falência dos princípios de diferenciação e funcionalidade que se buscava imprimir aos espaços da cidade.

3 – “Nós viemos atrás do Compadre Alcides⁵²”: considerações em torno da migração.

O senhor não está comprando apenas velharias, está comprando vidas em ruínas. Mais, o senhor está comprando amargura. (...). O senhor está comprando anos de árduo labor, lides de sol a sol; está comprando uma mágoa que não se pode expressar. Mas olhe: há uma coisa que vai junto com esse montão de troços que comprou, junto com esses baios tão lindos – é uma flor de amargura que crescerá na sua casa e ali florescerá um dia (STEINBECK, 1972: 116).

Nossa preocupação, neste capítulo, é apontar os elementos do movimento migratório e suas trajetórias com o intuito de, mesmo que parcialmente, compreender a ocupação do espaço urbano de Jaraguá do Sul que se apresenta com uma dinâmica de profunda complexidade. É fundamental a compreensão de que a distribuição espacial da população reflete profundamente o modo como é organizada a produção e sua configuração histórica específica, percebendo a migração sob a ótica das transformações estruturais na organização da produção agrícola no Brasil nas últimas décadas. Nesse sentido, é importante observar que existe uma relação entre as alterações no modo de produção e nas forças produtivas no campo e a migração para a cidade.

A História do Brasil é fortemente marcada pela migração, e se cada ciclo econômico traz consigo um fluxo migratório, o ciclo da industrialização repete a história. É a partir de 1930 que as migrações internas passam a ser mais representativas e volumosas. Inicia-se, então, um fluxo do campo para a cidade que se intensifica década a década e persiste até os dias atuais, haja vista que o crescimento da indústria requer uma crescente quantidade de trabalhadores. Na agricultura se concentrava a maior parte da população trabalhadora, e é ela que irá fornecer os contingentes de mão-de-obra para fomentar a sede do desenvolvimento industrial que, se é verdade que trouxe o progresso para o país, ao mesmo tempo provocou aumento da miséria para os trabalhadores, partes de um sistema que impedia a fixação do homem na terra e que este encontrasse condições dignas de trabalho, de moradia e de vida na cidade.

Desde a década de 1950 as migrações, que marcam também o intenso processo de urbanização, são como um sinal de que o progresso batia à nossa porta. O modelo desenvolvimentista saudava⁵³ com entusiasmo o enxugamento do campo e a transferência de grandes contingentes populacionais para as cidades e para as regiões mais ricas, vendo nestes processos vetores que viriam contribuir para o crescimento do setor moderno/dinâmico e, conseqüentemente, para a elevação da

⁵² Frase de Dona Sônia para explicar porque ela e o marido vieram para Jaraguá do Sul.

⁵³ “A introdução de técnicas mais aprimoradas de lavoura e pecuária (...) conduzem a melhores safras e tendem a reduzir o volume de mão-de-obra correspondente a uma determinada produção. Cria-se em conseqüência **um excedente de população** que fica disponível para outras atividades. Só a industrialização poderá absorver esse excedente, proporcionando-lhe trabalho e novas oportunidades para melhoria de seu padrão de vida. O êxodo rural será um sintoma de progresso se tiver como causa real um aumento da produtividade da agricultura, paralelo a uma demanda correspondente de trabalho nas indústrias e serviços urbanos” (Oliveira apud VAINER, 2000: 24, grifo no original).

produtividade e do bem-estar médios da população. A correlação entre migração e desenvolvimento é tão estreita que os índices de urbanização⁵⁴ são frequentemente utilizados como indicadores do estágio relativo do desenvolvimento econômico de diferentes países.

Assim, provocando uma escassez de mão-de-obra nos campos, o êxodo rural serviria de estímulo à modernização agrícola e elevaria os salários rurais. Tanto mais que a urbanização favorecia a ampliação do mercado interno e alimentos (aumento da população urbana) e matérias-primas (avanço da industrialização). O resultado de todo este processo seria, assegurava-se, a melhoria das condições de vida da população trabalhadora: dos que partiam, porque na cidade os salários eram mais elevados, e dos que ficavam, porque a escassez de mão-de-obra e o aumento da produtividade empurrariam os salários rurais para cima (BENETTI e VAINER, 1988: 7).

Além disso, as migrações para as cidades apresentavam uma outra e suprema virtude: serviam também aos capitalistas industriais, que agora tomavam decididamente o leme do barco e esclareciam que os trabalhadores deveriam ser colocados à disposição da industrialização, a qual, no lugar da agricultura, passava a ser vista como a mola propulsora do progresso e a verdadeira fonte de riqueza. Era a mesma lógica de antes: submeter o deslocamento e a localização dos trabalhadores às exigências do capital, só que, dessa vez, em mão invertida. Ao invés da paz bucólica do campo prometia-se a modernidade febril dos centros industriais (BENETTI e VAINER, 1988: 7).

É importante destacar a presença, neste discurso, da idéia de que existiria um excedente de população, no interior do próprio país, mobilizável. Da idéia do país como um imenso território vazio, cuja população estava por ser constituída e conformada, passa-se à imagem de um país em que coexistiam espaços cheios, com excedentes demográficos. Dessa forma, as migrações constituiriam o mecanismo natural para o equacionamento harmonioso tanto dos problemas das regiões superpovoadas quanto das regiões carentes de braços⁵⁵.

Ao longo da história do processo migratório brasileiro podemos observar que parte desta migração dirige-se de uma área rural para outra e se relaciona com o desenvolvimento capitalista do cultivo de produtos de exportação ou de matérias-primas para a indústria nacional. Outra parte das correntes migratórias dirige-se para as cidades, onde procuram beneficiar-se das oportunidades de trabalho criadas direta ou indiretamente pela expansão industrial. As migrações representam, assim, o

⁵⁴ O processo de urbanização ocorre quando a população residente nas cidades cresce, num dado momento histórico, mais que a população total do país, quando a taxa de crescimento da população urbana for maior do que a taxa de crescimento da população rural. Índices elevados de população urbana são característicos de áreas altamente industrializadas e desenvolvidas, podendo indicar, também, desequilíbrios entre regiões de organização industrial complexa e regiões basicamente agrárias e menos desenvolvidas.

⁵⁵ Para contrapor a visão otimista de muitos segmentos da sociedade brasileira, forjada sobretudo nos anos 1950/60, de que o fenômeno migratório era a manifestação da modernização da sociedade, em trânsito do tradicional rural para o urbano-industrial, surge, ao final dos anos 1960, uma crítica que se constituiu com a chamada teoria da marginalidade. Essa crítica alerta para os mecanismos de exclusão, desenraizamento e marginalização que atingem os migrantes pobres nas metrópoles, captando, com precisão, o problema da perda das raízes (VALIM, 1996: 44).

pólo extremo de um processo através do qual a população das áreas menos favorecidas do país buscam beneficiar-se do desenvolvimento econômico, transferindo-se para as regiões mais ricas onde se concentram as oportunidades de melhoria de vida. Além disso, a integração da população em sistema mais produtivos, tanto urbanos como rurais, comanda a orientação e provavelmente o volume de deslocamentos. E é neste sentido que as migrações inter-regionais assumem especial relevância.

A integração de contingentes crescentes de trabalhadores rurais nas cidades não significa apenas urbanização, mas é um aspecto da transformação do sistema sócio-econômico que afeta tanto a cidade quanto o campo. Este problema é de importância crucial, porque é necessário reconhecer que não se trata simplesmente de um fenômeno de atração das grandes cidades, mas sim que a industrialização brasileira provoca uma crise profunda na sociedade rural, operando no sentido de desagregar a sua estrutura e expulsar o trabalhador do campo.

Segundo Tedesco (1998: 35), deve-se perceber campo e cidade como um processo em mudança. No caso brasileiro a urbanização é um processo intensificado a partir da década de 1960 através da passagem gradativa da hegemonia do modelo agro-exportador ao da estrutura urbano-industrial, tendo como setor-chave a indústria. Mesmo que essa não tenha se expandido equânime e significativamente pelo espaço, induziu uma série de transformações sociais e econômicas no espaço rural, onde a terra foi incorporada e integrada intensivamente ao processo de acumulação de capital, caracterizada pelo uso da mecanização, da tecnologia, do emprego de insumos industriais e da produção em escala industrial. Essa industrialização da agricultura transformou a terra, legado da natureza, em um elemento do próprio capital, produto de relações sociais.

Na literatura demográfica há uma razoável unanimidade sobre o caráter inacabado de uma teoria capaz de abarcar na totalidade a complexidade da migração. O tratamento sistemático das migrações tomou significativo impulso no final do século XIX, com o aparecimento de dois celebrados artigos escritos por Ravenstein⁵⁶. A busca de um referencial explicativo para a compreensão das tendências migratórias e de realocação espacial da população do Paraná poderia levar à já conhecida trajetória percorrida no âmbito dos estudos populacionais que conduz às formulações propostas por Ravenstein através de suas leis de migração e aos posteriores avanços prescritos por Lee⁵⁷, que desembocam na clássica associação entre deslocamentos populacionais e fatores de expulsão e de atração presentes nos locais de origem e de destino dos migrantes.

⁵⁶ Os artigos de Ravenstein receberam o título "The laws of migration"; o primeiro foi publicado em junho de 1885, no *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. XLVIII, nº. 2; o segundo em junho de 1889, no mesmo jornal, vol. LII, nº. 2.

⁵⁷ Os pontos mais interessantes das suas leis são: 1) existe correlação inversa entre o volume de migrações de uma região a outra e a distância que as separa; 2) as migrações realizam-se por estágios, sendo que os primeiros a serem atraídos são os habitantes das regiões mais próximas; 3) os nativos do meio rural são mais propensos a migrar do que os que nascem nas cidades; 4) predominância do sexo feminino nas migrações de curta distância; 5) tendência a aumentar a mobilidade da população em virtude da melhoria dos transportes e do desenvolvimento industrial e comercial; 6) o desejo de melhorias materiais, inerente à maioria das pessoas, é o principal fator explicativo das migrações (Lee apud MATA, 1973: 15).

Segundo Pacheco e Patarra (1997: 30), as leis de migração propostas por Ravenstein significavam, na verdade, a necessidade do capitalismo em expansão poder contar com uma população trabalhadora, disponível ou potencial, capaz de responder prontamente aos requisitos dinâmicos do sistema produtivo. Assim, a liberação do trabalhador dos meios de produção e a venda de sua força de trabalho constituíam precondições indispensáveis a essa expansão.

O caso da teoria da migração de Lee é paradigmático desse tipo de formulação; retomando, 80 anos depois, as regularidades e propostas de Ravenstein, desta vez ampliando-se o leque de evidências empíricas, incorpora-se, também, informações a respeito dos movimentos internos emergentes nas sociedades de desenvolvimento capitalista tardio. Na generalização pretendida, em todas as sociedades urbano-industriais, a decisão de migrar está sempre vinculada a uma escolha racional entre os fatores positivos e negativos nas áreas de origem e nas áreas de destino dos fluxos migratórios, mediatizados, nesta teoria, pela maior ou menor força dos chamados fatores intervenientes entre essas duas áreas.

De acordo com Magalhães (1996: 3), a vertente mais atualizada e consistente dessas proposições no Brasil encontra-se no encaminhamento dado por Singer (2002) à questão. Este autor parte da premissa básica de que a migração interna é um processo social, determinado historicamente, segundo causas estruturais de fundo econômico. Nas economias capitalistas, os processos de industrialização, ao atuarem sobre o rearranjo espacial das atividades econômicas, determinam em última instância a redistribuição espacial da população. Contudo, essas conexões estão condicionadas a contextos históricos concretos e a mecanismos institucionais de promoção do desenvolvimento industrial, onde a lógica da concentração do capital orienta a própria lógica da concentração espacial das atividades econômicas, uma vez que as empresas usufruem dos efeitos de aglomeração mediatizados pelos arranjos institucionais que desoneram os capitais e favorecem o processo de acumulação. Neste jogo combinado entre Estado e capital industrial, são criados desequilíbrios regionais que operam como motor principal das migrações internas.

Assim, costuma-se caracterizar os deslocamentos populacionais pela atração que algumas regiões exerceriam em relação a outras. Teríamos, de acordo com esse modelo, fatores e/ou áreas de expulsão de um lado e, de outro, fatores e/ou áreas de atração, cabendo a estas últimas o papel predominante na decisão de migrar. Os fluxos migratórios poderiam ser assemelhados a grandes rios cujas águas são inevitavelmente atraídas para o mar, o qual exerce poder de atração com a força de verdadeiro imã. Nesta visão dualista, o local de destino, representado pelas luzes da cidade, e não tanto as coordenadas históricas da região de origem, é que constituiria a razão primeira da migração⁵⁸.

⁵⁸ A análise de Singer afastou, de imediato, a dimensão subjetiva como fator explicativo, inserindo o movimento no processo de transformação global da sociedade; embora presente, o elemento motivação é circunscrito a partir de uma

Para Singer (2002: 38), os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego, e fatores de estagnação⁵⁹, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.

Do ponto de vista econômico, os fatores de mudança têm um sentido oposto aos de estagnação. Enquanto os primeiros fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em conseqüência, aumento da produtividade do trabalho, os segundos resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Assim, se de um lado os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de migração que tem por conseqüência a redução do tamanho absoluto da população rural, os fatores de estagnação levam à migração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente (SINGER, 2002: 40).

Diante disso, temos que, se os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas”, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem, em tese, uma remuneração mais elevada do que o migrante poderia perceber na região de onde provém.

Não há dúvidas sobre a importância desse quadro sócio-econômico como pano de fundo do processo migratório e do desenvolvimento capitalista brasileiro. Entretanto, em parte significativa dessas análises, a supervalorização de fatores econômicos acaba por menosprezar o papel dos próprios

situação social gerada por fatores de estagnação ou fatores de mudança nas áreas de origem dos fluxos migratórios. Esses fatores, por sua vez, respondem a modalidades de inversão de capital e absorção de mão-de-obra, atingindo diferencialmente as classes sociais que preponderantemente se deslocam (PACHECO e PATARRA, 1997: 38).

⁵⁹ O conceito de estagnação econômica não reflete a complexidade da realidade agrária brasileira; no entanto, é adequado, quando devidamente utilizado, pois não se trata de ‘estagnação econômica’ da atividade agrícola, mas de estagnação de determinado tipo de produção ou de propriedade agrícola, que – apesar de não se estar extinguindo – tem limitadas as suas possibilidades de expansão, principalmente nas áreas de penetração mais intensiva de capitais (SANTOS, 1997: 59).

migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo⁶⁰. Em muitos estudos os migrantes são vistos apenas como cifras, como força de trabalho que se transfere passivamente das regiões menos para as mais desenvolvidas (FONTES, 2002: 65).

Contudo, ao analisar-se a migração como fenômeno sócio-político-econômico, a região de “origem” (o Paraná) e a região de “destino” (Jaraguá do Sul) não são realidades estanques, mas sim face e contraface da mesma moeda. Há entre elas correlação de forças, onde a lógica capitalista aprofunda o abismo existente entre áreas e populações pobres em contraste com pólos ricos. Então, não são propriamente as luzes da cidade que atraem os migrantes, mas a falta de reais condições de trabalho e de vida é que o expulsa do campo; a atração já é consequência de uma negação na área de origem: nega-se ao homem o direito de viver em sua própria terra.

Dessa forma, os migrantes não são apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem inseridos nelas; eles também são agentes do seu próprio movimento e dessa forma, através de estratégias diversas, contribuem na moldagem do processo migratório.

Antes de vir pra Jaraguá eu trabalhei como tratorista na Bahia e no Mato Grosso, pra onde ia quando era época de plantação e de colheita. O salário era bom. (...) No Paraná eu trabalhava também na agricultura com o meu pai em nossa própria terra, plantando soja, milho, mandioca. Também tinha criação de gado e gado leiteiro. Com 16 anos fui a primeira vez pra Bahia. Eu fui sozinho. Depois não parei mais. Até que um dia decidi parar e caçar um lugar fixo pra ficar. Aí vim pra Schroeder (SC) e depois pra cá, pra Jaraguá (Armelindo, mora no Morro da Boa Vista desde 1999).

É necessário pensar como migrante não apenas quem migra, mas o conjunto da unidade social de referência de quem se desloca. Martins (2003: 142) chama a atenção para o fato de que quase toda nossa compreensão das migrações internas vem dos estudos demográficos e econômicos, que tratam do número de pessoas que migram, individualizam os migrantes e escamoteiam as unidades sociais efetivamente envolvidas no drama de migrar, como as famílias e as comunidades. É preciso pensar no deslocamento social que existe no interior do deslocamento espacial, pensar nos fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos no processo.

Segundo Magalhães (1996: 2), é inegável que as migrações internas têm desempenhado um papel preponderante na evolução dos contingentes populacionais do Paraná e na configuração da sua dinâmica demográfica. Mas sua importância vai além. Ora funcionando como mola propulsora do processo de interiorização e alargamento da fronteira rural, ora revertendo este processo e redesenhando o perfil de distribuição espacial da população no território, estes movimentos constituem a face aparente de transformações profundas operadas na estrutura da economia e da

⁶⁰ Além das motivações econômicas, sociais e políticas, é necessário considerar que as pessoas migram por motivos pessoais, subjetivos, e que determinadas situações familiares ou tipos de temperamento levam alguns a migrar e outros não.

sociedade do Estado. A História da evolução recente de sua população passa pela análise dos fluxos migratórios predominantes a cada momento e pela compreensão dos principais processos que os deflagraram.

Diante disso, a interpretação dos fenômenos migratórios recentes do Paraná, num primeiro momento, encontra respaldo na argumentação teórica desenvolvida por Singer e esplanada acima de forma sucinta. A modernização tecnológica das atividades agrícolas ditada sob a hegemonia do processo de acumulação capitalista do setor industrial brasileiro introduz transformações substantivas na estrutura produtiva da agricultura paranaense e detona um intenso processo de êxodo rural em várias regiões do Estado. Ao mesmo tempo o avanço da industrialização, ancorado na disponibilização de todo um aparato estatal de suporte ao sistema produtivo, reforçaria a concentração espacial das atividades econômicas e, em última análise, determinaria a concentração da população urbana (MAGALHÃES, 1996: 4-5).

No entanto, algumas especificidades do processo de exclusão social do campo paranaense não coadunam com esta teoria porque parcela considerável dos pequenos agricultores e da população ocupada nas atividades agrícolas expulsa com a modernização tecnológica tornou-se população migrante nos centros urbanos, mas permaneceu atrelada ao mercado de trabalho rural, particularmente na condição de trabalhadores temporários. Nesses casos, o mesmo processo que expulsou determinadas categorias de produtores rurais, atraiu mão-de-obra, agora sob novas relações contratuais de trabalho.

À luz do conceito de mobilidade da força de trabalho, nos termos definidos por Gaudemar (1977), em contraposição às categorias da migração, Benetti (1985: 3) polemiza com o modelo dos fatores de expulsão-atração, conceituando os deslocamentos de população como parte dos processos de subordinação do trabalho ao capital e não mais como distribuição de população no espaço. Em essência, a lógica do capital requer que a força de trabalho seja móvel e adaptável, apta para as deslocamentos e modificações do seu emprego.

Para Nodari (2002: 29), a migração é um fenômeno interessante em si mesmo, e ela se constitui num importante aspecto no diagnóstico das estruturas sociais e econômicas das sociedades de origem e de recepção das pessoas. Os motivos envolvidos na migração no passado eram complexos, assim como os são nos dias atuais, e no afã de explicá-los tem havido várias tentativas para simplificar esses processos. As classificações dos tipos de migração como expulsão-atração ou a idéia de subsistência ou melhoria de vida são formas úteis para análise, desde que nos lembremos das suas limitações conceituais. Para se ter uma melhor compreensão da construção do modo de vida que os migrantes estabelecem, é essencial sabermos as motivações e razões da opção para uma região específica.

Tabela 2 – Motivos e razões da migração.

*****	Morro da Boa Vista	Morro da Pedra
Melhorar de vida	36	25
Falta de trabalho	23	19
Falta de terra	7	13
Acesso a serviços urbanos ⁶¹	22	18
Salários muito baixos	6	8
Acompanhar marido	2	3

Fonte: Pesquisa do autor nos morros da Boa Vista e no Morro da Pedra.

Obs: em muitos casos os moradores citaram vários motivos e razões, além de entrelaçá-los (melhorar de vida porque “lá” faltava trabalho).

As questões teóricas que envolvem os movimentos migratórios têm lugar privilegiado na historiografia internacional na área de ciências humanas, pois o estudo desses movimentos possibilita a realização de um diagnóstico das estruturas econômicas e sociais das sociedades do passado, bem como nos ajudam a entender os deslocamentos atuais (NODARI, 1999: 31).

Uma primeira leitura teórica é a de Köllmann e Marschalck (1973 apud NODARI, 2002: 30). Estes autores consideram como fatores decisivos para o aparecimento de movimentos migratórios as condições econômicas e sociais do local de origem dos migrantes. Além disso, a direção e meta desses movimentos seriam determinados pelo fato de saberem que teriam melhores chances para um desenvolvimento econômico e social em outro local. Em síntese, os autores mostram que cada migração pode ser definida como um esforço para remover disparidades econômicas, sociais e mesmo culturais existentes entre as duas áreas.

Köllmann e Marschalck argumentam que as pessoas que partem, além de terem conhecimento da região de destino, também têm feito uma avaliação do local pelas suas próprias normas sociais, fazendo com que o ato de migrar seja resultante de uma tomada de decisão consciente, independente do tipo de motivação, para deixar a região. As motivações são classificadas, de acordo com os autores, em: ideológicas e/ou religiosas, pessoais e/ou econômicas, sócio-econômicas e políticas (NODARI, 2002: 30). Para a autora, os movimentos migratórios no Sul do Brasil têm motivações e razões sócio-econômicas, pois as pessoas, percebendo que sua posição social e a de seus descendentes está em perigo, no momento de escolherem o local de destino avaliam as possibilidades de preservar o seu padrão social, ou ainda uma possível melhora do mesmo.

Uma segunda leitura teórica é a Pooley e Whyte (1991 apud NODARI, 2002: 31). A importância da leitura deste texto reside na ênfase que dá à necessidade de formulação de questionamentos sobre os imigrantes e a natureza dos movimentos migratórios, que são feitos por todos os que estudam o fenômeno, como por exemplo: quantos migraram, quem, onde e por quê? Entretanto, essas questões básicas são só válidas, desde que elas nos conduzam a outros pontos a

⁶¹ Escola, creche, hospital, faculdade.

serem investigados sobre os efeitos causados pela migração, tanto nas áreas de “origem⁶²”, como nas de “destino” dos migrantes.

Os autores mencionados analisam a importância das estruturas sócio-econômicas no estudo da imigração, mas têm diferentes perspectivas de abordagem. Köllmann e Marschalck, cujos estudos apareceram na década de 1970, no auge do recrutamento de estrangeiros para a Alemanha para trabalharem como “trabalhadores convidados”, concentraram seus estudos nas motivações que levavam as pessoas emigrarem de uma região a outra. Pooley e Whyte, apesar de considerarem importantes essas motivações, preocuparam-se, principalmente, com os efeitos causados por essas migrações, tanto nas áreas de origem quanto nas de destino. O período em que seus estudos foram realizados coincidiu com o momento em que se intensificavam as preocupações sobre os efeitos das migrações contemporâneas na Europa e com o surgimento de movimentos se opondo à entrada de migrantes asiáticos, africanos e latino-americanos, que, além de onerarem os cofres públicos, eram contratados como mão-de-obra barata, tirando a oportunidade de emprego dos habitantes do país.

Assim, os estudos sobre migração devem estar explicitamente relacionados a fatores como possibilidade de manutenção da cultura étnica e religiosa, prosperidade ou pobreza econômica regional, disponibilidade de terras, variações salariais e oportunidades de emprego, à disponibilidade e custo dos transportes e à topografia sobre a qual o movimento aconteceu, a possibilidade de informações através de familiares ou rede de amigos ou propaganda, barreiras sociais e culturais da língua e cultura que talvez tenham inibido o movimento e controle político no movimento de migração, haja vista que ela é um conjunto de práticas sócio-culturais que podem ser adotadas quando problemas estruturais colocam pressão em uma família ou pessoa, levando-os a buscarem em outro lugar a possibilidade de modificarem esta situação.

A migração é um processo social. É óbvio que os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características dos indivíduos: jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais do que casados e assim por diante. Além disso, se a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo, também deixa de ter sentido investigar a migração como um movimento de indivíduos num dado período entre dois pontos, convencionalmente considerados como de “origem” e de “destino”.

Para Durham (1984: 7), os deslocamentos de população e a migração para as cidades não são fenômenos particulares da nossa época. Mas o volume e a amplitude dos movimentos migratórios internos no Brasil, durante o século XIX, assim como o ritmo acelerado do processo de urbanização, apontam para transformações econômico-sociais profundas que, como geralmente se reconhece, estão

⁶² A área de origem não é o lugar de onde provém determinado grupo de imigrantes, nem mesmo, necessariamente, o lugar onde se originou sua movimentação. A área de origem de um fluxo migratório é aquela onde se deram transformações sócio-econômicas que levaram os grupos sociais a migrarem.

relacionadas ao processo de desenvolvimento do país. Trata-se de um fenômeno que manifesta transformações na própria estrutura da sociedade brasileira e não pode ser compreendido separadamente, como se fosse uma mera oposição entre campo e cidade. Ele é um conjunto e como tal deve ser estudado, pois não se pode ignorar o quadro geral dessas transformações, especialmente no que se refere a aspectos demográficos, econômicos e sociais que dizem respeito à sociedade nacional e seu modo de integração no mercado mundial. Dito isso, passaremos a analisar as transformações na agricultura do Paraná e de Santa Catarina e a migração para Jaraguá do Sul.

3.1 – As transformações na agricultura paranaense e a migração.

As transformações na agricultura, entre elas sua “industrialização”, permitiu imensa expansão das forças produtivas do campo ou, mais precisamente, um aumento formidável da produtividade do trabalho agrícola. A consequência deste fato foi um amplo desemprego tecnológico, pois a demanda pelos produtos do campo cresceu muito menos que as forças produtivas que pudessem satisfazê-la. É preciso acentuar que, embora este processo já se dê há quase um século, o seu efeito sobre a produtividade e o emprego só se fez sentir, na maioria dos países industrializados, há poucas décadas.

Libardi e Delgado (1999) argumentam que, no Brasil, os autores que estudaram o tema agricultura e desenvolvimento assumiam, explicitamente ou não, que a agricultura tinha funções a cumprir para viabilizar o crescimento econômico, dentre elas a de fornecer mão-de-obra aos setores urbano-industriais. Segundo os autores, um posicionamento clássico neste sentido foi o de Castro, que considerava que cabia ao setor agrícola exercer quatro funções: 1) liberar mão-de-obra; 2) gerar um excedente crescente de alimentos e matéria-prima; 3) constituir-se em mercado para bens industriais; 4) transferir renda ao setor urbano-industrial (Castro, 1977 apud LIBARDI e DELGADO, 1999: 52).

Neste novo contexto de integração entre o agro e o industrial, a agricultura, tradicional fornecedora de alimentos e matérias-primas, passa também a constituir importante mercado de bens de produção e de insumos industriais para utilização agrícola. Porém, as possibilidades de consolidação dessa integração só se efetivaram a partir da introdução do pacote tecnológico conhecido como a Revolução Verde, que teve início na agricultura asiática a partir do final dos anos 1960, principalmente na Índia e no Paquistão, e prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de alto rendimento, onde o seu aproveitamento efetivo estava condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos.

No Brasil, o governo adotou da “modernização conservadora”. Visando aumentar rapidamente a produção agrícola para a exportação, o programa agrícola direcionou os subsídios e créditos aos grandes proprietários, favorecendo os setores sociais que apoiavam o regime militar e afastando, assim, qualquer indício de reforma agrária. Esse modelo contribuiu para a concentração da propriedade e do uso da terra, uma vez que expulsou do campo um grande número de pequenos agricultores, posseiros, proprietários, parceiros e arrendatários.

Fatores adicionais, mas não menos relevantes, como a conjuntura dos preços internacionais de matérias-primas extremamente favorável, a adoção maciça de medidas eficazes do governo destinadas a impulsionar a modernização – como crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, implementos agrícolas e insumos, investimento em pesquisa tecnológica e serviços de extensão, preços mínimos – complementaram o cenário em que se desenvolveu o intenso e rápido processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira.

O caráter subsidiado do crédito rural garantiu transferência de renda intersetorial da economia em favor de determinados segmentos da agricultura, impulsionando a capitalização e a mercantilização das atividades agrícolas. No Paraná, o crédito cresceu 500% em termos reais nos anos 1970, passando de 37% a 80% do valor bruto da produção agropecuária entre o início e o fim da década. Contudo, o que mais caracterizou essa política creditícia foi que ela privilegiou um pequeno número de produtores, já que na maior parte das vezes seus critérios de concessão vinculavam-se ao uso de certa tecnologia e a disponibilidade de terra como garantia dos empréstimos. Os recursos provenientes do crédito acabaram tendo diversos destinos, incluindo aquisição de novas terras. Nesse sentido, constata-se que a política de crédito rural acabou constituindo um poderoso instrumento de concentração fundiária e de exclusão social (MAGALHÃES, 1996: 39).

A estratégia de modernização tecnológica da agricultura, centrada na política de crédito subsidiado, nunca se afastou de uma perspectiva: a da integração de capitais entre a indústria e o setor agrícola para permitir a consolidação de um complexo agroindustrial constituído pela indústria de meios de produção, pela indústria processadora da produção de origem rural e pelo setor da agricultura cada vez mais integrado e dependente desses dois ramos industriais (IPARDES, 1985: 5).

Contudo, a progressiva integração técnica de capitais entre a agricultura e a indústria gerava seus efeitos: aumento da produtividade do trabalho acarretando uma expansão do processo de acumulação e reduzindo o emprego rural; aumento da intensidade e do ritmo da jornada de trabalho dos que ficaram; surgimento da sazonalidade do emprego em função da maquinização parcial do processo produtivo; e redução do custo de reprodução da mão-de-obra agrícola e industrial, via redução do custo unitário dos alimentos e matérias-primas destinados à produção industrial alimentar.

Até 1970 o Paraná foi um Estado de forte atração populacional, que começou na década de 1930 e teve seu auge nos anos 1950, quando o Norte, o Oeste e o Sudoeste começaram a ser ocupados por migrantes gaúchos e catarinenses, que buscavam no acesso à terra a possibilidade de reprodução da sua condição de produtor rural. Na década de 1970 praticamente todas as regiões do Estado estavam ocupadas, ao mesmo tempo em que a base técnica foi alterada com a modernização da agricultura, que teve como conseqüências imediatas o fortalecimento da agroindústria e a diminuição da necessidade de mão-de-obra. Com isso, o campo paranaense, desde a década de 1970, tem sido caracterizado por dois fatores: a modernização e a migração⁶³.

A mecanização foi um dos fatores que mais contribuíram para alterar a base técnica da produção e suas relações de trabalho, sendo também expressivo o número de estabelecimentos que recorrem às inovações químicas, passando a usar adubos e agrotóxicos. Em 1980, quase a metade dos estabelecimentos usavam adubos químicos e defensivos. A fase mais intensa da mecanização, ocorreu entre 1970-75, quando cerca de 106 mil estabelecimentos passaram a usar força mecânica. Vale notar que esse período coincide com o do chamado “milagre econômico”.

A modernização da agricultura, que se manifesta principalmente no uso de maquinaria agrícola moderna, adubos químicos, sementes selecionadas – em grande parte viabilizada pela política creditícia do Governo Federal –, introduz novas relações de trabalho no campo, na medida em que implica a constituição de trabalho assalariado e, portanto, o desaparecimento das formas que o antecedem: colonato, parceria e arrendamento. Essas categorias foram as mais vulneráveis dentro do processo, constituindo-se basicamente no contingente que migrou da zona rural (GUZMÁN e MAGALHÃES, 1984: 2004-2005). Assim, o campo paranaense, através dos processos de modernização agrícola e de reestruturação fundiária, liberou significativos contingentes de população, dos quais uma parcela considerável, como observamos na tabela abaixo, migrou.

Tabela 3 – Taxa de urbanização do Paraná, 1950/1980.

Anos	População Total	População Urbana	% de Urbanização
1950	2.115.547	528.000	24,95
1960	4.296.375	1.329.576	30,94
1970	6.929.868	2.504.378	36,13
1980	7.630.466	4.473.541	58,62

Fonte: FIBGE. *Censos Demográficos do Paraná, 1950/1980*.

⁶³ A migração diz respeito ao montante de população que se desloca espacialmente e às direções desse fluxo. A questão fundamental é que esses deslocamentos são constituídos por determinados grupos ou categorias sociais, cuja participação nesse processo representa a possibilidade ou, na maioria das vezes, a própria impossibilidade de sua reprodução e, portanto, a modificação de seu “status” dentro de estruturas sociais concretas. O Paraná, que durante três décadas (1940-70) recebeu significativos contingentes populacionais, expulsou mais de 1.201mil habitantes nos anos 1970.

Além disso, no período 1970-75, houve mudanças significativas na importância dos diversos produtos agrícolas. Entre as cinco principais culturas temporárias, em 1970 ocupavam as maiores áreas o milho (51%) e o feijão (22%). Em 1980 a situação era completamente diferente, com a soja ocupando 34,3%, o milho 30,8%, o trigo 18,7% e o feijão apenas 12,6%. As participações percentuais indicam que a produção das lavouras temporárias estava cada vez mais dominada por produtos que constituíam matéria-prima para as indústrias. E mais: a substituição das pastagens e florestas naturais por plantadas refletiam o processo de modernização registrado na agricultura. Se a redução na área das lavouras permanentes foi muito mais forte nas MRH do Grande Norte, a evolução das lavouras temporárias foi um fenômeno expressivo na MRH Oeste-Sudoeste (IPARDES, 1985: 20).

Embora o saldo migratório⁶⁴ rural tenha sido negativo para todas as microrregiões do Estado, foi extremamente desigual a sua proporção. Para algumas, a taxa líquida indica que o crescimento populacional da década de 1970 esteve muito abaixo do esperado. O surpreendente, contudo, foi a velocidade com que o Paraná passou da condição de receptor para a de expulsor de população, a magnitude da migração e a direção do seu fluxo, redefinindo ganhos na produtividade e transformando as relações de trabalho. Assim, os saldos migratórios da década de 1970 sintetizam nitidamente três processos: um maciço movimento de evasão populacional do campo; intensificação das migrações internas com destino urbano; e a saída de um elevado contingente populacional para além das fronteiras estaduais⁶⁵.

O crescimento demográfico do Paraná tem sido tão baixo nos últimos 20 anos que em 1991 sua população era bem inferior aos 10 milhões de habitantes que as projeções feitas no início dos anos 1970 previam para 1980. O Censo de 1991 registrou uma população em torno de 8,4 milhões de habitantes, contra os 7,6 milhões de 1980, o que resulta numa taxa de crescimento de 0,92 ao ano, ligeiramente inferior à taxa média observada durante os anos de 1970. Como resultado desse processo, ele vem experimentando perda de participação relativa desde 1970 no total da população do país. Por outro lado, ampliou-se ainda mais a tendência à urbanização⁶⁶, já que quase três quartos da população paranaense em 1991 residiam no meio urbano, a exemplo da média brasileira (BOLETIM DE ANÁLISE CONJUNTURAL, 1992: 3).

⁶⁴ Entende-se por saldo migratório a diferença entre a estimativa de crescimento, considerando as variáveis demográficas, e o montante real levantado por um determinado censo.

⁶⁵ De 1970-80, a população rural apresentou uma redução de 1.214 mil pessoas (foi nesse período que a população urbana superou a rural, passando de 36,3% para 58,6%). Considerando o período de 1980-96, o decréscimo da população rural foi de 1.165 mil pessoas. Do ponto de vista das atividades, para o total do Estado, entre 1985-96, a área de lavouras permanentes foi reduzida em 316,7 mil hectares (-50,4%), a de lavouras temporárias em 645,3 mil (-12,0%) e as pastagens cresceram 677,7 mil hectares (+11,3%). A área explorada total teve um acréscimo de 691,9 mil hectares (+ 4,5%) (LIBARDI e DELGADO, 1999: 53ss).

⁶⁶ A Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, reforçou de maneira expressiva seu caráter concentrador de população, sendo que sua taxa de crescimento foi a mais alta entre as regiões metropolitanas nos anos 1970-80.

Essas questões, conjugadas com a existência de empobrecidos pela utilização de técnicas inadequadas e constantes endividamentos, contribuiu para que o processo migratório de paranaenses tenha se intensificado nos anos 1970. Os pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e parceiros foram os segmentos rurais que mais contribuíram no processo migratório, ao mesmo tempo em que os maiores produtores (acima de 500 hectares), aumentaram as suas propriedades, que em sua maioria não foram utilizadas para a produção, mas sim como reserva de valor. Todo esse processo foi sustentado pela política agrícola do Governo Federal e a sua continuidade ainda se encontra, em grande medida, condicionada a esse apoio. Diante disso, percebemos que o desenvolvimento recente deixou claro suas exigências e, principalmente, os segmentos de produtores aptos a preenchê-las.

Foi sob a vigência destes condicionantes que ocorreu, entre 1970-80, a eliminação de 109 mil estabelecimentos no Estado, cerca de 20% do total existente em 1970. Em termos de área, a redução correspondeu a 894 mil hectares, 61% do total existente em 1970 (MAGALHÃES, 1996: 39-40). Os pequenos produtores, estabelecimentos com até 20 hectares, foram os mais vulneráveis no processo de modernização. Perderam espaço em número e área de estabelecimentos e, principalmente, a força como segmento social, porque reduziram sua importância como produtores pela redução absoluta e relativa na área de lavoura e valor da produção. Apesar da redução, seu peso é significativo. Em 1980, representam 70% dos estabelecimentos e 56% do total de pessoal ocupado na agricultura, cerca de 900 mil pessoas (IPARDES, 1983: 18).

Tabela 4 – Taxas geométricas de crescimento anual da população total residente (em %), 1940-80.

****	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Paraná	5,6	7,2	5,0	1,0
Urbana	5,6	9,1	6,5	5,8
Rural	5,3	6,2	4,0	-3,4

Fonte: GUZMÁN e MAGALHÃES, 1984: 1991.

A modernização da agricultura, que pode ser vista como uma das principais causas que levaram esse contingente à migração, não aconteceu de forma igual em todas as regiões do Paraná e tampouco foi introduzida nas mesmas proporções para todas as culturas⁶⁷. As lavouras de milho, de arroz e de feijão continuaram a ser conseguidas praticamente nos mesmos moldes de antes, com pouca tecnologia e poucos investimentos, enquanto que a soja, o trigo e o algodão se inseriram na produção moderna. Ao longo da década de 1970 a soja e o trigo consumiram os maiores montantes do

⁶⁷ Mesmo com a redução da população ocupada na agropecuária, que diminuiu 8,4%, (168 mil pessoas) entre 1970 e 1980 a produção de bovinos aumentou 67,8% e a de aves 75,2%, e a área de hectares plantados 28,9%. No mesmo período todos os municípios sofreram um processo migratório, sendo que nenhum conseguiu equilibrá-lo com o crescimento vegetativo. Os maiores fluxos ocorreram no Norte, onde 88 dos seus 174 municípios sofreram um decréscimo da população entre 20% e 50%, e 71 tiveram um decréscimo de mais de 50% na sua população (IPARDES, 1983: 9).

crédito destinado à agricultura. Em 1979, por exemplo, essas duas lavouras consumiram Cr\$ 12.716 mil de um total de Cr\$ 18.515 mil destinados ao financiamento de insumos.

Em relação à utilização de máquinas, mesmo com um aumento de 326,3% no número de tratores, apenas 7,61% das propriedades utilizavam máquinas agrícolas nas suas atividades (IPARDES, 1983: 9). Dessa forma, a produção do sitiante ou ocupante que contasse apenas com a mão-de-obra familiar e a técnica tradicional, era apenas suficiente para prover a subsistência da família e produzir um excedente muito pequeno. Por isso, o equilíbrio econômico depende da compressão máxima de todas as necessidades que precisem ser satisfeitas pela compra, e qualquer alteração nessa relação torna a produção insuficiente.

As mudanças do setor agrícola paranaense na década de 1970 provocaram uma nova forma de produção e redefiniram as relações de trabalho no campo. Porém, elas não ocorreram homogeneamente em todas as regiões. As transformações vivenciadas pela agricultura, os efeitos produzidos sobre as relações de trabalho, a magnitude e intensidade dos fluxos migratórios do campo, a tendência de redistribuição espacial da população, foram processos que apresentaram graus e ritmos diferenciados. Vejamos como isso ocorreu em duas de suas MRH, a Oeste/Sudoeste e a Paraná Tradicional, haja vista que elas apresentam o maior número de migrantes nos dois morros.

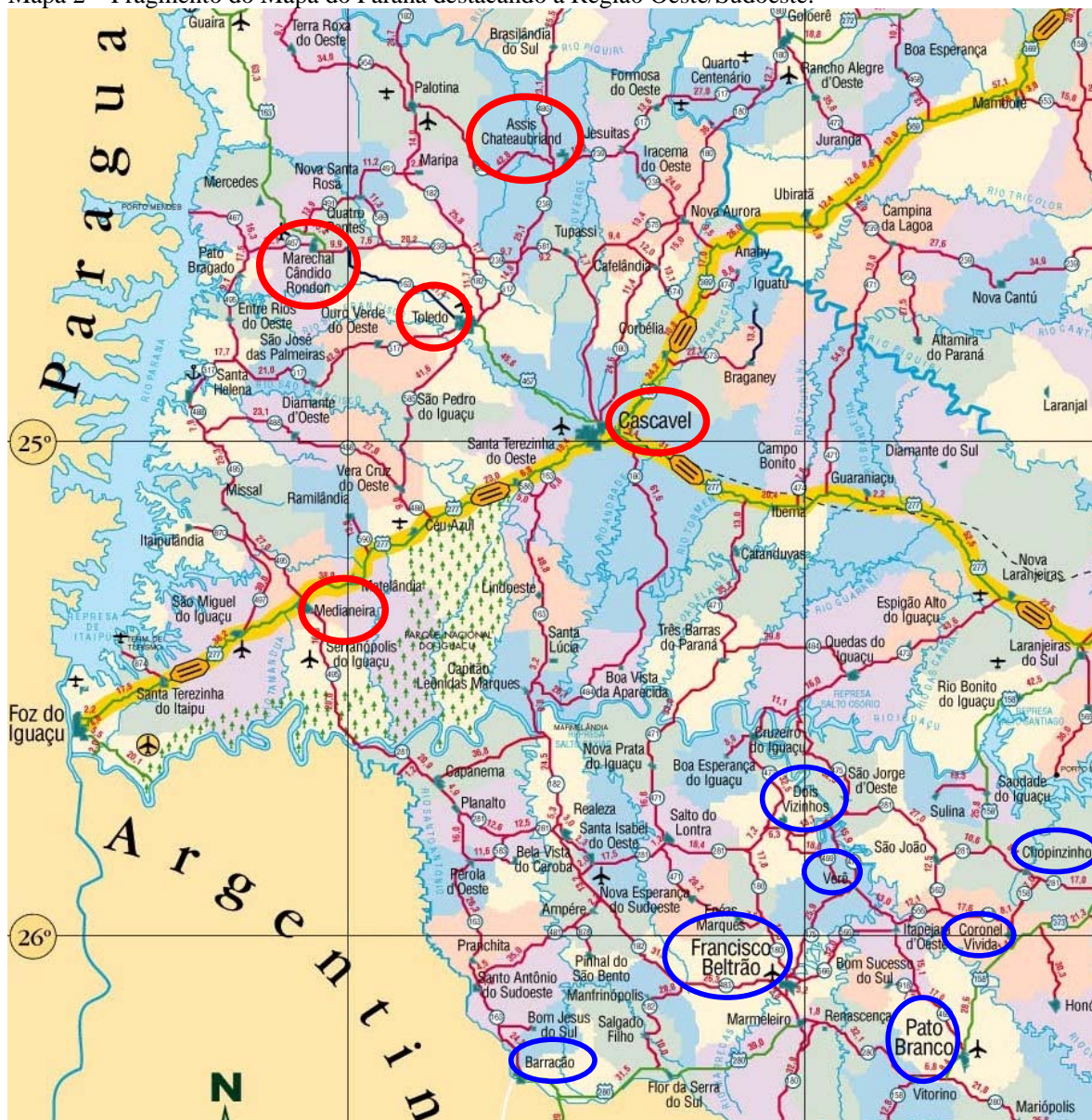
3.2 – Região Oeste/Sudoeste.

A Região Oeste-Sudoeste, que compreende o Extremo-Oeste⁶⁸ e o Sudoeste⁶⁹, é de ocupação recente. Apenas no início dos anos 1950 ela experimentou um vigoroso processo de ocupação a partir de dois fluxos migratórios importantes: o primeiro de população liberada do café e o segundo vindo do Sul do país. O tipo de ocupação dominante foi de pequena produção, inicialmente com vínculos muito frágeis com o mercado. Em meados da década de 1960 a malha viária se estende até essas regiões e estimula a produção de alimentos e suínos para os mercados de Curitiba e São Paulo. Embora economias mais novas e sem o suporte da riqueza propiciada pelo café, na década de 1970 o Oeste e o Sudoeste se encontram integrados como áreas agrícolas importantes do Estado. Nos anos 1980 assiste-se à continuidade do processo de modernização nessa área, aprofundando-se a característica concentradora da estrutura fundiária e a tendência à substituição da mão-de-obra residente pela temporária não-residente, e da mesma forma que as regiões ao Norte, foram responsáveis por importante parcela do saldo migratório total, 16% (IPARDES, 1983: 36ss).

⁶⁸ Assis Chateaubriand, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Toledo, entre outros.

⁶⁹ Barracão, Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Verê, entre outros.

Mapa 2 – Fragmento do Mapa do Paraná destacando a Região Oeste/Sudoeste.



Meus pais trabalhavam na agricultura, com produção de tudo e meu marido trabalhava no transporte das cargas até a cidade. Com o passar do tempo as coisas foram ficando cada vez mais difíceis, sem preço, sem produção e o povo foi saindo (Dona Cleonice, mora no Morro da Pedra desde 1994).

Lá no Paraná a minha vida foi sofrida. Eu andei muito por aquelas bandas [Cantagalo, Coronel Vivida] porque meu marido trabalhava no DNER e vivia mudando de cidade. Quando dava a gente plantava alguma coisa na beira do asfalto. (...). Aqui em Jaraguá já tinha um vizinho nosso lá do Paraná. Foi ele que iludiu meus filhos pra virem em busca de emprego, de serviço. Na época vieram três filhos e dois vieram depois. Aqui eles foram trabalhar de pedreiro, servente, no que aparecia. (...). Quando eu vim, aqui era pior que buraco de tatu de tanto barro que tinha. A estrada era só uma picada que mal se conseguia andar. Quando se ia pra cidade se levava dois calçados de tanto lodo que tinha. Um a gente calçava lá fora (Dona Maria, de Chopinzinho, mora no Morro da Pedra desde 1990).

As exigências de adequação da base agrícola ao tipo de expansão do setor foram as mesmas que para o Norte: uma incorporação elevada de terras ao processo produtivo junto à absorção do progresso técnico. O Extremo-Oeste respondeu por 45% da expansão da área total de lavouras, o que inclui o consumo de pacotes tecnológicos, e 23,2% do aumento de tratores, os maiores índices do Estado. O Sudoeste, mesmo com um relevo acidentado, absorveu 9,2% do incremento de tratores.

O processo de colonização do Extremo-Oeste se efetivou a partir da década de 1940. As terras localizadas no Oeste do Estado foram concedidas para empresas colonizadoras⁷⁰ com sede no Rio Grande do Sul, local aonde imigrantes chegados ao Brasil durante o século XIX conviviam com problemas de redução da fertilidade do solo devido a intensa exploração agrícola e a diminuição do tamanho das propriedades a partir das partilha dos lotes coloniais por herança (ZAAR, 2000: 1-2).

Com alguma infra-estrutura, intensa propaganda foi realizada no local de origem destes migrantes onde se enfatizava principalmente a fertilidade do solo, as matas que cobriam o solo, a água em abundância, o clima semelhante ao de origem e o baixo preço das terras. Com mão-de-obra familiar e experiência na atividade agrícola produtores agrícolas adquiriram lotes e migraram com o objetivo principal de continuar a sua reprodução enquanto trabalhadores agrícolas. A agricultura de subsistência era a principal atividade praticada por esses agricultores familiares, que produziam trigo, milho, mandioca, batata, hortaliças e fruticultura, além de aves, suínos, bovinos e eqüinos. Eram produtos que em grande parte não se transformavam em mercadoria e tinham apenas valor-de-uso. Apenas o excedente era comercializado, primeiramente entre os vizinhos, e secundariamente com comerciantes de locais próximos (ZAAR, 2000: 2).

Fotografia 1 – Vista parcial de um sítio em Mangueirinha, na Região Oeste/Sudoeste – 1995.



Fonte: Fotografia de moradores que hoje moram no Morro da Pedra cedida ao autor.

⁷⁰ Uma dessas empresas foi a Industrial Madeireira Colonizadora S/A – Maripá – que iniciou o processo de colonização do local onde em 1960 foi implantado oficialmente o município de Marechal Cândido Rondon.

A partir de meados da década de 1960, com a implantação do processo de modernização da agricultura, a relação da agricultura familiar que até então ocorria a nível comercial, passou a ocorrer também com o capital financeiro e industrial. Assim, ao mesmo tempo em que as indústrias passavam a comprar os produtos agrícolas dos agricultores, vendiam sementes, agrotóxicos e equipamentos agrícolas, financiados primeiramente por bancos oficiais e mais tarde pelos demais. Este foi um reflexo das políticas agrícolas estatais que tinham como meta principal o aumento nas exportações de soja e o incremento na produção do trigo para consumo interno. Desta forma, durante toda década de 1970 e parte da década de 1980, o binômio soja/trigo⁷¹ foi cultivado em detrimento de outros cultivos de subsistência.

Eu vim pra Santa Catarina porque no Paraná estava ruim de arrumar emprego e na roça não se conseguia mais nada. Como eu tinha um irmão que morava em Guaramirim, eu vim pra cá, pra essa região, procurar serviço. (...) eu já trabalhei em lavanderia, de doméstica, em posto de gasolina e em supermercado (limpeza) e hoje sou diarista (Nícia, mora no Morro da Boa Vista desde 1990).

Dentro deste contexto, onde as políticas estatais estavam voltadas para o incremento das forças produtivas, através do incentivo ao aumento das exportações e a ampliação do parque industrial brasileiro, inclusive com a entrada de capital transnacional, um obstáculo poderia se tornar fatal: a falta de energia. Com uma produção petrolífera insuficiente e dependente da importação, o Brasil necessitava encontrar uma fonte de energia alternativa. Foi a partir daí que projetos de implantação de hidrelétricas começaram a eclodir nos rios brasileiros de planaltos, favoráveis à produção de energia hidrelétrica (ZAAR, 2000: 3).

Segundo Zaar (2000: 1), o projeto da hidrelétrica Binacional Itaipu, localizada no Rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai, teve início na década de 1970, e em outubro de 1982, com a formação da represa, inundou uma área de 1.350 km²⁷². A propriedade agrícola familiar existente na área foi desapropriada e seus moradores migraram compulsoriamente, sendo que a maior parte se dirigiu para as áreas urbanas dos distritos e municípios que compõem a região. Um segundo grupo se dirigiu às áreas rurais do próprio Estado e de Estados da Região Centro-Oeste e Norte do país; e um terceiro grupo encontrou terras mais baratas no Paraguai.

O processo de desapropriações, a partir do qual a Itaipu deveria indenizar os agricultores iniciou ainda no final da década de 1970. Reuniões foram realizadas pela Itaipu comunicando aos futuros desapropriados que estes receberiam, além dos devidos valores de suas terras, as benfeitorias nela existentes. Mas os acertos finais dos valores a serem pagos eram realizados individualmente,

⁷¹ Nesta década houve um aumento de cerca de 700% na produção de soja, e 600% na produção do trigo, devido ao aumento da área cultivada e da produtividade.

⁷² Destes, 780 km² estavam em território brasileiro. Em Marechal Cândido Rondon foram desapropriados 150 km², o que correspondeu a 13% de sua área total.

fazendo com que os agricultores se sentissem coagidos a aceitarem valores que não condiziam com o valor real das propriedades a serem desapropriadas (ZAAR, 2000: 4).

Os principais problemas enfrentados pelos expropriados pela Itaipu foram a medição e avaliação das propriedades, os prazos de permanência na área, os prazos de pagamento, o ritmo das indenizações de bens comunitários e de pontos comerciais, a necessidade de locais para um novo assentamento, a reconstrução da infra-estrutura local para os agricultores que permanecessem na área, além dos problemas ecológicos advindos com a formação da represa.

De acordo com Zaar (2000: 5), com a indenização compulsória parte das famílias que haviam migrado, em sua maioria do Rio Grande do Sul durante as décadas de 1940-50, iniciaram a partir do final da década de 1970, e mais intensamente durante os primeiros anos da década de 1980, mais um intenso processo migratório. A maior porcentagem de migrantes, 27%, se dirigiu para a cidade de Marechal Cândido Rondon, na tentativa de se reproduzirem enquanto trabalhadores urbanos.

O programa de desapropriação, executado no período compreendido entre 1978-82, abrangeu, em todos os municípios do Extremo-Oeste uma população estimada em 40 mil pessoas. Somente no município de Marechal Cândido Rondon foram indenizadas 1.452 propriedades. Se considerarmos que em cada propriedade trabalhava uma família com cinco pessoas em média, teremos um número aproximado de sete mil pessoas indenizadas. Esta idéia de desenvolvimento encerrou uma série de contradições, sendo uma delas a sujeição de alguns para o benefício de outros. Ele levou os trabalhadores agrícolas à perda do lugar no grupo social em que se reproduziam no momento em que foram forçados a migrarem.

3.3 – Região Paraná Tradicional.

A Região Paraná Tradicional⁷³ se caracteriza por ser a de ocupação mais antiga do Estado e menos densamente povoada. Sua importância na economia paranaense estava relacionada com o desenvolvimento da economia madeireira. A estrutura fundiária acompanhou essa atividade, concentrando grandes propriedades que permitiam a apropriação de reservas de pinhais. Complementarmente, foi aí desenvolvida uma pecuária de caráter extensivo. Essas atividades não proporcionaram uma ocupação mais efetiva da terra; delas resultou uma estrutura agrária com predominância da grande propriedade, com a pequena propriedade mais voltada para o autoconsumo,

⁷³ Paranaguá, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Irati, Cândido de Abreu, Ivaí, Reserva, Pitanga, Cantagalo, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Pinhão, General Carneiro, Palmas, entre outros.

nessa área, nos anos 1970, foi bem menos intensa que em outras regiões. Por conseguinte, ela foi a região que menos perdeu população naquela década e manteve a maior proporção de população rural em relação à população total da região. Nos anos 1980 esse quadro se manteve, embora seja importante observar o aumento significativo dos saldos migratórios negativos dessa região em comparação aos valores da década de 1970. De fato, indicadores construídos a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1985, embora revelem grandes disparidades intra-regionais, apontam para mudanças na estrutura agrária, na pauta de produtos e na utilização mais intensiva de mão-de-obra assalariada, que refletem a atuação de condicionantes expulsos de população.

Fotografia 2 – Vista parcial de um sítio em Cantagalo, Paraná Tradicional – sem data.



Fonte: Fotografia de morador que hoje mora no Morro da Pedra cedida ao autor.

No entanto, é interessante mencionar que uma das áreas com características divergentes nessa região, segundo os indicadores relacionados ao período 1980-85, localiza-se no chamado Centro-Sul do Estado, território formado pelas microrregiões Alto Rio Negro, Campos de Lapa, São Mateus do Sul, Colonial de Irati, Alto Ivaí, Pitanga, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçú. Nessa área se concentrou 70% do crescimento do número total dos estabelecimentos, observado em todas as categorias de produtores. Ao que tudo indica contingentes expressivos de produtores rurais expulsos de outras regiões de agricultura mais dinâmica, e mesmo produtores oriundos de Santa Catarina, dirigiram-se a essa área, atraídos pela disponibilidade de expressivas extensões de terras inexploradas e relativamente baratas, concretizando a possibilidade de se reproduzirem enquanto produtores rurais (BOLETIM DE ANÁLISE CONJUNTURAL, 1992: 5).

Essas foram as bases sob as quais se assentaram as transformações da agricultura paranaense. O processo de expulsão populacional do campo tem suas raízes nas grandes transformações operadas

ao longo das décadas de 1960-80. Essas transformações, consubstanciadas na chamada modernização da agricultura, na concentração fundiária e na substituição de culturas, resultaram, em última instância, em um novo tipo de produção agrícola subordinada aos interesses industriais, que passou a controlar diretamente setores da agricultura como a fumicultura, hortifruticultura, avicultura e suinocultura, e, indiretamente, a produção de soja, trigo e milho. Ao comprar a produção agrícola, a indústria impulsiona a modernização, pois a exigência de padronização do produto implica a introdução de novas técnicas produtivas (GUZMÁN e MAGALHÃES, 1984: 2004).

É importante frisar que essas mudanças se realizaram independentes de uma ação de reestruturação fundiária, ao mesmo tempo em que o Estado não assumiu o outro lado desse processo, não apoiou as categorias sociais que foram despejadas do campo quando o processo de modernização da agricultura se realizava de forma extremamente seletiva e violenta.

Para Carneiro Jr. (1982: 68), não houve medidas ou projetos para fixar as populações nas suas regiões; a ausência de obras públicas absorvedoras de mão-de-obra naqueles municípios onde se manifestassem desde logo indícios de desemprego explica parte da motivação para emigrar; tampouco se processou um intenso e generalizado esforço de industrialização que empregasse a mão-de-obra liberada das atividades agrícolas; o esgotamento das matas de pinho desacelerou as atividades madeireiras, gerando desemprego setorial nessa indústria. Nas cidades, o agravamento da crise acompanhado de queda nos índices de emprego e redução dos níveis reais dos salários, atingiria os setores antigos da economia paranaense (têxtil, calçados, vestuário e alimentos) que continuaram a crescer apesar de terem diminuído sua participação relativa na geração da renda interna.

Como resultado das transformações ocorridas no campo, seus municípios apresentaram significativa perda de população: 185 (57,3%) apresentaram taxas de crescimento anual negativas entre 1980-91⁷⁴. Destes, 119 (64,32%) já apresentavam comportamento similar no período 1970-80 (MOURA e ULTRAMARI, 1992: 291). Os municípios do Norte, por exemplo, tiveram sua população reduzida em até 3,0% ao ano. Por outro lado, Curitiba e seus arredores, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu são exemplos destacados de cidades absorvedoras de população do próprio Estado⁷⁵.

A questão migratória continua permeando de forma intensa a dinâmica demográfica das unidades territoriais da Região Sul, mostrada na tabela abaixo, redefinindo alterações significativas de ritmos de crescimento populacional e redesenhando continuamente os espaços de localização e de concentração da população (MAGALHÃES, 1998: 3). Porém, não podemos tratar as questões

⁷⁴ Entre 1980-91, dos 20 municípios brasileiros com menores taxas de crescimento, 12 pertenciam ao Paraná; as taxas variavam de -6,89 a -3,75 (SANTOS, 1997: 44).

⁷⁵ O Grande Norte teve 169 municípios com decréscimo de população num total de 173; o Oeste, 27 em 43; e as demais regiões 39 em 71. No todo, movimentaram-se mais de três milhões de pessoas no espaço de tempo de dez anos.

referentes à migração como se o esvaziamento social e demográfico do campo fosse uma fatalidade inerente ao processo de desenvolvimento.

Os anos 1980 continuaram testemunhando a continuidade do processo de evasão populacional, apesar de que em volumes menores. Pela segunda década consecutiva a Região Sul, em particular o Paraná, apresentou a menor taxa de incremento demográfico, reafirmando seu caráter expulsor de população. Apesar da capacidade demonstrada pelos centros urbanos da região em reter parcelas significativas do êxodo rural e das perdas sofridas pelas pequenas cidades, permaneceu a tendência a saldos migratórios negativos, sendo o caso do Paraná o mais expressivo, com uma perda populacional de quase 500 mil pessoas. Já o Rio Grande do Sul e Santa Catarina vêm reduzindo suas perdas (BEANINGER, 1999: 39).

Nas trocas migratórias intra-regionais Santa Catarina foi o pólo de atração e absorção, chegando a um ganho de 34.152 migrantes no período 1991-96; os demais Estados constituíram áreas de evasão populacional. O fluxo oriundo do Paraná para Santa Catarina imprimiu a nova face migratória da dinâmica do Estado no contexto regional, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 5 – Movimento migratório intra-regional⁷⁶ – Região Sul, 1986-96.

***	1986-91			1991-96		
Movimento	Imigração	Emigração	TM	Imigração	Emigração	TM
Sul	268.410	268.410	--	223.610	223.610	--
Paraná	73.705	108.328	-34.623	62.163	86.447	-24.284
Santa Catarina	128.032	87.363	40.669	109.936	75.787	34.152
Rio Grande do Sul	66.673	72.719	-6.046	51.508	61.376	-9.868

Fonte: FIBGE. *Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996*.

TM: Trocas Migratórias.

3.4 – Transformações na agricultura de Santa Catarina.

Os dados do Censo Agropecuário de 1975 e do Censo Demográfico de 1980 apontavam Santa Catarina como um dos Estados que apresentava menor grau de modernização da agricultura, com um grau de intensidade de exploração da terra relativamente alto e um grau relativamente baixo de mecanização e de modernização das relações de trabalho, fato associado, à importância da pequena produção familiar (ESPÍRITO SANTO, 1999: 54).

No início da década de 1980, Santa Catarina contava com uma população de 3.627.933 habitantes, dos quais 2.154.238 concentravam-se nas áreas urbanas e 1.473.695 no campo. Entre os

⁷⁶ O movimento intra-regional corresponde aos fluxos estabelecidos entre os Estado de uma Grande Região.

censos de 1970 e 1980, o IBGE registrou a taxa de 2,26% no crescimento demográfico do Estado, porém, enquanto a população urbana cresceu 5,26%, a rural apresentou índices negativos de 1,15%.

Nesse mesmo período, o número de proprietários rurais permaneceu praticamente estável, confirmando que a atual estrutura fundiária privilegia a concentração da terra, independente de ser ou não produtiva. Ao mesmo tempo, os parceiros, arrendatários e posseiros cresceram 24%, ocupando 21% dos estabelecimentos agrários. No final dos anos 1980, segundo levantamento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina, existia mais de 140 mil famílias sem terra no Estado, e aproximadamente 2.000 permaneciam acampadas em vários municípios da região Oeste, onde os conflitos entre colonos e fazendeiros eram mais intensos (Jornal do Vale, 24/11/1989: 8).

Essas transformações atingiram, notadamente, o Oeste e o Planalto, e com menor intensidade o Vale do Itajaí, provocando grandes transformações no quadro social, dentre as quais se podem pontuar o crescimento e a modernização de grandes e médias cidades no litoral, no Norte e do Nordeste, como Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Itajaí e Florianópolis. Na situação de centros mais populosos, foram privilegiadas e locaram os setores produtivos e de serviços, que concretizam o novo perfil do capital, na sua forma industrial e financeira.

Eu nasci em Luís Alves (SC), mas vivi muito em Massaranduba (SC). (...). Lá se trabalhava na roça, na plantação de fumo, arroz, cana, vassoura. O mais que a gente vendia era arroz e fumo, pra Souza Cruz. Mas era muito veneno, muita química que não dava mais pra ficar naquela lida. Depois, a gente não vendia o produto direto pra firma, mas tinha uns negociantes, uns intermediários que comprava da gente e que ganhava mais dinheiro sem fazer quase nada. Aí não dava certo. Não tinha mais futuro na roça. (...) tinha pouco emprego. Tinha muito alambique de cachaça, mas quem trabalhava neles era tudo da própria família. Então quem não tinha terra tinha que sair. E olha que naquela época se tinha um monte de filho em cada casa. A nossa família era em 13. Isso quer dizer que não tinha mais terra por muito tempo. (...). Muitas moças saíam pra ser diarista em Blumenau. Isso foi lá pelos anos de 70 até 80. Depois vieram mais pra Jaraguá (Seu Armando, mora no Morro da Boa Vista desde 1984).

Antes de vir pra Jaraguá, em 1983, eu morei em Criciúma, Tubarão, Luís Alves, Barra Velha e Blumenau, isso em Santa Catarina. No Paraná morei em Curitiba. Fui sempre acompanhando meu marido. Nessas andanças de doido nós íamos trabalhar na lavoura, pros outros, indicado por conhecidos. Só em Barra Velha que tivemos um terreninho próprio. A gente trabalhava por dia e plantava arroz, feijão, milho, hortaliças, conforme a região que a gente ia. Eu trabalho na roça desde os dez anos (Maria Machado).

As décadas de 1970-80 foram de importantes mudanças no campo e nas cidades catarinenses e brasileiras. Neste período, houve no Estado e no país um aumento considerável do êxodo rural e das migrações em direção às áreas urbanas das pequenas, médias e grandes cidades. A partir de 1980, pela primeira vez em sua História, Santa Catarina passou a ter oficialmente uma população urbana maior que a rural. As migrações acabaram motivando um exagerado desequilíbrio populacional entre os municípios. Enquanto diversos pequenos municípios esvaziaram-se populacionalmente, vários outros

Eu morei em Lages e Caçador (SC) antes de vim pra Jaraguá. Nesses locais trabalhava como agricultor na terra dos outros, em empreitadas. Também trabalhei em uma fábrica de papel e celulose, em Lages. Eu vim pra Jaraguá pra melhorar de vida e por falta de trabalho naquelas cidades (João, mora no Morro da Boa Vista desde 1995).

Em Lages eu trabalhei em uma fábrica de papel e celulose, e em Jaraguá foi doceira por 11 anos seguidos. Depois parei e agora ainda trabalho fora uns dias da semana (Dona Berberina, mora no Morro da Boa Vista desde 1988).

Com o fim do ciclo da madeira, a partir da década de 1960, devido ao esgotamento das reservas nativas, ao aumento do rigor das leis ambientais e à crise econômica instalada no país, diversas madeireiras foram gradativamente fechando, gerando desemprego e aumentando a pobreza, principalmente entre os luso-brasileiros, cuja maior especialidade era a *lida* com a madeira. Esta especialização do trabalho, explica, em parte, porque tantos *caboclos* saíram da região Serrana (SILVA, 2002: 182, grifos no original).

Em Santa Catarina, além do desequilíbrio populacional entre os municípios, as ocupações irregulares de áreas inabitadas, ou pouco habitadas, nas maiores cidades, foram outro grande problema ocasionado pela saída de milhares de migrantes de seus locais de origem. O retrato dessa realidade, que tem de um lado a vida no campo e a migração, e de outro a ocupação de espaços urbanos, com a segregação e a discriminação, pode ser encontrado nas periferias de Jaraguá do Sul, que a exemplo de outras cidades industrializadas, tornou-se o destino de inúmeros migrantes.

Tabela 6 – Total de Migrantes com quem Falamos nos dois Morros.

Morro da Boa Vista			Morro da Pedra		
<i>Paranaenses</i>	<u>22</u>	33,3	<i>Paranaenses</i>	<u>26</u>	81,2
Catarinenses	28	42,4	Catarinenses	2	6,2
De outros Estados	3	4,6	De outros Estados	2	6,2

As Histórias e trajetórias da maioria da população que atualmente reside no Morro da Pedra e da Boa Vista estão ligadas à agricultura, à terra, ao Paraná. Era daí que tiravam inicialmente seu sustento, trabalhando quase sempre na terra de outros como parceiros, meeiros, bóias-frias, peões de fazenda. Outros, pequenos proprietários, além das constantes intempéries como geadas e estiagens e dos baixos preços pagos aos seus produtos, também sofriam com a possibilidade de perder suas terras.

A análise feita acima, tanto da modernização da agricultura quanto das mudanças nos padrões demográficos do Sul do país são importantes para nós, pois parte desse contingente populacional, como vimos, vai se deslocar para Santa Catarina, em geral, e para as regiões mais industrializadas, em particular, como Jaraguá do Sul.

4 – Migrantes em Jaraguá do Sul: novos “carreros” a serem percorridos.

Ela muitas vezes contemplava com pena (...) os viandantes que chegavam a Londres, pela estrada real ali perto, e que, cansados, de pés doloridos, e olhando com temor para a enorme cidade a sua frente, como se antessem que ali sua infelicidade seria apenas uma gota d'água no oceano, ou um grão de areia na praia, seguiam em frente encolhidos, protegendo-se da inclemência do tempo, com rostos de quem se sente rejeitado até pelos elementos naturais. Dia após dia passavam viajantes assim, pé ante pé, porém iam sempre na direção da cidade (Dickens, 1848 apud WILLIAMS, 1989: 221-222).

Como vimos, entre 1960-80, a industrialização de Jaraguá do Sul⁷⁷ foi intensificada, aumentando o setor de serviços e oportunidades de trabalho, passando a representar o lugar da realização do sonho urbano da geração de empregos e de oportunidades econômicas para trabalhadores rurais de várias regiões do Estado de Santa Catarina e de Estados vizinhos. Este desenvolvimento aumentou a oferta de empregos, atraindo um grande número de trabalhadores sem especialização e, em menor quantidade, profissionais especializados, oriundos principalmente do Oeste de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul⁷⁸.

Estes migrantes deixaram a terra, as fazendas, os sítios, os patrões, as madeireiras, seus costumes e tradições e buscaram, dentre muitos lugares no espaço urbano de Jaraguá do Sul, uma vida melhor para si e suas famílias, como no Morro da Boa Vista e no Morro da Pedra, lugares onde vários conhecidos seus já haviam se estabelecido. Agora, em outro contexto, esses migrantes são sujeitos sociais que redefinem cotidianamente suas experiências, memórias e identidades e ao mesmo tempo resignificam suas lutas e representações sobre o espaço urbano e a terra.

Em Jaraguá do Sul a maioria desses migrantes comprou um terreno que se localizava em loteamentos sem a infra-estrutura exigida pelos códigos municipais. Além disso, quase sempre, construía suas casas sem aprovar a planta na prefeitura, já que geralmente não podiam arcar com o custo que isso envolvia. E, mesmo quando os lotes eram legais, freqüentemente a construção não era, como no caso do Morro da Boa Vista. Os lotes na periferia eram acessíveis tanto em função de sua ilegalidade quanto porque estavam no meio do mato, em bairros sem asfalto, eletricidade, água, esgoto, telefone, escolas, posto de saúde e ligados à cidade por um sistema deficiente de ônibus, criando uma uniformidade relativa da população.

⁷⁷ Sobre Jaraguá do Sul e sua História, ver SCHÖRNER, Anselmo. *O arco-íris encoberto: Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas*. Joinville: Oficina Comunicações, 2000; SCHÖRNER, Anselmo. Jaraguá do Sul: imagens criadas e realidades vividas versus as cores da realidade. *Boletim de História Demográfica/USP*, São Paulo, n.º. 29, jul./2003 e SCHÖRNER, Anselmo e NODARI, Eunice Sueli. Morro da Boa Vista: segregação social e exclusão territorial. *Fronteiras*, Florianópolis, n.º. 12, jul./2004.

⁷⁸ As representações sobre Jaraguá do Sul foram construídas através de notícias que circulavam de boca em boca, noticiários transmitidos pelo rádio e através de jornais e revistas, além de informações obtidas nas cartas de parentes que já trabalhavam na cidade. Com suas indústrias, comércio e oportunidades, cidades como Jaraguá do Sul passam a assumir o papel de cidade ideal para os grupos de migrantes que buscam novos lugares para viver.

Verifica-se, assim, que a cidade transformou-se num parque industrial com sérios problemas de infra-estrutura, deficiência de moradia, transporte e educação, o que se alia a altas taxas de exploração do trabalho, configurando o que Kowarick (1993: 62-63) chama de espoliação urbana, o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho.

O crescimento demográfico, resultado do fluxo migratório, era mão-de-obra que chegava à cidade destinada a suprir, de imediato, as necessidades das linhas de produção. No começo de 1979, por exemplo, a ACIJS realizou uma pesquisa sobre mão-de-obra e foram computados os dados de 85 empresas que responderam a um questionário. Quanto à evolução da oferta de empregos, a pesquisa revelou que foram criados 1.765 novos empregos no setor secundário, crescimento de 17% sobre o início do exercício, enquanto que para 1980 seriam oferecidos nada menos do que **3.405 novos empregos** (A Gazeta de Jaraguá, 28/03/1980: 1, grifo no original).

No final de 1979 a ACIJS revelou que eram criados anualmente entre 2.000 e 2.500 empregos, o que contribuía para aumentar o déficit habitacional⁷⁹, obrigando as empresas a recorrer à mão-de-obra de municípios vizinhos⁸⁰, “não sem uma quota de sacrifício bastante significativa em termos de ônus com despesas de transporte” (A Gazeta de Jaraguá, 02/11/1979: 5). Como corolário dessa situação, segundo o jornal, havia a rotatividade da mão-de-obra⁸¹, pois “esse pessoal chega a Jaraguá do Sul, emprega-se, mas depois de não encontra onde morar, onde abrigar a família, deixada na cidade de origem”. “Esse pessoal” era os migrantes que estavam chegando ao Eldorado⁸² em busca de trabalho e melhores condições de vida, o que nem sempre encontravam.

A WEG era muito conhecida em Cascavel, tinha fama de boa empresa e Jaraguá de boa cidade. Até se dizia por lá que ela era a melhor empresa prá trabalhar aqui em Jaraguá. (...) mas aqui tinha muita empresa pra se trabalhar e foi dito e feito. Vim e já arrumei emprego. Trabalhei na WEG de 75 a 92. Aqui era bom de emprego mesmo. Cheguei em Jaraguá numa quarta e na outra segunda comecei a trabalhar. Isso aconteceu comigo e mais cinco irmãos e um cunhado. Foi fácil de pegar emprego lá. (...). Saí porque fui demitido (Olívio, mora no Morro da Boa Vista desde 1975).

⁷⁹ “O problema habitacional emerge como problema número um de Jaraguá do Sul, com reflexos na área salarial que assinala oscilações que podem vir a causar sérios problemas a médio prazo” (A Gazeta de Jaraguá, 02/11/1979: 5).

⁸⁰ Mas essa solução paliativa não tranquilizava os empresários jaraguenses, pois constatava-se que o mercado de mão-de-obra dos municípios circunvizinhos começava a dar sinais de esgotamento. Resultou daí o “recrutamento” que começou a ser feito em outras regiões do Estado e no Paraná.

⁸¹ “A par dos transtornos que isso causa à produção propriamente dita, a situação representa pesado ônus para as empresas, com seleção, treinamento e adaptação desses homens dentro da empresa, afinal redundando tudo em tempo e dinheiro perdido, pois o homem não se fixou em Jaraguá do Sul” (A Gazeta de Jaraguá, 02/11/1979: 5).

⁸² “Além da mão-de-obra citada oriunda de municípios vizinhos há as pessoas procedentes de outras regiões do Estado, à procura de trabalho em Jaraguá do Sul, denominado jocosamente de ‘Eldorado’, diga-se de passagem com muita propriedade” (A Gazeta de Jaraguá, 02/11/1979: 5).

Lá em General Carneiro eu trabalhava com madeira, erva-mate e compensado, sempre meio tipo bóia-fria. Era uma vida dura. (...) se tinha muitas dificuldade em arrumar serviço, principalmente pras mulheres, que era só em roça ou madeireira. (...) meu cunhado já morava em Jaraguá e então ele falou que aqui tinha bastante serviço, que era bom de morar. Então Jaraguá era de fama de ser um lugar bom de serviço e de trabalhar, e a gente veio com o sonho de mudar de vida. Graças a Deus deu certo. Aqui é bem melhor que lá. (...). A gente ficava sabendo disso do pessoal que ia passear nos fim de ano em General. Eles contavam muita coisa boa da cidade e isso animava o povo de lá pra sair (Alvir, mora no Morro da Boa Vista desde 1986).

Porém, os migrantes que chegaram ao final dos anos 1980 e começo de 1990 encontraram várias dificuldades para conseguir emprego. Mais do que quaisquer outros, esses migrantes sentiram os efeitos deletérios da crise e instabilidade da conjuntura e as tendências precarizantes do mercado de trabalho. Estiveram sujeitos a taxas de desocupação crescentes pela perda de postos de trabalho formais na indústria e nos serviços auxiliares, aumentando a parcela de ocupados na prestação de serviços na condição de autônomos.

Eu já vim na época que tinha pouco emprego. Os que vieram antes se deram bem, que foi uma época que tinha emprego de monte (Veroni, mora no Morro da Pedra desde 1992).

Os empregos a gente mesmo ia atrás e conseguia. Eu já vim numa época mais difícil de arrumar emprego em Jaraguá. Antes não era assim, tinha emprego. Mas quando eu vim, em 95, já tinha teste, burocracia, fichas, essas coisas. Foi mais difícil do que os outros que vieram antes, mas consegui. (...) aqui eu já trabalhei em uma malharia, de segurança e em um frigorífico (João).

Com o tempo, a sedução da vida urbana traz para Jaraguá do Sul não apenas homens solteiros ou casados sozinhos, mas famílias inteiras que chegam sem nenhuma garantia, seja de trabalho, seja de moradia. E, embora muitos acabem obtendo o sonhado emprego, nem as empresas, tampouco o poder público, oferecem a infra-estrutura necessária para abrigá-los. Os migrantes, sem terem onde morar e com pouco dinheiro, tinham como uma saída ocupar as áreas de morro, as periferias que ofereciam vantagens em curto prazo, como ocupar um “terreno sem dono”, como no caso do Morro da Boa Vista.

Vim pro morro já vai fazer uns três anos. Quando cheguei não tinha onde morar e uma pessoa da prefeitura disse que eu podia construir uma casa no morro, desde que cuidasse para que outros não viessem, desmatassem e construíssem casas. Mas isso não deu certo, não por culpa minha, mas porque tem um monte de gente nessa situação (S. P., mora no Morro da Boa Vista “há uns três anos”).

O terreno onde eu moro não sei de quem é. Eu acho que é de preservação da prefeitura, mas não sei dizer. Quando eu vim pra essa parte do morro eu não tinha onde morar e na secretaria da prefeitura me disseram que eu podia vim pra cá e não era pra contar pra ninguém. Então foi construída a casa, que agora tem risco de desabamento por causa daquela pedra que rolou e encostou na parede (M. S.).

Mudar não só implica em um deslocamento espacial, mas também em uma reorganização temporal⁸³. A temporalidade passa a ter para aqueles que mudam uma cronologia específica, cujo marco divisório é a própria mudança. A seqüência de eventos que constituem, na biografia individual, o passado e o presente, passa a ser ordenada em função do antes e do depois da mudança. Este é o momento de rompimento do continuum temporal que constitui a vida cotidiana dos indivíduos e se apresenta como um momento especialmente difícil, carregado de emoção e, às vezes, encarada dramaticamente (MENEZES, 1976: 22).

Quando se diz que, ao sair de seu lugar de origem, de sua terra natal, o migrante desenraíza-se, está-se fazendo alusão a essa referencialidade do espaço. E, mais do que isso, dado que este pertencimento ao lugar de origem institucionaliza-se sob a insígnia da naturalidade, abrem-se caminhos para desdobramentos ideológicos que convertem o migrante num sujeito desnaturalizado. A migração, legítima enquanto tentativa de solucionar uma situação de ameaça à sobrevivência, ideologiza-se enquanto um problema de disfunção. Reduz-se o migrante ao excedente populacional, às vezes no lugar de origem, às vezes no lugar de destino, freqüentemente em ambos, o que se expressa em preconceitos e segregações (SOBRAL, 1993: 19).

Assim, se de um lado a migração apresenta um caráter de ressocialização, emancipando pessoal e politicamente o migrante, na medida em que destrói as relações arcaicas de trabalho e familiar, por outro também constitui fator de desagregação e exclusão social, sobretudo nas últimas décadas, em que o fenômeno migratório vem acompanhado de um gradativo e crescente processo de pauperização de significativa faixa da população brasileira.

Bosi (1992: 17) considera que o trabalhador rural chega à cidade com as raízes partidas. Ao perder as referências, obriga-se a encontrar formas que lhe dêem o direito de pertencer a um grupo, para dar sentido à vida. O desaparecimento do antigo modo de vida causa muito sofrimento ao migrante. Até alcançar sua adaptação – o que pode levar semanas ou anos – ele passa por um processo de transformação, entre o aprendizado na cidade e a saudade do campo, dos amigos e familiares que deixou. A solidão, o medo de andar nas ruas, de perder-se, de ser enganado, de ser roubado o acompanha; uma angústia permanente para quem não estava acostumado com um ambiente de movimentação constante.

Para Santos (2002: 62), migrar denota um processo de desterritorialização e, paralelamente, de desculturização. Ir para a cidade é, certamente, deixar para trás uma cultura herdada para se encontrar com outra. Assim, quando se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história

⁸³ A mudança implica, quase sempre, numa elevação do custo de vida. Com ela, diminuem as possibilidades de manter plantações e criações de subsistência, e parte substancialmente maior da cesta de alimentos passa a ser comprada. Gastos inexistentes ou muito reduzidos passam a ter importância crescente no orçamento doméstico, como alugueis, taxas e transporte. Vestuário, lazer e eletrodomésticos se tornam itens básicos e indispensáveis para a sobrevivência no meio urbano, onerando ainda mais o orçamento doméstico.

desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de alienação. Contudo, ultrapassado um primeiro momento de espanto e atordoamento, o espírito alerta se refaz, reformulando a idéia de futuro a partir do entendimento da nova realidade que o cerca, buscando aprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um novo conhecimento, ainda que fragmentário.

O fato de viverem um permanente processo de mudança e de adaptação é que vai permitir aos recém-chegados participarem como ator, e não apenas passivamente, deste novo quadro de vida. Desta forma, o novo ambiente opera como uma espécie de detonador, onde suas novas relações se manifestam dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. Quando esta síntese é percebida, o processo de alinação vai cedendo espaço ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida.

Nessa mudança, o migrante “perde” a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada de “código restrito” pelos lingüistas; seu jeito de viver, “carência cultural”; sua religião, “crendice ou folclore” (BOSI, 1992: 17).

Os primeiros dias na cidade, encontrar moradia e emprego, significam o início do conhecimento das regras da cidade, apreender seus primeiros “carreros”, se familiarizar com uma realidade completamente nova: a cidade é um mundo a ser descoberto, desvendado, e quase todos contaram com inestimáveis auxílios nessa empreitada.

Pelo fato de, em geral, os migrantes integrarem um grupo originário de uma formação sócio-espacial distinta do lugar de onde viriam a se assentar, os mesmos procuraram ocupar áreas que permitissem manter a proximidade física e os laços de solidariedade social que as condições de moradia exigiam. A ocupação do Morro da Pedra, por exemplo, foi marcada pela presença dos paranaenses, cuja intensidade chega a 90% dos moradores.

Para Durham (1984: 8), a ida para a cidade, a saída do local de origem é, para a maioria das pessoas envolvidas, uma transformação radical, e sustenta que em nenhum momento essa transformação se apresenta de modo tão dramático ou tão completo como quando se dá a transferência de indivíduos e grupos das comunidades mais tradicionais e mais pobres para os centros urbanos onde se concentram as inovações, a riqueza e os centros de decisão que transformam o país, haja vista que o migrante vive e realiza de modo concentrado modificações nos padrões de comportamento e nas relações sociais que refletem, ao nível da ação concreta dos sujeitos, as alterações que ocorrem na ordem estrutural de uma determinada sociedade.

A migração se apresenta como uma tentativa de melhorar de vida, de restabelecer o equilíbrio entre as necessidades socialmente definidas e a remuneração do trabalho. Assim como a migração é motivada por insatisfações que são sentidas, sobretudo na esfera econômica, ela é a possibilidade de vir a obter uma colocação satisfatória que preencha ou venha a preencher, pelo menos em parte, as aspirações do migrante, que condiciona todo o processo de integração na cidade, ou determina, ao contrário, o retorno à vida rural.

Como tanto as condições de produção quanto o nível de salário estão fora da possibilidade de ação e controle do trabalhador, o aumento de renda necessário para melhorar as condições de vida só pode resultar de uma intensificação do trabalho ou da migração. Assim, até onde é possível sobreviver no local de origem? Quando chega a hora de sair? Como vão se processando essas situações? A migração é resultado de múltiplas configurações históricas. Muitos dos entrevistados não teriam migrado se as possibilidades de reprodução nos locais de origem fossem suficientes para garantir a sua sobrevivência e a de sua família.

Mesmo com a crise nem todo mundo saía na hora. Eu mesmo fiquei uns três anos pensando se saía ou não da terra, se vinha ou não pra Jaraguá do Sul, porque eu sempre esperava que lá ia melhorar, que a roça voltaria a dar condições de vida pra minha família, mas não foi isso que aconteceu. Quem tinha terra esperava a coisa mudar. Depois tinha o negócio que lá era a terra natal a gente e não era fácil deixar tudo pra trás e começar tudo de novo num lugar diferente. Mas não teve mais jeito e eu saí. Pra cá eu vim sem conhecer quase nada, sem ter emprego e nem casa. Quando eu vim a primeira vez eu aluguei uma casa e deixei paga, vi uns serviços e voltei pro Paraná. Logo depois eu vim em definitivo. Veio bastante gente de lá prá cá. Toda a rua aqui do Morro da Pedra é de paranaense, a maioria deles da nossa região, lá de Cantagalo. Das 120 famílias que moram aqui hoje umas 100 são do Paraná. Se for contar bem dá mais. Só lá da minha região tem umas 60 famílias. Veio muita gente mesmo (Seu João, mora no Morro da Pedra desde 1989).

Eu nasci em Coronel Vivida, mas com sete anos minha família foi pro Cantagalo. (...). Eu vim pra mudar de vida, ter acesso a serviços que lá não tinha. Eu fui o primeiro da família a sair. É que na roça que não dava mais, faltava preço, faltava ajuda. Eu nunca tinha pensado em sair de lá até aquele momento. Mas decidi sair quando o feijão não teve mais preço. No sábado acabei de colher o feijão e na segunda fui vender e não deu nada, só umidade, desconto. Aí me desanimei e fui embora (Seu Assis, mora no Morro da Pedra desde 1987).

Outros, ao contrário, vieram no “escuro”⁸⁴, como foi o caso de Dona Sônia e seu marido em 1981. Segundo ela, sua “vinda para Jaraguá do Sul foi engraçada”, pois

no Paraná, em Mariluz se morava no sítio e tinha também um patrimônio, um lugar tipo um centro, com venda, igreja, posto de serviço, dentista, médico. Era bem pequeno. Quando decidimos vir pra Jaraguá em 1981 a gente veio no escuro. Nós viemos atrás do compadre Alcides, que já morava aqui. Mas a gente não sabia onde ele morava e se pensava que Jaraguá era do mesmo tamanho que o nosso patrimônio. A gente era da roça, da agricultura e não tinha conhecimento de nada de como era uma

⁸⁴ A expressão “escuro”, na verdade, se refere ao fato deles não saberem o endereço do Compadre Alcides, o que lhes causou alguns contratemplos na chegada. Mesmo quando afirmam que vêm no “escuro” vêm na esperança de encontrar um “ponteiro” que lhes ajude, alguém a quem podem recorrer nos primeiros dias na cidade.

cidade grande. Na verdade viemos aventurando melhorar de vida e está dando certo. Nossa, quando chegamos em Jaraguá foi uma surpresa tamanha que nem se sabia o que fazer, pra onde ir, por onde começar a procurar o compadre Alcides. Decidimos perguntar. Mas é claro que ninguém conhecia o compadre Alcides na cidade. Foi um sufoco. Aí andamos mais um monte pelas ruas da cidade e nada. Fomos para um hotel e achei estranho que todo mundo olhava pra gente, mas fomos, eu e o meu marido. No outro dia é descobrimos que lá era um lugar de se fazer ponto, de se levar mulher, muito freqüentado por prostitutas. Hoje a gente ri da situação. No outro dia, então, saímos procurar o compadre e nada. Andava, perguntava, mas não se sabia nem pra onde ir e nós já tinha se perdido umas quantas vezes. Até que perguntamos pra um engraxate que tava na rua se ele sabia de um fotógrafo meio negro aqui em Jaraguá, que foi disso que eu lembrei do compadre. O engraxate disse que sabia quem era e sabia até onde ele tava construindo uma casa, lá pelos lados do Bairro Água Verde. Aí embarcamos num taxi, com o piazinho e fomos ver se era mesmo o compadre Alcides. Quando começamos a entrar numa rua, vimos a casa e tava lá o compadre Alcides. Nós ficamos na casa dele um tempão, que ele tava construindo mais não ia precisa logo. Era só quatro paredes e lá a gente ficou. O fogão foi feito com umas pedras. (...) Ele ajudou muito a gente aqui (Dona Sônia).

De acordo com Margarida, moradora do Morro da Boa Vista desde 1988,

no Paraná se trabalhava na roça, a família toda, fazendo empreitada na terra dos outros. Hoje a família toda mora aqui, mas depois que veio eu e meu irmão, os outros todos vieram aos pouco, que lá não dava mais, não tinha mais recursos, como se tem aqui.

O que são, então, esses recursos? A palavra recurso tem um sentido amplo e refere-se, basicamente, a existência de indústrias e, como conseqüência, oportunidades de empregos. Ela também está relacionada à oferta de certos serviços públicos, como assistência médica, escolas e transportes, à presença de equipamentos urbanos como água, luz, esgoto, pavimentação, e à existência de um comércio variado e rico. Esses benefícios, o trabalhador rural os percebe como vantagens na cidade: possibilidade de salários elevados, de assistência médica e de instrução.

Para muitos, a migração é uma possibilidade de resolução desses problemas, das dificuldades cotidianas da vida no campo. E na busca desse sonho, fixaram-se em Jaraguá do Sul, em seus loteamentos, em suas periferias, em seus morros, lugares onde as condições de vida são melhores do que no local de origem.

Diante de um nível baixo de salários, falta de garantia de trabalho constante, intempéries, colheita que não rendeu etc., a única possibilidade de superar sua condição consiste em conseguir um emprego urbano. Nesse sentido, a migração para a cidade é mais vantajosa, pois o trabalhador encontra instituições que podem orientar o processo de sua ressocialização. Mesmo quando ele não se integra efetivamente nessas instituições (sindicatos, organizações assistenciais), dela se beneficia indiretamente através das reivindicações de classe, o que favorece seu ajustamento, melhorando suas condições de vida e abrindo novas possibilidades de ascensão para as gerações subseqüentes.

Porém, nos locais de destino, como Jaraguá do Sul, os migrantes têm que se submeter a uma organização do trabalho que lhes é estranha: as longas horas, o horário rígido, a cotidianidade do

trabalho e o ritmo imposto. Não é assim que trabalhavam no campo e, o que é igualmente importante, não é assim que pensam o trabalho, que se relacionam com ele, não é este o lugar nem a dimensão do trabalho em suas vidas. No campo, a vida inclui o trabalho, na cidade o trabalho engole a vida.

Na cidade tudo muda. Há o trabalho na fábrica, os horários diferentes, a impessoalidade das relações; os “carreros” mudam e para ir ao centro se vai de ônibus ou de carro, o que para muitos é difícil no começo, pois ainda não dominam o novo espaço, as ruas, as instituições, como não sabem muito bem aonde ficam os locais aonde procurar emprego. Mas, se tudo é diferente, tudo é desafio; é tempo de aprender coisas novas, tempo de mudanças culturais e econômicas. Pode-se dizer, parafraseando Euclides da Cunha, que o migrante é, antes de tudo, um forte.

Segundo Lucena (1999: 22), devemos ter em mente as representações do rural e do urbano para os migrantes, nas diferentes fronteiras temporais, como o migrante percebe a cidade, espaço de resistência, de mudanças, de reinvenção cultural e de pluralidades de identidades, e como a cidade vai percebendo e recebendo o migrante.

Para muitos, a roça é um lugar despovoado, isolado, silencioso e com pouco movimento. Esta situação, no entanto, se define em relação a algo que não é a roça ela mesma, mas a cidade, com a qual a categoria passa a ser comparada. A roça é despovoada porque as fazendas contêm grupos de pessoas que moram afastados uns dos outros, sem vizinhos próximos. O isolamento advém da distância que separa territorialmente as fazendas entre si e dos núcleos urbanos, a falta de estradas, transporte e meios de comunicação⁸⁵.

Em contrapartida, a cidade representa o oposto: é habitada, alegre, tem diversões e movimento. Na cidade as casas são próximas umas das outras e existe vizinhança. Os indivíduos não se sentem abandonados. Com relação a este aspecto, os moradores costumam exemplificar que, em caso de doença, além de disporem de hospitais, têm a quem recorrer. À noite as pessoas podem sair e passear nas ruas, apreciar vitrines iluminadas, ouvir música, têm diversões como cinema, televisão e conversas nas casas dos conhecidos.

Dentre os fatores que interferem na modificação do significado atribuída a esta situação, o trabalho parece desempenhar um papel essencial. Enquanto na roça existia uma dependência entre a atividade produtiva e os fenômenos da natureza, na cidade rompe-se inteiramente este tipo de relação: o migrante passa a manipular apenas elementos culturais, sem que haja em sua atividade nenhuma limitação ocasionada pela sucessão temporal de dias e noites. Frequentemente são obrigados a inverter o horário da atividade produtiva, trabalhando de noite e descansando de dia.

⁸⁵ Alguns tinham que percorrer cerca de 60 km para irem do patrimônio até a cidade, como Seu João.

Na roça, o trabalho é representado como uma forma contínua de desgaste físico. Falar do trabalho agrícola é falar do sol, da chuva, da lama, da friagem⁸⁶. Enfim, da destruição do próprio corpo. A roça “rouba” a saúde das pessoas, que ficam sem possibilidade de recuperá-la, por não disporem de serviços médicos, por exemplo.

No Paraná nossa família trabalhava na lavoura, plantando amendoim, arroz, feijão, milho, mandioca e batata doce em umas terras que nós tinha. Era uma terra da braba pra se trabalhar, com muito morro. (...) a lavoura já não dava mais nada e tudo era feito no braço. Pra fazer uma roça se derrubava um pedaço de mato, tocavam fogo e plantava. Era tudo muito difícil. Não tinha retorno ficar lá. Aí vendemos as terras e viemos pra Jaraguá (V. B., mora no Morro da Boa Vista desde 1990).

Por isso a ida para a cidade possibilita uma sensação de melhora de vida, o que de fato aconteceu para muitos deles, onde o vislumbamento de resolver a situação anterior já vale a pena. Embora ocorra uma reação de acanhamento ao primeiro contato com a cidade e da fábrica, cujos tempos são marcados pelos imperativos da produção, eles decodificam e (re)elaboram estas circunstâncias impostas numa atitude que intercala fascínio e contrariedade, conformismo e resistência. Assim, os percursos migratórios significam um alargamento de suas visões do mundo, onde, “à medida que se defrontam, a todo o momento, com os limites impostos pela realidade pétrea, vão adquirindo o estofo, a fibra, a firmeza – características dos que pelejam pelos **sonhos do futuro**” (LOPES, 2000: 85, grifo no original).

Ao entrar na fábrica ou no comércio como trabalhadores assalariados, tudo se modifica: hábitos, rotina de vida, contagem do tempo. Este já não tem mais o ritmo do trabalho na roça, que começa com o nascer do dia e acaba com o pôr do sol; nem o das estações que marcam o tempo da sementeira e o da colheita. Na indústria pode-se vir a trabalhar de noite e o corpo, acostumado a uma outra cadência, é presa fácil para a máquina. O tempo da indústria é o tempo marcado pelo relógio, pelo movimento das máquinas e pela exigência de produtividade a cada jornada (NEVES, 1994: 49).

Aqui no começo não foi fácil. Ainda mais que eu fui trabalhar de noite, logo nos primeiros dias de cidade. Aí era bem ruim. A gente não estava acostumado com essa mudança, de trabalhar com horário, tudo contadinho, no relógio. Lá na roça era diferente. Se chovia o cara ia embora e voltava quando parasse de chover. Aqui não. Pode ser do jeito que for que o camarada tem que trabalhar. De noite é pior ainda, mas agora já me acostumei (C.V.S., mora no Morro da Pedra desde 1991).

Contudo, entre os migrantes prevalece as imagens do campo como lugar de atraso e da cidade como lugar moderno. A cidade é sinônimo de trabalho leve, fácil, de conforto, de facilidades; a

⁸⁶ Para essas populações, o aumento da produção só pode ser visto como resultado de um aumento de quantidade de trabalho, e não da transformação da qualidade do trabalho: daí, então, a depreciação da escola, que não constitui um instrumento de melhoria de vida, desde que não há, na sociedade rural, posições favoráveis a serem ocupadas pelo trabalhador escolarizado (DURHAM, 1984: 116).

roça significava trabalho pesado, obrigando a grandes caminhadas sob o sol ou chuva, carregar peso, fazer força. É na cidade, também, que encontram proteção legal, acesso à saúde pública e possibilidades de educação para os filhos, condições que, na perspectiva do migrante, não existiam no mundo rural. A mudança para o urbano tem, portanto, um significado de progresso para os migrantes.

Trabalhei em Correia Pinto (SC) e Lages antes, mas são cidades que não apresentam muitas oportunidades de trabalho pra mulher. É só serraria, no sítio, cerâmica ou na prefeitura. Uns são muito pesados, outros não tem lugar para todos. Nem sempre dá. Correia Pinto mesmo é uma cidadinha que não se desenvolve. (...) Aqui tem mais oportunidades. O serviço é mais leve (M. L., mora no Morro da Boa Vista desde 1992).

O nosso pessoal trabalhava na agricultura, na nossa terra mesmo. A gente plantava feijão, milho e arroz, basicamente. Também se plantava verduras, essas coisas menores, de quintal, pro consumo. Mas pra venda mesmo era o feijão, o milho e o arroz. Trabalho além da roça quase não tinha, a não ser na prefeitura, mas não se tinha lugar pra todo mundo trabalhar nela. Aí quando não se tinha mais esperança na roça o negócio era sair, procurar viver em outro lugar com mais oportunidade, salário certo, mais fácil o serviço (Seu João).

Além disso, o trabalho urbano significa estar assegurado pelas leis trabalhistas, ter salário estipulado por lei, receber o 13º. salário, assistência médica através da Previdência Social ou da empresa, assim como aposentadoria e os direitos, que é a maneira pela qual se referem à indenização por tempo de trabalho. Assim, os migrantes planejam a vida na cidade baseados nessas prerrogativas legais, onde a possibilidade de contar com um rendimento “líquido e certo” no final do mês é animador sob vários pontos de vista.

Aqui o emprego tá garantido e dívida pode fazer que se sabe que dia tal o dinheiro cai na conta. Na roça não é bem assim. Mas tem o seguinte, que hoje se tem que agüentar o emprego que tem, que não tá fácil de arrumar outro. É que hoje tem muito teste, tem o problema da idade, do estudo e também da profissão, que muitos não têm é profissão (Seu Antônio, mora no Morro da Pedra desde 1994).

Quando se tenta precisar em que consistem as dificuldades da vida rural, aparecem vários tipos de respostas, freqüentemente conjugadas: a miséria e a falta de conforto; o trabalho duro; a incerteza da produção; a impossibilidade de melhorias. A esses aspectos negativos opõe-se a expectativa positiva das possibilidades que a vida urbana poderia propiciar: “esperava melhorar de vida”, “viver com mais conforto”, “ganhar mais”. Isto é, a existência de condições desfavoráveis no campo é pensada como melhoria do nível de vida na cidade, onde a inclusão em sistemas sócio-culturais mais amplos fornece termos de comparação com a situação anterior.

A migração equivale a uma nova socialização, pois a transferência para a cidade (na migração rural-urbana) – mesmo quando não implica na reformulação global de identidades – exige a aquisição de novos conhecimentos. Torna imprescindível a participação num processo produtivo,

organizado em moldes diversos ao do meio rural, a reformulação de padrões de conduta, assim como o reescalonamento de valores relacionados a diferentes áreas de interação social. O migrante precisa urbanizar seus conhecimentos, interiorizando, entre outros, regras e valores de “distância” e “proximidade” social, fruto das relações interclasse imperantes na cidade (KOWARICK, 1978: 75).

A cultura originária do migrante precisa ser readaptada à cidade, à fábrica, pois ele vai perdendo suas propriedades cognitivas originais com o passar do tempo. E mesmo que não as perdesse, de pouco adiantariam na nova configuração social. Da mesma forma, precisa desenvolver sua sagacidade e astúcia pessoal a fim de obter uma parcela do excedente. Além disso, e talvez o que é pior, precisa aprender a conviver com o preconceito, a discriminação e acusações as mais diversas. A chegada pode ser um momento de estranheza e sofrimento, mas que precisava ser enfrentado.

A vinda de um migrante para a cidade corresponde a uma mudança fundamental no tipo de relações sociais e empregatícias, e, portanto, a passagem de um sistema sócio-econômico para outro, para o qual, geralmente, ele não está preparado. É verdade que a natureza da atividade, o trabalho de campo, pode permanecer a mesma num caso, e se alterar profundamente em outro, mas não é possível desprezar as transformações que decorrem dessa mudança de tipo de atividade. Exemplo disso pode ser o de um migrante que passa a exercer a atividade de jardineiro. Ele, mesmo tendo sido trabalhador rural, precisa passar por um processo de readequação de suas habilidades, adquirir visões sobre estética e técnicas. Em outras palavras: não estão reproduzindo o trabalho que faziam na região de origem. De participantes em um trabalho familiar, realizado nas roças de subsistência das pequenas propriedades ou nas tarefas das fazendas, esses migrantes tiveram que urbanizar-se.

Para as mulheres também ocorrem mudanças. Quando se transformam em empregadas domésticas, por exemplo, têm que incorporar novos padrões, de modo especial quando trabalham para famílias de classe média ou alta. Mas assim mesmo têm como base a experiência acumulada no passado, que é aprimorada e acertada em função de certas exigências urbanas e de classe. Há, portanto, a necessidade de aprofundar um processo geral de socialização ligado de modo particular à roupa, limpeza, cozinha e à sociabilidade, a fim de “urbanizar” a indumentária, o paladar, os padrões de higiene e as formas de conduta (KOWARICK, 1978: 15).

Na cidade exige-se também um esforço pessoal de treinamento e aprendizado que possibilite a adaptação dos indivíduos ao novo meio social. A duração deste período, que pressupõe a aquisição de nova identidade e prerrogativas no meio citadino, é variável, pois depende de um conjunto de fatores de caráter sócio-econômicos – capacidade de absorção do mercado de trabalho urbano, nível de qualificação técnica do migrante – e psicológicos (MENEZES, 1976: 19).

O processo da mobilidade social tem, nas representações dos entrevistados, algumas características básicas. Em primeiro lugar, o instrumento para melhorar de vida é o trabalho, o meio

disponível para que alguém que não tem berço consiga dinheiro. Em segundo lugar, eles concordam que o trabalho puro e simplesmente não é suficiente. Assim sendo, ele precisa ser sempre conjugado com alguns mecanismos auxiliares que garantam as condições para se obter trabalhos melhor remunerados (o estudo, a formação profissional) e/ou que possibilitem acumular o dinheiro conseguido com o trabalho (a poupança) (SANTOS, 1999: 261).

Ao se referirem ao passado, os trabalhadores não remetem necessariamente a um marco cronológico, datado de forma precisa, mas para um tempo em que certas relações sociais existiam e em que a presença desta ou daquela era marcante. Geralmente, este tempo é aquele ligado ao trabalho – o que os permitia ficar na terra –, ou ao desemprego ou crise – o que os obrigava a sair.

Como eu disse, a gente veio porque lá tava faltando serviço, teve uma crise. Mas se não fosse isso a gente tava vendo que mais dia menos dia se tinha que procurar outro lugar pra viver, pros filho estudar. Aqui tem faculdade perto, coisa que lá nem se conhecia na época. Então aqui tá melhor, com certeza (Dona Maria, de Luís Alves, mora no Morro da Boa Vista desde 1982).

Em Rio Negrinho se trabalhava na roça e em madeireira, mas acontece que na roça não dava mais preço e na madeira era muito pesado para as mulheres. Meu avô já morava aqui e dava notícias da cidade para nós. Eu vim com os meus pais e depois acabei casando aqui mesmo (Vera Lúcia, mora no Morro da Pedra desde 1993).

Eu vim e trabalhava no que tinha. (...). A gente ficava sabendo que aqui era bom de emprego pelo pessoal que a gente conhecia que ia passear no final de ano ou na Páscoa no nosso lugar. Aí se contava das oportunidades daqui, que tinha trabalho, salário bom e tudo mais. Aí dava gosto de vir e o povo acabava vendendo as terras, que na roça já não dava mais, as coisas que tinha e vinha embora. Aqui arrumava um emprego e um lugarzinho pra morar e começava vida nova (Armelindo).

A saída é geralmente explicada por dificuldades econômicas, muito embora o peso maior repouse sobre a decisão da família em partir, ou ela decidir se alguém vai ou não sair, pois apesar das crises econômicas por eles identificadas, existia uma margem relativamente autônoma de escolha: é possível esperar mais um pouco. A saída parece significar para estes trabalhadores uma opção às situações que são descritas como difíceis ou quase impossíveis de serem enfrentadas. Sair e proletarizar-se, por exemplo, surge como uma forma de resolver o problema vivido, ainda que leve a um processo de mudanças envolvendo não só o aprendizado de uma nova profissão, como também à uma alteração nas relações de autoridade internas à própria família.

Ao se esmiuçarem os detalhes desta avaliação positiva do processo de saída, detecta-se que ela se refere não apenas à resolução econômica das dificuldades de reprodução social do grupo familiar, mas também a motivações culturais que inviabilizariam a permanência no local de origem (ALVIM, 1997: 56ss). Em outras palavras, as pessoas saem de seus locais de origem não só por causa do emprego, mas também por outras motivações, para “ver onde as coisas são feitas” e ter acesso a outras coisas que não só o emprego.

Os riscos de migrar e ser mal sucedido compensam a certeza da imobilidade social na localidade de origem, imobilidade esta que não significa apenas falta de emprego ou perspectivas profissionais, mas falta de acesso a serviços e bens públicos básicos.

A gente saía do Paraná pra tentar mudar de vida. Não tinha mais emprego, mais terra pra se trabalhar. Quando tinha alguma coisa o salário não ajudava. Aí quando se ficava sabendo por um amigo, um parente, um conhecido, que tinha uma cidade que nem Jaraguá que tinha emprego, o povo largava tudo e vinha porque não tinha mais futuro. Se não desse certo, pelo menos tinha tentado (Veroni).

Vim pra Jaraguá em 1988 porque tinha amigos que já moravam aqui e que me falavam sempre de vir, que era uma cidade grande, com bastante emprego. Antes eu tinha morado em Fraiburgo (SC), trabalhando na agricultura, mas não deu mais nada. Nós trabalhamos com maçã durante vários anos. Quando vimos que não ia dar mais, resolvemos sair pra melhorar de vida, com escola, hospital, mais oportunidade de serviço (Paulo, de General Carneiro, mora no Morro da Boa Vista desde 1988).

Em uma cultura de mínimos vitais, qualquer variação nas condições de trabalho, expressa em diferenças climáticas ou de solo, ou mesmo em variantes de benevolência ou severidade do patrão, representa freqüentemente a diferença fundamental entre a subsistência ou a fome. É este fator que torna a mobilidade uma característica tão generalizada da vida rural brasileira.

No contexto da vinda para Jaraguá do Sul, em que a situação de precariedade das famílias é enfatizada, a roça, o interior, é um lugar inferior em termos de sobrevivência quando comparado com a cidade, que seria a solução para a crise pela qual passavam. Com emprego, um lugarzinho⁸⁷ para morar, estas famílias estavam ascendendo socialmente. Dessa forma, a existência de emprego, em tese pelo menos, salário em dia, saúde e escola, são sempre mencionados como elementos favoráveis e valorizados na mudança.

Em que pese a condição de pobreza e a crescente deterioração das condições urbanas, para muitos migrantes a fixação em Jaraguá do Sul representou uma melhoria econômica e social. Contudo, essa situação não pode ser exagerada, pois, em última instância, é do mesmo processo que advém a exclusão econômica e social experimentada por crescente contingente saído das áreas rurais. Muitos tiveram, efetivamente, acesso a melhores empregos, escolas, cursos técnicos, universidades; compraram carros, motos e terrenos, coisas que não teriam acesso caso continuassem no local de origem. Esse é o caso de Marcelino, que mora no Morro da Pedra desde 1990, ao afirmar que

se for comparar pra mim mudou 100% ou às vezes até mais. Só pra você ter uma idéia. Uns 15 anos atrás o pessoal daqui, não só daqui, do começo da rua, ia pegar ônibus lá no asfalto pra ir trabalhar. Nem ônibus entrava aqui. Não é bem da minha época, mas uns seis meses antes de eu chegar aqui, o pessoal que trabalhava no centro ia pegar ônibus lá no asfalto. Veja bem. Hoje tem ônibus de meia em meia hora, ainda não está bem selecionado, mas tem. Então se veja que as mudanças no geral são

⁸⁷ O importante, notadamente no caso dos solteiros, era ter emprego. Então, morar de aluguel, ficar na casa de amigos e conhecidos uns tempos era a solução. Daí a expressão “lugarzinho”.

bastante, são significativas. Às vezes eu converso assim, por mim eu até penso no futuro a gente voltar, mas tem que pensar um bom pouco no passado, as dificuldades que a gente enfrentou e tudo. Hoje, por exemplo, daqui da minha casa até a faculdade se você for de carro e marcar no relógio demora dois minutos. Se você tem essa facilidade de se deslocar de um lugar pra outro e ir embora tem que pensar bem. A faculdade lá é longe, vai depender de ônibus ou arrumar uma pensão. A pessoa tem que pensar em tudo isso, nas dificuldades do passado com as melhorias de hoje. As comparações. (...) aqui eu comprei meu terreno, entrei nessas empresas fixas que tem aqui e aí eu me estabilizei e eu achei que pra mim ficou melhor porque eu queria ter a minha casa, ter o meu terreno. Então pra mim mudou bastante. Quem sabe se eu tivesse nessas empresas hoje, não passava de um carro, uma roupa, que foi o que aconteceu comigo sempre e assim por diante.

Embora as expectativas sejam definidas, a direção da mudança não é rigidamente programada. Ela se estabelece a partir de informações obtidas através de canais informais (cartas de parentes e amigos, conversas nas férias). Assim, sabia-se que um parente, um conhecido estava bem em determinado local, e o fato de não terem regressado à comunidade de origem confirmava esta suposição positiva e era um indicativo de um caminho a ser seguido. Contudo, enquanto que a escolha do local de destino pode resultar de acontecimentos fortuitos, a escolha da moradia na cidade baseia-se em critérios mais objetivos, como a proximidade de parentes e conhecidos ou de trabalho.

Antes de mudar pra Jaraguá nós moramos em Luís Alves (SC), Cuiabá (MT) e também no Amazonas. Quando decidimos sair, o fato de que a família do meu marido já morava em Jaraguá foi decisivo. Foram esses parentes que arrumaram o primeiro emprego para ele em uma fábrica de essências, que depois trabalhou em uma malharia por vários anos (Ana, mora no Morro da Boa Vista desde 1987).

É que meus filhos já moravam em Jaraguá há vários anos e aqui era uma cidade boa de emprego. A gente também não tinha mais o que fazer em Lages e decidimos procurar emprego aqui. (...) Meus filhos conseguiram emprego com a ajuda de amigos e conhecidos. Naquela época a indicação era importante. Não é como hoje que tem um monte de papel para preencher, exames para fazer. Quando se indicava alguém para trabalhar era quase 100% que ele ia conseguir a vaga (Dona Berberina).

O estabelecimento de uma rede de comunicação entre os migrantes e seus locais de origem freqüentemente orientava o processo migratório. Cartas, fotografias, cartões-postais e telefonemas tinham papel importante para o fornecimento de dados e criação de um imaginário cultural do local de destino. Toda essa propaganda⁸⁸, incentivada em grande medida pelas empresas, ajudava a consolidar a imagem positiva de Jaraguá do Sul.

Eu já morei em Caçador (SC) e Curitiba (PR), onde tinha mercearia, antes de vir para Jaraguá do Sul. Aqui também tentei seguir nesse ramo, mas não deu certo. Atualmente sou mecânico de manutenção.

⁸⁸ No final da década de 1970 e início da década de 1980, a Fundação Tupy, de Joinville, ampliou a sua campanha publicitária além dos limites de Santa Catarina, no intuito de atrair mais trabalhadores para engrossar a reserva da mão-de-obra e garantir o ritmo da produção fabril. As campanhas de recrutamento e seleção empreendidas pela Tupy fez com que Joinville se tornasse conhecida nos 'quatro cantos' de Santa Catarina e do Paraná, criando uma expectativa sobre a cidade, uma espécie de 'eldorado' moderno. Por isso, quando o agricultor, cansado de acumular prejuízos e decepções na lavoura, pensava em desistir e procurar outra alternativa, geralmente já tinha ouvido falar da cidade de Joinville por intermédio de um parente, ou conhecido. Essa campanha de recrutamento acabou ajudando outras empresas da cidade, bem como de cidades próximas, como Jaraguá do Sul (NIEHUES, 2000: 70-71).

Em 1979 eu tinha morado em Jaraguá e então eu já sabia da cidade. (...) naquele tempo muitas empresas daqui pagavam pra fazer propaganda nas regiões do Planalto e no Paraná. (...). Era propaganda que falava que aqui tava precisando de gente prá trabalhar nas fábricas. (...) emprego realmente tinha, mas o problema era onde morar. Muita gente vinha e não tinha onde ficar (Hélio, mora no Morro da Boa Vista desde 1994).

Diante das perguntas “o que vêm fazer na cidade?”; “Já sabiam onde iriam trabalhar?”; “Que tipo de emprego esperava obter?”, foi muito comum ouvirmos “não sei, qualquer coisa serve. Eu vim porque um amigo disse que tinha emprego, que ia me arrumar serviço”.

Em Jaraguá em já trabalhei em muitos lugares. Já fui estofador, padeiro, pintor e hoje sou vigilante autônomo. Minha mulher hoje em dia é mensalista ou diarista, conforme vai aparecendo serviço, mas já trabalhou em lavanderia e malharia, mas nunca fixo (Paulo, de General Carneiro).

No Paraná eu sempre trabalhei na casa. Aqui em Jaraguá já fiz um monte coisa de trabalho. Além de cozinheira da obra trabalhei em uma malharia na parte de lavanderia e passadoria, fui fichada em um supermercado, serviços mais leves. (...). Lá no Paraná era ruim porque não tinha emprego pra mulher, quer dizer, tinha, mais era só na roça, na prefeitura ou na madeireira e quase sempre era serviço pesado. Não se tinha escolha como aqui (Tereza, mora no Morro da Boa Vista desde 1990).

Aqui já fiz um monte de coisa. Trabalhei de empregada doméstica, em malharia, em fábrica de papel e plástico, de tubos de plástico, de diarista em casa de família. Agora tou desempregada (Zélia, mora no Morro da Boa Vista desde 1986).

Estas respostas denotam uma flexibilidade nas suas expectativas e disposição para a mudança no tipo de atividade, que é um elemento positivo no processo de ajustamento do trabalhador. Por outro lado, ela indica também uma ignorância das possibilidades concretas de emprego: o migrante não sabe quais os empregos que existem e nem como obtê-los. Isso quer dizer que o migrante freqüentemente não pode sequer se oferecer como mão-de-obra porque desconhece os mecanismos mais gerais que controlam a participação no mercado de trabalho. A possibilidade de obter um emprego determinado não implica apenas em saber de sua existência, mas em conhecer o modo específico de disputá-lo ou de se qualificar para ele⁸⁹. É apenas na medida em que ele consegue informações sobre as características concretas de determinadas ocupações que se orienta no sentido de tentar ocupá-las. Por isso, acaba dependendo da ajuda dos que já estão na cidade.

Um irmão meu tinha vindo antes e mandava notícias sempre pra lá. Nos finais de ano é que se juntava mais gente de Jaraguá lá e então era tempo de saber mais detalhes daqui, de onde arrumar emprego, onde morar, como se virar. Quando se indicava alguém pra trabalhar era certo que arrumava emprego. Com meu marido foi assim. Meu irmão arrumou pra ele na X e ele está lá até hoje (Dona Cleonice).

Às vezes a pessoa já vinha com tudo, com mala e cuia como diz o ditado. Às vezes vinha só o homem e depois ia buscar a família. Assim ia. Meu cunhado veio com tudo. Meu sobrinho também porque eu

⁸⁹ A maioria dos moradores entrevistados no Morro da Boa Vista, por exemplo, têm empregos sem estabilidade. Em sua maioria são pintores autônomos, chapas, pedreiros, serventes de pedreiros, jardineiros, porteiros, vigias; as mulheres são serventes, ajudantes de produção em indústrias têxteis e trabalham em facções próximas ao morro.

arrumei uma casa pra ele. Depois veio a mulher dele e logo ela começou a trabalhar. A ajuda familiar na época era muito interessante porque além de você arrumar o lugar pra pessoa morar você também indicava o emprego. No emprego onde você trabalhava você indicava o amigo ou parente. Era assim. Tudo tinha que se ajudar, familiares, amigos, conhecidos, tudo. Porque quando se trata de família tanto faz a minha como a sua, do vizinho, tudo é família. Acho que toda ajuda de uma família pra outra é importante porque pode garantir a sobrevivência do pessoal na cidade. Era uma ajuda importante pra pessoa se estabilizar na época, se estruturar melhor, ter onde morar e conseguir emprego. Era assim que funcionava (Marcelino).

Segundo KOWARICK (1978: 23), a cidade passa a ser estruturada, também, sobre a força física braçal de pessoas que se inserem de forma autônoma nas estruturas produtivas⁹⁰. Na medida em que a industrialização avança, desenvolve-se também um mercado de mão-de-obra autônomo caracterizado, em parte, pela exploração extensiva do trabalhador. Estas “novas” formas de inserção “arcaicas” no mercado urbano (não só vendedores ambulantes, mas também os serviços de carga, limpeza, vigilância) integram-se no modo de produção dominante. Essa integração não acontece sem causar certo desconforto para a ordem estabelecida, uma vez que isso pode gerar problemas. Exemplo disso foram as discussões, em 1987, em torno da

proliferação de pessoas auto-intituladas ‘profissionais da construção civil’, onde se incluem, dentre outros, pedreiros, carpinteiros, eletricitistas e encanadores, a maioria dos quais sem nenhuma qualificação ou competência comprovada para tanto. O fato estava preocupando os engenheiros civis e arquitetos, responsáveis pelas obras, que seguidamente eram notificados pelos problemas que ocorriam nas construções mal feitas, muitas delas por não seguirem as recomendações técnicas. Alguns engenheiros sustentavam que muitos migrantes descobriram que ser pedreiro rendia mais que outras atividades no setor industrial e que pessoas sem nenhuma ou com pouca experiência colocavam-se a erguer obras (Correio do Povo, 28/02/1987: 3).

Esse foi o caso de Seu Armando. Segundo ele, quando chegou a Jaraguá do Sul foi “trabalhar de pedreiro. Mas hoje eu posso dizer que eu não sabia nem pegar em tijolo. Eu não sabia nada da profissão. Peguei esse serviço porque era o que tinha. Depois, quando eu fiz a minha casa, eu já sabia trabalhar de pedreiro”.

Segundo os engenheiros

este conjunto de adversidades não compreendia toda a mão-de-obra jaraguaense no ramo, são talvez 30% da totalidade, entre os auto-intitulados **‘pedreiros’ e outros desqualificados profissionalmente** que vêm à cidade a procura de emprego. A mão-de-obra tipicamente jaraguaense é boa de modo geral, mas esses pseudo-profissionais denigrem a imagem da classe e comprometem o trabalho dos engenheiros e arquitetos (Correio do Povo, 28/02/1987: 3, grifo nosso).

⁹⁰ As ocupações marginais criam uma situação favorável apenas na medida em que são uma condição temporária, a qual, sem exigir uma transformação radical nos hábitos de trabalho, permite um ajustamento inicial às condições urbanas de vida e trabalho regularmente admitido. A primeira etapa no processo de integração do migrante no sistema ocupacional consiste na possibilidade de superar esse estágio e afirma-se como mão-de-obra, como trabalhador que pode estabelecer um contrato de trabalho (DURHAM, 1984: 155-156).

4.1 – Migração e família: a tessitura do “fio de Ariadne”.

Na cidade a estrutura tradicional de relações familiares é alterada a partir da necessidade de incorporar as referências e linguagens do urbano, como condição de sobrevivência no novo lugar. Quase sempre, com o passar do tempo, vão afrouxando os laços de compadrio, e com os novos modos e hábitos reinventam o seu cotidiano nos espaços que ocupam. Entretanto, a terra do Paraná, por exemplo, deixa traços, marcas e indícios das origens no viver cotidiano dos novos moradores. Esses traços podem ser identificados no andar, nos gestos e no vocabulário.

A redefinição das pessoas e da família na estrutura urbana é vivida em meio à desagregação dos laços de solidariedade, à perda dos valores e ideais, que resultam numa sistemática desapropriação e reapropriação dos elementos de auto-reconhecimento. Da mesma forma, essas travessias possibilitam que as histórias individuais se cruzem com outras na constituição de movimentos que marcam as trajetórias dos migrantes na cidade.

A mudança para a cidade implica, para muitas dessas famílias, o rompimento com um modo de vida em que família e trabalho estão fortemente baseados na autoridade familiar do pai. Na situação industrial, ele perde o controle direto do processo produtivo de seus filhos. Família e trabalho são agora duas esferas autônomas que implicam também em regras de autoridade específicas e diferentes (ALVIM, 1997: 15).

Observa-se, então, de certa forma, a quebra da autoridade familiar, haja vista que nas comunidades rurais a família era a unidade produtiva. Era o pai quem distribuía as tarefas, dirigia o trabalho e recebia a remuneração. Na cidade, ao contrário, filhos e pais trabalham em lugares diferentes, em atividades independentes e recebem cada um o seu salário. Desfaz-se deste modo o fundamento econômico da autoridade paterna. Mas as alterações na posição econômica relativa dos membros da família não se devem somente à individualização de trabalho. As oportunidades de trabalho favorecem de modos diversos jovens e velhos. São os chefes de família mais idosos que passam a ocupar os empregos menos remunerados e são os mais novos que conseguem melhores posições. Subverte-se assim, no campo econômico, a hierarquia doméstica, dificultando a manutenção da autoridade paterna nos moldes tradicionais.

Na cidade a prerrogativa em termos de subordinação – das mulheres aos homens, dos mais novos aos mais velhos – é invertida. Isso fica mais visível no caso dos filhos que migram antes e se tornam referências para os membros da família que vêm depois e que passam a depender daqueles para conseguirem emprego, documentos, enfim, se localizar e locomover nos “carreros” da cidade. Os mais velhos ou os que chegam depois, dependem deles para se inserirem nestes espaços, invertendo a relação de dominação presente no local de origem até o momento da migração.

Com alguma frequência, entretanto, escapar do ambiente familiar era justamente o objetivo de alguns migrantes. Para muitas mulheres, por exemplo, a migração podia ser vista como uma forma de livrar-se do domínio de pais ou maridos. Esposas abandonadas, mães solteiras ou simplesmente jovens insatisfeitas com sua situação familiar podiam encontrar no fluxo migratório uma sonhada perspectiva de fuga de um convívio considerado opressor. Para além da melhoria econômica, tratava-se também de “mudar de vida, libertar-se da influência paterna. A migração transforma-se então numa libertação pessoal” (FONTES, 2002: 73-74). Também nesses casos, porém, a migração era majoritariamente orientada através de contatos prévios e os lugares de destino eram, invariavelmente, regiões onde já residiam amigos, conterrâneos ou parentes. Contudo, mesmo com a reorganização das famílias na cidade, elas permanecem como o grupo doméstico responsável pelo bem-estar e a segurança econômica de seus membros e é o ponto de referência e o núcleo de reelaboração dos padrões de comportamento e das representações coletivas.

Certa imagem da migração, vista apenas como um movimento desordenado, “irracional”, feito às pressas, não corresponde à experiência de grande parte dos migrantes. A mudança, decisiva para a vida dos envolvidos, era, na maior parte das vezes, meticulosamente pensada e preparada da melhor forma possível, tanto no âmbito familiar como no da comunidade.

Eu vim com parte da minha família por falta de trabalho no Paraná. Muita gente vinha pra Jaraguá através de contatos com amigos que trabalhavam aqui. Eles sempre iam visitar a gente, mandavam recados e a gente sabia sobre Jaraguá. Quando cheguei fiquei morando na casa desse amigo e depois meus pais também vieram; esse amigo também me arrumou o primeiro emprego em uma fábrica de plásticos, onde trabalhei uns anos (Francisco, mora no Morro da Boa Vista desde 1992).

Em muitos casos, observamos o risco calculado do parcelamento provisório da família em migrar. Assim, jovens e solteiros que mantinham contatos com amigos, parentes e conhecidos, geralmente são os primeiros a sair, mas mantêm laços sempre atados com a terra de origem. Muitas famílias, quando migram todos, deixam um pedaço de terra como garantia, para segurança no caso da empreitada não dar certo. A migração sucessiva dos membros do grupo oferece a vantagem indiscutível de garantir a posição anterior enquanto se tenta estabelecer uma nova posição. Só com a consolidação dos membros no ambiente urbano é que se procede à migração dos outros e o abandono da posição ocupada na sociedade rural⁹¹.

A gente vinha, mas assim meio desconfiado do que ia encontrar. Muita gente nunca tinha saído do patrimônio e isso era um grande desafio pro povo que queria vir. Mas o povo vinha porque lá não

⁹¹ Em apenas dois casos observamos a vinda de uma família inteira no mesmo momento. Foi o caso de Dona Maria Clara, Zélia e Seu Leopoldo, que migraram com mais sete pessoas de General Carneiro (PR) para Jaraguá do Sul em 1986, onde foram morar no Morro da Boa Vista, e de Maria Eva, que chegou com mais nove pessoas em 1990 e foram morar no Morro da Pedra.

dava mais quase nada. (...) mas quem tinha um pedaço de terra não vendia tudo não, que era pra garantir se alguma coisa por aqui desse errado. Aí tinha pra onde voltar (Dona Alzira).

A migração, mesmo a de jovens solteiros, em geral, não acarreta a dissolução completa dos laços com o grupo original. Em primeiro lugar porque ela acontece dentro de um movimento de relações formado na comunidade original. Em segundo porque, efetuada a migração, a comunidade de origem passa a apelar para os laços de solidariedade anterior, reforçando-os. O migrante passa a ser um ponto de contato entre a sociedade na qual se estabelece e a comunidade de origem. Familiares, parentes ou conterrâneos seguem-no na migração e o procuram para auxiliá-los a se estabelecerem-se na sociedade de destino.

Pra Jaraguá eu vim uma primeira vez em 1990, que foi quando eu trabalhei de ajudante de caminhão. Eu fiquei uns três anos aqui e voltei pro Paraná. Dois anos depois eu voltei e estou aqui no Morro da Pedra até hoje. Na primeira vez eu já tinha morado no Morro da Pedra (Seu Antônio).

Conhecidos que moravam e trabalhavam em Jaraguá falavam muito da cidade. Eu sempre ia adiando a vinda, deixando prá depois, pensando que lá ia melhorar. Uns parentes e irmãos vieram antes. Um colega arrumou onde eu morar e também trabalhar. Eu vim e depois o resto da família. Um chamava o outro e assim todos foram saindo. Eu era solteiro na época. Me lembro que foram uns dez anos de cartas trocadas entre esses conhecidos, que foram jogadas fora há um ano. Hoje a gente se contata por telefone com quem ficou lá (Paulo, de Terra Roxa, mora no Morro da Boa Vista desde 1991).

Para Lopes (2000: 80), é importante observar como as histórias de vida são construídas e vão se entrelaçando umas às outras. A mobilidade da força de trabalho alastra as experiências adquiridas durante os trajetos migratórios e ocupacionais. Os que saem primeiro em busca de emprego na cidade grande exercem a função de “ponteiros” para os que ficam no aguardo de um aceno positivo para também partir. Geralmente o pai, os irmãos mais velhos, ou algum outro membro da família, exercem o papel de rastreadores, de interpretes do mundo, enquanto a mãe e os filhos mais novos permanecem no local à espera de alguma notícia. Os “guias”, quando em terras estranhas, procuram contato com algum parente ou conhecido que já vive no lugar há algum tempo. Esses encontros servem para restabelecer os laços de parentesco, amizades, atualizar os acontecimentos e trocas de informações sobre emprego, custo de vida, moradia, e outras dicas importantes para quem acaba de chegar.

Os atributos sócio-demográficos e sócio-ocupacionais expressos através da origem do migrante, o grau de desenvolvimento e complexidade da estrutura ocupacional das localidades de destino, o contexto conjuntural na partida e na chegada, o tempo de residência e de conhecimento da cidade constituem, nesse sentido, fatores intervenientes que potencializam as facilidades ou dificuldades de inserção ocupacional. Assim, a existência de redes de relacionamentos foi um dos motivos que mais contribuiu para que a escolha do local de destino recaísse sobre Jaraguá do Sul.

Aqui em Jaraguá do Sul eu já tinha uns parentes que vieram em 86 e 87. Naquela época a gente vinha passear na casa deles no final do ano ou eles iam pra lá. Nessas horas é que se falava de como iam as coisas em cada lugar, se tinha emprego, se era fácil de conseguir, se tinha onde morar, essas coisas. Além das visitas a gente se falava por telefone. Carta também se mandava, mas era pouco. Eu morava a 64 km do centro da cidade e em 87 foi instalado um posto de serviço no patrimônio, com telefone, o que facilitou a vida da gente (Seu João).

É neste momento de transição de um local a outro que a existência de redes sociais de parentesco, de vizinhança e de solidariedade tornam-se fundamentais para os migrantes recém-chegados. Através dessas redes, muitas famílias puderam se inserir de fato na nova comunidade. No caso do Morro da Pedra, habitado por um número considerável de migrantes de uma mesma região, isso facilitou a permanência de laços de parentesco, compadrio, vizinhança e solidariedade. O fato de vários membros da família viverem próximos uns dos outros, de algumas famílias se organizarem em unidades extensas, ou até de haver proximidade de conterrâneos e amigos de diáspora, possibilita a formação de uma rede de apoio, em que avós, tios, sogros, companheiros, cooperam com seus parentes, ajudando tomar conta dos filhos para que alguns pudessem trabalhar fora, na construção da moradia, dividindo o lote para construir mais casas, emprestando dinheiro e indicando empregos.

A História de Marcelino ilustra isso. Ele trabalhava em uma empresa de pavimentação, viajando para aonde tinha serviço e chegou a Jaraguá do Sul em 1990 por acaso. Ele morava em Dois Vizinhos (PR), mas estava trabalhando para uma companhia de pavimentação em Guarapuava (PR). Quando acabou o serviço foi demitido e se mudou temporariamente para Curitiba para “ver se conseguia um emprego, que ali teria mais oportunidade. Como eu sempre tinha trabalhado em firma eu pensava em ficar em Curitiba mesmo”. Em Curitiba ficou sabendo, através de um jornal, que estavam precisando de gente para trabalhar na pavimentação da BR 280, que liga Corupá a São Bento do Sul, em Santa Catarina. Ele viajou, mas como era uma época de chuva não chegou a trabalhar. Em Jaraguá do Sul ficou quatro meses na casa de um amigo no Bairro Vila Rau, que lhe convenceu a permanecer e procurar emprego⁹² na empresa WEG, onde trabalhou três anos e meio, quando saiu e começou a trabalhar em uma indústria têxtil, onde trabalha até hoje.

Após conseguir ajuda para morar e trabalhar, Marcelino se transformou em uma espécie de guia de parentes e conhecidos, conseguindo moradia e emprego para muita gente⁹³. Segundo ele, chegou a fazer propaganda no Paraná para trazer gente a pedido da empresa onde trabalhava.

De acordo com ele, a primeira ajuda era para conseguir uma maneira da pessoa que iria chegar ter onde morar. A segunda era arrumar emprego. Feito isso, era só telefonar para o interessado

⁹² “Ele me levou lá e me ajudou a preencher a ficha, sentamos lá nós dois, o que eu não sabia ele me ajudou. Entreguei no recrutamento e no outro dia já mandaram o recado que era pra mim ir. Com meus irmãos foi assim também”.

⁹³ “Quando eu cheguei em Jaraguá já vim direto pro Morro da Pedra, que era um lugar mais barato de se comprar terreno e de gente conhecida. (...) Aqui eu vim pela indicação de um amigo, que hoje é meu vizinho, o Marcelino. Foi ele que me ajudou a comprar aqui. Ele foi o guia de muita gente até aqui” (Veroni).

avisando, aguardar sua chegada e levá-lo na empresa, onde já estava tudo acertado. Contudo, se não arrumasse casa muita gente não vinha.

Era muito complicado você arrumar uma casa. Se você arrumava a casa você ligava pra pessoa, amigo, parente e dizia que estava tudo certo. Aí o cara vinha. Sobre emprego nem pedia, porque isso era certo. Era mais fácil. Era chegar e trabalhar. Se você chegava e garantia o cara nem se fala. Chegava, apresentava os documentos básicos, não tinha teste, não tinha nada. Ia lá, olhava o serviço, nem teste não fazia. Hoje faz teste, na época não fazia, aí já começava a trabalhar. É que faltava muita gente, o encarregado fazia umas perguntas e o cara trabalhava. O número de funcionários que faltavam era muito grande. Aí então a escolaridade não importava na época. Hoje se não tiver segundo grau não entra em empresa nenhuma praticamente.

A família ampliada, como rede e local da memória, constitui o canal crucial entre os dois lugares. As redes informais de solidariedade constituídas nas ruas dos morros de Jaraguá do Sul vão desde coisas emprestadas, indicações para emprego e de lugares onde se pode conseguir documentos, ajuda financeira para os primeiros dias, cuidar dos filhos, um lugarzinho para morar, até convites para festas, bailes e jogos de futebol.

Esses “ponteiros” são, por assim dizer, uma espécie de “fio de Ariadne”, pois permitem que os migrantes permaneçam ligados aos mais próximos, aos conhecidos. (LOPES, 2000: 80). A família e o grupo de parentes são os personagens que auxiliam na passagem do estilo de vida do rural para o urbano, colaborando nas reelaborações de representações no novo lugar, orientando na busca de empregos, na participação no novo universo cultural e dando suporte na interpretação de novas identidades (LUCENA, 1999: 50-51).

Lá a gente trabalhava na roça, mas não dava mais. A nossa terra lá era pequena, os preços não compensavam e estava tudo cada vez mais caro. Aí deu certo da gente já saber daqui por uns amigos que tinha vindo antes, né, que de lá veio bastante gente pra Jaraguá e alguns até tão aqui no morro. Foi se criando uma rede de propaganda entre o povo de lá sobre Jaraguá. Então um vinha e depois já chamava outro e assim ia. Quem já estava aqui ajudava quem chegava e se ia tocando a vida (Zélia).

Meus irmãos já moravam aqui e por eles se ficava sabendo de Jaraguá, que aqui era bom de emprego, de serviço, menos de moradia. Os contatos com os conhecidos eram feitos de um posto de serviço com telefone que tinha lá perto da vila e sempre se trocava informações de como andavam as coisas lá e aqui. Alguns ligavam da firma pra gente e contava que aqui era bom. Fiquei parada uns quinze dias e já consegui emprego. Eu posso dizer que nós se demos bem aqui em Jaraguá (Dona Alzira).

Dessa forma, um parente ou conhecido bem colocado era sempre considerado uma “agência de empregos” (Durham, 1984: 211), uma referência, alguém que indica as oportunidades de emprego e dê apoio até conseguir estabelecer-se.

Frases como “lá se conhecia todo mundo”, “tinha muito parente”, “se juntava os conhecidos para o mutirão”, refletem a importância do grupo migrante de uma determinada comunidade na

cidade. Esses conhecidos e conhecimentos são mobilizados de forma que os que estão chegando se sintam seguros na cidade. Essas ajudas são imprescindíveis para sobreviverem em locais e espaços que não conhecem, não dominam, mas que precisam conhecer e dominar urgentemente, pois do contrário isso pode significar a volta ao local de origem, o que pode demonstrar o fracasso do migrante, revelando sua incapacidade em lidar com o novo, com o desconhecido.

Nos morros, nos loteamentos, eles vão constituindo novos lugares e novas experiências. Seus relatos e experiências de vida revelam conflitos, relações culturais e mudanças vivenciadas no decorrer do tempo; uma vez inseridos no novo espaço, tentam transformá-lo à sua imagem e, ao mesmo tempo, integram-se à nova cultura através da arte de inventar tradições e da adoção de uma cultura plural.

Os parentes que eu tinha aqui muito me ajudaram no começo. Pra começar incentivaram bastante a vir. Depois ajudaram a conseguir os documentos necessários e emprego na WEG, onde entrei em abril de 89 e estou até hoje. Essa ajuda era importante e depois eu mesmo arrumei emprego pra umas dez pessoas da minha família que estavam no Paraná. O difícil era ter onde morar. Naquele tempo não se exigia muito papel como hoje para se começar a trabalhar. Hoje o cara tem que fazer um monte de exame, ter experiência, escolaridade, tempo de cidade. Está bem mais complicado (Seu João).

É esse o tipo das coisas, né. Então, eu fiz essa propaganda. Cheguei a trazer gente. Eu fiquei na Weg em setembro e em dezembro ganhamos aquelas férias de final de ano e eu fui pra lá. Inclusive foi a vinda do meu mano mais velho e do meu cunhado. Eu fui pra lá em dezembro e no mês de março eles já vieram. Eu falei que o problema era casa, mas como eu morava aqui eu arrumei umas duas pecinhas na Vila Rau com esse amigo meu que eu morava e assim que eles resolveram a situação lá, meu cunhado acertou com a empresa que ele trabalhava e vieram pra cá. Então foi aí o primeiro caminho. E como aconteceu comigo muito fizeram essa mesma parte. Na minha família aconteceu assim. Chegando aqui meu mano arrumou serviço, meu cunhado arrumou serviço, onde que ele trabalha até hoje nessa mesma empresa (Marcelino).

O valor do vizinho ou do compadre na cultura popular não é traço meramente peculiar e que se chegaria ao cúmulo de considerar apenas pitoresco. É índice de que a casa não começa e termina na casa. Fazer vizinhança é fundamental para sua inserção na cidade, no morro. Se viver perto demais pode agravar o caráter intrusivo da convivência, com várias famílias vivendo em uma única casa, por exemplo, esta é uma possibilidade diante da falta de moradia nos primeiros meses da mudança.

Aqui no morro eu fiz umas sete ou oito mudanças. Era sempre procurando um lugar pra ficar, era casa de parente, de conhecido, era porão, era barraco, era de tudo. Tudo junto, amuntado nas casa e assim se ia vivendo. Não tinha outro jeito (Seu Antônio).

Nós viemos aqui atrás do compadre Alcides. A gente nem sabia onde ele morava. Não tinha idéia de como era Jaraguá. A gente pensava que era um patrimônio, coisa pequena. Quando a gente chegou ele nos ajudou muito, até cedeu uma casa pra gente morar uns tempos (Dona Sônia).

Apesar da falta de liberdade e privacidade, essas ajudas sempre são lembradas. São lembranças cheias de agradecimento por quem deu a mão na hora das privações, das necessidades e dos acidentes. Gente que cuidou dela, dos seus e dos outros. Essas são lembranças de relações, nas quais é notável a memória de reciprocidade e de iniciativas. São pessoas encarecidas não por lhe haverem servido, mas por lhe haverem solicitado e recebido os seus próprios serviços. A gratidão é pelo que se recebe: e o que se recebe, especialmente, é a oportunidade de ofertar também (GONÇALVES FILHO, 1998: 24).

Por isso, segundo Golçalves Filho (1998: 24),

a generosidade dos outros é inesquecível. Vem como o cuidado que nos foi dedicado em situações de penúria. Vem finalmente como consentimento de nossa própria generosidade – é quando a generosidade dos outros consiste num apelo para que focalizemos não tanto a penúria, a carência de uns e de outros, mas a generosidade de todos (...) há gente ali, reunindo-se, recebendo-se. Os edifícios são precários, mas abrigam as iniciativas de sua reforma. A precariedade mesma dos prédios, paradoxalmente, pode valer provisoriamente como um bem: ajuda ver que o mais sólido, ali, é a companhia dos outros homens, visão essencial para o ânimo de fabricar bairros.

5 – Quem tem medo do “outro”? Compre um lote e ganhe de presente o preconceito.

Dentro de uma casa, não se pode dizer que os Lares estejam sempre com os Lares e os Penates com os Penates: freqüentam-se, passeiam juntos nas cornijas de estuque (...), comentam os fatos da família, discutem com facilidade, mas também podem se dar bem por anos; ao vê-los reunidos, não se distingue qual é um e qual é outro. Os Lares viram passar por suas casas Penates das mais variadas proveniências e costumes; aos Penates, cabe disputar aos cotovelos um lugar ao lado dos Lares. A verdadeira essência de Leandra é argumento para intermináveis discussões. Os Penates acreditam ser o espírito da cidade, mesmo se chegaram no ano anterior, e que levam Leandra consigo quando emigram. Os Lares consideram os Penates hóspedes provisórios, inoportunos, invasivos; a verdadeira Leandra é a deles, que dá forma a tudo o que contém, a Leandra que estava ali antes da chegada desses intrusos e que restará depois que eles partirem (CALVINO, 1990: 74-75).

Esses do Paraná, não importa onde eles estejam, tão sempre procurando briga. Tão sempre com faca ou revólver na cinta. Matar e morrer é a mesma coisa pra eles. Eles acham que podem fazer aqui o que faziam lá: resolver tudo na violência⁹⁴.

Jaraguá do Sul foi palco das contradições do progresso e das tensões da modernidade que caracterizaram as cidades do capital a partir do século XX – no caso do Brasil desde a década de 1950. Dentre essas transformações cumpre destacar a urbanização acelerada e o aburguesamento da sociedade de pioneiros, o processo de industrialização, o aumento da prestação de serviços e do comércio, e a intensificação do fluxo migratório. Se de um lado as quatro primeiras transformações passaram a funcionar como imaginário atrativo às representações em tomo das idéias da cidade progressista, de trabalho e de oportunidades, por outro, a explosão da periferia urbana, o crescimento da pobreza, o aparecimento dos clássicos bolsões de miséria e o aumento da criminalidade passaram a expressar o conflito com os “outros”.

A migração, a partir dos anos 1980, provocou não apenas a ocupação da periferia, o crescimento populacional e uma nova distribuição demográfica, mas mudanças significativas nas feições de Jaraguá do Sul, seus modos e costumes. Mas, principalmente, ela trouxe e deu a conhecer o “outro”. Ela abriu uma ferida narcísica em uma cidade que até então se orgulhava de sua colonização e cultura germânicas, onde os problemas objetivos – aumento da periferia, déficit habitacional desemprego, deficiências na infra-estrutura urbana – conjugaram-se com aqueles de caráter mais subjetivo, principalmente a perda das referências.

Os que migraram neste período têm em sua experiência de vida as marcas dos confrontos culturais e da recriação constante de sua identidade. Eles tiveram acesso a melhores empregos, e lidam com mais facilidade e familiaridade com as linguagens do urbano, inserindo-se de forma mais acentuada no mercado de trabalho. Os empregos eram encontrados em indústrias químicas, metalúrgicas, da construção civil e do mobiliário, do vestuário, lojas, escritórios, supermercados. Em

⁹⁴ Palavras de uma moradora do Centro em uma conversa com o autor sobre violência em Jaraguá do Sul em 14/08/2003.

nome da necessidade de mão-de-obra abriram-se perspectivas diferentes para esses migrantes, o que não quer dizer que não sofressem a discriminação e a segregação.

O crescimento da cidade deu maior visibilidade às suas contradições e conflitos, tornando claro o distanciamento entre um imaginário homogêneo, onde prevalece um ideal de trabalho, ordem e harmonia, e o real, marcado pela divisão social, econômica e cultural. Assim, chocam-se frontalmente os epítetos da cidade ordeira e progressista com a pobreza e as desigualdades sociais dos morros, dos bairros periféricos. A migração transformou Jaraguá do Sul num lugar menos previsível, e os migrantes são os portadores concretos de um padrão de transformações, diversificações e perdas pelas quais passou a cidade com o aumento da população. Nessa sociedade, pretensamente homogênea, o migrante é um excelente bode expiatório para suas perdas de referências.

Segundo Hall (2003: 189), não há nada de romântico no termo migrante, pois ele coloca a pessoa inequivocadamente como aquela que pertence a “outro lugar”: é um termo que posiciona uns em relação a outros, que marca e segrega, e que insiste na inscrição, na pecha, no estigma, enfim, na possibilidade da indicação. A História dos migrantes merece ser conhecida e/ou reconhecida entre nós, indo além da forma como a História hegemônica a constrói, mostrando-os como pessoas marginais, ruins, predestinadas ao crime e ao fracasso. É esta a dimensão que foi sistematicamente negada, governada por uma lógica posicionada em termos de subordinação e marginalização.

O processo de urbanização, presente nas cidades brasileiras desde meados do século XX, ainda suscita perplexidade e busca de compreensão. As mudanças nos dados populacionais, no perímetro urbano, nas densidades demográficas e nas atividades econômicas não se constituem em meros dados estatísticos, mas sim em alterações permanentes nas vidas humanas e no espaço geográfico e social. As cidades, despreparadas para absorver as demandas sociais e de infra-estrutura dessas transformações, ao receber a população do campo, segrega-a como intrusa, induzindo-a e forçando-a à submoradia e ao subemprego.

Pobreza, casebres, ruas sem infra-estrutura, loteamentos sem água, energia, com esgoto a céu aberto e moradores sem ônibus, demarcam um território rejeitado pela ordem estabelecida e uma visão que perpassa o imaginário, confrontando “nós” e os “outros”. Assim, os migrantes passam a ocupar esses espaços e a receber, ao mesmo tempo, a pecha de marginais, ladrões de emprego, como se antes desse processo a cidade não convivesse com a pobreza, com a miséria e com a marginalidade. Diante disso, o discurso da cidade hegemônica, dos “daqui”, segue a seguinte lógica: se são de fora, se vêm roubar o emprego e causar problemas, que fiquem longe do centro, que vão morar em locais sem infra-estrutura, nos morros, na periferia. Mas não é só isso. É preciso deixar claro que eles são migrantes, paranaenses, palavras que usadas insistentemente em tom negativo, começam a tomar a

forma de estereótipo, e este é irmão do preconceito. O migrante representa sempre o “outro”, o desconhecido, o diferente e, por isso, não raras vezes, é motivo de estranheza, preconceito e rejeição.

Não é difícil perceber o quanto as imagens do paranaense e do migrante encontram-se profundamente associadas. Um exemplo carregado de negatividade poderia ser o das manifestações em jornais, rádios e noticiários policiais culpabilizando os migrantes pelos problemas pelos quais passa a cidade, produzindo, acriticamente, um estigma. Os jornais, nos quais os protagonistas foram migrantes, notadamente paranaenses, acabam ressaltando uma imagem negativa destes, enquanto preserva idealizado o núcleo de uma identidade jaraguense original.

Já sofremos muito preconceito aqui em cima de lá de baixo, mas agora tá acabando. Eles diziam que aqui só tinha preto, ladrão, brigão, malandro, dizia que o povo daqui não prestava, que tem muita gente do Paraná e outros lugar e isso tá acabando com Jaraguá. (...) quem falava isso era do jornal, da rádio. Tinha um radialista que vivia falando mal do povo daqui no seu programa. Não é bem assim, mas eles lá de baixo dizem isso da gente. Fazer o que, né? (Fábio).

Teve um jornal uns tempos, o X, que o negócio dele era falar mal dos paranaenses, de quem era de fora. Tudo que era de ruim aparecia no jornal como culpa nossa. Até parecia que não tinha ninguém de Jaraguá que cometia crime, que era preso. Não. Isso não tinha. Era só do Paraná. Até ele dizia “só podia ser do Paraná” quando acontecia alguma coisa. Assim é que a gente aparecia no jornal. Mas a rádio não ficava atrás (Justino, ex-morador do Morro da Pedra).

Quando alguém diz “só podia ser paranaense”, ele já diz tudo sobre discriminação, né? (Dona Sônia).

A simples presença dos migrantes na cidade já denunciava a existência de uma outra realidade, em oposição a um discurso hegemônico. Os migrantes aparecem na imprensa geralmente através de expressões tais como maré, ondas, corrente, fluxo, divulgando claramente uma imagem ligada à idéia de ameaça, assalto e invasão. Os habitantes da cidade real são os produtos indesejáveis do progresso⁹⁵. Aqueles que procuravam associar o desenvolvimento de Jaraguá do Sul à potencialidade de suas indústrias, vitalidade de seu comércio, à sua qualidade de vida, não podiam conviver com a exposição da pobreza.

Desta forma, culpar parte da população pelos problemas sociais aparece como uma idéia de lucidez extraordinária, pois agrada os que gostam de soluções claras, diretas e com culpados visíveis: os “outros”. Como existem interesses políticos e econômicos profundamente imbricados nas questões sociais, a dimensão demográfica aparece como a variável mais fácil de ser atacada. Ela parece pertencer a esta categoria de respostas exemplares na sua simplicidade e na sua eficácia aparente:

⁹⁵ “Utilizo o termo *indesejáveis* no sentido de que não foram ‘planejados como mercadorias’, muito embora com o *tempo* e em determinados espaços, acabem tomando-se mercadorias. Mercadorias que ‘deterioram’ determinados territórios tornando-os ‘indesejáveis’ para a riqueza e para o poder. Vão desde as que se deslocam no território – alimentos deteriorados, automóveis poluidores – como os fixados no território – casas pobres ou sub-habitação e infra-estrutura precária ou ausência desta, tendo como consequência esgotos e lixo a céu aberto, contaminação hídrica e consequentemente saúde precária etc” (RODRIGUES, 1998: 78, grifos no original).

bastaria reduzir a vinda de migrantes para que os loteamentos clandestinos ou irregulares parassem de proliferar, para que os morros deixassem de ser ocupados, para que a criminalidade diminuisse, para que os pobres e carentes desaparecessem. Ela é tranquilizadora para as elites porque lhes evita ter que fazer um exame crítico de suas responsabilidades.

Para Wacquant (2001), criminalizar a pobreza e os “outros” significa tratar a insegurança social como se fosse meramente insegurança física e responder às desordens urbanas e conflitos gerados pela pobreza persistente, e à ausência de um futuro viável, com a polícia e o aparato penal do Estado. As demandas por mais policiamento, pela ampliação das penas para delitos leves, por “varrer” das ruas os indesejáveis, a política da “tolerância zero” e do “pulso forte” expressam um impulso por delegar ao sistema de justiça criminal as conseqüências negativas do desemprego, da fome e da miséria, enfim, da migração. Contudo, mesmo não resolvendo o problema, é uma retórica exitosa a que torna todo migrante um paranaense, e o divulga como uma classe naturalmente perigosa. Esse estereótipo ganha corpo através dos jornais, programas de rádios em campanhas explícitas ou implícitas contra esses moradores. Este tipo de imprensa fala dos migrantes, mas não com os migrantes, pois falar dos “outros” é fácil, difícil é falar com “os outros”.

Tinha um radialista, o Y, que vivia falando mal dos paranaenses em seu programa de rádio. Ele era direto mesmo. Falava mal e ainda ria da nossa cara. Aqui do Bairro Estrada Nova ele gostava de falar bastante. Aquilo foi dando raiva na gente. Até que um dia ele veio aqui, como vinha quase sempre pra ver e depois botar na rádio, e nós juntamos um povo na rua e cercamos o carro dele. Nós falamos que se ele não parasse com essas bobagens a gente ia invadir a rádio e quebrar tudo e aí eles iam ver o que era paranaense bravo. A gente jogou umas pedras nele e ameaçou virar o carro de roda pra cima. Ele foi embora. No outro dia ele só falou no rádio que tinha ido a uma comunidade e não tinha sido muito bem recebido. A partir daí parou de falar da gente (Justino).

Aqui podemos observar como os migrantes reagem ao discurso que os criminaliza. A força de sua ação está em se apropriar deste discurso e invertê-lo, tornando-o eficaz, mesmo que momentaneamente, a seu favor. Ameaçando mostrar na prática o que “era um paranaense bravo” ao jornalista, os moradores do Bairro Estrada Nova, em geral, e do Morro da Pedra, em particular, conseguiram abafar esta voz que os marginalizava, pois ele, temendo sentir na pele a “naturalidade perigosa de um paranaense”, deixou de falar deles.

Em relação “aos de fora” é comum terem ridicularizadas suas falas, suas moradias, os bairros e loteamento onde moram. Nisso tem papel importante o discurso hegemônico que transmite continuamente para toda a sociedade esses preconceitos, objetivando deslocar o foco das lutas políticas, econômicas, sociais e culturais para os próprios moradores. É através das palavras, “nós” e “outros”, por exemplo, que as identidades brotam-se, nutrem-se, transformam-se ou dissolvem-se.

As minorias⁹⁶ são definidas pelo preconceito e discriminação exercidos pelo grupo dominante. Nas situações de dominação, a imposição de um rótulo por este grupo possui um verdadeiro poder formativo: o fato de nomear tem o poder de fazer existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998: 143).

Para Bresciani (1994: 9-10), vive-se hoje o temor do diferente, da alteridade. Esses sentimentos contraditórios, profundamente arraigados em preconceitos tão antigos como o relativo ao *demós* na Atenas clássica, foram agravados hoje em dia pelo crescimento físico e populacional desmesurado das grandes cidades: o convívio com a diversidade (étnica, lingüística, cultural) de populações que se acrescentam, configura a perda de identidade dos antigos cidadãos que, em princípio, se auto-representavam pelo modo de falar, por formas de comportamento, pela aceitação tácita de uma determinada hierarquia reconhecível até em sua disposição geográfica, enfim, por uma imagem de sua cidade, nesse caso branca, alemã e ordeira.

A categoria de origem, cujo contraponto é a de brasileiros, é própria do Sul do Brasil, onde imigrantes de origem europeia instalaram-se em pequenas propriedades em uma sociedade caracterizada ora pelo latifúndio, ora pela atividade de subsistência. Genericamente, e todos os estereótipos sempre contêm algo de genérico, os “de origem”, partindo de uma situação precária, a terra inculta, construíram casas confortáveis, vilas, capelas, obtiveram excedente para comércio; do artesanato caseiro partiram para as manufaturas e, destas, para as fábricas. Tudo isso não foi obtido em uma geração, mas em um lapso de tempo historicamente breve, que lhes permitiu o contraponto com a população que primitivamente ocupava o território (WEBER, 1999: 73).

Como toda classificação é uma simplificação, importava destacar que os “de origem” não renegavam qualquer tipo de trabalho; trabalhavam de sol a sol em propriedades que, mesmo pequenas, eram suas; não tinham serviços para atividades de luxo; quando assalariados, submetiam-se a qualquer atividade, e a colona não era mulher de luxos. Essa era a visão que eles próprios tinham de si e pela qual passaram a ser reconhecidos pelos outros, pelo menos a partir do momento que possuíam poder de “nominção” (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998: 143) para tanto.

Segundo Gomes (2002: 60), o discurso que funda a identidade comunitária é o da diferença. Em outras palavras, a diferenciação se faz exagerando os traços distintivos de um grupo de pessoas diminuindo a importância de todas as outras características comuns compartilhadas com os outros grupos. Sublinhar um nível de diferença significa que, a despeito do infinito patamar de diferenciação teoricamente possível, um limite será privilegiado: aquele que distingue o grupo dos demais.

⁹⁶ Grupos minoritários “são grupos de indivíduos que têm história e uma cultura comuns (e, com frequência, uma origem nacional comum), que transmitem sua filiação ao longo de descendência, numa posição que lhes permite exigir sinais de lealdade de alguns dos membros, e numa posição relativamente desvantajosa na sociedade” (GOFFMAN, 1982: 156).

Para Pesavento (1999: 109), a diferença é um dado posto pelo real e construída pelo social. Como há uma desigual apropriação do espaço e da distribuição da renda, dividindo os homens entre ricos e pobres, favorecidos e desfavorecidos, pode-se dizer que a cultura estabelece diferenças, marcando as diversidades das formas de proceder, de falar, de relacionar-se, de atribuir sentido ao mundo, afirmando a distinção na maneira de construir valores, ritos, crenças, mitos e verdades como uma forma de qualificação do mundo, de estabelecer hierarquias e classificações.

Estamos, a rigor, falando da diferença como uma das formas pelas quais se traduz o real por um mundo paralelo de sinais a que damos o nome de imaginário. Ou, em outras palavras, se a diferença é um dado posto pelo real e construída pelo social, o que passa a valer no plano das práticas é a maneira pela qual os homens representam essa diferença, e que não tem necessária correspondência com os traços concretos que assinalam as dessemelhanças. É nessa medida que se pode dizer que o imaginário constrói um real mais real que o tal real concreto da existência, pois é nele e por ele que os homens vivem (PESAVENTO, 1999: 110).

Conforme Hall (2003: 29-30), possuir uma identidade cultural resultado de uma história teleológica e redentora, que circula de volta à restauração de seu momento original, é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que se chama “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade”.

Contudo, entre “os daqui” e “os de fora” há trajetórias que se cruzam numa perspectiva dialógica, onde o natural produz o migrante e o migrante produz o natural no interior de relações assimétricas. Há em toda parte hibridismo, *différance*. Segundo Hall (2003: 92) a noção derridiana⁹⁷ de *différance* significa uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas, mas são também *places de passage* e significados que são posicionais e relacionais.

Nenhum local, seja lá ou aqui, em sua autonomia fantasiada ou indiferença, poderia se desenvolver sem levar em consideração seus “outros” significativos e/ou abjetos. A própria noção de uma identidade cultural, idêntica a si mesma, autoproduzida e autônoma, tal como a de uma economia auto-suficiente ou de uma comunidade política absolutamente soberana, teve que ser discursivamente construída no “outro” ou através dele, por um sistema de similaridades e diferenças, pelo jogo da *différance* e pela tendência que esses significados possuem de oscilar e deslizar. O “outro” deixou de ser um termo fixo no espaço e no tempo externo ao sistema de identificação e se tornou uma “exterioridade constitutiva” simbolicamente marcada, uma posição marcada de forma diferencial dentro da cadeia discursiva (HALL, 2003: 116, grifo no original).

⁹⁷ Para Derrida (1972 apud HALL, 2003: 92), *différance* é tanto “marcar diferença” quanto “diferir”. O conceito se funda em estratégias de protelação, suspensão, referência, elisão, desvio, adiamento e reserva.

Segundo Hall (2003: 388) é sob a forma discursiva que a circulação do produto se realiza, bem como sua distribuição para diferentes audiências. Uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. Se nenhum “sentido” é apreendido, não pode haver “consumo”. Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito.

Com o passar dos anos, os migrantes, os “outros”, vão se tornando perigosos pela sua presença crescente, pela sua expressão quantitativa e pela ameaça de destruírem o padrão civilizacional desejado pelas elites de Jaraguá do Sul. Como inimigos na trincheira, começam a ser chamados indivíduos ou elementos – tal como os bandidos – em oposição aos homens de bem; se nomeados, o pronome vem seguido por um “de tal”; quando indicados, a frase é completada com um “só podia ser paranaense”. Sua única possibilidade de redenção será pelo trabalho, mas, mesmo assim, a condição de pobreza é associada aos perigos, e estes, ao vício, ao crime e à maldade. Se pobre, esta condição é decorrência da vagabundagem, haja vista que não trabalha porque não quer, pois oportunidades são dadas a todos na “metrópole do dinamismo”.

A imagem do migrante como invasor demarca, através das identidades, os espaços de atuação. Por isso teme-se e odeia-se muito mais facilmente aqueles que, no fundo, não se conhece, embora se pense conhecer. A naturalidade, enquanto marca de origem, torna-se condição de ilegitimidade para a efetiva atuação e participação no espaço. Assim, independentemente da forma de designação (“pé vermelho”, “paranaense”⁹⁸, “serrano”⁹⁹), a identidade regional é marcada socialmente pela oposição de classe: o critério classificatório de base regional encobre a linha de diferenciação de classes sociais. Este mecanismo reflete em nível de reconhecimento, a divisão social e seus conflitos, constantemente mascarados. As relações estabelecidas com o “outro” situa-nos face à manipulação de símbolos de identidade tanto de um grupo como de outro. A manutenção de uma tradição que remete ao grupo identitário, à cultura própria e ao sonho ou perspectiva de poder restaurar o território original, são os elementos que preservam e dão consistência a estas identidades. Este espaço original parece também ser frequentemente marcado pela idéia de ser objeto de uma invasão ou sofrer um permanente processo de enfrentamento ou ameaça.

A utilização da etnia é usada para mostrar um povo diferente do resto do país, através do ideário da colonização. Esse modo “diferente de ser brasileiro”, afirma uma identidade que é buscada

⁹⁸ A incorporação ao vocabulário da cidade oficial de termos como “paranaense” e “pé vermelho”, onde o primeiro opera como designação genérica de todos os migrantes e o segundo como sinônimo de marginalidade e loteamento, além de expressão usada por muitos para diferenciar os trabalhadores que vêm do Paraná, expressa a interiorização de imagens pejorativas forjadas no âmbito das lutas entre diferentes sujeitos pela imposição de significados dominantes.

⁹⁹ Os nomes com os quais os “outros” são identificados nascem no interior de uma geografia simbólica que delimita, a partir do centro, suas margens. Se é na fronteira que se estabelecem as diferenças, é do choque provocado por este encontro que sociabilidades até então colocadas à margem adquirem visibilidade (GRUNER, 2003: 190).

na ideologia étnica teuto-brasileira. Esta idealização do “trabalho alemão” serve para marcar uma diferença, considerada fundamental, entre os membros do grupo e os que não pertencem a ele. O movimento rítmico do cotidiano da cidade é o som do trabalho. O discurso da operosidade germânica representa o jaraguaense como um indivíduo trabalhador, perseverante e batalhador, porque descendente de colonos alemães; como um povo diferente, porque sempre foi movido pelo trabalho; uma cidade com uma identidade própria, constituída fundamentalmente por certo espírito, certa tradição, certo modo de ser e de agir.

Porém, não há, nem nunca houve espaços eminentemente alemães em Jaraguá do Sul. Pode-se dizer que o que sempre existiu foi um mosaico étnico e cultural, composto de negros, húngaros, italianos, poloneses e alemães, que desde os tempos da Colônia Jaraguá esse espaço foi marcado por inscrições étnicas no espaço da pretensa cidade alemã.

A identidade é produto de uma intenção, em que os objetos ou sujeitos – “nós” e os “outros” – se constituem enquanto se comunicam. Se tomarmos o exemplo em questão, os migrantes são a antítese dos jaraguaenses. Em suma, a construção do *nós* identitário pressupõe a existência do *outro*. O *outro* é a concretização da diferença, contraposto como alteridade à identidade que se anuncia¹⁰⁰. A visualização, identificação e avaliação classificatória do *outro* acontece sob o signo da estrangeiridade, e é pelo distanciamento¹⁰¹ – contrastivo, antagônico ou de semelhança – que se pode construir uma noção de pertencimento social (PESAVENTO, 1998: 10-11, grifos no original).

A noção de *ethnic boundary* marcou uma virada importante na conceptualização dos grupos étnicos e representa um elemento central da compreensão dos fenômenos de etnicidade. Num primeiro nível, ela volta a sublinhar que a pertença étnica não pode ser determinada senão em relação a uma linha de demarcação entre os membros e os não-membros (Barth, 1969 apud POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998: 152-153). Assim, para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em outro sistema social.

De acordo com Lapierre (1998: 11), o mérito de Barth foi substituir uma concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica, pois ele entendeu que essa identidade, como qualquer outra identidade coletiva, é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os

¹⁰⁰ Cidadania e exclusão vinculam-se, ou melhor, são explicadas a partir das relações identidade-alteridade. A identidade é a construção simbólica que elabora a sensação de pertencimento, propiciando a coesão social de um grupo, que se identifica, se reconhece e se classifica como iguais ou semelhantes.

¹⁰¹ A divisão entre estes mundos é tão intensa que chega a tomar contornos de fronteiras físicas, cujos territórios simbólicos de conduta moral expressam-se em espaços físicos. Assim, existem fluxos e pontos perigosos, zonas de risco, dignas de vigilância e policiamento ostensivo, haja vista que os migrantes são elementos de desestabilização da ordem social pretendida. O exemplo mais significativo são os “loteamentos de paranaenses”, entre os quais figuram os loteamentos Ana Paula I, II, III e IV, o Santo Antônio, o Estrada Nova, os bairros dos “pés vermelhos”.

integram ou não. Assim, importa procurar saber em que consistem tais processos de organização social através dos quais se mantêm de forma duradoura as distinções entre “nós” e “os outros”, cuja relação é quase sempre unidirecional e negativa. Para descrever tais processos de atribuição categorial e de organização das relações sociais a partir de diferenças culturais presumidas essenciais, as ciências sociais anglo-saxônicas dispõem, há mais de 20 anos, do conceito de etnicidade.

De acordo com Conzen et al. (1992: 1), apesar de existirem muitas definições de etnicidade, algumas delas têm dominado as discussões sobre a adaptação dos imigrantes. A primeira delas, originária dos trabalhos dos antropólogos Geertz e Isaacs, têm enfatizado seu caráter primordial, originado na “identidade básica do grupo” de seres humanos. Nesta visão, as pessoas têm uma necessidade essencial de “pertencimento” o que é satisfeito por grupos baseados na ancestralidade e na cultura em comum.

Para Barth (1969 apud POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998: 141), etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que acha validade na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Ela é um campo do estudo dos processos variáveis e nunca determinados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base da dicotomização nós/eles¹⁰², pois são estabelecidos a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais.

Uma diferente concepção de etnicidade, inicialmente proposta por Glazer e Moynihan, desenfata o componente cultural e define grupos étnicos como grupos de interesse. Neste ponto de vista, etnicidade serve como um meio de mobilizar uma determinada população atrás de questões relacionadas à sua posição sócio-econômica na sociedade maior. Dado a distribuição desigual de poder, prestígio, e riqueza entre os grupos constituintes de sociedades poliétnicas e a resultante competição pelos bens escassos, as pessoas podem se organizadas mais efetivamente em princípios étnicos do que em classes sociais (CONZEN et al., 1992: 1-2).

Partindo do pressuposto de que a etnicidade enquanto “eticidade primordial” tanto gera a sua própria dinâmica e é um fim em si mesmo, e etnicidade como “grupo de interesse” é instrumental e circunstancial, Conzen et al. (1992: 2), propõem-se a explorar uma conceitualização formulada recentemente: a invenção da etnicidade. Para os autores ela não é uma “ficção coletiva”, mas antes, um processo de construção ou invenção que incorpora, adapta e amplia as solidariedades comunais, atributos culturais e memórias históricas no contexto da vida real e na experiência social.

¹⁰² A questão do “outro” remete à problemática de “si mesmo”, na medida em que a cultura ocidental caminhou para a ideologia do indivíduo, internalizando as regras externas e vendo o “outro” a partir de si mesmo.

Trazendo isso para o nosso caso, podemos dizer que a vinda de grupos de migrantes para Jaraguá do Sul trouxe implicações políticas, onde “os de fora”, no seu processo de renegociação de identidades¹⁰³, se engajaram em partidos políticos, sindicatos, associações, ampliando o leque de suas reivindicações ao poder público, fazendo com que começasse a nascer outra cidade dentro de espaços pretensamente definidos.

Conzen et al. (1992: 2), também chamam a atenção para a diferença entre assimilação (conceito passivo, inconsciente e individualista) e etnicidade (participação ativa). Analisando o caso americano, os autores sustentam que os imigrantes (alemães ou irlandeses) não caminharam numa linha reta em direção a se tornarem americanos, mas que houve uma mudança de ambos os lados, aonde os americanos acabaram se tornando um pouco o que eram os imigrantes e vice-versa. Outro elemento trazido pelos autores é a questão da avaliação que se faz dos migrantes, que pode ser positiva ou negativa.

Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998: 106-107), a etnicidade deve ser entendida também como reflexo dos antagonismos econômicos, onde o centro de interesse é a relação entre a etnicidade e a classe, relação esta que é analisada no quadro de uma teoria da exploração capitalista do trabalho. Nesse processo, as divisões étnicas e raciais são apreendidas a partir das funções que elas preenchem no sistema capitalista, especialmente as que permitem a criação de uma força de trabalho barata ou a constituição de um exército reserva de trabalho. As características objetivas (fragilidade dos recursos econômicos, políticos e de acesso à informação) e subjetivas (motivações) dos migrantes tornam-os disponíveis como mão-de-obra de baixo custo.

Forasteiro e estrangeiro, o migrante transita nessa linha tênue a que chamamos fronteira. Sua presença é motivo de confronto e tensão, entre outras razões, porque explicita a fragilidade dos valores culturais que, supostamente, sustentam a comunidade e a constituem como tal. A migração provoca uma ruptura em uma identidade que, fixa no tempo, oferece certo grau de estabilidade e coesão para uma história que deveria desenrolar-se com naturalidade. Contudo, há os migrantes que destoam nesse conjunto pretensamente hegemônico, harmônico e pacífico, onde os conflitos sociais são vistos como excepcionais – uma “onda” –, como algo que não faz parte das tradições harmônicas da sociedade jaraguense. Assim, por exemplo, greves, manifestações, passeatas, fechamento de ruas, exigências por água, esgoto, asfalto e transporte são manifestações realizadas por elementos estranhos, apoiados por ideologias espúrias e alheias ao corpo social jaraguense, por natureza um corpo social sadio, sem conflitos.

¹⁰³ Esta identidade comunitária só pode existir quando definida em relação a um território, real ou mítico, de homogeneidade, de domínio e de desenvolvimento do espírito do grupo. A manutenção de uma certa tradição que remete ao grupo identitário, à cultura própria e ao sonho ou perspectiva de poder restaurar o território original são os elementos que preservam e dão consciência a essas identidades (GOMES, 2002: 63).

Geralmente a sociedade que recebe migrantes tem a tendência de englobar em uma situação comum, freqüentemente com base num traço pejorativo, os grupos recém-chegados que são percebidos como culturalmente diversificados. A visão que “os daqui” têm do “outro” é que estes são naturalmente perigosos, não gostam de trabalhar, são pouco produtivos, analfabetos, pobres e marginais. O “outro” é mais do que um nome, é uma situação, caracterizada quase sempre pelo conflito. Contudo, o fato de serem coletivamente nomeados acabou por produzir uma solidariedade real entre as pessoas assim designadas porque, em decorrência desta denominação comum, eles foram coletivamente os objetos de um tratamento específico, situação que levou à criação de uma identidade geral de migrantes a partir do sentimento de opressão compartilhada e da experiência comum nos loteamentos, na periferia, nos morros: a marginalização e o preconceito. Assim, Jaraguá do Sul é menos o “Eldorado” do que um campo de lutas sociais, de forma que os discursos expressam temor diante desses grupos potencial e naturalmente perigosos.

Como os migrantes não são visíveis de uma mesma maneira, o seu grau de visibilidade está ligado a suas condições de vida e de trabalho, à precariedade de sua situação profissional. E mesmo que o migrante não seja responsável por esta situação, ela afeta sua imagem de toda maneira. A sua visibilidade tem implicações ainda mais complexas quando remetem à questão da criminalidade, e não se trata apenas daquilo que é diretamente observável pelas pessoas a partir do que a televisão e os jornais colocam em evidência. A imagem dos migrantes veiculada pela mídia degradou-os sensivelmente: eles são mais violentos e marginais que os da cidade de destino e têm uma predisposição *quase genética* para o crime. Em nome disso, rapidamente se apontam os migrantes como os culpados pelos crimes, que passam a alvo de ações policiais, nem sempre sustentadas pelas autoridades judiciais, mas fica a pecha, o estigma¹⁰⁴.

O problema é que a nossa terra no Paraná é uma terra descampada, com poucos moradores nas cidades e hoje também no interior. Mora gente ainda lá pelos sítios que nunca viram uma cidade. É gente que vive sozinha, largado de tudo e que pra sobreviver tem que estar sempre atento. Muitas coisas por lá se resolve na bala, na faca, no facão. Então, quando esse pessoal vai pra cidade, igual Jaraguá, eles não pensam duas vezes em fazer a mesma coisa quando se sentem em perigo (C. V., é do Paraná; não mora em nenhum dos dois morros).

Aquí aconteceu muita coisa de ruim uns tempos atrás e a fama do lugar ficou. Foi assassinato, estupros, assaltos, muita baderna perto da pedra. Tinha gente do Paraná junto, mas a maioria era de outro bairro de Jaraguá pelo que se sabe, mas a fama ficou prá nós, que viemos de fora (Seu João).

A incorporação de paranaenses ao mercado de trabalho de Jaraguá do Sul foi bem mais complexa e problemática do que em geral se supõe. Longe de uma simples e linear transferência de

¹⁰⁴ Esta construção do que seja a delinquência passa por uma influência recíproca entre as diferentes mídias (principalmente os jornais locais), a polícia e a opinião pública, ou, mais precisamente, certos grupos de pressão.

mão-de-obra de uma região para outra, a migração foi um processo contraditório que despertou e exacerbou preconceitos¹⁰⁵ e profundas divergências. No mercado de trabalho, tais discriminações não existiram apenas da parte de alguns empregadores contra trabalhadores de origem migrante, mas também no conjunto da sociedade, inclusive entre os próprios trabalhadores.

Já sofri discriminação por parte de uns colegas “espertos” da empresa, que dizem que eu moro em uma favela. Mas esse não é o maior problema. A coisa é triste também porque ficamos escutando toda hora que viemos pra Jaraguá roubar emprego, trazer os crimes, essas coisas. Isso não é verdade porque tem gente que presta e que não presta em todo lugar (Paulo, de Terra Roxa).

Tem muita que só sabe dizer que paranaense é bandido e que vem pra Jaraguá do Sul tirar emprego dos que já estão aqui. Se eles olhassem um pouco pra traz na história iam ver que muitas empresas de Jaraguá foram fazer propaganda lá na nossa terra pra gente vir pra cá. Até pediam pros parentes trazer gente pra trabalhar nas firmas, que naquela época estavam precisando. E agora nós é que somos bandidos, gente que não presta (Natalício, mora no Morro da Pedra desde 1992).

Para Bastos e Póvoa Neto (1993: 15), um rápido olhar por certos discursos que apontam culpados pela crise econômica revela que, mais uma vez, os migrantes estão sendo chamados à responsabilidade, e as migrações aparecem como problema a ser sanado em prol da ordem social que se quer preservar. Afinal, o conjunto de processos sociais a que damos o nome de migração envolve grandes massas populacionais, as quais se encontram, quase sempre, na condição de vítimas preferenciais dos problemas pelos quais são responsabilizadas.

A difusão das imagens de Jaraguá do Sul como terra do emprego e de oportunidades, atraiu levas de migrantes, mas ao mesmo tempo a existência de duas cidades, a real e a pretendida, a da riqueza e da miséria, significou o sucesso e a falência de um modelo de desenvolvimento tornado visível com a intensificação de suas contradições sociais através de seus lugares reais. A partir de determinado momento a migração tomou conta da propaganda, que passou a ser feita entre os próprios migrantes nas visitas de Páscoa e finais de ano, por telefone e cartas, numa grande difusão oral, informal e “arbitrária” desse ideário. O sentimento de perda do controle sobre o fluxo migratório é visível no início dos anos 1990 e ele está nos discursos preocupados com os problemas urbanos, nos efeitos negativos da invasão da cidade pelos migrantes, pobres, miseráveis, pedintes e no agravamento do déficit habitacional, que preocupava desde o começo de 1970. Inaugura-se, assim, o tempo das visões negativas sobre os migrantes.

Quando eu vim, no começo de 1980, a gente sabia de Jaraguá pela propaganda que se fazia lá no Paraná. Eu lembro de algumas pessoas que falavam muito de Joinville, Jaraguá, até Blumenau. (...) se

¹⁰⁵ Com a migração veio o preconceito, e frases como “Volta pra tua terra, pé vermelho” puderam ser lidas nas paredes dos banheiros de empresas de Joinville. Ou, o que é pior, “em meio a tantas siglas como 5S, TQC e CCQ, há uma estranha e preconceituosa: PEPR: Programa de Eliminação de Paranaenses” (NASCIMENTO, 1996: 2 e 19).

dizia que era pra todo mundo vir, que tinha emprego, bons salários, que a vida ia melhorar pra todo mundo. (...) eles passavam no rádio, colocavam em jornais. Mas a grande propaganda mesmo era feita por quem ia passear por lá no final do ano. Quem já tinha emprego aqui falava que era pra ir que se dava um jeito de conseguir vagas, que as empresas estavam precisando. Aí o cara vendia alguma coisa e vinha. Depois, nos anos 90 a coisa começou a mudar e os migrantes não eram mais bem-vindos porque já tinha muita gente, até desemprego já começa a ter. Foi nesse tempo que tudo o que acontecia na cidade passou a ser culpa dos paranaenses (J. C. S., ex-morador do Morro da Pedra).

Na época você entrava numa empresa o cara te perguntava, o cara que te requisitava falava pra você assim: “Quando tu vai pro Paraná?”, “Eu vou daqui quatro meses”, “Então se tiver mais gente você traz”. Primeiro ponto, que na época, 15 anos atrás, o cara da empresa falava isso pra você. Aconteceu comigo. Aí, o que acontecia? Você ia e trazia o irmão, trazia outros. Isso falaram pra mim, mas como falaram pra mim, podia ter falado pros outros também. O que acontecia? O pessoal foi se empolgando com aquilo. Muitos tinham pouco terreno pra trabalhar, outros estavam desempregados e aí acabavam vindo. Com isso foi aumentando o número de gente. Por quê? Era bom de emprego, e na realidade era mais fácil. Depois as coisas mudaram bastante, mas o pessoal não deixou de vir. Uns largaram seus próprios empregos, outros largavam seus sítios, às vezes até em uma boa formação, e acabavam se empolgando com esse negócio de vir pra cá e aí foi aumentando o número de gente. Às vezes muitos estavam em uma situação difícil, a situação de vida lá era meio complicada, e aí achavam um jeito de vida mais fácil pra cá, um meio de ganhar um dinheiro mais fácil, se empregar e acabaram deixando seus próprios sítios, vendendo sua casa como eu conheço muita gente, amigos meus. Muitos se deram bem e muitos estão em situação pior do que talvez estivessem lá ainda (Marcelino).

Contudo, por mais paradoxal que possa parecer, à primeira vista, a oferta de empregos estava decaindo em Jaraguá do Sul desde janeiro de 1981, segundo o SINE. O que havia, na verdade, era muita procura e pouca colocação no mercado de trabalho

fato que pode ser interpretado, numa análise superficial, como uma prevenção por parte das empresas em vista da grave crise que abala a economia brasileira, pesadas taxas de juros, inflação desenfreada entre outras, que afetam de forma direta ou indireta os vários setores, notadamente a indústria. Exemplo disso é que em 1980 1.788 pessoas procuraram o SINE para colocação em uma das 954 vagas comunicadas, mas apenas 734 pessoas conseguiram emprego (Correio do Povo, 28/03/1981: 1).

Além disso, o que também preocupava era a alta rotatividade de mão-de-obra. Os registros do SINE assinalavam que durante 1980 houve perto de 11 mil admitidos e 8 mil desligados. Esses números eram totais, mas a rotatividade era maior na indústria. Outro dado interessante “era o grande número de elementos¹⁰⁶ vindos de outros centros procurarem emprego, posto que das 2.839 carteiras profissionais expedidas em 1980, cerca de 2.100 foram para ‘estrangeiros’” (Correio do Povo, 28/03/1981: 1).

Dois anos depois a situação preocupava ainda mais, de forma que o prefeito Durval Vasel mandou um telegrama ao governador Esperidião Amin solicitando medidas governamentais urgentes, no sentido de equacionar a dramática situação e evitar sérias conseqüências futuras. Justificando sua medida, o prefeito acreditava que eram cerca de dois mil os desempregados, muitos dos quais

¹⁰⁶ Nota-se que a palavra elemento também é utilizada pela polícia para caracterizar os marginais e criminosos.

nascidos em outras cidades e que todos os dias iam pedindo emprego na prefeitura. Com este telegrama, afirmou Vasel, “manifestamos nossa preocupação com o desemprego” (Gazeta de Jaraguá, 08/04/1983: 1).

Em resposta, o governo solicitou que fosse feito minucioso levantamento do número de desempregados existentes, o que possibilitaria, no futuro, que a mão-de-obra ociosa fosse aproveitada em frentes de trabalho que seriam criadas pelo governo no município. Porém, mesmo com a preocupação do prefeito e da boa vontade do governador, as demissões continuavam a superar as admissões. Entre janeiro e agosto haviam ocorrido 3.530 admissões para 4.407 demissões (Correio do Povo, 07/10/1983: 1).

Com a crise dando uma trégua, o ano de 1986 marcou o aumento na oferta de empregos junto ao comércio, indústria e empresas prestadoras de serviços, o mesmo acontecendo em 1988, muito embora o que preocupava era a alta rotatividade, que, segundo o SINE, contribuía para a grande procura pelo emprego (Correio do Povo, 30/01/1988: 1). Essa situação não durou muito e os anos 1990 começaram com o desemprego preocupando – fato que marcou toda a década –, conforme nos mostram as manchetes.

Número de empregos está caindo em Jaraguá do Sul (Correio do Povo, 07/05/1990: 4).

Quatro mil pessoas desempregadas (Correio do Povo, 20/03/1993: 16).

Aumenta número de pessoas sem trabalho e onde morar¹⁰⁷ (Correio do Povo, 26/07/1994: 11).

Cursos de qualificação ajudam desempregados (A Gazeta, 10/05/1996: 8).

Reflexo do desemprego e da constante migração (I) (Jaraguá News, 11/07/1996: 5).

Especialização é alternativa contra desemprego (Jaraguá News, 05/12/1997: 8).

De acordo com o SINE, o nível de emprego vinha caindo gradativamente no município desde a implantação do Plano Brasil Novo. A carência era tanta que na primeira semana de maio o órgão não conseguiu encaminhar qualquer empregado. Para agravar o quadro, as poucas ofertas que surgiam eram para mão-de-obra não qualificada, especialmente para os ramos metalúrgico e de malharias. Apesar disso, o responsável pelo SINE fazia questão de salientar que “felizmente ainda não temos desemprego em Jaraguá do Sul” (Correio do Povo, 07/05/1990: 4).

O grau de desenvolvimento a que chegaram a maioria das empresas de Jaraguá do Sul, fez com que elas não precisassem mais de tantos trabalhadores. Essas empresas, a partir do início dos anos 1990, com destaque para os setores do vestuário e metalúrgico, passaram por um processo de reestruturação produtiva. Esse processo, que envolve desconcentração industrial, automação e terceirização, aumenta o nível de desemprego e o grau de informalidade da economia, ainda está em curso e tem conseqüências diretas na situação vivida pelos moradores dos morros, da periferia de

¹⁰⁷ Esta matéria está na página policial.

modo geral no que diz respeito à moradia, saúde, alimentação e transporte. Outro fator importante para a formação dos bolsões de pobreza é que as indústrias exportadoras precisam de certificações da ISO¹⁰⁸ para participar do mercado global, exigindo, para admissão de trabalhadores, a conclusão de, no mínimo, o ensino fundamental, gerando um desemprego aproximado de 4.000 pessoas¹⁰⁹.

Quando o funcionário da prefeitura que cuidava da expedição das carteiras profissionais retornou das férias em 25/01/1993, foi surpreendido com as longas filas que formaram-se às portas do SINE durante vários dias. Foram mais de 700 pessoas

a maioria ‘jovens estrangeiros’ procedentes de outras cidades, que foram tirar Carteira Profissional esperançosos de conseguir um bom emprego em nossa cidade, atraídos que foram pelo nosso parque industrial e pelos bons salários que aqui se paga. O problema, porém, é que pouco mais de dez por cento dos desempregados cadastrados no Sine, consegue nova colocação, pois a recessão ainda entrava as atividades das empresas jaraguenses (Jaraguá News, 11/02/1993: 4).

O tempo do “trabalho a rolé”, como diria um migrante paranaense, havia acabado. Em 1993 a cidade estava longe de ser um paraíso para quem procurava trabalho, especialmente não qualificado. O número de desempregado chegava à casa dos quatro mil, de acordo com um levantamento feito pelo SINE baseado nas 4.456 requisições para o pagamento do seguro desemprego (Correio do Povo, 20/03/1993: 16). Dessa forma, os sonhos daqueles que buscam trabalho, moradia e melhores oportunidades, confrontados com a realidade, tornavam-se pesadelo.

Eu nasci em São Paulo, mas depois fui pra Nova Cantú, no Paraná. Em 1990 mudamos pra Jaraguá, onde um parente já tinha ajudado a comprar um chão aqui no Morro da Pedra. Então quando lá não dava mais, viemos embora. Não se tinha emprego garantido na época, que era um tempo que já estava mais difícil de arrumar emprego, mas mesmo assim viemos, sonhando com uma vida melhor. Lá não tinha emprego, aqui também não, mas pelo menos aqui se tinha a esperança de arrumar, porque tem empresa, firma, comércio. Lá não tem nada disso (Maria Eva, mora no Morro da Pedra desde 1990).

Em uma matéria publicada na página policial do Correio do Povo (26/07/1994: 11), dados da Secretaria do Bem-Estar Social davam conta que em meados de 1994 entravam na cidade cerca de 30 pessoas por mês, vindas dos mais diversos municípios, principalmente do Paraná e Oeste de Santa Catarina. A secretaria confirmava que na maioria dos casos muitas dessas pessoas acabam na “rua da amargura”.

Mesmo ocupando a terceira posição como maior arrecadador de ICMS de Santa Catarina, possuindo uma das rendas *per capita* mais altas – US\$ 9.583/ano – e despontando no cenário estadual

¹⁰⁸ Com sede em Genebra, na Suíça, é uma organização que promove o desenvolvimento de normas, testes e certificações.

¹⁰⁹ Em 1999 a Secretaria da Família havia atendido 4.944 famílias, das quais 1.210 titulares estavam desempregados, e segundo ela apenas 15% da população tinha condições de empregabilidade (Correio do Povo, 01/06/2000: 5).

como um dos principais pólos econômicos, reunindo dezenas de empresas de destaque nos setores têxtil, metal-mecânico e alimentício, Jaraguá do Sul se via às voltas com o desemprego.

O prefeito Geraldo Werninghaus (PFL) considerava-o uma das principais preocupações de sua administração. Ele relatava que haviam 4.504 empresas geradoras de emprego no município, que ofereciam 39.375 empregos diretos. Contudo, em 1996 foram admitidos 10.687 trabalhadores, mas ocorreram 12.144 demissões, gerando um déficit de 1.457 trabalhadores que buscava sua sobrevivência na economia informal (AN Jaraguá, 18/07/1997: F-8).

Em um artigo denominado “Desemprego em Jaraguá do Sul?” o advogado José Benedito de Campos sustentava que sim, e não eram poucos. Para ele

tradicionalmente nosso município não acusava índice de desemprego, a exemplo do que ocorreu no ano passado. Naturalmente, o desemprego poderá ser maior ou menor, pois o emprego informal (sem carteira de trabalho assinada) vem crescendo cada vez mais. À primeira vista o setor que mais teria contribuído para o desemprego seria o do vestuário, face ao fechamento de inúmeras indústrias de pequeno porte e postos de vendas nos últimos anos (CAMPOS, 1998: 2).

Essa situação exigia uma solução, e uma das saídas encontradas pelo poder público, junto com outras entidades, foi a organização de vários cursos de qualificação profissional para desempregados. Para dar conta dessa tarefa foi criado o Conselho do Trabalho e Emprego, que entre 1995-96 qualificou 799 trabalhadores, que era regulamentado pelo CODEFAT e constituído por representantes dos empregadores, trabalhadores e governo. Entre as várias atribuições do conselho estava a busca de medidas efetivas que minimizassem os efeitos negativos do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho.

Tabela 7 – Flutuação do Emprego em Jaraguá do Sul – 1994-98.

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
1994	16.050	15.013	1.037
1995	16.163	15.041	1.122
1996	10.687	12.144	-1.457
1997	11.406	12.499	-1.093
1998	10.475	10.838	-363

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Ministério do Trabalho/SINE (Jornal do Vale, 29/04/1999: 13).

Em 1996 foram lançados os primeiros cursos de qualificação, pois as empresas encontravam dificuldades em preencher os postos de trabalho disponíveis por falta de mão-de-obra qualificada e baixo índice de escolaridade, entre os quais se destacavam os de operador de empilhadeira, técnico de vendas, costura industrial, manicure, pedreiro, jardinagem, encanador, pintor, padeiro, confeitoiro, recepcionista, informática e telefonista.

No mesmo ano, em um artigo denominado “Reflexo do desemprego e da constante migração (I)”, Charles Siemeintcoski comentava a situação, notadamente o grande número de pessoas que procuravam por esses cursos. Segundo ele, em 15 dias de propaganda dos cursos foram cerca de 430 inscritos para 115 vagas. No ano anterior, foram necessários quatro meses de divulgação – de setembro a dezembro – para que 500 candidatos se inscrevessem. Para ele, e procura por esses cursos deixava claro que Jaraguá do Sul crescia desordenadamente. Ademais, esta procura revelava outra questão: as empresas não estavam mais contratando pessoas sem qualificação e sem experiência, pontos negativos para os migrantes¹¹⁰.

Uma vez aqui em Jaraguá era só chegar e trabalhar. Era fácil. Era mostrar vontade e força que se conseguia. Hoje não. O camarada tem que ter estudo, experiência, fazer um monte de testes e não sei mais o quê. Pra quem chega da roça, e tem um monte aqui no morro, não encontra mais nada pra fazer e vai ter que fazer bico se quiser sobreviver e não ter que acabar roubando (J. S., mora no Morro da Boa Vista desde 1994).

Em 1997 eram 29 os cursos oferecidos pelo Programa de Qualificação Profissional de Mão-de-obra, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SINE e Conselho Municipal de Trabalho e Emprego. Entre os cursos estavam os de empregada doméstica, garçom, secretária, cabeleireiro, cozinheira, vendedor, corte e costura, frentista, pintor, operador de máquina, mecânico, pedreiro, carpinteiro, panificação, caldeireiro, soldador e encanador (AN Jaraguá, 18/07/1997: F-2).

No início de 2000, a prefeitura fez uma parceria com a Escola Técnica Federal, que disponibilizou cursos à sua escolha. Na concretização desta parceria, o município poderia disponibilizar técnicos, professores e espaço para a educação fundamental, além de realizar uma pesquisa, através da Secretaria da Família, para identificar o grau de qualificação necessário às pessoas que estavam desempregadas (Jornal do Vale, 20/01/2000: 7).

Em maio do mesmo ano foi lançado o Programa de Incentivo ao Trabalho e Qualificação Profissional, que objetivava habilitar 110 desempregados ao trabalho, na primeira fase, número que seria estendido para até 250 desempregados. A proposta era ajudar quem estava desempregada há um ano e residia há pelo menos três em Jaraguá do Sul. Dos 268 inscritos, os 110 selecionados passavam a contar com um salário mínimo mensal, auxílio alimentação, transporte e seguro de acidente de trabalho¹¹¹. A proposta previa um dia da semana de aperfeiçoamento junto ao FAT e o restante da

¹¹⁰ “Das 560 pessoas que batem à porta da Consultoria RH Brasil, há três anos em Jaraguá do Sul, para pedirem emprego, 420 não têm o primeiro grau completo. Destas, 140, justamente as que terminaram o primeiro grau, são empregadas por mês” (Jaraguá News, 05/12/1997: 8).

¹¹¹ “Na época, segundo o SINE, o desemprego atingia 8,3% da população economicamente ativa, estimada em 60 mil pessoas. A dificuldade de emprego é mais característica em pessoas acima de 35 anos, sem qualificação profissional ou sem o primeiro grau completo, e jovens que buscam o mercado de trabalho pela primeira vez. A falta de experiência ainda é determinante” (Correio do Povo, 01/06/2000: 5).

semana seria destinado a trabalhos no SAMAE e demais secretarias municipais. Das 36 horas semanais de serviços, quatro seriam destinadas a cursos de especialização¹¹².

Esta mesma onda de homens e mulheres atraídos pela promessa de emprego e bem viver engendrava sentimentos ambíguos, principalmente naqueles que se referiam à cidade empregando um pronome possessivo: nossa cidade. Na imprensa, as análises cotidianas buscavam ponderar os aspectos positivos e negativos de um desenvolvimento demográfico que excedeu as previsões dos mais experimentados administradores. Multiplicava-se as manifestações contra o excessivo inchaço urbano, bem como contra as hordas que incomodam o olhar, clamando por soluções urgentes.

Ao analisar os discursos e as práticas urbanas que as camadas médias e a elite local fazem do espaço urbano, pretendemos chamar a atenção para uma visão de Jaraguá do Sul construída a partir de seu centro. Centro pela polarização em torno de ruas centrais e centralizadoras que em suas representações resumem e englobam a cidade. De outro ângulo, de fora para dentro, estão os migrantes, que, historicamente, se localizam na periferia delimitada no espaço e na hierarquização social e reforçada nos mecanismos de estigmatização.

As migrações vão mudando a composição da cidade, diversificando as culturas e pluralizando as identidades dos naturais, dos nativos. Mas, apesar disso, há a idéia de perpetuar a mesmice cultural homogeneizante promovendo uma jaraguaensização de tudo: trabalho, valores, cultura e hábitos, a qual não pretende uma relação dialógica com os “outros”.

No território da cidade vão se delineando fronteiras que marcam os espaços a serem ocupados pelos “daqui” e pelos “de fora”, como que se aos negros, pobres e migrantes fosse permitido ocupar certos espaços – pode-se ir ao centro para comprar, pagar contas ou trabalhar – mas que depois disso devem voltar para a periferia, para o morro, para “o seu lugar”. O centro passa a ser visto como sendo a cidade, acentuando o preconceito, a discriminação, a segregação e a recusa da alteridade.

As representações das elites sobre os espaços ocupados na cidade expressam bem a idéia que têm de todos aqueles que não podem pagar pelo bem morar. Dessa forma, a expressão “loteamento” só pode ser aplicada para os espaços periféricos, para os lugares onde moram os migrantes, para os espaços de exclusão, dos pobres, dos trabalhadores. Espaço este que deve ser escondido da cidade ideal, daquela produzida para consumo externo e baseada na limpeza, na organização, na existência de equipamentos urbanos; deve ser escondido pela distância, pelo que resta da vegetação dos morros. Os “outros”, “os de fora” devem ir para longe do centro, para os morros, para a periferia; para lugares sem equipamentos públicos de água, esgoto, segurança, energia, transporte e coleta de lixo.

¹¹² Os cursos envolviam noções de cidadania, relações humanas, higiene e segurança no trabalho, princípios de organização e qualidade no trabalho, comunicação e expressão, legislação trabalhista e boas práticas de trabalho, inerente a cada campo de atuação (Jaraguá News, 28/04/2000: 32).

Estes conflitos eram latentes e ganhavam amplitude através de programas de rádio e matérias em jornais, onde os migrantes apareciam como marginais, ladrões e bandidos; como aqueles que degradam o meio ambiente, habitam os morros e moram longe. Assim, “nós” e os “outros” criam uma imagem de oposição entre dois territórios mutuamente excludentes, embora, em princípio, ambos façam parte e constituam aquilo que denominamos a cidade de Jaraguá do Sul, onde a fronteira física pretende delimitar formas diferentes de comportamentos espacial e social. Dessa maneira, a exclusão social deixar de ser apenas um estatuto abstrato para ganhar a forma de um território, muito embora as dificuldades e desigualdades não desaparecem simplesmente porque procuramos evitá-las.

Concomitantemente, esta situação foi se definindo como espaço marginal, onde o lugar e a condição se mesclaram, passando a constituir uma só zona de opacidade no tecido social. Em outras palavras, se o lugar é marginal, posto que periférico, irregular ou clandestino, quem mora nele também é marginal. Permanece um forte sentimento de repulsa a este desvio do direito vigente, de tal forma que a categoria “favelado”, por exemplo, é imediatamente associada à categoria “marginal”, mesmo que todos seus moradores não sejam criminosos (ROLNIK, 1997: 182). Ademais, a situação de irregularidade e clandestinidade serve para que o governo não faça os serviços necessários, ou o faça muito lentamente. Este padrão de segregação identifica os trabalhadores, os migrantes e os negros, por exemplo, com os males sociais a serem combatidos.

Os morros, como os que estamos analisando, se expressam em discursos de saber e de poder, especialmente quando suas falas confrontam-se com as da cidade hegemônica, com o tratamento desigual e diferenciado exigido pela existência do social. A cidade hegemônica precisa manter e justificar os autoritarismos e as dominações, por isso investe seu discurso sobre os moradores de forma a dotá-los com a perversidade de sua lógica, o que quer dizer que se busca certa “aceitação” e “naturalização” da inferioridade dos moradores da periferia, como que dando benção à naturalidade da normalização da violência, do preconceito, porque tais acontecimentos estão ligados ou referidos à população pobre, negra, migrante, moradora do morro.

Hoje o morro ainda é bem mal falado lá embaixo. Dizem que aqui era o morro da África por causa dos negros que tinha. Hoje tem pouco negro aqui. Acontecia muita briga, muita bebedeira, muita confusão aqui em cima há uns tempos atrás. Aí ficou o medo do pessoal do morro. Então quando se fala que mora no Boa Vista o povo fica meio com um pé atrás, desconfiado (Seu Idelfonso, mora no Morro da Boa Vista desde 1988).

O preconceito tem sim da cidade em relação ao morro. Mas não é aberto, que todos falam. Isso não. Ele tá disfarçado nos papel que se exige, na falta de estudo da pessoa daqui de cima, na Prefeitura que não aparece aqui pra arrumar as coisa. Isso pra mim é preconceito. Isso eu digo que o Boa Vista é uma das localidades mais antigas de morador da cidade e não tem quase nada do que outros lugar tem, de asfalto, água, luz (Seu Olanir, mora no Morro da Boa Vista desde 1974).

Os espaços onde moram os excluídos são territórios condenados, malditos. São eles os maus lugares da cidade, sobre os quais converge um tipo de representação construída e dada a ver pelo olhar cidadão que preside a ocupação formal do território. De fato, quanto mais nos afastamos do centro, mais evidentes se tomam os sinais da pobreza, expressas nos tipos de construção, na falta de arborização das ruas, na ocupação desordenada do espaço, onde se misturam residências, indústrias, oficinas e pequenos comércios. Os equipamentos públicos são geralmente escassos e os transportes coletivos mal conservados. Nas áreas de loteamentos recentes, as ruas sem pavimentação, molhadas pelas águas servidas de residências inacabadas, tem na maioria das vezes, um aspecto desolador.

“Os de fora” não só provocaram mudanças no cotidiano urbano, nos valores e comportamentos, como também desencadearam um significativo desequilíbrio das forças políticas que até então mantinham o domínio da cidade. Participando de partidos políticos, sindicatos e demais instituições, vão contribuir para a ampliação das reivindicações ao poder público e às empresas. Aliás, esse é outra acusação que recai sobre eles: de virem agitar uma cidade calma, pacífica, trabalhadora e ordeira, trazendo as greves, sindicatos, manifestações.

Como exemplo disso, temos a greve dos trabalhadores moveleiros e metalúrgicos, e as eleições sindicais dos trabalhadores vestuaristas e metalúrgicos. Todas aconteceram em 1987 e foram motivo de inúmeros artigos e matérias em jornais da cidade e do Estado. Os empresários e a imprensa, francamente próximos, aproveitaram para reiterar sua ideologia de paz na produção, extraordinárias relações capital/trabalho, desmoralizar os movimentos e seus líderes, bem como imputar a culpa pelo que estava acontecendo “aos de fora”: no caso da luta de classes o inferno também são os “outros”.

O Deputado Estadual Ademar Duwe também se pronunciou, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, a respeito dos acontecimentos que “abalaram a calma e o bom ambiente de trabalho que sempre reinaram na cidade”. (...) Há poucos meses, um pequeno grupo de agitadores profissionais, **vindos de fora**, liderados por certo cidadão que se diz do Partido dos Trabalhadores, conseguiu se infiltrar nos meios sindicais de Jaraguá do Sul, agitando o ambiente e mobilizando grupelhos altamente excitados que, diga-se de passagem, não encontram eco entre os trabalhadores (O Municipalista, abril de 1987: 2, grifo nosso).

A angústia social, produto das transformações no mundo do trabalho, da vivência cada vez mais habitual com o desemprego, com diminuição dos salários e com o aumento da criminalidade, deve ser imputada à alguém. É a instabilidade da vida cotidiana que se traduz em um profundo sentimento de temor que se projeta sobre os migrantes, os negros, os pobres, que simbolizam o medo da decadência social. Dessa forma, aqueles que chegam depois que o progresso foi construído são os mais aptos a receberem essa pecha, afirmando a visão negativa sobre os migrantes, uma horda de bárbaros tomando de assalto a cultura e a civilização da cidade alemã.

Grande parte das discussões sobre migrações internas em documentos oficiais ou na imprensa enfatizam o ônus causado pelos fluxos populacionais, particularmente aqueles dirigidos aos grandes núcleos urbanos¹¹³. Nessa perspectiva, as migrações são consideradas responsáveis pelo crescimento urbano explosivo bem como pelos diversos problemas sociais decorrentes deste. Por inferência, as dificuldades de ordem sociais ocasionadas e/ou sofridas pelas populações migrantes teriam origem na incapacidade destas de competir por empregos produtivos, condição essa que se traduziria em baixos níveis de renda – origem da miséria individual e das tensões sociais.

Há, assim, um constante movimento de produção dos “outros”. Mas, quem são os “outros”? Por que são produzidos? Eles são os migrantes, os negros, os pobres. Pode-se dizer que são produzidos para a afirmação da germanidade a todo tempo requerida pelo passado da colonização, consolidando uma memória única do lugar e homogenizadora, muitas vezes responsável pelo apagamento de tensões e instituindo verdadeiros silêncios sobre trajetórias, mobilidades e seus significados. Mas, quem é jaraguense? Foram os que vieram com Jourdan? Então os negros pobres moradores do Morro da Boa Vista seriam, mais do que ninguém, jaraguenses. São os naturais da cidade, quem aqui têm sua casa, sua família, seu emprego?

Para Gupta e Ferguson (2000: 40), os termos de oposição “aqui” e “lá”, “nós” e “eles”, são considerados como dados: o problema é usar o encontro com “eles” para construir uma crítica de “nossa sociedade”. A cidade está carregada de “nós” e de “outros”, de “centro” e de “periferia”, e por mais que se queira negar, o “outro” está perto, pois a relação se dá, inevitavelmente, com aqueles que não queremos perto de nós, dentro de “nossas” fronteiras. O “outro” está perto e não precisa ser exótico ou longínquo para ser outro; a relação não se dá simplesmente com povos que são diferentes, mas com uma sociedade diferente, uma cultura diferente e, assim, é inevitavelmente uma relação entre “aqui” e “lá”. Uma vez excluído do domínio privilegiado da “nossa própria sociedade”, o “outro” é sutilmente nativizado e colocado num quadro diferente de análise.

Desta maneira a avaliação positiva dos migrantes – quando suprem a necessidade de mão-de-obra – passa a ser negativa, criando uma imagem que os joga contra a sociedade como um todo, sendo que uma das mais fortes é a de que ele veio roubar o emprego dos jaraguenses e, ocupando a periferia, trouxe a marginalidade e a criminalidade para uma cidade que não a conhecia. É neste jogo de tensões e competição pelos mesmos recursos num mesmo mercado de trabalho, moradia e educação, que se estabelece o conflito.

¹¹³ O conceito fechado de diáspora se apóia sobre uma concepção binária de diferença e está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Em todo caso, a questão da diáspora é colocada aqui principalmente por causa da luz que ela é capaz de lançar sobre as complexidades, não simplesmente de se construir, mas de se imaginar a nação e a identidade, onde um certo ‘sujeito imaginado’ está sempre em jogo (HALL, 2003: 25ss).

Diante disso, a questão que se coloca é saber se o fato de numerosos migrantes não serem absorvidos pelo mercado de trabalho se explica pela sua inferioridade econômica ou desajustamento face às condições requeridas pela economia industrial, ou se os fluxos migratórios suscitados pela industrialização tendem inerentemente a produzir, nas áreas urbanas, uma oferta de força de trabalho superior a demanda. Se essa hipótese for verdadeira, então a marginalização¹¹⁴ do migrante, ou de grande parte deles, passa a ser um resultado necessário do processo de individualização capitalista. Na verdade, a economia capitalista não dispõe de mecanismos que assegurem uma proporcionalidade entre o número de pessoas aptas para o trabalho, que os fluxos migratórios trazem à cidade, e o número de lugares de trabalho criados pelas novas atividades implantadas no meio urbano.

Então, se no início do processo migratório este contingente é uma necessidade vital para o capital, que assim garante o volume da produção praticando baixos salários – ainda que maiores se comparados ao local de origem – e obtendo altos lucros, no início dos anos 1990 a situação vai mudar, bem como a visão sobre os migrantes.

Uma população de trabalhadores excedente é condição necessária para a acumulação e para o desenvolvimento da riqueza capitalista, pois com o desenvolvimento da produtividade do trabalho cresce a força de capital, e a massa de riqueza cresce e impulsiona novos ramos de produção, nesses casos grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem exploradas, sem prejudicar a escala de produção nos ramos já existentes e a indústria moderna, que necessita da produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva (MARX, 1998).

Marx (1998: 744-746), ao explicitar as formas de existência da superpopulação relativa, demonstra que o contingente populacional não é, em absoluto, homogêneo, e distingue nele a população flutuante, a latente e a estagnada. A primeira constitui-se de trabalhadores urbanos jovens, aptos para o trabalho, ora recrutados para fazer parte do operariado fabril, ora expulsos, migrando para outras regiões, sendo expostos o tempo todo às flutuações do mercado; o segundo grupo é a mão-de-obra latente, expulsa do campo quando a produção capitalista penetra na agricultura e extingue postos de trabalho. Eles deixam de fazer parte do exército industrial de mão-de-obra de reserva latente para compor a porção flutuante ou a estagnada deste.

Os subgrupos do exército de mão-de-obra de reserva, flutuante e latente, estão sujeitos às flutuações do capital, e consistem no “estoque” de mão-de-obra permanentemente disponível e são as referências para manter baixo no mercado o preço da mercadoria força de trabalho. A superpopulação relativa estagnada é considerada por Marx como trabalhadores em ação que trabalham nas piores condições, sem gozar os direitos decorrentes da condição de trabalhadores.

¹¹⁴ “É preciso assinalar que a ‘marginalidade’ é, em geral, conceituada como não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos. Novamente os critérios são individuais e escamoteiam a situação de classe dos assim chamados ‘marginais’” (SINGER, 2002: 59-60).

A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso a torna base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência. A superpopulação estagnada se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos. Ela se reproduz e se perpetua, e é o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma participação relativamente maior que a dos demais componentes (MARX, 1998: 746).

Esses trabalhadores não deixam de fazer parte do exército de reserva, tampouco deixam de ter lugar na divisão social do trabalho no modo de produção capitalista. Por vezes, participam de empresas ligadas ao mercado de trabalho informal, ou ocupam-se de pequenos serviços. Muito longe de serem inúteis para o modo de produção capitalista, a porção estagnada do exército industrial de mão-de-obra de reserva se designa o trabalho mais degradante, com mais riscos à integridade física e moral e o pior remunerado, o contato permanente com a face mais dura do capital. Portanto, aquele contingente de trabalhadores que receberam a denominação de camada marginalizada da população e hoje de excluídos, nada mais é que constituinte do exército de mão-de-obra de reserva, base de exploração em determinados ramos do capital, aos quais Marx se refere como “ramos especiais de exploração do capital”. Tal parcela da população compreende ainda mais uma subdivisão: os pobres capazes e os incapazes para o trabalho.

A tese do exército industrial de reserva sustenta que é conveniência do capitalismo a existência de uma força de trabalho excedente que, mesmo não participando do processo produtivo, força os salários à baixa, funcionando como uma reserva ilimitada de mão-de-obra. Atraindo e repelindo trabalhadores, o capitalismo desenvolve uma lei de população igualmente ambígua: a maior parte da população se transforma em assalariada, mas num momento seguinte é parcialmente transformada em superpopulação relativa, ou população momentaneamente inútil, excedente, à espera de ser utilizada pelo capital em algum ciclo expansivo futuro.

Marx (1987: 43) considera que a criação do exército industrial de reserva é essencial para que o capital não precise depender da taxa natural de crescimento da população para obter a mão-de-obra de que necessita nos ciclos expansivos. O processo que descreve inscreve-se, pois, na tendência geral do capital de não reconhecer nenhum limite externo, ou natural, ao processo de acumulação.

Dessa forma, com o aumento da população em Jaraguá do Sul, mudou o sinal da migração: de positivo para negativo, porém, o “sonho Jaraguá do Sul” continuou atraindo os migrantes e a diversidade de ocupações atraía uma massa que excedia largamente as necessidades temporárias do

capital. Instalou-se, assim, uma trajetória que englobou participação e exclusão, tensões e conflitos, preconceito e discriminação.

Aqui tem preconceito sim. A cidade não gosta de quem vem de fora, mas se esquece que quando precisava de empregado as firmas iam buscar gente no Paraná pra trabalhar aqui. Mandava aqueles que já trabalhavam pedir pra arrumar gente, parente, conhecidos que queriam vir pra cá. Hoje isso não é mais preciso e então eles falam mal da gente (Edirléia, mora no Morro da Pedra desde 1987).

Dizem que os paranaenses vêm aqui pra roubar emprego, causar confusão. Isso não é verdade. Falam também que aqui no morro só tem favelado. Até um prefeito disse uma vez que aqui só tinha favelado, mas acontece que ele nunca veio aqui, nem sabia de nós. Como podia chamar a gente de favelado? Acho que o pessoal daqui tem raiva do povo do Paraná porque eles construíram Jaraguá, fizeram essa cidade crescer. Aqui não tinha gente que trabalhava que chega e então eles mandavam buscar no Paraná e agora ficam falando mal da gente (Dona Cleonice).

Do ponto de vista das elites, a pobreza que habita os morros não é apenas sinônimo de miséria: ela traz a insegurança, a violência, o medo, delimitando a partir do centro, aquilo que está às margens. Como o grupo se define pelo mecanismo de exclusão, tendo em vista uma característica demarcadora qualquer, ele sempre se vê ameaçado pelos elementos oriundos de fora dele, e essas fronteiras, ainda que fluidas, são territórios de conflito, reivindicação e reprodução da ideologia central da diferenciação (GOMES, 2002: 63).

Como o que nos interessa é a alteridade rejeitada, negada, estigmatizada, reiteramos que a cidade que se estrutura e constrói não o faz somente pela materialidade de suas construções e pela execução dos serviços públicos, intervindo no espaço. Há um processo concomitante de construção de personagens, com estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes dão sentido preciso. Os chamados *indesejáveis*, *perigosos*, *turbulentos*, *marginais* podem ser rechaçados e combatidos como o inimigo interno, ou pelo contrário, podem se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença. Esses excluídos, não-cidadãos, formam os *selvagens*, ou *bárbaros de dentro*. Eles se opõem à cidade que se quer e que deve se aproximar, em maior ou menor grau, da matriz civilizatória desejada (PESAVENTO, 1998: 12-13, grifos no original).

Exemplo disso foi a incipiente discussão em torno de um projeto denominado 3P¹¹⁵ no final de 1997 e início de 1998 pela vereadora Maria Elisabet Mattedi (PFL), seguindo o projeto de Adolfo Juliano Zimmermann. Para o autor do projeto, em 1991, quando se discutia o Projeto Jaraguá 2010, algumas perguntas – temos vocação turística?; quais os atrativos que a cidade possui? – ficaram sem respostas. A partir dessas perguntas ele chegou à conclusão que os picos de Jaraguá do Sul poderiam

¹¹⁵ “O projeto, denominado 3P, numa alusão aos três picos, é ambicioso e inclui a construção de teleférico, a instalação de restaurantes e lanchonetes, áreas de lazer, além de melhorias na estrada de acesso aos morros das Antenas, Boa Vista e Pico de Jaraguá. O projeto, ainda sem orçamento, deverá envolver a iniciativa privada e o Poder Público num programa pioneiro na região” (Correio do Povo, 10/04/1998: 4).

ser muito bem explorados turisticamente. Para a vereadora o Projeto 3P teria, também, seu lado ecológico, podendo ser denominado “Projeto de Preservação dos Picos”, e de alternativas em saúde mental.

Porém, um problema se colocava: o que fazer com as moradias ilegais existentes ao longo da estrada, pois para se chegar aos picos devia-se, necessariamente, passar pelo Morro da Boa Vista. Para os que discutiam o projeto, diante da impossibilidade de transferir a população, o morro deveria “ser maquiado para o desenvolvimento do projeto turístico que esbarra no problema dos loteamentos clandestinos¹¹⁶, pois a população tomou conta do chamado Morro das Antenas, construindo casas em lugares de difícil acesso e nenhuma infra-estrutura” (Correio do Povo, 11/06/1999: 12).

Como resolver o problema? A vereadora, que revelava preocupações estéticas, afirmava que havia propostas para embelezamento da subida, visto que as ocupações e o difícil acesso comprometem o visual (Correio do Povo, 11/06/1999: 12). O Secretário de Desenvolvimento Econômico, Waldir Watzko, ia mais longe em sua discriminação e preconceito. Segundo ele

essas pessoas vão ficar ali porque não temos para onde levá-las. Então a solução para desenvolver o projeto turístico no local seja melhorar o visual, colocando cobertura vegetal, contando, para isso, com a ajuda dos moradores. É a chamada maquiagem que as grandes cidades fazem nos locais que não interessa mostrar (Correio do Povo, 11/06/1999: 12).

Em outras palavras, pretendia-se esconder os moradores do morro no morro e para isso eles ajudariam. Mas tinha mais. Uma sala de entomologia seria montada no local a partir da captura e classificação das “milhares de espécies de besouros, borboletas, mariposas e insetos que vivem em nossa região”. Quem faria isso? Também era simples: se “mobilizaria escolas, principalmente do interior, e colonos de diversas localidades, para captura e conservação” (ZIMMERMANN, 1997: 9).

Assim, a formulação identitária guarda as distâncias entre a representação e a realidade vivida. Uma Jaraguá do Sul que se quer branca, ordeira, pacífica, alemã e progressista encontra no “outro” sua negação. Na contraposição do “nós” com os “outros”, a segregação se apresenta como uma negação perversa da alteridade, posto que separa, recorta e rejeita indivíduos e grupos, se expressando por palavras, imagens e práticas sociais. Nesse sentido, a europeização¹¹⁷ da cidade é uma identidade regional forjada, um projeto de germanização construído a partir da afirmação de determinadas etnias e da exclusão de outras, notadamente para consumo externo.

¹¹⁶ Na época existiam mais de 150 loteamentos irregulares com população em condições semelhantes a do Morro da Boa Vista e a prefeitura havia elaborado 54 projetos para a regularização dos terrenos, que estavam à espera da análise das condições ambientais, feita pela FATMA.

¹¹⁷ Prova disso foi o projeto do prefeito Durval Vassel de erguer edificações em estilo alemão na estrada que liga a cidade a Pomerode, e em estilo italiano na que a liga a Corupá. Para ele, “a proximidade da inauguração do Centro Cultural nos faz repensar a diversidade cultural da comunidade, decorrente da miscigenação étnica, reavaliando, valorizando e preservando o nosso patrimônio artístico, natural, cultural e histórico” (VASEL e GUENTHER, 1997).

Estas são questões abertas às tensões e diversidades, mas que estão diluídas em meio ao caráter ampliado e conciliatório da cidade hegemônica, reforçando imagens produzidas pelos empresários, encampadas pelo poder público, veiculadas pelos jornais e assimiladas de forma acrítica pela população, de modo que se consiga a produção de consensos. Onde estão os “outros” neste olhar? Numa acepção mais simbólica, negros, migrantes, moradores de morros, continuam sendo, mesmo que longe dos olhos, o que sempre foram: párias em uma sociedade edificada sobre o trabalho.

De acordo com Hall (2003: 47), o preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência em relação ao “outro” passaram a ocupar o lugar do antigo impulso racial, ao mesmo tempo em que há a construção de muralhas defensivas de todos os tipos, tamanhos e formas, para que a cidade hegemônica pudesse apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de “pertencimento”, onde não se abarca os processos mais amplos, o jogo da diferença e da semelhança. A naturalização do termo descritivo “paranaense” para todo aquele que vem de fora, para todos os “outros”, opera, então, sua própria forma de silêncio na diferenciação que prolifera¹¹⁸.

Como temos visto, ser migrante tem uma conotação negativa na maior parte do tempo. Geralmente o migrante é responsabilizado pelos problemas da cidade, como o desemprego, a diminuição dos salários, a marginalidade e a ocupação irregular dos terrenos. Isso pode ser observado em atitudes como as que tentam impedir as pessoas de irem e virem, de proibir a permanência de migrantes no município, fazendo, por exemplo, controle no próprio terminal rodoviário ou pagando passagens para que muitos deles voltassem (ou fossem para qualquer lugar) para os locais de origem, ferindo o direito constitucional de ir e vir, constituindo as cidades proibidas e a segregação ativa¹¹⁹, conforme veremos abaixo.

Assim, assiste-se à multiplicação de políticas sociais que pretendem gerenciar os excedentes populacionais, quase sempre em âmbito localizado e através de ações dispersas¹²⁰. Esse processo é constituído pela generalização das ações surgidas em uma infinidade de municípios que têm formulado e aplicado políticas ativas de fechamento do território urbano a migrantes, mesmo que

¹¹⁸ Ser alemão e jaraguense é estar em confronto com o “outro”. Nesse tipo de discurso os efeitos de naturalização como fatos fixos são materializados e podem ser “lidos” nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a cor da pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto, os gestos, o andar e o vocabulário. Naturalizase, inclusive, a violência, imputando-lhe a característica de marginal natural (“está no sangue”, “tem que ser paranaense”, “só podia ser do Paraná”).

¹¹⁹ Vainer (1995: 170) cita como exemplo dessa segregação ativa a implantação do Programa Fecha-Fronteiras no Vale dos Sinos, em 1993, pelos prefeitos de Novo Hamburgo, Gramado e de São Leopoldo. “Novo Hamburgo, por exemplo, mantinha cinco veículos da prefeitura que circulavam nos locais de acesso para controlar a chegada de indesejáveis. Quando essas equipes encontram um caminhão de outro município carregado com objetos de mudança, procuram saber onde a família vai se instalar. Se as pessoas não têm moradia definida são ‘orientadas’ a retornar ao local de origem. (...). O prefeito de Gramado, que (...) não quer ‘importar miséria nem violência’, encarregou nove ‘fiscais comunitários’ de circularem em bairros populares e indagarem aos migrantes se têm casa e emprego garantidos; em caso negativo, a prefeitura providencia sua viagem para fora do município”.

¹²⁰ Entre janeiro e junho de 1996 a Secretaria de Habitação de Jaraguá do Sul forneceu 220 passagens, principalmente para o Oeste de Santa Catarina e para o Paraná (Jaraguá News, 11/07/1996: 5).

veladas, como era o caso de Jaraguá do Sul. No final, porém, a moralidade é dissociada das relações sociais que geram a pobreza e a indiferença; sua atenção e seus sentimentos estão dirigidos para o problema da assistência, e não para os fatores que geram a indigência.

Com apoio da população residente, prefeituras têm instaurado barreiras à entrada de migrantes em busca de emprego, moradia etc., meios de vida enfim. Identificando no migrante o futuro desocupado, mendigo, assaltante, estas populações defendem seus espaços urbanos, seu meio ambiente. Em alguns casos, isso acontece de maneira truculenta, seja impedindo nos terminais rodoviários o desembarque de indivíduos cuja aparência denuncia a condição de classe e a situação de carência, seja bloqueando vias de acesso às cidades. Em outros casos, entram em ação assistentes sociais, fornecendo passagens para que os migrantes sigam viagem ou retornem a seus locais de origem (VAINER, 1995: 171).

Em 1983, por exemplo, o prefeito Durval Vassel mostrava-se preocupado com uma possível migração de flagelados das enchentes para o município

de forma desenfreada, o que viria trazer a inchação da cidade e sérios problemas de ordem social. Além de Jaraguá do Sul não ter sido diretamente atingida pelas cheias, muitos estão chegando na cidade atraídos por uma enganosa visão de aqui encontrar empregos e melhores meios de vida. Isso é preocupante, pois já existindo desemprego, os migrantes viriam juntar-se aos desempregados, aumentando ainda mais os problemas do município, que não dispõe de infra-estrutura capaz de suportar um fluxo desmesurado de flagelados. Mas isso não significa que não vamos aceitar, seria injusto e desumano, porém, há necessidade de serem encontradas fórmulas capazes de minimizar os efeitos (Correio do Povo, 23/07/1983: 10).

“Enchente”, “onda”, “vaga”, eram palavras empregadas para expressar a intensidade e o significado das transformações na estrutura populacional da cidade nos anos 1980. Era desta forma que os jornais se referiam aos migrantes que afluíam à cidade. Possivelmente com essa forma um tanto ingênua de tratar a questão, esperava-se que tal onda passasse logo, tal como as vagas no mar.

A crescente **onda** de assaltos contra estabelecimentos comerciais em Jaraguá do Sul foi um dos principais assuntos ventilados ontem, na primeira reunião-almoço do Centro de Dirigentes Lojistas (A Gazeta, 09/01/1981: 1, grifo nosso).

O bairro de Nereu Ramos e adjacências está reclamando uma ação mais intensiva da polícia, **para conter a crescente onda de arruaças, brigas e roubos** que ocorrem principalmente nos finais de semana. (...) outras regiões necessitam de postos policiais, haja vista que o município possui tão somente uma delegacia anexa à cadeia, arcaica e obsoleta, e com a expansão demográfica em todas as direções, está a exigir maior aparelhamento para a proteção à comunidade (Correio do Povo, 18/07/1987: 3, grifo nosso).

Empresários e autoridades policiais discutiram segunda-feira a questão da segurança em Jaraguá do Sul, **face a onda de furtos e arrombamentos que vem ocorrendo**. O índice de criminalidade tem aumentado nos últimos meses (...) (Correio do Povo, 24/09/1988: 1, grifo nosso).

Por estas matérias evidencia-se a preocupação dos empresários com a segurança pública, mas frisa-se, não da população, e sim de seu patrimônio. Além disso, observa-se a preocupação com o

aumento da criminalidade via migração a partir da divulgação e crescimento da cidade. Pelas datas das notícias acima percebemos que quase oito anos as separam, mas mesmo assim são “ondas”. Esses acontecimentos são vistos pelos empresários e pelo poder público não como parte constituinte de um processo histórico, mas como algo que já vai passar. Ademais, está implícita a idéia de quem comete crimes, quem é responsável pelo aumento de criminalidade, são os “maus elementos” que vêm de fora, pois o povo de Jaraguá do Sul só pensa em trabalhar; é um povo pacífico, ordeiro, pacato.

O final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi um período de grande atividade na Secretaria de Bem-Estar Social, sob coordenação da primeira-dama Cecília Konell.

A secretaria, visando atender a todos aqueles que se dirigem a sua sede em busca de auxílio, trabalhou dentro do possível para encontrar a melhor solução para cada caso, sendo que neste tipo de trabalho social ela efetuou 987 auxílios medicamentos; 108 auxílios funeral; 178 auxílios hospitalar; 531 auxílios médicos; 229 auxílios diversos; 268 auxílios exames; 141 auxílios óculos; 416 auxílios exames laboratório; 75 auxílios fotos. Foram doadas ainda 2.613 peças de roupas usadas a cerca de 150 pessoas e 90 plantas de casa de 60 m². Dentro do Programa dos Idosos foram feitas 640 doações de um conjunto contendo uma lata de leite Ninho, uma de Nescau e um quilo de açúcar. 122 pessoas foram beneficiadas com blocos de passes interbairros; **foram dadas 38 passagens para Blumenau; 71 para Joinville; 80 para Florianópolis; 475 para Curitiba; 65 a outras cidades do Paraná; 77 para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; 205 à outras cidades catarinenses** (A Gazeta, 25/01/1991: 7, grifo nosso).

Se nos anos 1980 a palavra para caracterizar o processo migratório era “onda”, nos anos 1990 ela é “desenfreada”, haja vista que a migração passou “a ser um dos problemas enfrentados pelo poder público da cidade, que poderá vir a conviver com a favelização, aumento da criminalidade e da fome”. À ela, foi acrescentada a expressão “o sonho virou pesadelo”, pois os problemas verificados eram os mesmos vistos em outros pólos industriais do Estado (Correio do Povo, 20/03/1993: 16).

Nos anos 1990 a migração continuava a preocupar empresários e autoridades. Segundo o Jornal do Vale (06/04/1990: 1)

as escolas experimentam um aumento das matrículas. São famílias inteiras que chegam, muitas das quais sem emprego fixo, desprovidas de qualificação, que vêm ‘tentar a sorte’, atraídas pela fartura de empregos que a região pode oferecer. O sonho virou pesadelo. Aqui abrigam-se em submoradias, sujeitando-se a péssimas condições de habitabilidade, criando sérios problemas de ordem social, pois favelização, aumento da criminalidade, escolas sem vagas, hospitais superlotados etc., contribuem para a queda de qualidade dos serviços prestados à comunidade.

O 3º. pólo industrial de Santa Catarina dava mostras de seu crescimento, pois além da “migração em alto grau que vem sendo verificada, os sinais de pobreza aparecem em focos que podem ser detectados em vários pontos do perímetro urbano do município. A favelização de Jaraguá do Sul já é uma realidade” (Opinião, 26/02/1993: 9). Contudo, ela era negada pelo então prefeito Ivo

Konell¹²¹, que alegava que estava deixando o cargo satisfeito, entre outras coisas, porque em sua administração não surgiram favelas na cidade (Correio do Povo, 23/12/1992: 20).

Diante disso, para o jornal

caberia aos segmentos que comandam as atividades públicas e econômicas mudarem a atual mentalidade que gera uma publicidade enganadora de mostrar Jaraguá do Sul como um município de alta renda, livre do desemprego e da miséria. Publicidade esta que atrai cada vez mais migrantes ávidos por empregos e melhores condições de vida, que, no entanto, ao chegarem a cidade se deparam com obstáculos que vão desde a falta de emprego e a não existência de moradias.

Nas mesmas tintas o jornal esclarecia que não estava propondo uma atitude policialesca, de cerceamento de liberdade de ir e vir. Contudo caberia, isto sim, uma ampla campanha de esclarecimento e conscientização a ser encabeçada por empresários e poder executivo, o que evitaria problemas maiores no futuro, como os que enfrenta outras cidades industrializadas. Um desejo de fechamento da fronteira era perceptível, mas não assumido, e não deixava, novamente, de fazer parte de um conteúdo manifesto do discurso dominante em vista dos problemas sociais. Para o jornal a causa dos focos de favelização eram os migrantes, que cada vez mais eram atraídos pela publicidade enganadora sobre Jaraguá do Sul.

Analisando aquele momento do estágio de desenvolvimento do município, o então presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Luiz Zonta (PDS) dizia que o seu maior problema estava diretamente ligado ao setor de infra-estrutura da grande periferia, onde haviam “problemas muito sérios, por exemplo, com os loteamentos clandestinos, que exigirão grandes serviços e investimentos da municipalidade” (Jaraguá News, 18/03/1993: 14).

Segundo o Correio do Povo (05/02/1993: 2) já iam longe os anos em que a cidade era um modelo de organização humana.

O progresso trouxe também o seu lado negativo, e à medida que o desenvolvimento se põe à mostra, na mesma proporção se propaga a miséria, algo perturbador onde entre o lixo e o luxo, se tem a nítida visão do abandono. Para se dar conta disso, seria bom caminhar pelas periferias e colher os dados que não estão influenciando naqueles que sentam em ambientes de primeiro mundo e traçam um perfil que não conduz a nada¹²².

Em agosto de 1993, a Secretaria de Bem-Estar Social fazia um balanço de suas atividades afirmando que

¹²¹ Ivo Konell foi prefeito de Jaraguá do Sul entre 1989-92 (PMBD).

¹²² É interessante observar que o jornal se esquece de que ele era um dos maiores entusiastas do desenvolvimento de Jaraguá do Sul na década de 1970, publicando incansavelmente dados que atestavam o progresso da “Pérola do Itapocu”.

nestes primeiros seis meses de atividades ela tem se empenhado no sentido de ouvir as pessoas e, na medida do possível, procurar atender a família jaraguense. Foram desenvolvidas atividades na área de promoção social com atendimentos emergenciais: 208 cestas básicas, 98 atendimentos com fotos, 67 plantas de casas, 27 documentos (...), 49 auxílios funeral, 782 atendimentos com materiais de construção, **203 passagens (migrantes)**, oito auxílio transportes, 1.754 atendimentos com vestuário e calçados, 744 atendimentos para xérox etc. Houve ainda atendimento particular com psicóloga, ligações, solicitações de moradia e visitas domiciliares (Espaço Popular, 06/08/1993: 2, grifo nosso).

Esses números não diferem daqueles apresentados pela ex-secretária Cecília Konell em janeiro de 1991, mas uma coisa nos chama atenção: o desejo de “atender a família jaraguense”. Se for verdade que a secretaria procurava atender as famílias jaraguenses, então o quadro de pobreza já tinha se agravado de tal forma que a cidade mesmo convivia com o problema. Caso negativo, a cidade já tinha incorporado os migrantes à sua comunidade? O que nos parece é que aqui se trata de um discurso apenas, pois na verdade tanto parte considerável das famílias jaraguenses quanto as de migrantes passavam por sérias dificuldades econômicas.

A Secretaria, que mantinha também uma Divisão de Apoio à Moradia, que acompanhava e orientava o trabalho das 16 Associações de Moradores existentes e atendia dois conjuntos habitacionais, acreditava “que gradativamente através de muito empenho possamos alcançar as metas previstas visando a promoção do ser humano” (Espaço Popular, 06/08/1993: 2).

Assim, a mendicância chegava¹²³ em uma cidade

desacostumada a conviver com a pobreza propriamente dita, onde a mão estendida num canto de calçada não causa nenhuma comoção nos que passam. Nem mesmo a presença da criança maltrapilha e com rostinho esfomeado comove a multidão que se locomove no vai e vem dos afazeres. Uns outros chegam a olhar, porém, não movem um músculo sequer em direção à carteira no bolso para socorrer a pedinte. Não que seja o melhor dos procedimentos, mas um município preocupado com a ocupação do seu território no ano 2010 deve, antes de tudo, preparar os seus habitantes para a solidariedade tão necessária no ano de 1995 (Opinião, 28/06/1995: 15, grifo nosso).

O Opinião (09/08/1995: 13, grifo nosso) continuava o desfile da pobreza pelas suas páginas, divulgando que uma mãe com dois filhos pediam esmolas na rua Getúlio Vargas, “coisa com a qual **não estamos acostumados**”. Segundo ele, eram raros os dias em que se transitava pelas ruas centrais da cidade e não se encarava a maior afronta à humanidade: a humildade de pedir.

Por sua vez, o articulista do Jornal do Vale, Udo Leal, afirmava que esmolar em Jaraguá não dava pé.

Com a notória invasão de famílias de outras regiões, vê-se agora em Jaraguá do Sul o que praticamente nunca se viu antes: um expressivo número de pedintes sentados sobre as calçadas em

¹²³ Nos anos 1970 os jornais noticiavam a mendicância que, em determinado momento, passa a ser apontada como problema. Até então, a cidade orgulhava-se de não possuir mendigos, muito embora houvesse ‘lá um ou outro inválido, conhecido de todo o mundo, com freguesia certa’.

locais de maior movimento de pedestres. (...) Mas, ao observá-las do outro lado da rua, vê-se que não conseguem um resultado muito satisfatório porque o jaraguense não está habituado a essas coisas. A maioria não dá esmolas não porque seja ruim ou porque não é caridosa, mas, simplesmente, porque não esta acostumada a isso, numa terra onde predomina o trabalho como fórmula única de ganhar a vida (Jornal do Vale, 05/10/1995: 2, grifo nosso).

O que se lia nos jornais é que uma “população de estrangeiros¹²⁴” estava chegando a Jaraguá do Sul “atraídos pela falsa idéia de aqui terão bons salários”. A pergunta que se faz é: quem os estava atraindo? Por quê?

Eu mesmo, no Paraná, falei prá um monte de gente de Jaraguá. Falei que aqui tinha emprego, era bom, mas não tinha casa. Mas isso a gente arrumava pros primeiros dias do cara aqui em Jaraguá. Isso resolvido o resto era fácil. A gente mesmo já dizia pro chefe que tinha uns parentes, conhecidos lá na nossa cidade que podiam trabalhar na empresa e eles pediam que eles viessem logo, que estavam precisando, os setores da fábrica crescendo, precisando de gente. Então já viu né, eles viam que a gente trabalhava igual uns cavalos. É claro que eles queriam mais gente igual pra trabalhar na fábrica. Veio muita gente assim, de monte. Eu mesmo trouxe muita gente prá cá desse jeito (Marcelino).

Emprego? Nossa. Tinha de monte. Era só procurar. Tinha mesmo a rolé como diz lá no Paraná. Até o pessoal da firma dizia que se tinha mais gente conhecida nossa lá no Paraná era pra trazer, era pra vim que emprego se dava um jeito. Parentes, tios, conhecidos, era pra trazer todo mundo que as empresas estavam pedindo. Mas o problema era ter onde morar, que não tinha casa e de aluguel não dava pra viver e o vivente tinha que ter uma casa, nem que fosse um barraco, uma casinha no morro (Veroni).

Neste momento, porém, a migração já havia tomado conta da propaganda, de forma que a cidade continuava a exercer forte atração não só sobre catarinenses, mas também sobre pessoas de outros Estados. Por isso o visual de algumas regiões periféricas passava por um processo de mutação contínua

de modo que em meados da década de 1990 existiam pelo menos 40 loteamentos irregulares, além de áreas invadidas, fruto da ganância de inescrupulosos e ineficiência dos poderes públicos quanto a fiscalização, habitados em sua maioria por famílias migrantes atraídas pela falsa idéia de que aqui terão bons empregos e a vida digna que cada ser humano almeja (Correio do Povo, 20/05/1995: 6).

Dados da Secretaria de Bem-Estar davam uma mostra do quadro. Entre janeiro e maio de 1995, 11.285¹²⁵ famílias receberam algum tipo de atendimento numa relação de oito itens: alimentação, vestuário, auxílio funeral, transporte (ônibus), passagens para cidades catarinenses e de outros Estados, fotografias e confecção de documentos e carteira para idoso. No ano de 1994¹²⁶ este tipo de atendimento havia atingido cerca de 5.300 famílias (Correio do Povo, 20/05/1995: 6).

¹²⁴ Mas nem todos os “estrangeiros” são mal vistos em Jaraguá do Sul. Aqueles que se dizem “jaraguenses de coração”, que ocupam cargos de prestígio, não moram na periferia, não sofrem o estigma imputados aos “outros”.

¹²⁵ Segundo a secretaria 20% delas eram de migrantes, o que equivale a cerca de 2.250 famílias.

¹²⁶ “Neste ano a Ação Social de Jaraguá do Sul está completando 30 anos de fundação. Fundada em 15/11/1964, tinha como lema ‘Ensinar a pescar e não dar o peixe’. Seu objetivo era ‘Promover o outro, dar aos menos afortunados a

Desdobrados, os números dos primeiros quatro meses de 1995 já eram expressivos: 1.058 atendimentos com a concessão de 5.773 benefícios. Vale ressaltar que aí não estavam incluídas outras centenas de famílias assistidas por igrejas e outras entidades beneficentes. Segundo a Secretária do Bem-Estar Social, Maria Luiza Vasel,

na prática não há como se conter este processo de migração e empobrecimento deste expressivo numero de famílias. Para isso, necessário seria a garantia de emprego e moradia, pelo menos, coisa que não está no alcance exclusivo do poder público. O que fizemos é apenas um paliativo, evitando-se que o quadro de pobreza seja ainda mais dramático.

O crescimento da população apresentava o retrato da pobreza, que “certamente em outros tempos tal quadro¹²⁷ não seria verificado em Jaraguá do Sul”. Para as autoridades este quadro, intrinsecamente ligado ao crescimento populacional, já está tornando-se comum¹²⁸.

Não bastassem o surgimento de loteamentos irregulares com moradias sem as mínimas condições de habitabilidade, estes mesmos ocupantes, na maioria das vezes, de mão-de-obra desqualificada, não encontram alternativas senão esmolar pelas ruas da cidade a compaixão dos transeuntes na esperança de conseguir o sustento, na maioria das vezes, de uma família inteira, mas o pior ainda está por vir¹²⁹ (Opinião, 28/06/1995: 15).

Apesar disso, o prefeito Durval Vasel afirmava que a qualidade de vida¹³⁰ estava aumentando na cidade e que, através da fiscalização de posturas e obras, estava limpa, com muito menos poluição visual e sem pedintes (VASEL e GUENTHER, 1997).

As expressões “não estamos acostumados a isso”; “não faz parte de nossa cultura”; “notória invasão de famílias de outras regiões”, começava a deixar claro, a partir daqueles anos, de quem era a culpa pelos problemas enfrentados pela cidade: dos migrantes. Por isso o Opinião (31/07/1996: 2) iria fazer a defesa do progresso, “pois na companhia dele caminham os problemas, e não há progresso sem convulsões sociais, por isso precisamos estar preparados para conviver com tais situações. Este é o preço! Quem quer crescer deve acostumar-se com as conseqüências”.

oportunidade de se integrarem à sociedade. Valorizar a pessoa humana, proporcionando à nossa clientela meios para adquirirem um melhor padrão de vida, com maior segurança, levantando-lhes a moral, fazendo-os sentirem-se úteis à sociedade” (BAUMER, 1994).

¹²⁷ E o caso da família do viaduto, a “coisa”, visto acima?

¹²⁸ Relembremos a matéria sobre as 11 mil famílias assistidas pela Secretaria de Bem-Estar Social. Segundo o cadastro, cerca de 20% eram de famílias migrantes. E o resto? De jaraguenses? Pela informação sim, o que equivalia a cerca de nove mil. Pois bem, a pobreza era uma realidade da cidade, e não só resultado do processo migratório, como queriam fazer crer as autoridades.

¹²⁹ Quando o jornal sustentava que “o pior ainda está por vir”, estava se referindo aos número apresentados nas discussões em torno do Projeto “Jaraguá 2010”, que davam conta de que a população de Jaraguá do Sul crescia entre 8 a 10% ao ano.

¹³⁰ Por outro lado, o editorial do A Gazeta (01/11/1996: 2), afirmava que não se podia falar em qualidade de vida quando “peões de obras’ são alojados em barracos que geralmente criadores de porcos não fariam igual. Falar em higiene, saneamento, alimentação chega a provocar náuseas nos mais sensíveis. Já houve vários casos de interdição em alojamentos de construtoras, por intoxicação alimentar, por doenças e mesmo por reclamação de vizinhos”.

Jaraguá do Sul caracteriza-se por um processo acentuado e crescente de urbanização. A população urbana aumenta num percentual elevado, gerando constantes problemas. Este crescimento acelerado traz para a comunidade e para a administração pública novos e diferentes desafios, que refletem-se sobremaneira no meio ambiente. (...). Seu perfil altamente industrializado, aliado às constantes notícias de qualidade de vida, atraem o migrante, principalmente o de baixa renda e profissionalmente não qualificado, **gerando déficit habitacional, carência de infra-estrutura, vandalismo, violência e ocupação indevida do solo, muitas vezes em áreas de risco** (PMJS, 2001: 5, grifo nosso).

Se as palavras para caracterizar o movimento migratório agora eram desenfreada e desordenada, em substituição a uma onda que não passou, o que permaneceu foi a idéia da cidade proibida e da segregação ativa, como podemos ver pelo fragmento abaixo.

(...) a forma desordenada como são invadidas as duas principais cidades da microrregião é preocupante, havendo a necessidade de ser reverter o quadro e conter a migração. Não que se seja contrário a livre ida e vinda das pessoas. Mas há a necessidade de preservar a qualidade de vida, construída com muitos sacrifícios, mas que vem caindo assustadoramente. O aumento da criminalidade, a favelização, são alguns reflexos do problema (Jornal do Vale, 06/04/1990: 11).

Para resolver o problema, o Jornal do Vale (06/04/1990: 11) sugeria que as prefeituras, através da assistência social deveriam, de forma urgente, criar mecanismos que inibissem a vinda desses migrantes, instituindo, por exemplo, um posto do migrante, que oferecesse recursos para o retorno às cidades de origem e aconselhando-os a divulgarem que, a exemplo de outras cidades, Guarimir e Jaraguá do Sul possuem dificuldades enormes na área habitacional e carência de vagas nas escolas, entre outras. E antes que alguém pudesse questioná-lo, o jornal foi avisando que “não se tratava de atitude radical e anti-cristã. Mas é uma forma de preservarmos a nossa qualidade de vida”.

Por sua vez, os empresários¹³¹ entregaram um documento ao prefeito Ivo Konell, evidenciando sua preocupação com a migração e propondo um melhor controle e fiscalização do fluxo migratório à região¹³². Gilmar Moretti, presidente da ACIJS, ressaltava que Joinville e Blumenau, municípios visados devido a industrialização e forte economia, já executam uma política de controle e que Jaraguá do Sul tem sido a válvula de escape, com repercussão também em cidades vizinhas, como Guarimir e Schroeder (Jornal do Vale, 08/11/1991: 7).

Para o presidente da ACIJS, “a migração é o reflexo da crise sócio-econômica do país e as regiões economicamente mais fortes atraem os migrantes em busca de novas oportunidades, inexistentes nas suas regiões de origem”. Por isso, segundo ele, mas sem citar que isso poderia se tratar de uma atitude anti-cristã ou coisa parecida, “é necessário começar já um trabalho concreto de controle e fiscalização da migração, pois de certa forma já estamos atrasados nisso”.

¹³¹ Agora, pelo visto, eles esqueciam que eram, também, responsáveis pela vinda dos migrantes, na medida em que tinham contribuído para consolidar a propaganda de Jaraguá do Sul como um lugar de muitos empregos e oportunidades.

¹³² O alerta social para o crescimento da pobreza e da miséria dirigia-se diretamente ao poder público, manifestando a clara percepção de que cabe a este poder o controle sobre a organização do espaço urbano.

Como aqui estaria a relação causal entre pobreza, marginalidade e criminalidade, especialmente a praticada contra o patrimônio, o remédio receitado era a vigilância e o controle dos nichos de resistência à lei e à ordem para dissuadir a migração de novos contingentes, ao mesmo tempo em que as condições existenciais da pobreza não eram afetadas pelas políticas públicas de distribuição da riqueza social. Estes mecanismos de controle descrevem técnicas e táticas de uma dominação que não se importa em estudar as causas da delinqüência, mas se interessa principalmente com os mecanismos de controle de sua capacidade de mobilização social.

Aparentemente se levantando contra esse possível “fechamento de fronteiras” encontramos os artigos de Egon Jagnow publicados em sua coluna Matutando, no Correio do Povo. Se num primeiro momento ele procurou discutir a questão de forma mais crítica, acabou por aceitar a triagem e o controle dos fluxos migratórios como solução. Segundo ele, deveríamos nos colocar no lugar dessas pessoas que, não tendo lugar, nem emprego e nem forma de sobreviver onde estão, e ouvindo falar de cidades onde não há desemprego e todos ganham bem, se aventuram, com mulher e filhos, em busca de oportunidades e dias melhores. Tratando a migração como resultado da negação do direito fundamental de todos ao trabalho, ele sustentava que “não trabalhar por não querer, é responsabilidade daquele que assim age. Mas não poder trabalhar, por não lhe ser dado a oportunidade, passa a ser responsabilidade de outros” (JAGNOV, 1991a: 14).

No segundo artigo Jagnow (1991b: 14) vai além, ao afirmar que a migração é um problema social causado por um modelo econômico injusto, que permite a concentração dos bens e do poder nas mãos de uma minoria, e que para solucionar o problema seria preciso resolver a questão da concentração das riquezas nas mãos desta minoria; seria necessário promover a redistribuição da renda e das terras, atacando o mal pela raiz. Para ele, o problema não se resolveria dizendo “aqui vocês não podem ficar; por favor, dirijam-se a outro local”.

Mas, enquanto as soluções para acabar com a migração desordenada não vêm

é preciso tomar algumas providências paliativas para não afundarmos no atoleiro. A primeira medida deveria ser a criação de um posto de controle na estação rodoviária local. Este deveria ter a incumbência de controlar e orientar o afluxo de migrantes que chegam via ônibus, haja vista que a maioria deles chegam desse modo. Este posto, num trabalho conjunto entre a Secretaria de Bem-Estar Social, ACIJS, SINE e outros órgãos, orientaria os migrantes quanto a empregos, moradia etc. Seria uma forma de acabar com a vinda desordenada e sem controle dos mesmos, dando-lhes uma orientação segura da realidade que aqui existe e o que se lhes oferece (JAGNOV, 1991c: 14).

No início de seu novo mandato, em 1993, Durval Vassel anunciou que a Secretaria do Bem-Estar Social procederia a uma triagem no sentido de organizar o fluxo de entrada e permanência de migrantes na cidade para evitar a favelização. O primeiro passo seria assegurar um lugar e condições ideais para os que já estavam radicados no município em situação aceitável de mercado de trabalho; o

segundo seria exercer um controle no ingresso de novos migrantes para evitar os abusos, ponto no qual o Correio do Povo (12/02/1993: 5, grifo nosso) concordava com o prefeito, haja vista que

apesar dessas ameaças, é só agora que o poder público começa a dar sinais de combater a migração desenfreada, com medidas como o levantamento do fluxo migratório do município e a conseqüente conscientização para que as famílias que chegam, sem emprego e sem moradia, voltem para suas cidades de origem, e com isso se evitar a criação de bolsões de pobreza na cidade.

Alguns dias depois, o jornal se desculpava, avisando que “não se trata de impedir o direito de ir e vir de cada um, mas, sim de impedir que estas pessoas tenham uma qualidade de vida pouco digna a qualquer ser humano¹³³” (Correio do Povo, 20/03/1993: 16).

Uma semana depois, falando sobre o problema da migração no mesmo jornal, o prefeito Durval Vassel afirmava que como em Joinville, Blumenau e Brusque, Jaraguá do Sul também estava sendo alvo da migração. Contudo, a prefeitura já estava tomando providências, como a abordagem, na rodoviária, de pessoas com sacolas e bagagens que chegavam à cidade. Segundo ele, funcionários da prefeitura buscavam saber os objetivos e as condições em que essas pessoas vinham, e se não havia nada de concreto, como emprego e moradia, elas seria orientadas sobre a verdadeira situação do município e até se possibilitaria o retomo à cidade de origem. Confirmando essas palavras, a Secretaria do Bem-Estar começou o controle da migração, uma de suas principais preocupações, segundo a Secretária Maria Luiza Vassel, para quem “esse afluo causa inchaço populacional e amplia os grandes problemas sociais da cidade” (Jaraguá News, 22/04/1993: 4).

No mesmo mês Egon Jagnow volta a escrever sobre o tema, abandonando a hipótese da triagem e do controle do fluxo, medidas que “não espelham nenhuma preocupação com a pessoa humana do migrante e não passam de um paliativo limitado e falho”. A migração, segundo ele,

é um problema social que carece de medidas arrojadas. E dentre estas medidas poderíamos citar o fim do paternalismo barato e interesseiro, a reforma agrária, a educação para mudar a mentalidade dos próprios migrantes que nada sabem fazer por si mesmos e só esperam que alguém faça alguma coisa por e para eles. Ou seja, não seria se desviando do problema, oferecendo-lhe passagem de volta à cidade de origem, um inegável atestado de ‘persona non grata’, que ele seria resolvido.

As discussões não paravam. O Jornal do Vale alertava para a necessidade de se definir as linhas de uma política de controle e reorientação dos fluxos migratórios. Diante dessa possibilidade, diversos municípios decidiram apertar o cerco em torno da migração, considerada um dos maiores problemas sociais vividos por algumas regiões de Santa Catarina. A decisão foi tomada em Brusque durante o 3º. Encontro de Secretários de Assistência e Bem-Estar Social – de Jaraguá do Sul

¹³³ Pela primeira vez líamos sobre a responsabilidade de empresários no processo migratório, mas não se tratava de qualquer empresário, apenas dos “mal intencionados, que trouxeram gente que por fim incentivou a vinda de seus familiares. Nada contra os amigos do Paraná, mas hoje, para cada cidade fantasma lá, surge um novo bairro em Jaraguá”.

participaram Alfa A. Pamplona e Maria E. Marques –, ocasião em que foi formada uma comissão para atuar junto ao governo do Estado em busca de soluções capazes de conter a chegada de famílias carentes vindas do Paraná e do Planalto Catarinense. Decidiu-se que seria feito uma campanha em cada cidade para que não se desse esmolas, mas que tais recursos, roupas e mantimentos, fossem entregues às secretarias de cada município, **de modo que o dinheiro doado seja utilizado para adquirir passagens para o retorno às origens** (Jornal do Vale, 17/06/1993: 3, grifo nosso).

O então prefeito de Schroeder e presidente da AMVALI, Hilmar Hertel (PFL), era inteiramente favorável a um plano microrregional de controle do fluxo migratório como forma de enfrentar o fenômeno que envolvia questões sociais, políticas e culturais¹³⁴ e assumia características cada vez mais preocupantes. Como Schroeder e Guaramirim também começavam a observar o crescimento do problema migratório, Hilmar Hertel acenava com a possibilidade de colocar o assunto em pauta numa próxima reunião da AMVALI em busca de um consenso, e avisava

não que isso represente o cerceamento da liberdade de ir e vir ou de quem deseja fixar residência nas nossas cidades, mas é preciso destacar que os municípios já enfrentam seus próprios problemas e não tem condições de absorver famílias carentes que se aventuram na busca de melhores condições de vida, mas que, muitas vezes, acabam transformando um sonho em angustiante e arriscado pesadelo (Jornal do Vale, 17/06/1993: 3).

Como resultado da participação de Jaraguá do Sul nos encontros das Secretarias de Bem-Estar Social, começou a ser discutido no colegiado da prefeitura o “Projeto do Migrante”, que deveria envolver toda a comunidade. O objetivo do projeto era fazer com que

sem paternalismo, como na administração anterior, as políticas de ação social chegassem à comunidade como um todo, apoiando desde o menor até o idoso em suas necessidades básicas, no sentido de evitar a favelização, o desemprego, o subemprego, procurando alternativa para sanar a situação (Jornal do Vale, 17/06/1993: 3).

Porém, o projeto não saiu do papel e o pesadelo continuava para muitos que haviam chegado a Jaraguá do Sul em busca de melhores dias, mas que por uma série de motivos fracassaram. Por exemplo, para Eugênio Victor Schmöckel, não se podia conceber a idéia de fracassos na cidade de melhor qualidade de vida de Santa Catarina. Para ele

o pior é quando os fracassados chegam ao fundo do poço e não vislumbram a esperança de um dia voltar a viver com dignidade. De apagar de suas mentes o sentimento de vergonha e se esconderem

¹³⁴ “A migração traz dificuldades também ao setor educacional, de forma que a prefeitura precisa contratar mais professores e investir alto na construção de salas de aula. (...). E boa parte tem dificuldades de aprendizado, não apenas por não conseguirem acompanhar a grade curricular, mas, sobretudo, pela desnutrição, desestruturação familiar e disciplina (falta de limites). O inchaço centraliza-se nas regiões do Três Rios do Norte, Ana Paula, Tifa Blaesing – Estrada Nova –, Jaraguá 84, no morros da Ilha da Figueira e João Pessoa” (Jornal do Vale, 07/09/1995: 11).

embaixo de pontes, de beber e banhar-se nas águas poluídas do nosso histórico Itapocu. Gente, eu vi três deles. E estou arrasado. (...) Pretendia fotografar a exuberante vegetação das margens do perene rio e o luxo das pontes modernas e acabo encontrando o lixo humano, em estado mais que deplorável. Puxo conversa com eles e fico sabendo **que são de fora e vieram atraídos pelo progresso**, que trabalharam em obras até serem despedidos. Faz muito tempo que não trabalham. Até a Secretaria do Bem-Estar esteve ali, faz três meses, sem solução. O alcoolismo já tomou conta destes deserdados da sorte (...). Uma panela com água fervente é tudo o que têm (SCHMÖCKEL, 1992: 2, grifo nosso).

Dez anos depois da discussão do “Projeto do Migrante”, o problema continuava, e a Secretaria de Desenvolvimento Social pretendia investigar a forma como pessoas vindas de outras cidades do Estado e do Paraná estavam chegando a Jaraguá do Sul, aumentando o índice de desemprego e pobreza no município. A preocupação se justificava pelo fato de a Secretaria estar desconfiada que prefeituras estavam tentando “livrar-se” de pessoas carentes que não conseguiam emprego enviando-as para cidades consideradas promissoras, como Jaraguá do Sul (A Notícia, 09/08/2002: 4).

A suspeita dessa prática, segundo a então secretária de Desenvolvimento Social, Brunhilde Pasold, foi constatada por ela e o marido, o prefeito Irineu Pasold, quando uma mulher chegou à sua casa pedindo ajuda, contando que ela e mais três pessoas haviam recebido passagens da prefeitura de Curitiba para vir morar em Brusque, mas recebendo os bilhetes apenas até Jaraguá do Sul. Depois de ajudar com comida, Brunhilde Pasold pediu à mulher que ela e as pessoas que a acompanhavam fossem até o setor de assistência social da prefeitura para que pudessem ser adquiridas mais informações, mas elas não apareceram.

Em resposta à matéria, o jornalista Sérgio Homrich dos Santos escreveu o artigo “Os paranaenses e o voto”. O autor começa seu artigo citando o livro de Josué Guimarães, Os Tambores Silenciosos, que narra “a história de um prefeito que simplesmente ‘fechou’ a cidade para o resto do mundo. Os mendigos, ele os empacotava e os jogava no rio, os jornais eram confiscados na madrugada e não havia notícia ruim que ganhasse as suas páginas e o conhecimento público”. Segundo ele, a introdução com o escritor gaúcho servia para manifestar sua tristeza enquanto jornalista, dirigente sindical e militante de Direitos Humanos em relação à matéria que banaliza o preconceito, pelo equívoco daquilo que prega. Sua indignação aumentava ao longo do texto, principalmente ao lembrar que era comum as empresas de Jaraguá do Sul “buscarem” a força de trabalho dos paranaenses para ocupar a carência da mão-de-obra local (SANTOS, 2002: 2).

O chefe pedia se a gente conhecia alguém que estava sem emprego ou queria sair do Paraná. Caso positivo, a gente era incentivada a trazer essa pessoa pra cá. Quando a gente indicava alguém era quase certo que ela ia conseguir o emprego, porque a palavra da gente estava empenhada com a empresa e ela deveria ser uma garantia de que o cara não ia sair logo do emprego, o que pra empresa era muito ruim. Na época era fácil de arrumar emprego pra gente e para os outros (Seu João).

Quando começaram a vim os paranaenses, que muitas empresas pediam pra gente trazer parentes, conhecidos, que elas estavam precisando, é que as firmas daqui se levantaram, e se hoje não tem mais emprego é porque os paranaenses já fizeram tudo. Acho que é por isso que falam tão mal da gente (Dona Maria, de Chopinzinho).

Seguindo sua argumentação, Sérgio Homrich dos Santos perguntava “o paranaense é desqualificado?”, e respondia “grande parte dos jornalistas desta cidade são paranaenses”.

Uma pena que, embora não suportem esse preconceito, não saibam reagir, têm medo. O paranaense é moralmente desqualificado por causa dos boletins de ocorrência policial? Historicamente, esse tem sido o argumento que fomenta o preconceito. Jaraguaense rico, que agride a mulher, bate nos filhos não aparece nos BOs ou os seus BOs levam o carimbo ‘não divulgar’. Paulistas ou gaúchos com algum cacife também se livram da pecha de bandido. Em compensação, quando um jaraguaense precisa se tratar de uma doença, e aqui não há recurso, vai para o Paraná. Curitiba é logo ali.

Para ele, todos devem rechaçar o preconceito, pois a periferia, onde está toda a força de trabalho, nasce e se consolida com a luta do paranaense. Assim, quando é para construir e edificar, o paranaense é bom, quando é para ter seus direitos assegurados, não consegue nem o passaporte para permanecer com dignidade em Jaraguá do Sul.

Como vimos, a presença dos “outros” compõem imagens que oscilam entre atitudes de aceitação e rejeição¹³⁵. A segregação implica a negação do acesso ao reconhecimento social e à participação na produção da riqueza. Esta gente é constituída, sobretudo, por pobres, colocados à margem da ordem formalmente estabelecida e do mundo oficial do poder, rejeitados ou ignorados pelo processo identitário; eles são a alteridade incômoda, o reverso da medalha da identidade nacional ou cidadã, do mundo dos humildes e da pobreza, cuja simples existência é denunciadora da desigualdade social, do preconceito e do que se convencionou chamar de problema a ser combatido. Além disso, este “outro” é negado como agente da história e varrido do espaço urbano que se pretende ordenar e civilizar. Em suma, são os produtos indesejáveis do progresso.

5.1 – Polícia e crime na cidade pacata: imprensa, migração e a criminalização do “outro”.

Ao nos debruçarmos mais detidamente sobre certas questões que envolvem as causas dos problemas urbanos e as maneiras de superá-los, verificamos que as respostas que muitos, no cotidiano, têm na ponta da língua são enganadoramente óbvias e, com frequência, incompletas ou

¹³⁵ Falamos de todos aqueles que, por ignorância ou herança, têm desprezo pelos migrantes, os “outros”; aqueles que têm como moeda corrente um repertório acumulado de estereótipos de uma situação que quase não conhecem, mas que se arvoram em falar sobre os “pés vermelhos”, os “paranaenses”, expressões que rapidamente levam à discriminação, ao preconceito, e à uma ideologia segundo a qual uma ordem progressista, ordeira e pacífica estaria sendo invadida e destruída por uma ordem desenfreada, desordenada e marginal.

equivocadas. Deve-se cuidar com as hipersimplificações da mídia. No que se refere à pobreza como alimentadora da criminalidade e da violência, é certo que ela é, em certa medida, fator relevante. Porém, o que se deve, porém, é contextualizar a contribuição explicativa potencial da pobreza e da desigualdade nesse processo.

Como toda realidade social, o tema da migração no Brasil não escapa à complexidade e à dificuldade com relação à validade e à univocidade definitiva de suas chaves de leitura. O mal-estar da mídia é o reflexo do mal-estar de toda a sociedade, que ainda não aceitou a migração como um de seus principais elementos constitutivos. Assim, a abordagem que a mídia faz sobre a migração é caracterizada mais por questões em aberto do que por respostas efetivas. De qualquer maneira, as questões de fundo continuavam as mesmas: qual o lugar para o estrangeiro nesta sociedade?

Como o desenvolvimento econômico regional implicou no acirramento das contradições do progresso, das fricções sociais e das tensões da modernidade urbana, as heterotopias¹³⁶ urbanas passaram a ser um assunto cada vez mais presente no cotidiano das elites. Eram tematizadas, sobretudo, na imprensa, principal lócus da típica subserviência dos intelectuais identificados com o poder, ou melhor, que exercem eles mesmos um tipo específico de poder, o da palavra.

Toda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras. O conteúdo das mensagens não é a única parte que significa. Quando dizemos algo, o que dissemos e o que poderíamos ter dito são partes inseparáveis do que dizemos. (...). O que é comunicado e o que é suprimido depende de cada situação histórica específica. Em cada situação, a inclusão ou a supressão podem ocorrer de forma direta e coercitiva, indireta e sutil, ou seja, ideológica (MOTTA, 2002: 127).

A idéia de que Jaraguá do Sul é uma cidade pacata e ordeira não encontra suporte na história, e uma olhada nos jornais a partir da década de 1970, que não tinham coluna policial e diluíam as notícias sobre crimes ou segurança pública entre as diversas matérias, é suficiente para nos mostrar o quanto ela convivia com crimes de vários tipos¹³⁷.

Alegando que o tempo da calmaria já havia passado, no início dos anos 1970 o delegado de Polícia Hugo Alves Garcia alertava as autoridades públicas de que sempre tinha em sua mesa de quatro a cinco inquéritos por mês, o que significava que os índices de criminalidade já estavam preocupando, tanto que para manter a segurança da população seria necessária uma viatura, pois a que prestava serviços para a delegacia era de propriedade da PMJS (Correio do Povo, 14/03/1970: 1).

¹³⁶ A heterotopia é uma espécie de contralugar, de uma utopia efetivamente realizada, nas quais os lugares reais que podemos encontrar no interior da cultura são representados, contestados e invertidos. Enquanto a utopia remete para espaços imaginados como ideais, as heterotopias são lugares reais, efetivos, lugares que se delineiam dentro das instituições da própria sociedade (Foucault, 1984: 16 apud BENATTI, 1999: 9).

¹³⁷ Os primeiros registros que encontramos no Correio do Povo entre os anos de 1969-82 são referentes a avisos que moradores mandam publicar alertando para as possíveis conseqüências das invasões de suas propriedades por pessoas que vão “caçar, pescar, tirar cipó, derrubar árvores, estragar o preparo de arrozeira e causar outros danos”.

A preocupação com a segurança pública aumentava diariamente e reclamava-se com o governo usando como argumento o fato de que se mandavam verbas para a capital e elas não retornavam como deveria para Jaraguá do Sul, o terceiro parque industrial e arrecadador de impostos, deixando-a sem segurança para garantir a harmonia do capital. Diante de tantas reclamações, o governo do Estado colocou à sua disposição uma viatura, que deveria ser buscada em Florianópolis. O que o delegado não sabia é que a viatura deveria servir quatro municípios e que o Jeep 64 disponibilizado estava estragado (Correio do Povo, 14/03/1970: 1).

Como não existem arquivos na Delegacia de Jaraguá do Sul referentes a esta época, as fontes que consultamos foram os jornais. Segundo eles, poucos crimes aconteceram nos primeiros anos da década de 1970. Contudo, a realidade era outra pelo que se pode ler nas entrelinhas das matérias veiculadas. Exemplo disso pode ser a matéria “Ladrões voltam a agir”, do Correio do Povo (10/10/1970: 6). Nela lemos que a cidade tinha voltado a ser palco de assaltos e roubos na calada da noite em vários pontos, pondo de sobressalto a população, e “a nossa polícia, embora sobrecarregada de serviço, pelo escasso material humano, não tem podido fazer frente a esses lamentáveis casos”. Ora, se a cidade tinha voltado a ser palco, quer dizer que crimes e delitos aconteciam. Ou, então, a o que se dedicava “nossa polícia”, que estava sobrecarregada de serviço? Percebemos, então, que a tão pretendida cidade ordeira e pacífica não existia, e isso bem antes dos fluxos migratórios.

O ano de 1971 parece ter sido calmo, pois não encontramos nenhuma nota ou matéria referente a crimes ou problema de segurança pública. O ano de 1972¹³⁸, ao contrário, “começou cheio”, dando muito trabalho para as autoridades, mas pelo divulgado nada muito sério¹³⁹.

O que nos chama a atenção, porém, é que a maioria dos crimes ou delitos cometidos divulgados não apresentavam a naturalidade de quem os havia cometido, ao contrário do que vai acontecer alguns anos depois, quando se fará questão de colocá-la, indicando claramente que os criminosos têm uma procedência: são migrantes. Quando interessava, contudo, os jornalistas não se furtavam em colocar a procedência ou lugar onde moravam os “criminosos”, como foi o caso de João Fernandes Filho, **morador do Bairro Estrada Nova**, que agrediu o sogro após ingerir “água que passarinho não bebe” (A Gazeta de Jaraguá, 06//03/1972: 8, grifo nosso).

Os anos seguiam e as coisas iam piorando na pacata Jaraguá do Sul, com crimes cada vez mais violentos. Citemos dois casos. O primeiro aconteceu “na bucólica região da Barra do Rio Cerro, onde uma mulher foi assassinada a golpes de facão” (A Gazeta de Jaraguá, 23/05/1975: 3). O segundo foi o assassinato de Mário Krutzsch, Presidente da Câmara de Vereadores.

¹³⁸ O Gazeta do Povo inaugurou naquele ano sua coluna Ronda Policial, assinada pelo jornalista Laércio Ramos.

¹³⁹ O comum eram brigas em bares e salões, pequenos furtos e roubos e desordens pela cidade.

Foi na edição do Correio do Povo (01/10/1977: 8, grifo nosso), que os leitores tiveram mais detalhes sobre o assassinato de Mário Krutzsch e seu assassino, “o indivíduo Waldemar Nunes (**vulgo Serrano**), 25 anos, **natural de Canoinhas, residente no Morro da Boa Vista** e que não tinha colocação profissional definida e vivia a perambular pela cidade, nos bares, mostrando sua valentia.

Diante disso, era hora de alguém defender a cidade. O primeiro a fazê-lo foi o funcionário público federal José Castilho Pinto em um artigo denominado “A besta está solta” e que foi publicado em dois jornais da cidade¹⁴⁰. Ele começou o artigo lembrando os tempos de abril de 1949 quando chegou a Jaraguá do Sul, uma

cidade pequena, de pouco movimento, com uns 3.500 habitantes que pareciam formar uma família só, pois todos se conheciam, se davam, cultivavam uma amizade recíproca e sincera. Depois Jaraguá foi crescendo e hoje está aí com 20.000 habitantes permanentes e outros 3.000 flutuantes, edifícios imponentes, grande movimento de veículos e pedestres, um comércio e indústria poderosos e com profissionais habilitados em todos os ramos de atividade (PINTO, 1977: 6).

Para ele essa mudança era um sinal de que Jaraguá do Sul progrediu bastante, mas os fatos dolorosos que enlutaram a cidade – o massacre de três indígenas guaranis, o assassinato do vereador Mário Krutzsch e o assassinato de uma mulher – podiam dar a impressão, aos menos avisados, de que o seu progresso era mais material do que cultural e espiritual. Habilmente José Castilho Pinto vai preparando a defesa da cidade e de seu povo pacato, haja vista “que os chacinadores dos índios, o imolador do sr. Mário Krutzsch e o assassino da mulher não são jaraguaenses”.

A segunda defesa foi feita pelo Correio do Povo (08/10/1977: 8) em matéria intitulada “Assassino de Mário Krutzsch é elemento altamente perigoso”. Nela, além de chamar atenção para a periculosidade de Waldemar Nunes, contando um pouco de suas andanças pelo mundo do crime, o jornal batia na tecla “de que Jaraguá do Sul estava com a imagem de cidade pacata denegrida com os bárbaros crimes que estão acontecendo e praticados por ‘estrangeiros’ vindo à estas paragens”. Logo após essa afirmação o jornal sustentava que “não somos xenófobos, mas felizmente os filhos da cidade fundada por Jourdan são civilizados, não investem tirando a vida de pessoas inocentes e de bem como vem ocorrendo”.

A pergunta que fica é: será mesmo que “os filhos da cidade fundada por Jourdan” não investem tirando a vida de outros ou quando o fazem esse fato passa “despercebido”? Em outras palavras, não se sabe ou não se quer divulgar? Por que só se sabe a naturalidade e procedência de quem é “estrangeiro”? Ou não teria sido possível saber a naturalidade de quem matou o menino Adilson no dia 30/05/1978, posto que ele foi preso? Não seria o assassino filho da cidade fundada por Jourdan? Mesmo diante de tantos crimes, os jornais não esqueciam de dizer que eles estavam

¹⁴⁰ A Gazeta de Jaraguá, 07/10/1977: 3 e o Correio do Povo, 08/10/1977: 6.

acontecendo na “nossa pacata e pacífica cidade”. Mas, será mesmo pacífica e pacata uma cidade que teve 1.499 detenções¹⁴¹ em quatro anos (1976-79)?

Jaraguá do Sul não parava de ser alvo dos “amigos do alheio”, tanto que o assunto foi tema de discussão no CDL, que estava preocupado com a “crescente onda de assaltos contra estabelecimentos comerciais lojistas”, sendo que três grandes assaltos “foram praticados somente no período de 31/12/1980 a 02/01/1981” (A Gazeta de Jaraguá, 09/01/1981: 1). Como o aparato policial não aumentava e a segurança pública não tomava medidas para acabar com os assaltos, os lojistas resolveram “contratar guardiões para tomarem conta dos estabelecimentos, uma medida de precaução, considerando o próprio crescimento da cidade e a conseqüente vinda de elementos estranhos, alguns podendo ser considerados suspeitos pela prática de furtos” (Correio do Povo, 16/01/1981: 6).

A Revendedora Jaraguá de Loterias recebeu pela quarta vez a ‘visita’ dos ladrões. (...) três homens de aparência simples, (...) armados de revólveres, praticaram o assalto. (...) A polícia foi chamada e foi ao enalço dos assaltantes, nada conseguindo, **acreditando-se que sejam elementos de fora** (Correio do Povo, 23/05/1983: 1, grifo nosso).

Com o passar do tempo e “com o crescimento vertiginoso por que passa a Pérola do Vale do Itapocu e a intromissão de elementos de outros centros” (Correio do Povo, 05/03/1983: 3), os problemas continuavam, como podemos ver pelas manchetes de jornais locais.

Polícia teve muito trabalho no ano que passou (Correio do Povo, 09/01/1982: 1).
 Recapturados 3 dos 5 fugitivos da cadeia pública de Jaraguá (A Gazeta de Jaraguá, 22/01/1982: 1).
 Aconteceu em Jaraguá: assalto à mão armada (A Gazeta de Jaraguá, 04/02/1983: 1).
 Cadeia Pública vai ser ampliada (Correio do Povo, 16/04/1983: 1).
 Ladrões assaltam Supermercado Breithaupt (Correio do Povo, 20/04/1984: 4).
 Vigia cúmplice do assalto está na cadeia (Correio do Povo, 10/03/1985: 14).
 Arrombamentos marcaram o final-de-ano (Correio do Povo, 04/01/1986: 1).
 Marginais dilapidam a APAE/Jaraguá (Correio do Povo, 11/04/1987: 14).
 Arrombamentos estão aumentando em Jaraguá do Sul (A Gazeta, 20/01/1989: 18).
 Polícia desvenda três assassinatos (Correio do Povo, 14/07/1993: 3).
 Drogas, crimes e adolescentes (Correio do Povo, 17/07/1993: 5).

No final do ano de 1983 as polícias civil e militar montaram um esquema especial para as festas de Natal e Ano Novo. O esquema seria intenso, inclusive com rondas à noite, com vistas a identificação de elementos suspeitos, que seriam interpelados pelos policiais, para, com isso, evitar possíveis abusos e a prática de atos nocivos que viessem “ferir o clima pacato e ordeiro da cidade”. Era uma medida preventiva, sustentava o delegado, ao revelar que seriam montadas barreiras para

¹⁴¹ Os motivos das detenções iam desde agressões, contravenção, embriaguez, estelionato, extorsão, furtos, atentado ao pudor até tráfico de drogas, uso de entorpecentes e vadiagem (Livro de Detenções da Delegacia de Polícia Civil – registro diário). Do total, 112 eram mulheres, o que corresponde a 7% (Pesquisa do autor em 14/02/2004).

controlar as pessoas que entravam ou saíam da cidade. Assim, veículos com placas de outras cidades e com elementos suspeitos no seu interior seriam os maiores alvos da ação policial, pois a segurança da população estava acima de tudo (Correio do Povo, 23/12/1983: 1).

Em setembro de 1984 o Secretário de Segurança Pública, Heitor Sché, visitou o Vale do Itapocu, onde manteve conversações com lideranças políticas, empresariais e comunitárias, além do Colegiado da Administração Pública de Jaraguá do Sul, nas quais reiterou que “a segurança é uma das áreas de prioridade no governo Esperidião Amin, cuja filosofia está voltada para a valorização do homem” (Correio do Povo, 01/09/1984: 12). O secretário disse que pelos mapas criminológicos, Jaraguá do Sul era um dos municípios catarinenses de menor índice de criminalidade e reconheceu a necessidade do aumento do efetivo policial, que era de apenas 38 soldados, anunciando para breve o atendimento da prioridade número um do município: a implantação da Companhia de Polícia Militar¹⁴². Ressalta-se dessa visita e das conversas que nela foram travadas uma contradição: se Jaraguá do Sul apresentava um dos menores índices de criminalidade de Santa Catarina, porque investir tanto na segurança de forma a atender às reivindicações acima? Uma cidade pacífica e pacata precisaria de mais policiais, uma companhia de Polícia Militar e uma cadeia nova e maior?

Os números mostravam que de pacífica e pacata a cidade não tinha nada. Tanto que no começo de 1985 ela era “uma cidade desprotegida” que reivindicava junto ao governo do Estado e ao comando da polícia “um reforço do aparato policial, mesmo porque muitos policiais da cidade foram deslocados para nosso litoral por conta da Operação Veraneio, deixando a cidade a mercê da falta de melhor fiscalização”. Além disso, “em duas celas da cadeia estavam presos 15 elementos, alguns dos quais com condenação superior a dez anos de reclusão” (A Gazeta de Jaraguá, 01/03/1985: 1).

Quase dois anos depois da visita do Secretário de Segurança Pública os problemas ainda não tinham sido resolvidos, de forma que “o Prefeito Municipal remeteu ao Governador Esperidião Amin e ao Secretário da Segurança Pública telex protestando contra o total desprezo e discriminação para com Jaraguá, exigindo urgentes e imediatas providências ante ao agravamento¹⁴³ da situação da segurança pública” (Correio do Povo, 12/04/1986: 1). Os argumentos para o atendimento às reivindicações estavam assentados no fato de que Jaraguá do Sul era o 3º. parque industrial e um dos maiores arrecadadores de impostos do Estado e não recebia a devida contrapartida.

Em resposta ao telex, as autoridades da capital informaram que as solicitações foram encaminhadas ao setor competente e que dentro dos recursos humanos disponíveis seria viabilizado o deslocamento de novos comissários a Jaraguá do Sul, para suprir a lacuna deixada com a saída de quatro agentes da polícia civil, resposta que irritou o prefeito Durval Vassel, que acusou o governo de

¹⁴² O funcionamento da 3ª. Companhia do 8º. Batalhão de Polícia Militar foi ativado no dia 03/09/1986 através do Decreto 30.211/86, do Governador Esperidião Amin Helou Filho.

¹⁴³ Haviam sido transferidos quatro policiais e cortada a alimentação dos restantes.

desleixo, irresponsabilidade e de discriminação (Correio do Povo, 19/04/1986: 6). Dois anos depois, como a situação da segurança não havia sido resolvida, o A Gazeta (01/07/1988: 2) também mostrava-se indignado com o governo do Estado, “que sabe engordar seus cofres, mas tem se recusado a compreender que em casos se quer apenas aquilo que é justo. Ainda há tempo para que se impeça que em Jaraguá se amplie um viveiro de marginais, especialmente os vindos de fora”.

Os problemas continuavam, de forma que policiais comandados pelo delegado Wanderlei Alves da Silva não estavam “dando moleza aos malandros que têm aventurado vir por aqui. Essa eficiência policial está sendo aplaudida pelos jaraguenses, de índole pacata que vinham assistindo uma afluência crescente de marginais que tentavam se estabelecer em Jaraguá” (A Gazeta, 30/09/1988: 2). Mas, apesar da atuação firme da polícia, os marginais continuavam dando trabalho, de forma que os furtos e arrombamentos levaram os empresários e autoridades policiais do município a discutirem a questão da segurança (Correio do Povo, 24/09/1988: 1).

Os crimes que estavam ocorrendo nos primeiros meses de 1993 motivaram a visita do Secretário de Segurança Pública Sidney Pacheco à cidade para discutir “as suas precárias condições de segurança, que enfrenta muitos problemas, como falta de pessoal, instalações ultrapassadas e incompatíveis com a realidade do município, o aparelhamento das polícias Civil e Militar, antigas reivindicações da comunidade” (Correio do Povo, 03/03/1993: 3). Na visita o secretário garantiu a construção da nova cadeia pública, da delegacia da comarca, do IML, a instalação da Delegacia da Mulher e o restabelecimento de Delegacia Circunscricional, com abrangência microrregional, desde que a prefeitura assumisse 50% do custo da obra. Por seu turno, o prefeito Durval Vasel pedia a ampliação do efetivo e o completo aparelhamento das polícias, que necessitavam de mais viaturas e armamentos.

Mais uma vez, porém, as promessas não saíram do papel, de modo que a reestruturação do setor de segurança pública ficou sem prazo definido para se concretizar, levando alguns políticos a entrarem em rota de colisão com Sidney Pacheco, naquele momento Deputado Estadual e presidente da Comissão de Finanças, posto que ele pediu o arquivamento do projeto das construções prometidas quando secretário, “não honrando seu compromisso com Jaraguá do Sul” (A Gazeta, 27/05/1994: 3).

A palavra “onda” era usada desde o começo dos anos 1980 para se referir aos crimes que aconteciam em Jaraguá do Sul, como se eles fossem algo passageiro, posto que não constitutivos da cidade, por si só pacata e pacífica. Contudo, essa onda teimava em não se dissipar, tanto que em abril de 1994 ela ainda fazia seus estragos na cidade, preocupada cada vez mais com as centenas de casos de roubos, arrombamentos de residência e estabelecimentos industriais e comerciais e assaltos à mão armada. Seriam mesmo esses crimes uma onda ou eles faziam parte do cotidiano de uma cidade que

teimava em se divulgar como pacata, cujo povo só pensava em trabalhar, ao contrário dos “estrangeiros”, que vinham para usufruir do suor alheio, roubando e matando?

Jaraguá do Sul, segundo o delegado Odilon Claudino dos Santos, estava habituada a uma vida pacata e até monótona; era uma cidade que conservava hábitos coloniais e habitada por gente de boa fé, que confiava em tudo e em todos e não via maldade em ninguém¹⁴⁴. Por isso “não vêem que a cidade está crescendo, com a presença de muita gente de fora, cujas intenções são ignoradas. Assim, facilita-se a ação dos ladrões e quando as coisas acontecem, recriminam a ação da polícia” (Correio do Povo, 26/10/1993: 6).

Quase 13 anos depois do artigo “A besta está solta”, José Castilho Pinto volta a escrever sobre a Jaraguá do Sul de 1949 e a de 1990, comparando-as. Em um artigo chamado “Assaltantes, seqüestradores, terroristas”, ele volta a bater na tecla de que Jaraguá do Sul era uma “grande família”, “tanto que as brigas, espancamentos, roubos e outros atos de violência eram raros, e os assaltos, seqüestros, ações terroristas, invasões de propriedade eram conhecidos somente de nome”, e defendia a “eliminação pura e simples” de todo e qualquer bandido (PINTO, 1990: 2).

Para ele, “hoje não é mais assim”, posto que homens fortemente armados invadem residências, assaltam lojas, entram em empresas. São

elementos com os quais não se pode ter nenhuma condescendência porque eles, no seu intento criminoso, não respeitam nada e além dos roubos e assassinatos vão a perversidade, ao barbarismo do estupro de mulheres de todas as idades na presença dos familiares delas, tudo com o propósito certo de humilhar, traumatizar para sempre suas pobres vítimas. (...) cabe às autoridades de segurança partirem no pesado, a tiros contra esses marginais, procurando eliminá-los de vez e dessa forma colocar a sociedade a salvo dessas bestas, feras travestidas de seres humanos, pois essa mania de encarcerá-los com o fim de recuperação é errada não só devido as despesas que acarretam (alimentação, higiene, assistência médica e a segurança para que não fujam) mas, ainda, porque uma vez postos em liberdade voltam a cometer atos criminosos piores que antes do encarceramento (...).

A partir de 1988 podemos ler nos jornais de Jaraguá do Sul, notadamente o Correio do Povo e A Gazeta, com mais intensidade e regularidade, notícias que divulgam a naturalidade ou a procedência de quem cometeu crimes e/ou delitos. Ilustremos isso com as notícias abaixo.

Policiais prenderam em flagrante sábado passado por porte de tóxico José Paulo Klok, 28 anos, **natural de Rio Negro, Paraná** (A Gazeta de Jaraguá, 29/04/1988: 4, grifo nosso).

Policiais militares, depois de muito custo, conseguiram dominar Erton Neri Eich, 20 anos, **natural de Santa Helena (PR)**, por estar em atitude suspeita nas imediações do Agropecuário, parecendo tentar arrombar e furtar um veículo. Após investigado pela polícia civil depois de detido, ficou-se sabendo que Erton possui um flagrante datado de 1988 em **Cascavel (PR)** por lesões corporais (A Gazeta, 20/10/1989: 22, grifo nosso).

¹⁴⁴ Lembremos que Odilon Claudino dos Santos era delegado em Jaraguá do Sul desde 1980. Com certeza esses 13 anos não foram suficientes para ele perceber que de pacata e ordeira a cidade não tinha nada.

Por volta das 20 horas do último sábado na localidade de Águas Claras, Ilha da Figueira, após desentendimentos provocados por Lourival da Silva Soares, 24 anos, operário, **natural de Pitanga (PR)**, o comerciante João Ciupa, 30 anos, **natural de Roncador (PR)**, disparou dois tiros de revólver calibre 22 em sua direção, matando-o no ato (A Gazeta, 09/03/1990: 22, grifo nosso).

Em março de 1992 a polícia desbaratou uma quadrilha que vinha agindo na região. Apesar de serem “arrombadores, receptores e ladrões que agiam em Jaraguá do Sul e região”, conforme o delegado Odilon Claudino dos Santos, apenas o Opinião divulgou matéria sobre o caso, posto que a situação “depõe contra a comunidade ordeira e trabalhadora de Jaraguá do Sul. Trata-se de uma situação muito delicada e constrangedora, porque envolve pessoas de bom nível sócio-econômico¹⁴⁵”. (Opinião, 04/04/1992: 10). Quando os envolvidos em crimes são “estrangeiros” ou pobres de Jaraguá do Sul não há problema em divulgar e ninguém fica constrangido com isso. Ao contrário, quando eles são “pessoas de bom nível sócio-econômico” deve-se fazer de tudo para abafar o caso, pois isso “depõe contra a comunidade ordeira e trabalhadora”.

O mesmo tratamento não tiveram os membros de duas quadrilhas presas alguns meses depois, pois certamente não tratava-se de “pessoas com bom nível sócio-econômico”, de sorte que todos eles tiveram sua naturalidade divulgada, inclusive os de Jaraguá do Sul. No caso da primeira quadrilha lemos que um de seus membros “nasceu em Itaiópolis (SC), mas passou a infância em Lages”. Para os membros da segunda quadrilha, além da naturalidade divulgou-se o local de moradia em Jaraguá do Sul.

Foram presos neste semana, os membros da quadrilha que praticava roubos em lojas e residências: A. F. S., 23, P. G. L., 20, naturais de Francisco Beltrão (PR), C. K., 22, natural de Massaranduba e os menores R.S. morador da Rua Campo Alegre e C.S.S., residente na Estrada Nova, ambos de Jaraguá do Sul (Correio do Povo, 12/03/1994: 10).

Acusados de outros crimes também não passavam ilesos à esse procedimento da imprensa, de forma que ficamos sabendo que policiais lotados na 3ª. Companhia da PM de Jaraguá do Sul atenderam a várias ocorrências em um final de semana de 1994, “com muitos casos de embriaguez. Na rua José Picolli (Estrada Nova), Adílio Almeida Primo, 41, natural de Herval D’Oeste (SC), metalúrgico, bêbado, agrediu seus familiares, provocando ferimentos em sua esposa” (Correio do Povo, 15/10/1994: 7). Nesse caso é clara a intenção de marcar o possível criminoso, não só colocando sua naturalidade, como também frisando que ele mora em determinado bairro, reforçando o estigma

¹⁴⁵ De acordo com o artigo 1º. do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação, e entre jornalistas, “o acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse” (GOMES, 2002: 77).

negativo do lugar. Assim, pobres e migrantes acusados de crimes podem ter seus nomes, naturalidade e profissão divulgados. Já os “de bom nível sócio-econômico”...

Entre os dias 02/03/1994 e 24/02/95 o Opinião publicou 221 notas policiais com os respectivos envolvidos, das quais 41 continham a naturalidade; 120 não; nove envolvidos eram de Jaraguá do Sul; 17 de outros municípios de Santa Catarina¹⁴⁶; 18 do Paraná¹⁴⁷; cinco de outros Estados; e 11 sem informações de Estado e/ou município. O editorial “A região está violenta?” do Opinião de 31/03/1995, indicava os causadores de todos os males que afligiam a cidade¹⁴⁸, pessoas dos mais distantes locais do país em busca de realização profissional.

A intenção é sempre a mesma: oferecer aos familiares e a si próprio, alternativas de melhores condições de vida. Nem sempre a busca é bem sucedida. Em muitos dos casos a desqualificação da mão-de-obra leva o migrante a sofrer dos mesmos males dos quais fugiu. Na região encontra outros ingredientes para o dia a dia: o custo de vida, o subemprego ou o desemprego. A desocupação passa a ser o fomentador dos últimos acontecimentos de violência registrados na região. A necessidade de manter os padrões de sobrevivência leva o ser humano aos limites da irracionalidade e não será estranho que amanhã ou depois se registre uma ação mais ousada da criminalidade.

Alguns dias depois da publicação do referido editorial, a prisão de três pessoas que estavam fumando maconha dá razão ao editorial, para delírio de seu jornalista, posto

que ‘mente vazia é oficina do capeta’, afirmação que não poderia ser mais oportuna. De repente uma pessoa sem fazer nada se junta à outra que está desocupada e de quebra arrumam uma terceira para ajudá-los, acaba dando em alguma coisa. O trio formado por José Carlos Vassel, 21 anos, natural de Jaraguá do Sul (SC), Claudinei Vavassori, 23 anos, natural de Atalanta (SC) e Ednei Patel, 21 anos, natural de Taió (SC) resolveram buscar um ‘fuminho’ e acabaram presos (Opinião, 05/04/1995: 10).

Acusado de sensacionalismo, o Opinião (15/05/1996: 2) rebatia dizendo que estava apenas “vislumbrando uma realidade que a grande maioria das pessoas insiste em não ver, pois o crescimento populacional da região e o conhecimento da renda per capita local, ainda o fato de sermos o 3º. maior arrecadador de impostos do Estado, chama à atenção mal intencionadas”.

Estranhamente o Opinião deixou de publicar notas ou matérias policiais entre junho de 1995 e setembro de 1999. Como tratava-se de um jornal sensacionalista, podemos achar que, realmente, nada aconteceu. Do começo de 1995 ao começo de 1999 A Gazeta também silenciou sobre esse assunto, com raras exceções, como “Fedra Konell assumiu delegacia em Jaraguá do Sul” (A Gazeta,

¹⁴⁶ Campos Novos, Chapecó, Guaramirim, Herval D’Oeste, Ibirama, Joinville, Massaranduba, Porto União, Rio do Sul, Rio dos Cedros e São José do Cerrito.

¹⁴⁷ Barracão, Cascavel, Centenário do Sul, Corbélia, Curitiba, Dois Vizinhos, Imbituva, Marechal Cândido Rondon, Missal, Ponta Grossa, Primeiro de Maio, Quedas do Iguaçu, Tupãssi e União da Vitória.

¹⁴⁸ Enquanto os jornais deitavam sobre a cidade e sua população um olhar armado, censor, vigilante, alguns artigos apresentavam uma empatia maior com realidades silenciadas por este tipo de discurso; sua representação do real era mais ampla e menor comprometida com o ‘status quo’ que um registro policial, um texto moralista ou um editorial de alarme. Entre esses encontramos os textos de Egon Jagnow e Sérgio Homrich dos Santos, discutidos ao longo deste trabalho.

16/10/1998: 3); “Delegacia vai ter mais contratados” (A Gazeta, 23/10/1998: 1); e “PM recebe armas doadas por empresários” (A Gazeta, 01/10/1999: 5). As duas últimas manchetes nos fazem perguntar: se não havia crimes, posto que não foi publicado nada sobre eles nos dois jornais¹⁴⁹ fãs dessa prática, por que a delegacia necessitava mais contratados e mais armas?

O ano de 1997 chegou e nada da questão da falta de pessoal nas polícias de Jaraguá do Sul ser resolvida. Por isso, o assunto voltou a ser discutido na ACIJS, oportunidade na qual o delegado Adhemar Grubba salientou que era preciso mais profissionais para as áreas de investigação, comissariado e escrivania. No mesmo dia ele apresentou o número de ocorrências registradas e inquéritos abertos, através dos quais se comprovou que os índices de criminalidade estavam aumentado (Jornal do Vale, 28/08/1997: 12).

Segundo Gruner (2003: 180-181), não há como, pela produção de notícias, controlar plenamente o imaginário social. Não apenas porque nem todos lêem jornal, mas também porque não há como controlar a forma como as pessoas os lêem. Do ponto de vista do jornalismo, a melhor maneira de legitimar aquilo que se escreve e imprime diariamente é produzir notícias cuja identificação com os anseios, temores, medos e desejos da comunidade seja eficaz, senão imediata. A preocupação dos jornais em fixar um espaço às matérias policiais é uma forma de apropriação do imaginário e mesmo dos sentimentos coletivos, como aqueles relacionados à crescente insegurança.

Ao fazer deles notícias, a imprensa os devolve aos seus leitores devidamente produzidos. Transformados em fatos, esses irão alimentar seus medos. O perigo está no fato de que a mídia influencia as atitudes, as opiniões, os pré-julgamentos, as percepções, e que elas contribuem na construção e reconstrução social da realidade, criando ou alimentando preconceitos (PRENCIPE, 2002: 39). A mídia não nos torna mais violentos, permissivos ou racistas, mas, ao sublinhar certos aspectos da realidade, ela escolhe por nós o que merece consideração e o que vai constituir a nossa memória.

As fontes jornalísticas contêm em seu interior tanto as imagens da cidade ideal, presentes no imaginário dos que a dominam, quanto as imagens da cidade real, que aparecem como disfunções daquele ideal. Em sua imensa maioria, os textos jornalísticos pretendem diagnosticar uma crise, uma anomalia da vida social local, em suma, uma onda¹⁵⁰. Mais que isso, pretendem atuar nesse mundo representado, esquadrinhando e delimitando áreas “deterioradas” e perigosas, mapeando moralmente os espaços, constituindo personagens-alvo, registrando avanços e recuos das margens (BENATTI,

¹⁴⁹ Outros jornais, contudo, como o Correio do Povo, publicaram várias notas sobre os responsáveis pelos crimes com a devida naturalidade de quem os cometeu.

¹⁵⁰ De acordo com Motta (2002: 17), há muito a imprensa (e o resto da mídia) deixou de apenas intermediar o real e o simbólico para estruturar e constituir o real. É a imprensa que seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o real. Ela não informa, opina.

1999: 5-6). Para Capelato (1991/92: 55ss), os jornais e meios de comunicação são intérpretes e formadores de opinião pública contra os migrantes, os “outros”.

Através dela conhecemos os estereótipos que veicula e também a cor da pele, a procedência e os locais de moradia desses migrantes. A visão que a mídia tem do migrante está impregnada de estereótipos¹⁵¹, e quando se fala deles pensa-se automaticamente nos paranaenses e naqueles que vêm do Planalto de Santa Catarina, porque eles são mais visíveis e cuja diferença é mais nítida. A cada dia ela redesenha um “nós”, uma identidade coletiva que, pretensamente, possui fronteiras imóveis. Ela seleciona, rejeita, exclui, acolhe, ridiculariza ou louva; veicula um conhecimento e um reconhecimento recíprocos. Nesse sentido, a mídia oferece poucas informações adequadas para ajudar a entender a globalidade dos acontecimentos apresentados.

Ocorre que, não apenas devido ao fato de que as análises de muitos jornalistas costumam não primar pelo rigor, mas, ainda por cima, em decorrência da brevidade e da superficialidade¹⁵² quase que impostas pelo tipo de veículo de divulgação (jornal, revista, televisão ou rádio), há uma enorme carência de análises que, sem serem, necessariamente, complicadas, sejam corretas, profundas e abrangentes. Longe de serem um espelho, os meios de comunicação se tornam os lugares onde se elaboram, se negociam e se difundem os discursos, os valores e as identidades. Neste caso, o tema da migração constrói-se como “generalidade sociológica” cuja grandeza exclui a importância de qualquer referência a episódios, situações e histórias de vida específicas. A migração apresenta-se sem nomes próprios. O migrante real, de carne e osso, submetido ao subemprego, à economia informal e à ilegalidade, é um personagem inóspito também na geografia do jornalismo impresso, sendo sempre citado, mas nunca efetivamente protagonista. A marginalização, portanto, é dupla: na concretude social vivida e na representação simbólica do mundo vivido (SILVEIRA, 2004: 380-381).

A imprensa exerce um papel político fundamental nesse trabalho de legitimação social. Construídos a partir do centro, seus discursos têm por princípio consolidar, especialmente entre a chamada classe média, onde está a maioria de seus leitores, a imagem de uma cidade ideal. Sua função é não apenas esquadrihar a cidade, delimitando espaços e personagens, mas tentar buscar, em torno dessas fronteiras, um consenso capaz de reivindicar, respaldar e legitimar ações preventivas e, se necessário, repressivas. De certa forma, ela produz as diferenças transfigurando em relações de sentido, pela narrativa, as relações de força e de poder. Seus discursos são partes daquela violência

¹⁵¹ A opinião pública é manipulada de acordo com a demanda estimulada – e essa opinião pública construída, operada, cinzelada, é servida à sociedade, às instituições, ao sabor dos interesses dominantes, no Estado, e nos anéis burocráticos que cercam o Estado (AMARAL, 2002: 76).

¹⁵² Como seu próprio nome parece indicar, os *media* fazem um papel de *mediação* entre a realidade e as pessoas. O que eles nos entregam não é a realidade, mas a sua *construção* da realidade. Isto é, da enorme quantidade de fatos e situações que a realidade contém, eles selecionam alguns, os decodificam à sua maneira, os combinam entre si, os estruturam e recodificam formando mensagens e programas, e os difundem, carregados agora da ideologia, dos estilos e das intenções que os meios lhes atribuem (BORDENAVE, 2001: 80, grifos no original).

simbólica que, em nome da ordem e da norma, estigmatiza. E, pelo estigma, segrega, exclui e nega a diferença que ela mesma produziu (GRUNER, 2003: 85).

Para Paiva (2002: 37), transformado em mais um expoente de espetacularização da produção midiática, o jornalismo, na verdade, não se tomou nada diferente do que já era previsível: está engessado cada vez mais no modelo do líder de opinião filtrando, avaliando, processando e difundindo as informações para os habitantes da cidade. Não há nada no horizonte para além dos fatos assim construídos. O espaço público ordenado e em seguida destruído deu lugar ao seu simulacro, visualizado com clareza nas produções midiáticas.

Estatisticamente, os migrantes são fortemente marginalizados no conjunto do universo midiático, o que acarreta conseqüências importantes em termos de sentimento de exclusão e de falta de modelos de identificação. Se examinarmos a representação dos migrantes em termos de qualidade, a mídia concede apenas alguns espaços de visibilidade às ações e aos eventos ligados à sua vida cotidiana, ao passo que, por outro lado, ela amplifica todo acontecimento delituoso ou anti-social no qual esteja implicado um indivíduo ou um grupo de indivíduos que não pertençam à população do lugar de adoção. A representação dos migrantes parece, assim, transitar entre a ocultação e a marginalização (PRENCIPE, 2002: 39).

5.2 – Periferias pobres em Jaraguá do Sul: migração, ilegalidade e autoconstrução.

A consolidação do processo de industrialização de Jaraguá do Sul, na década de 1970, que resultou em um crescimento vertiginoso da população, viria a se expressar na reorganização da cidade, pois essa nova população precisava ser assentada em algum lugar. Como desdobramento dessa pressão demográfica sobre a produção de novos espaços, dois outros processos ocorrem. De um lado, intensificaram-se as ações do mercado imobiliário, que atento a esta nova demanda, passa a investir na produção de loteamentos residenciais, contribuindo para diminuir o crescente déficit habitacional. Por outro, o fato de uma parcela significativa da população recém migrada não ter sido absorvida pelo mercado de trabalho local, desencadeou um processo de formação de um mercado imobiliário informal ou marginal. Este mercado se manifestava através do parcelamento e da venda de lotes sem que fosse submetido à aprovação da prefeitura, através de contratos particulares de compra e venda, ou ainda através da ocupação de áreas públicas.

A única referência que encontramos sobre loteamentos, muitos deles irregulares e comprometendo o meio ambiente, nos anos 1970, é uma nota no Correio do Povo de 13/07/1970, onde podemos ler que “loteamentos só serão válidos se aprovados pela municipalidade”. Depois disso

o tema volta à pauta das administrações municipais em 1989, haja vista que a ocupação irregular do solo, especialmente nos morros, era a sua principal preocupação. Assim, reunir loteadores e proprietários de empresas de terraplanagens estavam entre as medidas a serem tomadas pelo prefeito Ivo Konell (Correio do Povo, 16/12/1989: 11). Segundo a prefeitura, por dispor de ofertas de empregos em escala considerável, Jaraguá do Sul vinha atraindo muitos trabalhadores. Como a maioria deles não tinha onde morar, alugavam casas temporariamente, pensando em sair do inquilinato o mais rápido possível. Essa fuga, na maioria das vezes, era para locais inadequados, especialmente os morros, que eram sistematicamente ocupados.

De acordo com o prefeito, isso acontecia de maneira desordenada, apesar da fiscalização feita pelo município, e acabava gerando graves problemas sociais, “pois essas famílias têm que receber serviços de água, energia elétrica, pavimentação de ruas, entre outros. Como o problema se agrava a cada dia e as conseqüências são dramáticas, precisamos evitar essas ocupações”.

Porém, muitos loteadores continuavam a vender lotes sem as condições exigidas pela lei, levando a um montante de 50 loteamentos irregulares¹⁵³ em 1991, número que foi aumentando e chegou a 140 em 1999, quando foram regularizados pela Lei Municipal nº. 2.559, de 12/07/99, conforme veremos.

Por trás da atuação da prefeitura se encontrava um problema que se tornava mais preocupante a cada dia: a falta de moradias e a disputa sempre acirrada para encontrar um espaço que podia ser habitado. Sem possibilidade financeira para pagar um aluguel cada vez mais caro – e muitas vezes praticamente inexistente – a população procurava os morros e os loteamentos irregulares, comprometendo o próprio equilíbrio ambiental, haja vista que não seria permitido o parcelamento do solo em

áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis ou ultrapasse os limites máximos dos padrões de qualidade ambiental fixados, até a sua correção, a critério do órgão ambiental competente; em áreas declaradas legalmente como de preservação permanente, de conservação ecológica e de proteção da flora, fauna e demais recursos naturais; em áreas declaradas legalmente como de interesse histórico, arqueológico, turístico ou paisagístico; em terrenos que não tenham assegurado o suprimento de água e energia elétrica (...) (PMJS, 1999c: 8).

Para a prefeitura a reversão das infrações era uma questão de consciência da própria população, já que a destruição dos morros significaria, num futuro próximo, o comprometimento da

¹⁵³ Para Siebert (2000: 291, grifo no original), distingue-se, por sua presença no espaço urbano, as **invasões** (áreas nas quais a ocupação não se dá por iniciativa de seu proprietário), os **loteamentos clandestinos** (nos quais o proprietário vende os lotes sem conhecimento da prefeitura, sem projeto e sem infra-estrutura) e os **loteamentos irregulares** (nos quais o proprietário vende os lotes sem aprovação final da prefeitura, sem infra-estrutura completa, mas com um projeto encaminhado para aprovação. Na prática, estas três categorias de ocupação ilegal geram os mesmos problemas básicos: falta de um registro oficial da propriedade (legitimação), falta de infra-estrutura e falta de segurança – em suma, falta do que se espera de uma cidade e que deveria estar implícito na cidadania.

tão privilegiada topografia de Jaraguá do Sul. Como se pode observar, além da questão da moradia não ser resolvida, jogava-se a culpa na população que comprava os lotes, cujas irregularidades detectadas eram a falta de planta topográfica, cadastramento, doação de leitos e passeios das ruas. Percebe-se a preocupação da prefeitura com as questões técnicas dos projetos e não com os problemas de infra-estrutura: os lotes eram irregulares porque não estavam regularizados na prefeitura, mas não porque não tinham água, energia, rede de esgoto ou terraplenagem adequada.

Em meados da década de 1990 o apontamento dos culpados pela situação era mais direto, uma vez que

com o aumento das indústrias, Jaraguá do Sul está enfrentando o problema da migração. Pessoas de outros Estados vêm à procura de emprego e deparam-se com a falta de moradia. Muitos, desesperados, constroem casas em lugares inadequados, como as encostas dos morros. Aumenta desta maneira o número de loteamentos clandestinos na cidade. A Secretaria do Planejamento está realizando vigilância nas construções, tentando coibir novas obras (Jaraguá News, 27/01/1995: 1).

A migração tem sido frequentemente apontada como um dos motores do crescimento da cidade ilegal. No entanto, ao analisar os números referentes ao crescimento dos loteamentos clandestinos em São Paulo, Santos (1990: 45-46 apud SIEBERT, 1999: 30) alerta para o fato de que a ilegalidade dos loteamentos cresceu três vezes mais rápido que o processo migratório, o que parece opor um desmentido aos que associam mecanicamente migrações internas, empobrecimento e agravamento da problemática urbana. É, na verdade, a situação sócio-econômica desta população a matriz do empobrecimento, das migrações galopantes, da urbanização caótica, da degradação das condições de existência.

Se observarmos, na tabela abaixo, os números divulgados pelo Correio do Povo entre junho de 1995 e junho de 1996, o aumento nos loteamentos irregulares foi de 155% – os dados do A Gazeta no mesmo período indicam um aumento de 140% –, veremos que a análise feita por Santos para São Paulo se aplica a Jaraguá do Sul, pois entre 1980-96 a população de Jaraguá do Sul cresceu 91,7%. Se formos analisar os números da população entre 1991 (76.968 habitantes) e 1998 (99.594 habitantes) verificaremos que ela cresceu 29,4%, ao passo que os loteamentos irregulares, de acordo com os dados publicados no Correio do Povo, cresceram 160%.

Assim, nos anos 1990, os loteamentos clandestinos ou os morros eram cenários privilegiados da visualização das condições de vida a que estavam sujeitas as pessoas que chegavam à cidade, pois muitos moravam em lotes vendidos a preços que podiam ser considerados econômicos, em condições muitas vezes tentadoras, porém sem nenhuma infra-estrutura e garantia.

Tabela 8 – Evolução dos Loteamentos Irregulares (1991-98), segundo notícias publicadas em jornais de acordo com levantamentos das Secretarias de Planejamento e de Habitação/Ação Comunitária da PMJS.

Data	Jornal	Nº.
29/11/1991	Correio do Povo	50
15/05/1993	Prefeitura	17
07/06/1995	A Gazeta	Quase 50
17/06/1995	Correio do Povo	+ de 40
09/11/1995	Jornal do Vale	82
23/06/1996	Correio do Povo	102
28/06/1996	A Gazeta	120
15/08/1997	Jaraguá News	130
20/02/1998	A Gazeta	150
<u>13/03/1998</u>	<u>Correio do Povo</u>	<u>+ de 130</u>
12/11/1998	Jaraguá News	150

Fonte: Pesquisa do autor em 05/10/2003.

Vindo de Pinhalzinho, cidade próxima de Chapecó, J. L. V. comprou um terrenos em sociedade com seu irmão em um loteamento em Três Rios do Norte. Na época, há três anos, ele pagou o equivalente a R\$ 3 mil. ‘Foi o lugar mais barato que encontrei’. J. construiu uma casa de madeira onde vive com a mulher e cinco filhos. No mesmo loteamento residem seus pais e outros irmãos. Eles se servem de água de um riacho próximo e a luz dentro de casa vem de uma extensão (‘rabicho’) ligada a um poste na rua principal do bairro, há cerca de 500 metros (A Gazeta, 07/06/1995: 4).

Muito se fala em direito à cidade. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Estes bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão (SANTOS, 2002: 129).

Para Rolnik (1997: 169), em tese, todos os moradores da cidade estão em condições de receber os investimentos em infra-estrutura, os melhoramentos públicos: a questão é saber quem pode receber esses serviços e quem não pode, quem é legal e quem é ilegal. Ao serem reconhecidas, as exceções ganham o direito de receber investimentos públicos, infra-estrutura e serviços urbanos. As maiorias clandestinas entram, então, na política urbana, devendo um favor para aqueles que a julgaram admissíveis. A relação política que estabeleceu esse pacto territorial foi o que convencionalmente se chamou na literatura sobre a questão social de *ideologia da outorga*. Significa dizer que o ato fundador da cidadania era uma relação de doação do poder público para o povo.

Apesar de habitarem em área irregular, onde não se paga imposto, os moradores acham que têm os mesmos direitos que qualquer cidadão jaraguense e citam o caso de outras áreas irregulares que recebem benefícios da Prefeitura¹⁵⁴ (Correio do Povo, 26/04/2000: 8, grifo nosso).

¹⁵⁴ A expressão do jornal carrega todo o preconceito e discriminação contra uma população que não pode pagar pelos serviços urbanos, por pessoas, “que acham que têm os mesmos direitos de outros cidadãos jaraguenses”.

Já fizemos muita coisa nessas áreas, **mas não temos condições de fazer tudo porque a população que paga impostos** e mora em áreas regularizadas nos cobra outro tipo de obras¹⁵⁵ (Waldir Watzko, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico (Correio do Povo, 26/04/2000: 8, grifo nosso)).

Em uma matéria denominada “A roleta russa dos loteamentos”, o jornalista Celso Machado apostava que até o final do governo Durval Vasel, em 1996, nenhuma solução seria dada à questão dos loteamentos clandestinos e irregulares. A situação, que já havia sido tema de incontáveis reuniões na prefeitura e no Conselho Municipal de Desenvolvimento, piorava a cada dia e tendia “a se agravar até o final da década por causa das migrações internas históricas no Brasil” (MACHADO, 1995: 2).

Para ele, seria necessário três coisas para solucionar o problema: “vontade política, legislação definida e rígida, e fora da esfera da cidade, que o Estado, de modo concreto, faça a sua parte para conter estas migrações em sua origem. Coisa que, até hoje, salvo melhor juízo, nunca se fez”.

Tal como seus colegas do Correio do Povo, que vimos acima, rapidamente o jornalista se defendia, sustentando “que não estava querendo cercear o direito sagrado e constitucional de ninguém, e muito menos procedendo a uma pregação segregadora. O que se está querendo dizer é que as autoridades legalmente constituídas devem, já, justificar o título”. Deve-se, porém, fazer justiça ao jornalista, haja vista que o problema dos loteamentos irregulares e clandestinos não foi resolvido na gestão de Durval Vasel – e, efetivamente, em nenhuma outra até agora.

Apesar da “coragem de enfrentar o problema de frente”, segundo o Secretário Otaviano Pamplona, o problema dos loteamentos irregulares não era resolvido, como mostram as manchetes abaixo.

Loteamentos: irregularidades serão combatidas (Jornal do Vale, 07/09/1995: 7).

Secretarias começam trabalho para regularizar loteamentos (Correio do Povo, 04/10/1995: 4).

Ação regularizará 45 loteamentos irregulares no município (A Gazeta, 06/10/1995: 1).

Em 1995 toda a periferia de Jaraguá do Sul contava com algum foco de irregularidade urbana

fruto do crescimento da população na ordem de 6% ao ano. Esse processo de ocupação irregular de áreas na periferia começou, segundo Ademir Izidoro (Secretário da Habitação), Otaviano Pamplona (Secretário de Planejamento) e o Vice-Prefeito, Alfredo Güenther, há dez anos, em administrações anteriores, que nunca fizeram nada para conter a situação. Por isso, é preciso conter o processo de favelização que ocorre em praticamente todo o município (Correio do Povo, 04/10/1995: 4).

As soluções apresentadas por eles para o problema eram conhecidas: parceria entre as partes, possibilitando a implantação de infra-estrutura que permitisse a legalização das áreas, em cuja maioria

¹⁵⁵ A própria expressão “clandestinidade” deve ser questionada, uma vez que funciona como uma justificativa para que o poder público continue a ignorar e negligenciar estas áreas de exclusão espacial, social, econômica e política.

faltava redes de esgotos, de água tratada e elétrica, ficando a compra de tubos e postes sob a responsabilidade da prefeitura, e que ninguém comprasse lotes antes de uma consulta à prefeitura. Contudo, eles admitiam que a questão não era de fácil solução, “pois o problema migratório continua, e nem mesmo a mais severa vigilância evita que glebas de terras com dois ou três lotes venham a ser ocupados sem a menor infra-estrutura” (A Gazeta, 08/11/1995: 1).

A migração existente no Estado é grande. A procura são pelas cidades-pólos, como Joinville, Florianópolis e Blumenau, principalmente. Todavia, em Jaraguá do Sul e Guaramirim, face as indústrias existentes e oferta de mão-de-obra, são grandes as levas que se instalam na periferia, aumentando o já crucial problema da falta de moradia, trazendo também, conseqüentemente, dificuldades na infra-estrutura e perda da qualidade e do nível de vida. **Famílias oriundas do Paraná são as que mais incham a cidade** (Jornal do Vale, 24/11/1989: 8, grifo nosso).

No início de 1995, pela primeira vez de maneira oficial, o poder público municipal promovia ações visando conter a ocupação de morros e encostas acima da cota 100. Para a prefeitura

o violento processo migratório em direção de Jaraguá do Sul, nos últimos dez anos, em função do crescimento registrado no parque industrial e a conseqüente maior oferta de trabalho, começa a materializar um quadro de alto risco: não tendo onde morar, centenas de famílias já estão instaladas em áreas de extremo perigo, ocupando habitações mal construídas e sem nenhuma segurança. Segundo o secretário de Planejamento, Otaviano Pamplona, ‘nas regiões periféricas, esta ocupação desordenada, em curto prazo, poderá repetir situações como em Blumenau e Florianópolis, onde os desmoronamentos são freqüentes, inclusive com vítimas fatais’ (Correio do Povo, 29/03/1995: 3).

Para tentar reverter o quadro, a secretaria trabalhou no sentido de, primeiro, conscientizar loteadores, imobiliárias e os eventuais compradores de lotes, para que nenhuma das partes comercializasse áreas acima da Cota 100. Em segundo lugar, além de colocar placas de alerta nestas áreas, também não liberaria nenhum loteamento que infringisse a lei¹⁵⁶. Além disso, numa ação conjunta com o SAMAE e CELESC, água e energia elétrica não seriam fornecidas nestas condições, como formas de evitar a proliferação destes loteamentos cujo ônus da legalidade acabaria recaindo sobre a prefeitura e, por extensão, no bolso dos contribuintes. Diante disso, o COMURB optou por cobrar da prefeitura a sincronização de ações¹⁵⁷ para evitar que o processo de ocupação dos morros continuasse. Por sua vez, a prefeitura alegava que os lotes clandestinos inibiam a sua ação e que não se podia fazer nada porque eram irregulares (Jaraguá News, 25/04/1996: 1).

¹⁵⁶ “Os Secretários do Planejamento e da Habitação e Ação Comunitária reuniram-se com loteadores para traçar metas para acabar com os loteamentos clandestinos. As irregularidades dizem respeito à documentação, desmembramentos, certidões de compra e venda. A maioria deles também não apresentam condições de moradia, faltando rede elétrica, drenagem, água e abertura de vias, que acabam ficando por conta do comprador” (Jornal do Vale, 01/02/1996: 13).

¹⁵⁷ O exemplo desta falta de sincronia entre os vários setores da prefeitura era visível, de modo que ao mesmo tempo que a Secretaria de Planejamento, parceirizada com a de Habitação e Ação Comunitária, lançava o projeto “Chão Legal” (vide abaixo), a Secretaria de Obras realizava a readequação do prolongamento da rua Henrique Marquardt, no bairro Czerniewicz. Esta rua, conforme admitia a própria secretaria, ficava em um loteamentos irregular.

Os anos de 1995-96 são marcados pela batalha da prefeitura contra os loteamentos irregulares, muito embora, às vezes, seus secretários deixavam escapar a expressão “loteamentos clandestinos”, que no final de 1995 já chegavam a 82 cadastrados (Jornal do Vale, 09/11/1995: 1). Para resolver a situação, foi lançado o Projeto “Chão Legal”. O objetivo do projeto era divulgar à comunidade a importância de comprar um chão legalizado, evitando os loteamentos clandestinos. Outros objetivos do projeto eram: impedir a proliferação de casas sem o alvará de construção; trabalhar para que, em médio prazo, estes loteamentos fossem colocados em ordem; e em parceria entre loteadores, moradores e, quando possível a prefeitura, viabilizar a escritura dos lotes para os moradores destes locais (VASEL e GUENTHER, 1997). Através dele deveriam ser regularizados todos os loteamentos, bem como aplicar punições para quem vendesse lotes irregulares, de forma a acabar com o problema. Por isso

a partir de agora, quem possui loteamentos irregulares, não poderá vender lotes. O descumprimento enquadra o infrator em crime contra a economia popular. Tudo o que estamos fazendo não vai solucionar de vez o problema, mas a intervenção e a parceria são importantes para melhorar o quadro e frear o surgimento de novos loteamentos ilegais (Ademir Izidoro, Secretário de Habitação de Jaraguá do Sul (Jornal do Vale, 01/02/1996: 13)).

Mas, em vez de serem processados quem abriu irregularmente os loteamentos, a Promotoria Pública prometia processar quem construísse ilegalmente, ou seja, “quem construir casa em loteamentos clandestinos estará correndo o risco de ser preso, ter sua casa demolida, além de responder processo crime” (Correio do Povo, 22/06/1996: 5). O aviso era de Otaviano Pamplona, que também alertava para o fato de que “os loteamentos irregulares são um problema tanto para o município quanto para seus ocupantes, pois não têm recursos legais de reivindicação de melhorias, por serem clandestinos”. Nota-se aqui, mais uma vez, que os culpados são os migrantes, aqueles que compram os lotes e “que não procuraram saber se o lote era ou não legalizado”, e não os loteadores, que a todo custo buscam auferir lucros e se aproveitam de uma situação social para tal.

Exemplo disso foi a denúncia feita pelo jornalista Sérgio Homrich dos Santos em seu artigo “O chão nosso de cada dia!”. Para ele, a ganância dos loteadores¹⁵⁸ não podia estar acima dos interesses comunitários, pois os loteadores de Jaraguá do Sul pressionavam de todas as formas na tentativa de reduzir o tamanho dos terrenos para efeito de loteamentos no município. De acordo com o jornalista, em uma reunião acontecida em 10/03/1998, loteadores e cartorários de imóveis procuraram

¹⁵⁸ “A PMJS confirmou para o início deste mês a retomada das obras no Loteamento Casanova. Cerca de 100 pessoas compraram terrenos nesse loteamento, no início de 1990, e levaram um calote com a falência da imobiliária. A PMJS se responsabilizou pela conclusão das obras e entrega aos proprietários. A área precisa de terraplenagem, colocação de tubos, drenagem pluvial, água, esgoto e rede elétrica, investimentos de, pelo menos, R\$ 220 mil. (...). Não é a primeira vez que a prefeitura tem problemas com áreas comercializadas por imobiliárias” (Correio do Povo, 01/05/2000: 12).

intimidar os representantes da FATMA e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente com o objetivo de diminuir o tamanho dos lotes, que passariam de 360 m² para 125 m², previstos em lei federal, e aplicados em grandes adensamentos humanos. Além disso, queriam a redução da zona *non aedificandi* – um espaço destinado à área verde, construção de centros comunitários –, estipulada em 35% do total do terreno loteado (SANTOS, 1998: 2).

E por se tratar de um problema sócio-especulativo¹⁵⁹, mais do que técnico ou administrativo, é que os loteamentos irregulares não paravam de crescer, como nos mostram as manchetes a seguir.

Jaraguá do Sul possui 2.750 terrenos irregulares (Jaraguá News, 08/08/1997: 5).

Prefeitura quer regularizar os loteamentos clandestinos (Correio do Povo, 23/01/1998: 10).

Jaraguá tem 150 loteamentos irregulares (A Gazeta, 20/02/1998: 3).

Secretaria orienta sobre loteamentos clandestinos (Correio do Povo, 13/03/1998: 11).

Em termos legais, a maneira mais simplificada de regularizar um loteamento ilegal é oficializar, ou tomar públicas, as suas ruas, através de lei específica. Ao oficializar uma rua, a administração municipal a incorpora ao seu patrimônio, assumindo a si a responsabilidade por sua manutenção, e se for o caso, a execução da infra-estrutura faltante, que deveria ter sido executada por quem abriu a rua e teve lucro na comercialização dos lotes. Neste caso, os enormes custos para oficializar a cidade são socializados. Foi o que foi feito em Jaraguá do Sul com a Lei nº. 2.559/99.

No artigo 18º. podemos ler que as obras e serviços necessários à regularização do parcelamento serão exigidos pelo município, através de projetos específicos, de forma a assegurar: I – a estabilidade dos lotes, dos logradouros, das Áreas de Uso Público Especial e dos terrenos limítrofes; II – a drenagem das águas pluviais; III – a preservação das quadras e dos logradouros públicos de processos erosivos; IV – a trafegabilidade das vias, com tratamento adequado; V – a integração com o sistema viário existente; VI – o abastecimento de água e energia elétrica; VII – o esgotamento e tratamento das águas servidas (PMJS, 1999d).

Contudo, no final de 1999, a FATMA apontou quatro pontos críticos a serem solucionados, de modo que nem todos os loteamentos haviam sido regularizados: insuficiência de área verde; edificações em áreas ribeirinhas; construções em áreas com declividade acima de 30% e moradias em áreas de risco. Foram objeto da lei 140 loteamentos, com 3.410 lotes. Em 06/09/2003 estavam aprovados 30 loteamentos, com um total de 1.325 lotes; do restante apenas 48 tinham projeto.

Para Siebert (2000: 298), o principal fator sócio-econômico que leva ao surgimento do espaço urbano ilegal é o processo de desenvolvimento desigual gerado pelo modo de produção

¹⁵⁹ “Desde que foi fundado, em agosto de 1997, o CDH tem sido procurado por centenas de moradores dos ‘loteamentos clandestinos’. Pessoas que foram ludibriadas nos loteamentos Bortolotti, Von Vassen, Vila Machado, Jaraguá 84 etc., vivem hoje o drama da falta de estrutura mínima de moradia” (Correio do Povo, 20/03/1998: 2).

capitalista. Ao excluir uma grande massa do processo de acumulação de capital, este modelo de desenvolvimento forma uma sociedade desigual que, por sua vez, gera um espaço urbano dividido.

A ilegalidade, ao contribuir para a exclusão social, reforça a pobreza urbana, estabelecendo um ciclo vicioso, demonstrado por Cenecorta e Smolka (2000: 99) no diagrama

urbanização da pobreza ⇔ necessidades sociais excedendo a base tributária ⇔ ausência de recursos públicos para financiar provisão de serviços ⇔ escassez de terras servidas/urbanizadas ⇔ supervalorização de terras servidas ⇔ preços não acessíveis ⇔ ocupações de terra ilegais/irregulares ⇔ custo de vida mais alto ⇔ aumento da pobreza urbana.

A ilegalidade em relação à posse da terra, além de fator de exclusão social da população de menor renda, é o principal agente do padrão de segregação espacial que caracteriza as cidades brasileiras. As diversas localizações urbanas, resultantes do processo de produção da cidade, assumem diferentes preços. As áreas melhor localizadas são mais caras e são ocupadas pela população que têm renda para arcar com esses custos. A população de menor poder aquisitivo tende a ocupar áreas desvalorizadas no mercado imobiliário, como a periferia, e regiões ambientalmente frágeis, como fundos de vale, encostas, áreas sujeitas a inundações e de proteção ambiental.

É a este movimento de separação das classes sociais e funções do espaço urbano, como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais, que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. A visibilidade da segregação é evidente na desigualdade de tratamento por parte das administrações municipais aos diversos espaços da cidade: “aqui pode, lá não pode”. Assim, a diferenciação no tratamento – o recolhimento de lixo, água, energia, esgoto, saneamento, pavimentação, conservação de ruas, de um lado, ou água sem tratamento, esgoto a céu aberto, valas nas ruas e deslizamentos, de outro – às diversas partes da cidade é um dos mais fortes elementos produtores da segregação.

O espaço urbano é tecido de tal forma que todo o cotidiano daquelas camadas se desenrola predominantemente nessa região. Cada vez mais, o próprio Estado para ela se transfere e, ideologicamente, essa região começa a se identificar com a cidade e o restante passa a ser encarado como subúrbio ou periferia e considerado longe, por mais central que seja sua localização. Na verdade torna-se longe mesmo¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Oficialmente, a periferia é de 3ª. classe em Jaraguá do Sul desde 1936, quando o prefeito Leopoldo Augusto Gerent sancionou a Lei nº. 8, de 18/06/1936, que estabelecia normas para o Imposto Territorial Urbano. Com a lei, as ruas foram hierarquizadas em classes: as ruas do centro e próximas estavam na primeira e segunda classe e foram considerados de 3ª. Classe os terrenos situados nas demais ruas de Jaraguá (Município de Jaraguá, 1936: 5). Num primeiro momento, temos a impressão de que essa divisão em classes foi feita apenas para fins de cobrança de impostos. Mas ela não teria, também, a intenção de dividir a cidade em classes, bem como os seus habitantes? Quem morava em uma rua de 3ª. classe, também não seria habitante de 3ª. classe?

Segundo Gomes (2002: 193), a explicação geográfica, ao naturalizar este processo, omite justamente os ingredientes históricos e geopolíticos dessas construções. Assim, a periferia reuniria habitantes de áreas longínquas, dentro de uma perspectiva de distância definida não exatamente pela extensão medida em metros, uma vez que a periferia pode se situar, muitas vezes, dentro ou próxima às áreas centrais: a periferia não é somente espacial, mas econômica, social. A distância é, sobretudo, uma imagem que considera o sentido dessas áreas como periféricas ou marginais aos limites da cidade, esta última sendo tomada como um espaço onde predomina uma determinada sociabilidade que exclui essas áreas, que não ficam necessariamente longe do centro.

Em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação. Aparentemente, é consenso que as duas definições estão falando da mesma coisa; no entanto, este uso indiscriminado do termo leva a uma série de imprecisões na sua utilização. Por isso, utilizamos a expressão periferia tal como Bonduki e Rolnik (1982: 147), para quem elas são “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial¹⁶¹”, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social. O termo periferia assume, então, além de seu conceito geográfico, o conceito social de exclusão.

Para Santos (2002: 115) morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza, pois à pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial, que determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Aonde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem que pagar o que, em condições normais, teria de lhe ser entregue pelo poder público.

Assim, o espaço urbano vai se reproduzindo, indiferenciadamente, pelos “jardins” e “vilas” afora, repetindo uma situação de precariedade, pois os trabalhadores vêm junto, seguindo seu rastro, como única forma de sobreviver nas condições superexploradoras e depredadoras das cidades do capitalismo. Para os especuladores imobiliários esta forma de crescimento da cidade é extremamente lucrativa, uma vez que ocorre um aumento da demanda de terrenos vazios e uma intensa transformação de glebas rurais em urbanas, conseqüência natural da formação de loteamentos periféricos.

Observando a periferia pobre e migrante que se formou ao redor da cidade que se quer bela, branca, alemã, numa geografia da exclusão, que se complementa por um léxico estigmatizante onde

¹⁶¹ A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados. Este componente se soma à renda absoluta, que é, propriamente, a remuneração paga pela existência da propriedade privada.

se tecem as tramas de uma outra cidade, outra cidade nos espera. Nesses locais, não é apenas a carência de infra-estrutura, a contrastar com os bairros privilegiados da classe média e das elites, que é evidente, mas a estigmatização das pessoas em função do local de moradia.

A Cidade afirma ser ‘rica e forte (...) sábia, boa e livre’, mas sua maldade é tão evidente quanto seu poder; sua culpa, tão clara quanto sua riqueza. O legado da Cidade é imenso e rico, porém nela as leis sociais parecem feitas pra manter uns no luxo, outros sem ter o que comer; tuas orgulhosas mansões e templos estão sitiados por cortiços miseráveis (...). As ruas à noite afrontam os céus tolerantes com blasfêmias, pecados, crimes revoltantes (Thomson, 1963: 12 apud WILLIAMS, 1989: 320).

Para Siebert (2000: 286-287), o processo legal de formação do espaço urbano pressupõe a adequação às normas urbanísticas estabelecidas pelo poder público, tanto em seu conteúdo quanto em seu rito processual. Do parcelamento da terra ao “habite-se” da construção e do alvará de funcionamento de uma atividade comercial, um verdadeiro emaranhado legal (escrituras, mapas de zoneamento, projetos, alvarás, vistorias, taxas e requerimentos) deve ser seguido para alcançar a legalidade. O objetivo desta complexa sistemática é programar o controle urbanístico, visando assegurar a qualidade dos espaços urbanos em seus aspectos sanitários, estéticos e infra-estruturais, moldando a cidade que se pretende construir.

Efetivamente, a idéia de um Plano Diretor¹⁶² começou a ser discutida em setembro de 1990, no Centro Empresarial, de onde surgiu também a idéia do Projeto Jaraguá 2010, fórum de discussão da realidade local e suas perspectivas, que gerou a “Carta de Jaraguá”, documento-síntese contendo as metas de desenvolvimento sustentado até o ano-horizonte de 2010, com continuidade no Planejamento Estratégico e na Agenda 21. Com o objetivo de substituir o crescimento desordenado por desenvolvimento, foi implantada a Secretaria de Desenvolvimento Municipal, estrutura responsável pelo Plano Diretor de Desenvolvimento, que tinha por objetivo

I) estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência do homem com o meio e das atividades que os permeia; II) promover (...) a qualidade de valores estético-paisagísticos-naturais-culturais, próprios do município; III) prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com o crescimento ordenado; IV) conciliar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço (PMJS, 1999c: 6).

Contudo, o descumprimento da legislação urbanística tem crescido à medida que aumentam as exigências para a obtenção da legalidade. Num certo sentido, é ele quem fornece os subsídios para que se concretize o projeto de transformar a cidade em um mundo espacial e socialmente segmentado, ocultando a miséria e lançando luz sobre a sua face sadia. A falta de aplicação dos dispositivos

¹⁶² “Salientamos que esse Plano é somente físico territorial, há necessidade de fazer um Plano Diretor Integrado, envolvendo todos os segmentos do município” (Afonso Piazeria Neto, Gerente de Habitação da PJMS).

referentes à função social da propriedade, que poderia agregar justiça social à política urbana, faz com que ele funcione mais como instrumento de concentração de renda e de exclusão sócio-espacial.

Dessa forma, à revelia da fiscalização, sob os olhos cúmplices, complacentes, omissos, incompetentes ou impotentes do poder público, vão surgindo invasões, loteamentos clandestinos, construções irregulares e comércios ilegais: enquanto se espera a legalidade, a vida corre solta fora da prefeitura. Longe da prancheta dos técnicos municipais, na periferia, nos morros, a imagem criada, pretendida, contrasta colorida, viva e dolorosamente com a realidade dos moradores. Regulação exagerada convive com total *laissez faire* em diferentes áreas de uma mesma cidade. Basta dizer que em Jaraguá do Sul, a exemplo de inúmeros outros municípios brasileiros, a existência do Plano Diretor não garantiu, a uma significativa maioria da população, o acesso aos serviços urbanos. E que a ocupação dos morros, mais que uma saída natural do povo, foi parte do próprio processo histórico de urbanização e industrialização da cidade.

Segundo Siebert (2000: 297), a aceitação tácita da ilegalidade expressa na falta de fiscalização e no fornecimento de infra-estrutura e serviços urbanos é um ato de tolerância – mas não por razões humanitárias – em relação ao espaço urbano ilegal; é a aceitação, por parte do Estado, de que a legislação urbanística não é aplicável a toda a cidade. No entanto, ao invés de elaborar uma legislação menos exigente, adaptada às reais possibilidades desta população, que lhes concederia enfim o direito à cidadania, ele opta por deixar esta população refém de práticas clientelistas.

A essas leis – Plano Diretor, leis de uso e regulamentação do solo, por exemplo – que definem a especificidade do modo de construir os bairros na cidade, corresponde uma característica absolutamente marcante na construção da legalidade urbana: a lei como garantia de proteção do espaço das elites. Isso cria a contraposição ao espaço dos “outros”, dos que não têm condições de construir nos espaços legais, tais como os migrantes, os pobres, os excluídos da cidade.

Aí reside, talvez, um dos aspectos mais interessantes da lei, que aparentemente funciona como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável. O problema é que ela acaba determinando apenas a menor parte do espaço construído, uma vez que o produto – cidade – não é fruto da aplicação inerte do próprio modelo contido na lei, mas na relação que se estabelece com as formas concretas de produção imobiliária da cidade. Porém, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, configurando regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada. Ao mesmo tempo em que a lei alinhavou os territórios da riqueza, delimitou aqueles onde deveria se instalar a pobreza.

De acordo com Maricato (2001: 43), o controle urbanístico, a fiscalização sobre o uso e a ocupação do solo, de competência municipal, se dá somente na cidade legal. Para os assentamentos ilegais, em áreas que não interessam ao mercado imobiliário, a fiscalização é precária. Nem mesmo

em áreas de proteção ambiental, sobre as quais incidem leis federais, estaduais e municipais¹⁶³, a fiscalização e a aplicação da lei se dão com mais rigor do que nas áreas valorizadas pelo mercado.

Esta vasta área de obscuridade social correspondeu em primeiro lugar, na história de Jaraguá do Sul, ao lugar destinado aos negros na Colônia Jaraguá, principalmente a partir do momento em que começaram a chegar os imigrantes alemães e italianos. Com isso eles, que tinham sido abandonados pelo “fundador” anos antes, tiveram que sair das áreas localizadas perto dos rios e subir o morro, que ficou conhecido como Morro da África. Como não tinham dinheiro e nem condições de comprarem os lotes vendidos pelas companhias de colonização, foram obrigados, como veremos, a abandonar as terras. Fica claro que não poderia conviver um território negro em terra branca. Mais tarde, a partir da década de 1980, essas áreas aumentaram com a vinda dos migrantes, que supririam a demanda de mão-de-obra das empresas da cidade, consolidando as duas cidades que convivem em Jaraguá do Sul: a formal e a informal.

A segregação espacial por força das condições de renda ganhava intensidade a partir dos anos 1980. Isso não significa dizer que ela não existisse anteriormente, mas sim de que a sua materialidade passou a se tornar visualmente incômoda a certos setores da cidade. Além da condição econômica que favorecia a segregação espacial, essas pessoas estavam chegando a uma terra onde vigoravam, com certa intensidade, os valores étnicos da sociedade germânica, ainda que com vínculos mais tênues com os primeiros imigrantes europeus. Essas não são apenas idéias de pertencimento, mas, sobretudo de ordenamento, isto é, com a segregação pretende-se que cada um fique em seu lugar. Os signos de delimitação territorial são inequívocos: o espaço delimita os comportamentos, classifica as ações sociais, ordena a dinâmica social e hierarquiza práticas e instituições.

Dessa forma, nos lugares onde as divisões do tempo e do espaço não estão clara e rigorosamente determinadas, se observa a condição marginal. Daí o florescimento de uma inversão da lógica: se o lugar é marginal, conseqüentemente, aqueles que ali vivem são contaminados por tal imagem. Assim, qualquer personagem fora do espaço e do tempo previstos é marginal: uma mulher no cabaré é uma prostituta; um homem em casa durante o dia um vagabundo; uma festa no local de trabalho caracteriza indisciplina; um garoto fora da escola, um vadio (ROLNIK, 1997: 85).

Caldeira (2000: 79) também denuncia essa lógica ao dizer que “o crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como os principais espaços do crime”. Junto com esse processo caminhava outro, não menos significativo para os moradores: a construção da casa própria via autoconstrução.

Vimos acima que um dos grandes problemas a ser resolvido pelos migrantes era o da moradia. Se morar é uma necessidade para todos, é na desigualdade da localização e da qualidade

¹⁶³ O Morro da Boa Vista, por exemplo, é área de interesse social – Decreto Municipal nº. 1.549/87 –, mas nem por isso deixou de ser sistematicamente ocupado, conforme veremos abaixo.

habitacional desfrutada que transparecem as diferenças entre as classes sociais, fazendo-se do urbano expressão dos conflitos sociais. Submetida à lógica do capital – que acumula a população exigida para o sistema produtivo –, a cidade se apresenta com efeitos visíveis, decorrentes da valorização da mercadoria solo urbano: congestionamento, verticalização dos centros melhor servidos de infraestrutura e equipamentos, proliferação de zonas segregadas, subúrbios mal equipados e periféricos, como cinturão de abordagem aos mais pobres, casas precárias alugadas, casas autoconstruídas¹⁶⁴, expedientes de que se serve o trabalhador pauperizado para solucionar seu problema de moradia. No Morro da Boa Vista e no Morro da Pedra não foi diferente.

A migração fornece força de trabalho abundante para o crescimento industrial, porém, as péssimas condições de moradia que acompanham essa população não se devem apenas à velocidade e intensidade desse processo. Nas formas de produção do espaço urbano está outra fonte que explica a carência, a segregação ou as más condições de moradia, e ao favorecer os interesses do capital imobiliário e das grandes empreiteiras, as políticas governamentais fortalecem, mais do que combatem, a segregação espacial.

O processo de ocupação dos morros pelos pobres, migrantes e negros, através da autoconstrução, sem critérios técnicos, com remoção da cobertura vegetal, com cortes e aterros não estabilizados e sem obras de drenagem, aumenta os riscos de deslizamento, consolidando o círculo vicioso da exclusão econômica, social e espacial. Desta forma, se produz e reproduz uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos econômicos e políticos para pagar o preço de um progresso altamente espoliativo. A autoconstrução passa a ser vista como a solução mais importante do ponto de vista quantitativo.

Contudo, segundo Kowarick (2000: 84), a moradia constitui fator primordial no processo de inclusão-exclusão na vida dos trabalhadores. Como núcleo de sociabilidade primária onde se processa a organização da unidade familiar, aí são forjados, executados ou frustrados múltiplos projetos, carregados de conseqüências materiais e plenos de significados simbólicos. A casa própria, a seu turno, advinda do extremamente penoso processo de autoconstrução, também não pode apenas ser encarada como um abrigo que protege os trabalhadores contra as intempéries do sistema econômico, nem, unicamente, enquanto modalidade que o capitalismo predatório à *latinoamerica* inventou para rebaixar os custos da reprodução da força de trabalho.

A moradia é o mundo da sociabilidade privada, o que significa dizer ajuda mútua, brigas, rivalidades, preferências, tristezas, alegrias, aborrecimentos, planos, sonhos, realizações. E, por outro

¹⁶⁴ A casa própria, produto da autoconstrução na periferia das cidades brasileiras, faz parte da paisagem desde o final dos anos 1940, fixando as camadas populares, muitas vezes, em loteamentos irregulares ou clandestinos, resultando em uma cidade ilegal, tanto em relação à propriedade da terra quanto às normas dos códigos de edificações.

lado, abrigo contra as tempestades do sistema econômico. Mas é também o *locus* onde se condensa a produção de discursos nos quais a casa própria é valorizada em relação à moradia de aluguel e onde se arquiteta uma estratégia de sobrevivência: quem sai para trabalhar, quem fica para cuidar das crianças, quem vem morar, quem está proibido de entrar na casa. A inserção no mercado de trabalho é, sem dúvida, o ponto crucial, e fazer horas extras, vender férias, trocar de emprego, são opções no mais das vezes feitas dentro de margens extremamente limitadas. Mas também carregadas de valorizações que não são apenas de cunho monetário (KOWARICK, 2000: 84-85).

A autoconstrução e o mutirão são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. Seja para a construção de casas, seja para o tratamento da colheita, no meio rural, o mutirão, tradição que se extingue gradativamente, implicou frequentemente festas com danças e bebidas, num acontecimento que coroava o fim do dia, ou do processo do trabalho. Através do mutirão firma-se um compromisso de troca de favores, em bases bastante espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade.

As formas de construção da moradia variam, mas na maior parte dos casos, o encargo recai sobre a família autoconstrutora, de modo que poucos entrevistados declararam ter usado mão-de-obra remunerada. Isso acontece porque são poucos os que têm recursos para planejar o andamento da obra de modo a assalariar trabalhadores de maneira regular. Produzida por técnicas rudimentares, a casa serve como abrigo, uma vez que sua finalidade é gerar um componente indispensável para subsistir nas cidades e não obter lucro com sua venda, o que não significa que isso possa vir a acontecer. É preciso enfatizar que esse tipo de produção de moradia supõe um tempo de trabalho suplementar no processo produtivo, que se traduz na ampliação da jornada de trabalho, venda de férias, “bicos” e outros expedientes que os trabalhadores precisam desenvolver para levar adiante esse projeto.

A autoconstrução se produz por trabalho não pago, pelo sobretrabalho. Assim, ela contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho de que os gastos com habitação são um componente importante. Dessa forma, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (MARICATO, 1982: 74).

Entre os migrantes moradores do Morro da Boa Vista e Morro da Pedra esses mecanismos foram, e ainda são, em menor escala, acionados várias vezes, de modo a se fundir lajes ou fundamentos, construir casas e levantar muros. É através deles que a maioria da população

trabalhadora resolve o problema da habitação¹⁶⁵, trabalhando nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho, já que muitos deles são “pedreiros¹⁶⁶”.

Muitos migrantes, logo que compravam o terreno, começavam a erguer a casa, tempo no qual ficavam morando de favor com parentes ou conhecidos. Outros alugavam casas em bairros próximos, como nos mostram os depoimentos abaixo.

Aqui no Morro da Pedra nós viemos morar primeiro de aluguel na casa de um cunhado meu. Moramos de parede e meia um tempão, que a casinha dele só tinha quatro peças bem pequenas. Depois ficamos com o terreno dele porque ele morreu num acidente (...) e com o tempo fomos arrumando ela. A casa a gente nunca termina de fazer, sempre falta coisa e não se tem dinheiro que chega pra arrumar. Mas eu penso que se dá pra morar dentro já tá bom (Dona Alzira).

Nós morávamos lá na Vila Lenzi e compramos o terreno aqui no Morro da Pedra, que no morro os terrenos eram mais baratos. O meu marido trazia o pedreiro na bicicleta e eu vinha a pé [8 km] para fazer a comida para eles. Depois eu ficava ajudando na casa e quando era noitinha começava a andar de volta. Teve muito da casa que foi construída a maior parte por amigos, em mutirão (Dona Sônia).

Outra história, a de Marcelino, ilustra essa situação. Chegando do Paraná em 1990, depois de ficar “hospedado uns tempos na casa de um amigo na Vila Rau”, ele comprou em conjunto com o cunhado um terreno de 13X39 no final da “rua” do morro. O terreno foi comprado a vista, mas a casa foi feita em prestação, financiada em lojas de material de construção. A casa não foi terminada na época, “mas deu pra entrar pra dentro”. Neste terreno foram construídas duas casas. A primeira, onde moraram as duas famílias, teve a ajuda de alguns amigos que trabalhavam na casa nos finais de semana, “quando a gente vinha com os colegas e ai ia levantando a casa. Foi assim que nós construímos a casa. Depois que eu construí essa aqui meu cunhado empreitou com um pedreiro a construção da dele”.

(...) depois comprei um terreno do meu irmão. No terreno não tinha nada construído. Nele não tinha nada de construção. Com o tempo foi erguida uma meia-água que foi construída pelo meu marido que é pedreiro e trabalha por conta. Vou dizer que foi um sacrifício essa casa, que ela foi construída aos poucos e quando uma parte tava pronta outra já tinha que arrumar (Dona Maria, de Luís Alves).

Casais jovens com filhos pequenos, por seu turno, não raras vezes moram em quartos cedidos, nos fundos da casa paterna, reproduzindo, por um momento, a família extensa, passo importante para a passagem ao embrião em alvenaria ou mesmo ao barraco provisório erguido em algum loteamento das múltiplas periferias.

¹⁶⁵ A autoconstrução não se limita à construção da casa. No Morro da Boa Vista ela foi utilizada para a construção de uma igreja e do centro comunitário.

¹⁶⁶ “Aqui tinha uma casinha velha em cima do terreno, que depois eu mesmo derrubei e fiz outra, que nesse tempo eu já sabia trabalhar de pedreiro” (Seu Armando).

Aqui tinha emprego mesmo. Só era difícil de arrumar lugar pra morar. Aí a gente veio aqui pro morro com a família e construiu um ranchinho. É aquele ali em cima, branco, que ainda tá de pé. Ele foi nossa primeira casa. Depois ia construindo outra casa e outra e todos os filhos se ajudando e tudo se encaminhou que todos têm casa hoje. Tinha o Júlio que é pedreiro que era quem fazia as casas, mas todos ajudavam. Tudo a gente puxava lá de cima, da rua. Era um sofrimento só. (...). Na época era difícil. Não tinha estrada, era só mato. Ninguém ajudou, nem a Prefeitura. Até pra fazer um pocinho foi sofrido. Construímos tudo no muque, na força, capinando, abrindo esgoto, fazendo casa. A nossa, dá prá vê, tá há 13 anos em construção (Dona Maria Clara, mora no Morro da Boa Vista desde 1986).

Fotografia 3 – Autoconstrução no Morro da Pedra – 1992.



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor. Em 2003 a casa ainda não havia sido terminada.

Para Marcelino, “as dificuldades eram muito grandes e essa era a lógica, de um ajudar o outro, senão não dava. Isso foi há uns 13 anos atrás. Então se não se ajudava não construía. Era assim: trabalhava de noite e de dia construía. Trabalhava de dia e vinha no final de semana”.

Poder-se-ia argumentar que com o passar do tempo esta casa pode ser melhorada. Isto pode ocorrer, mas a um custo excessivamente alto. A compra em pequena quantidade normalmente encarece o custo da construção. Depois, vale lembrar que nos pequenos depósitos da periferia, via de regra, os materiais são mais caros. Praticamente não existem linhas especiais de financiamento, e quando se vende a prazo o comerciante cobra juros exorbitantes como forma de se precaver contra uma possível inadimplência. Isto tudo leva a que se opte sempre pelos materiais mais baratos, e conseqüentemente de pior qualidade. Os constrangimentos de ordem financeira e de tempo disponível fazem com que, mesmo depois de já habitada a casa, o processo de ampliação e melhoria de arraste por anos, consumindo recursos valiosos e o tempo de lazer.

Foi o meu irmão que era pedreiro que construiu a casa. Era uma casa de madeira. Hoje já tem uns tijolos, mas ainda não está pronta e nem bem se acaba uma parte a outra já tá velha. A vida não é fácil aqui (Edenilson, mora no Morro da Pedra desde 1995).

Eu morei seis meses de casa alugada e quando vendi o terreno que tinha comprei esse aqui no morro, que era mais barato. Em cima do lote tinha uma casa pronta, mas que precisava de umas melhoras. Com o tempo eu mesmo fui ajeitando uma porta aqui, uma janela ali, botando forro. Ainda hoje faltam umas coisinhas, que um amigo meu ajuda reformar. Inclusive ela está na casa agora trabalhando (Paulo, de Terra Roxa).

Compramos no morro por que aqui era mais barato. A casa tinha três peças e a gente foi aumentando ela com ajuda dos colegas do meu marido nos finas de semana e feriados. Ainda falta acabar, mas agora tá difícil, só eu trabalhando. Já estamos construindo ela há 12 anos (Sueli, mora no Morro da Boa Vista desde 1991).

A diferença entre licenças para edificação e “habite-se” concedidos pela PMJS entre 1997 e 2000 reflete isso.

Tabela 9 – Licenciamento de Edificações e “Habite-se”.

Quantidade	Licenças	‘Habite-se’
1997	1.286	405
1998	1.464	533
1999	1.145	484
2000	1.020	465
Total	4.915	1.887

Fonte: PMJS, 2001: 12 – anexos.

No Morro da Boa Vista o padrão de construção é mais precário do que no Morro da Pedra, com espaços mal iluminados, pouco ventilados e bastante adensados. Geralmente constituem-se de dois cômodos, que são utilizados durante o dia como cozinha/sala e como quartos à noite, e, no geral, com limitações quanto ao acesso à rede de esgoto e água.

Em muitos casos, a construção de um barraco é para ser uma situação provisória, pois este apresenta uma série de desvantagens em relação à casa de alvenaria: menor durabilidade, problemas de infiltração de água, proliferação de insetos e ratos, desconforto ambiental e falta de segurança. Contudo, em função dos problemas econômicos da maioria dos moradores eles não são terminados e nem abandonados. A sua existência é o sinal evidente de condições de habitação tão precárias como nas favelas: ausência de revestimentos mínimos, tais como mata-junta e rodapé, banheiro para fora, “rabichos” de água e luz e adensamento habitacional.

As casas abaixo da estrada são as que apresentam as maiores dificuldades para serem construídas, haja vista a distância de onde ficam os materiais e a betoneira, quando existe. O material é deixado na beira da estrada e deve ser levado nas costas barranco abaixo, no meio do mato, pelas escadas de terra. Quando não há energia elétrica, o concreto para as vigas ou fundamento e a massa

para assentar tijolos é feita à mão, em caixas de madeira. No caso das casas de madeira as dificuldades não são diferentes: tudo deve ser carregado da estrada até o local da construção, que na maior parte das vezes é feita clandestinamente, pois não há registros dos terrenos ou alvarás de construção. Muitas vezes elas são erguidas em locais proibidos e deve-se escapar dos fiscais da prefeitura, “fazendo tudo rápido, pois daí com a casa pronta não tem como tirar a gente dela” (V. B.).

Assim, sem ajuda oficial e com dificuldades para conseguir empréstimos, estes moradores vão construindo suas casas através da autoconstrução, o processo pelo qual os trabalhadores compram um lote, constroem um quarto ou um barraco nos fundos do lote, onde passam a morar, e então gastam anos expandindo e melhorando a construção, mobiliando e decorando a casa. Ademais, conforme a localização¹⁶⁷ do terreno, extremamente penoso, como podemos ver pelo depoimento e fotografia abaixo.

Quando cheguei fiquei morando com uns conhecidos um mês aqui no morro e depois comprei esse terreninho e construí a casa. Isso foi o maior sacrifício que nós passemos aqui. É que a casa, como se vê, fica aqui embaixo no morro e o material ficava lá em cima e tinha que puxar tudo no braço aqui prá baixo. Quando chegava a hora de parar prá almoça ou descansar era todo mundo tremendo de tanto fazer força, de subir e descer esse barranco. (...) a gente morou primeiro num ranchinho de madeira e depois foi construindo a casa aos pouco, no fim de semana, feriado, hora de folga. Quando dava a gente batia martelo aqui na casa. (...). Ela está sendo construída faz 12 anos (Alvir).

Fotografia 4 – Autoconstrução no Morro da Boa Vista – 1990.



Fonte: Fotografia de morador cedidas ao autor.

Neste processo, não raro, o espaço da obra se confunde com o espaço de moradia e vice-versa, como observamos na fotografia abaixo.

¹⁶⁷ A casa da fotografia quatro fica a “84 degraus” abaixo da rua principal. São degraus encravados na terra em um barranco íngreme e perigoso, notadamente quando chove.

Fotografia 5 – Autoconstrução no Morro da Boa Vista – 1998.



Fonte: Fotografia de morador cedidas ao autor.

Se comprava um chão que dava pra ir pagando e se fazia uma morada de qualquer jeito que era pra escapar do aluguel, poder morar dentro e pra receber os conhecidos. Depois se arrumava, ampliava. Eu mesmo em Jaraguá morei numas sete casas, seis só aqui no Morro da Pedra (Seu Antônio).

Aqui as casa foram construídas dentro do alcance de cada um, com a ajuda dos outros nos finais de semana, nos tempo de folga. Um ajudava o outro e assim se ergueram todas essas casas que se pode ver daqui. Até a Igreja [evangélica] foi construída assim. Tudo com muita dificuldade e sofrimento, que ninguém podia se mostrar muito que a Prefeitura vinha e mandava embora (S. P.).

Para os moradores do Morro da Boa Vista e da Pedra, suas casas autoconstruídas são claramente seu mais importante projeto de vida e consomem a maioria das suas energias e recursos por muitos anos. Através de suas casas, os moradores desenvolvem um discurso mediante o qual falam simultaneamente sobre a sociedade e sobre si mesmos. Para a maioria deles, o processo envolve não a compra de uma casa já pronta, mas todo o processo de construção, tanto material quanto simbólico, se tornando o sonho de uma vida melhor em construção.

Segundo Vêras (1992: 96), a população carente acaba ignorando normas e leis e responde como pode a seus problemas de acomodação na cidade. Assim é que se pode entender a já citada existência de “duas cidades”: a real e a legal. De alguma forma, a precariedade habitacional está sempre associada à presença dos seguintes indicadores: 1) questão fundiária não-regularizada, posse ilegal, ocupação de terras inadequadas para edificação; 2) construções inadequadas, quer do ponto de

vista estrutural, quer pelo conforto ambiental; 3) ausência de equipamentos e infra-estrutura urbana; 4) congestionamento, superlotação de ambientes, falta de privacidade.

Quando eu vim não tinha casa e tive que ir morar num porão, com pouca luz, com umidade, mas a gente tinha que ficar; se dividia aluguel com conhecidos e se morava tudo empilhado. Até a comida se fazia junto, no mesmo fogão (Seu Antônio).

Os terrenos aqui se compravam em prestações da própria dona, a Marina e isso dependia de como estava o bolso do comprador. Não tinha uma regra fixa. A casa não tinha e a gente mesmo ia fazendo aos poucos ou pagando, quando dava, pro pedreiro erguer, arrumar ou ir acabando aos pouquinhos. A minha mesmo ainda não está pronta até hoje e isso já vai pra quase 11 anos (Veroni).

A casa própria é um ideal extremamente generalizado e tem, certamente, um valor instrumental. A compra de um terreno e a construção de uma casa constitui uma das poucas formas de capitalização ao alcance do trabalhador. Afinal, ela é sempre um investimento que pode dar lucro, pela venda ou locação.

Para Maricato (1982: 74), à primeira vista pode parecer natural que os trabalhadores migrantes construam sua própria casa na cidade como faziam no campo. Essa prática pode passar como um dado cultural simplesmente. É preciso lembrar, entretanto, que, longe de se ligar a uma cultura de subsistência na cidade, e se ela mantém algumas práticas de subsistência, construindo as casas, abrindo poços para se abastecer de água, abrindo fossas para o esgoto, é porque não lhe resta alternativa, já que ela não tem condições de comprar esses produtos ou pagar por esses serviços, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam a infraestrutura e equipamento urbano, coletivos ou não, como mercadorias a exemplo dos setores privados, ou quando não, e mais frequentemente, combinadas a eles.

Sem negar essas afirmações, vale a pena, contudo, sugerir que podem existir novos horizontes teóricos a ser explorados, como o desejo de ser proprietário de sua própria casa. Este desejo é, por si só, pleno de significados. Em primeiro lugar, porque é possível afirmar que a mercadoria habitação, feita pelo tortuoso e sacrificante processo autoconstrutivo, é o único bem material cujo preço aumenta ao mesmo tempo em que é consumido: seja pelo trabalho realizado nas constantes ampliações e melhorias, seja via benfeitorias urbanas que, bem ou mal, com o tempo, acabam atingindo este ou aquele loteamento. Assim, por caminhos tortuosos, a casa autoconstruída é a melhor possibilidade de investimento desses moradores, na medida em que os gastos com aluguel não levam a qualquer forma de poupança, além da enorme instabilidade dessa forma de moradia.

Não se está negando a espoliação urbana inerente à autoconstrução, mas não se pode esquecer que esta solução habitacional representa um dispêndio monetário extremamente baixo por parte da família proprietária, restrito aos gastos de manutenção da moradia. Sua constante ampliação

pode levar várias décadas, fruto daquilo que pode ser designado *trabalho cristalizado* pelo conjunto da unidade familiar. Porém, é compensador, na medida em que leva ao acúmulo de bens, e à medida que o tempo avança, as casas podem deixar de ser precárias para ganhar uma condição melhor de habitabilidade (KOWARICK, 2000: 87).

Dessa forma, além de certa segurança contra as mazelas do sistema econômico e do acúmulo material, a casa própria conduz a uma configuração sócio-cultural apoiada nos símbolos de sucesso de quem venceu na vida, à vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, o trabalho disciplinado e a perseverança que leva à conquista da propriedade.

6 – Dois morros, duas histórias: no meio da Boa Vista do progresso tinha uma Pedra.

Caminhar por um bairro como este é a mais dura tarefa que um homem pode se impor; o coração é esmagado pela uniformidade da miséria apresentável; o observador lembra-se de que cada uma daquelas fachadas mortas, e em muitos casos cada janela cega, representa um ‘lar’; e as associações desta palavra sussurram-lhe um desespero vazio. Passe por lá à noite e faça um esforço de imaginação para visualizar a massa confusa de exaustão humana (...), de sofrimento imerecido, de esperança desesperançada, de capitulação esmagada, tudo misturado dentro daquelas paredes ameaçadoras (Gissing, 1886: 178 e 1889: 59 apud WILLIAMS, 1989: 317).

Regada pelo suor, pelos arrepios de esperança, daqueles que ali labutavam pela vida, a pedra transpirava algo de religioso e sagrado. Mas nos caminhos (...) a tinta vermelha em nossas roupas descuidadas nas brincadeiras infantis, aderidas em nossos corpos, impregnava nossa alma com aquele sentimento estranho de fatalidade e danação, que nenhuma água aliviava. A pedra do jogo, a pedra da briga, a pedra marcando o território, a pedra despencando dos morros, a pedra sinalizando estranhos caminhos, escorando a porta, a pedra deportada para os porões e para os vagões; pedra sobre pedra, uma pedra na história, pedra do silêncio e do esquecimento (...) (SAMPAIO, 1992).

O morro, onde quer que se encontre, recebe quase sempre um tratamento hierarquizado, diferenciador e desigual que marca a construção e a manutenção da cidade e da sociedade. Segundo Rocha (2000: 17), andar em um morro pressupõe enroscar-se e se esquivar concomitantemente das garras do paradoxo, vale dizer, descobrir identidades e diferenças tão territorializadas; por suspeitas e espreatas, embrenha-se num espaço consolidado culturalmente como marginal, onde o desafio é o de conviver com a multiplicidade da vida humana, com suas verdades processuais e eventuais. Quem se aventurar pelos morros e não estiver atento a estas coisas, com certeza perderá muito de sua imensa riqueza. Por isso deve-se prestar atenção naquilo que está implícito nas palavras, nas coisas, nos caminhos, nas trilhas e escadas encravadas na terra, nas pessoas mesmo, pois o morro é fonte de informação que não se deixa apreender facilmente.

Para Silva (2000: 9-10), é fácil perceber que a maioria das pessoas que não vivem nos morros não conhece seus moradores, seus hábitos e sua dinâmica cultural e nem mesmo sua dimensão humana. Eles são estranhos para aqueles, daí o medo, o distanciamento autoprotetor das violências estruturais que os condicionam e certo desconforto quando estes reivindicam respeito e autonomia em suas ações. No entanto, se a palavra social é inerente à vida em sociedade, é aí que se estabelece um paradoxo: como ser sociedade sem ser reconhecido como tal?

As funções do morro¹⁶⁸ (termo antigo da sociologia) refletem o olhar sobre a cidade: o olhar do lazer, do prazer da contemplação da vista, no duplo sentido da palavra: da nossa vista e a vista da cidade. Misturado a este olhar, nosso imaginário sobre os morros são repletos de imagens de perigo e

¹⁶⁸ O capitalismo como interventor da disciplina e do controle, pode-se dizer, contraditoriamente precisa do morro, seja como espaço de reclusão, onde a ilegalidade e o excesso de mão-de-obra podem legitimar a existência das leis, seja para construir o seu discurso protecionista e aparentemente distribuidor da renda. Na verdade, trata-se da gestão perigosa, mas necessária, à sobrevivência sistêmica da dominação, especialmente em sua dimensão econômica (ROCHA, 2000: 109).

violência: lugar de moradia dos pobres, o morro é sinônimo de favela, onde habitam os operários, migrantes, trabalhadores desempregados, bandidos, traficantes. Quase sempre se contempla o morro como moradia, abrigo, esconderijo, sede do perigo e da violência das classes perigosas, muito embora sabemos que são trabalhadores os que, em sua maioria, os habitam.

Este olhar reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados. De uma forma mais ou menos acentuada, esse processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram se diferenciar e se distanciar dos mais pobres. Dessa forma, o morro e a periferia recebem de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa os males de uma pobreza que é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa, onde “a cidade olha **o morro, a periferia** como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública¹⁶⁹” (Parisse, 1969: 16 apud KOWARICK, 1993: 93-94, grifo nosso). Esta estigmatização do status de cidadão enquanto morador urbano, que se condensa no imaginário e que constrói uma leitura do morro como germe de moralidade duvidosa e foco de transgressão, é algo que tem um peso ponderável na construção das identidades e percepções de muitos moradores da cidade.

Porém, os moradores dos morros guardam histórias vividas em comum, experiências e símbolos compartilhados que, ao uni-los acaba por identificá-los a partir de códigos decifrados em uma bricolagem de fragmentos, onde se repartem, em miríades, memória e história. Se a princípio o morro é uma soma de fragmentos, aos poucos a totalidade caótica de sua diversidade começa a revelar a lógica que a ordena, permitindo-nos recuperá-la como totalidade compreendida¹⁷⁰. Na urdidura física deste espaço da cidade se entrelaça outra trama, tecida com os mais variados laços sociais – relações de parentesco e vizinhança, práticas comuns de trabalho, vínculos religiosos, lealdades políticas, hábitos compartilhados de lazer – que compõem as extensas redes de sociabilidade que constituem, propriamente, a vida social. Além disso, o morro é constituído por uma rede de solidariedades que se caracterizam por ajudas conseguidas, contas marcadas, coisas emprestadas, troca de informações e pequenos serviços, inevitáveis conflitos e participação em atividades vicinais.

O morro é o espaço onde se tece a trama do cotidiano. Essas são experiências humanas que se manifestam entre aqueles que convivem em determinadas condições sociais, que compartilham suas misérias e esperanças. O processo de acercamento e descoberta desse significado pode ser trabalhoso, mas o resultado é enriquecedor, pois permite conhecer e participar de uma experiência nova, compartilhando-a com aqueles que a vivem como se fosse natural. As sociabilidades

¹⁶⁹ No original, o texto é “a cidade olha a favela...”.

¹⁷⁰ Assim como não se pode captar o significado da vida na periferia sem o contraponto do centro, também os núcleos de bairro só revelam sua importância quando confrontados com a vizinhança sobre a qual estendem sua influência, e assim em círculos concêntricos, até o plano em que contempla a cidade no seu conjunto (MONTES, 2000: 306).

construídas no morro representam uma alternativa possível de preservação de certa integridade diferencial, onde ele não é somente lugar onde se situam suas famílias e seus parentes, mas também espaço de conhecimentos, permitindo a utilização de relações personalizadas que ajudam na sobrevivência (ALVIM, 1997: 146).

Assim, quem chegava ao Morro da Boa Vista nos anos 1980-90 e queria plantar alguma coisa bastava se apossar de um terreno e criar as condições necessárias para isso: desmatar, tocar fogo e plantar. Nessas pequenas “propriedades” do morro plantava-se aipim, banana, cana e verduras. Também havia quem fizesse criação de galinhas, porcos e cuidasse de vacas. Com exceção dos porcos e gado, essa prática é comum na comunidade, sendo que Seu Olanir planta “umas terrinhas” que um vizinho lhe cedeu. Encostado de casa ele planta aipim, cana, verduras e hortaliças para o sustento da família. Raramente vende alguma coisa, mas

se alguém passar e pedir, eu deixo levar sem problema. Tem muita gente daqui que vem pegar. Até um fiscal da prefeitura que veio me dizer que eu não podia plantar no morro, nesses dias passou aqui e me pediu aipim. Eu não dei porque ele foi grosseiro comigo no dia que disse que eu não podia plantar. O dono tinha me deixado e eu plantei. Já faço isso há um tempão e vou fazer até que ele me mandar embora, mas eu sei que isso não vai acontecer (Seu Olanir).

A cada dia os moradores, ao usarem e percorrerem o morro vão se apropriando dele. Ele se torna, assim, um espaço familiar e qualificado. A visibilidade cotidiana das pessoas vão se transformando em caras familiares; as cercas precárias – mas que não deixam de existir, delimitando claramente espaços privados – e as ruas estreitas e sem movimento de estranhos favorecem certa proximidade. As pessoas se conhecem e se cumprimentam; as mulheres chegam às cercas para conversar e conservam o hábito de trocar pequenos favores; mantêm-se o costume de chamar as pessoas que passam na porta para um café ou um dedo de prosa com o característico “vamos chegar” ou “vamos tomar um chimarrão”; os homens se encontram no bar; os jovens saem em grupos e freqüentam os mesmos espaços de diversão.

Contudo, convém não exagerar a dimensão das relações solidárias entre os moradores, pois entre eles há cisões.

A discriminação aqui é por causa da minha cor, que sou negra, e de dois filhos doentes, que eles são maltratados, xingados. Sabe, o povo daqui do morro não gosto muito da gente não, mas não tenho como sair daqui. É triste. Se eu pudesse eu ia embora, ia pra Vila Lenzi que lá tem gente da mesma cor que eu (Dona Albelina, mora no Morro da Pedra desde 1983).

Para Gupta e Ferguson (2000: 34), devemos examinar de que modo um determinado lugar se formou como *comunidade*, a partir do espaço interligado que existia. Ao trazer sempre para o primeiro plano a distribuição espacial de relações de poder hierárquicas, podemos entender melhor o

processo pelo qual um espaço adquire uma *identidade* distintiva como lugar. Não nos esquecendo de que as noções de localidade ou comunidade referem-se tanto ao espaço físico demarcado quanto a agrupamentos de interação, podemos perceber que a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade. Assim, podemos dizer que o morro é o lugar da polifonia, da pluralidade e da diversidade, e essas são suas marcas.

O tecido edificado dos morros, com seus condicionantes topográficos, tornar-se específico a partir das suas respectivas práticas sócio-culturais de uso, apropriação e representação do espaço. Também é significativa a especificidade que os morros da Boa Vista e da Pedra assumem como locais visíveis através de um processo de segregação sócio-espacial, negativada por: a) uma ocupação de encosta através da construção de baixo custo tecnológico, refletindo-se num tecido urbano constituído por um intrincado sistema de casas, barracos, ruas, ruelas e escadarias encravadas na terra; b) atividades sócio-econômicas informais da maioria de seus moradores negros e migrantes; c) ausência de qualidade de vida; d) pela discriminação e preconceito contra os migrantes.

Mas o morro é mais do que suas casas, benfeitorias e ruas. Ao construí-lo, os habitantes constroem uma história com situações e personagens com os quais podem se identificar, um mundo próprio para a habitação dos homens, um mundo de relações simbólicas. Da alegria dos casamentos e nascimentos à tristeza da doença e da morte, o festejo e o pranto acontecem nos seus limites.

Fotografia 6 – Festa em comunidade – Mariluz (PR) – 1978.



Fonte: Fotografia de morador, que atualmente mora no Morro da Pedra, cedida ao autor.

Nele também vão recuperando velhos hábitos e costumes da terra de origem e reconstroem relações, quer de parentesco quer de amizade, rompidas pela migração e, agora, remodelados na

cidade. Esta gama de relações pessoais com amigos, parentes, conhecidos, possibilita o aprofundamento das relações de amizades trazidas desde o local de origem. Assim, ele é local decisivo para a ressocialização do migrante na cidade e um espaço de trocas de experiências e conhecimentos, sobre os “carreros” da cidade.

Fotografia 7 – Festa em comunidade – Morro da Pedra – 1995.



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor.

6.1 – O Morro da Boa Vista na história.

Até a década de 1870, o Morro da Boa Vista como região ou construção simbólico-ideológica de um espaço dotado de historicidade não existia, e só passa a ser conhecido por este nome a partir de 1880. Há registros de que a primeira indicação oficial tenha sido feita por Jourdan, quando naquele ano mandou estender uma faixa branca composta de duas peças de tecido de dez metros cada, firmadas em três varas de taquaruçu e fixadas na parte oeste do pico com vista ao mar, de onde poderiam ser vistas desde o porto de São Francisco. Alexandre e seu irmão, Manoel Alves de Siqueira, e o caboclo João da Silva Rondão, se incumbiram da tarefa (SILVA, 1975: 54).

Os primeiros habitantes do morro foram trabalhadores negros – entre os 60 trabalhadores trazidos e destinados à lavoura estavam Domingos e Marcos Rosa, que foram os primeiros moradores do Morro da Boa Vista –, “vindos do Norte e do Rio de Janeiro, que trabalhavam para Jourdan no Estabelecimento Jaraguá” (STULZER, 1972: 11-12). Ele funcionou até 1883, quando paralisou as

atividades por conta de dificuldades financeiras, haja vista os problemas encontrados para fazer chegar açúcar e aguardente ao porto de São Francisco, de onde seria embarcado para o Rio de Janeiro.

Segundo um texto obtido junto ao Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul, intitulado Histórico de Jaraguá do Sul (mimeo, s/e.),

como primeiros moradores constam alguns trabalhadores de Emílio Carlos Jourdan, que para ali se mudaram depois do fechamento do Estabelecimento Jaraguá [1884]. Se mudaram para ali porque as terras que Jourdan ocupara pertenciam à Princesa Isabel e sua situação ali seria muito insegura. Já as terras à margem direita do Rio Jaraguá eram terras estatais e, por essa razão, lhes daria muito mais tranqüilidade. Como a maioria eram negros ou mulatos, de forma pejorativa apelidaram o Morro da Boa Vista de ‘Morro da África’.

Contudo, os negros não foram para o morro por causa da tranqüilidade, mas sim porque foram sistematicamente expulsos das regiões centrais do que hoje é Jaraguá do Sul. Primeiro quando o Estabelecimento Jaraguá fechou e os deixou na mão, sem lugar para ficar e sem pagamento¹⁷¹; depois, no início do século XX, quando foram expulsos a ferro e fogo por ordem judicial conseguida pelos proprietários da companhia que comprou as terras que haviam pertencido a Jourdan, formada por Francisco Tavares Sobrinho, César Pereira de Souza e Angelo Piazero¹⁷².

Com a chegada dos imigrantes europeus, em sua maioria alemães e italianos¹⁷³, eles foram perdendo suas terras, como contam

meu avô foi escravo e ele, assim como meus pais, contavam que antes de morar no Morro da Boa Vista, moravam na Vila Nova [localidade vizinha à atual]. Com a chegada dos Piazero, foram obrigados a mudar para o morro, onde passaram a viver, construíram casas e abriram muitas roças de cana, mandioca e frutas, produziram cachaça e farinha¹⁷⁴.

Eu já ouvi falar que antes de vir aqui pro Morro, moravam na Vila Nova, depois com a chegada dos Piazero, o pai do Renato Piazero, não sei o que deu lá, parece que tiraram e jogaram aqui pra cima¹⁷⁵.

¹⁷¹ “Dinheiro não havia. Os extensos canaviais (...) foram incendiados. Sem dinheiro, roça queimada, o povo debandou. Poucos ficaram, entre estes, a família dos Rosa. Cana queimada, o que dava, se aproveitava. Faziam-se açúcar e cachaça. Esperavam-se dias melhores. Não vieram, porém. No Fórum de Joinville correu processo contra Jourdan por falta de pagamento” (SILVA, 1975: 33-34).

¹⁷² Jourdan vendeu suas terras em 01/07/1898, quando se retirou definitivamente do Jaraguá.

¹⁷³ Os italianos começaram a chegar no Jaraguá em 1892, vindos de Blumenau e Rio dos Cedros, via Pomerode. Eles se instalaram na Barra do Rio Cerro, Nereu Ramos e Santa Luzia. Alguns deles, como a família Piazero, ficaram no centro. Foi através deles que o lugar ficou conhecido como “Morro da África”, denominação que serviu, e serve, para designar o espaço onde morava a população negra do Jaraguá, e que com o tempo substituiu a primeira. Durante muitos anos foi utilizada inclusive por aqueles que o habitam, não sendo raro os negros que ainda se lembram dela

¹⁷⁴ Depoimento de Waldemiro, citado por SILVA (1988: 15). Essa informação foi comprovada por Silva (1988), que lá encontrou oratório com uma “santa negra” que afirmam ser Nossa Senhora Aparecida. Mas antes dela, teria havido lá uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, até hoje considerada a grande protetora dos negros e a quem rendiam cultos e realizavam uma grande festa (LEITE, 1988).

¹⁷⁵ Depoimento de Elisa Rosa, citado por SILVA (1988: 15).

Segundo Silva (1975: 54), estes colonos europeus depararam-se com uma regular favela, instalada na elevação mais próxima do Jaraguá, iniciada no ano de 1901, cujos proprietários “eram os ex-operários da fazenda do Jourdan, constituídos de gente, em sua maioria de cor negra¹⁷⁶, dos Rosa, Ventura, dos Rita e outros. Atualmente, bem poucos dos remanescentes sabem algo sobre o nome grotesco¹⁷⁷ de ‘Morro da África’”.

Para muitos, da mesma forma que as Histórias do morro e de Jaraguá do Sul se confundem, não se pode separar a História de Domingos Rosa da do Morro da Boa Vista, pois teria sido ele, com sua numerosa prole, um de seus primeiros habitantes. Em princípios de 1880, seu pai, João Estevão de Oliveira Rosa, veio acompanhado de sua família trabalhar com Jourdan na abertura de um canal que facilitaria a ligação entre o Jaraguá e o porto de São Francisco, que acabou não acontecendo por falta de recursos. De João Estevão, negro, sabe-se que era natural do Porto de Ubanda, na África, e que se casara com Rosa Thomasia da Conceição, aos 18/10/1867, em Joinville. Domingos Rosa, seu filho mais velho, casou-se com Rita Veríssima da Conceição; ele casou-se mais duas vezes e teve 36 filhos, dos quais alguns ainda vivem e moram no Morro da Boa Vista (SILVA, 1975: 58).

De acordo com Norberto Rosa, filho do 3º. casamento de Domingos Rosa, em entrevista ao autor em 24/07/2003, seu pai nasceu na África e era descendente da tribo Buruanga – sobrenome que teria o significado de “mamangava” (em tupi, um tipo de inseto da família das abelhas) –, tendo sido lá escravo; no Brasil, provavelmente no Rio de Janeiro, lhe trocaram o sobrenome para Rosa e poder legalizar seus documentos, o que teria sido feito por Jourdan. Segundo ele, seu pai morreu com cerca de 115 anos, em 1946, o que foi atestado em sua certidão de óbito que se encontra no Cartório de Registro Civil de Jaraguá do Sul no livro C8, folha 221, consultada por nós em 23/10/2003. A causa mortis, senilidade, foi atestada pelo médico Álvaro Batalha e o registro foi feito no dia 10/05/1946 pelo seu filho José Rosa. Segundo a certidão ele nasceu em São Francisco do Sul, Santa Catarina¹⁷⁸.

¹⁷⁶ “Jourdan, no ano de sua chegada, teria tido um desentendimento com a Companhia Hamburguesa de Colonização, que tomava como suas aquelas terras. Como desdobramento deste episódio, ele teria pedido ao governo a revogação do decreto 998 de 17/04/1883 que solicitava a anexação de Jaraguá a Joinville. Esta petição contava com a assinatura de 237 pessoas que queriam pertencer a Paraty (Araquari). Conforme consta, ‘Jaraguá era considerada, então, uma terra de negros e analfabetos’” (LEITE, 1988: 66).

¹⁷⁷ Percebe-se que nas palavras “grotesco” e “favela” já estão presentes o preconceito e a discriminação que vão marcar até hoje o morro. Alguns o chamam de Morro das Antenas, se referindo à ele como ponto turístico, o que não diminui os problemas vividos pelos moradores, sejam os reais ou os da representação do morro como lugar “muito mal falado”.

¹⁷⁸ A partir da entrevista com Norberto Rosa, confrontada com outros dados, podemos observar vários desencontros, o que dificulta precisar a data da ocupação do morro. A data de sua morte, 1946, confere com a da entrevista, mas não a idade, pois seu pai se casou em 1867. Se ele nasceu nesse mesmo ano, o que não deve ter acontecido, mas só em 1868, morreu com cerca de 80 anos. O local de nascimento não confere, pois ele nasceu, como vimos, em São Francisco do Sul (ou pelo menos lá ele foi registrado). Se Domingos Rosa ficou na área do engenho até 1896, então o morro começou a ser povoado, provavelmente, a partir dos anos de 1897. Além disso, se Domingos Rosa foi o primeiro a fazer uma taxada de açúcar no engenho de Jourdan, conforme Silva (1975: 59) e este começou a funcionar em 1877, então ele tinha cerca de 10 anos, mas, porém, como ele estava no Jaraguá, se o mesmo Silva (1975: 59) diz que ele veio com seu pai em 1880 para abrir um canal? Ademais, conforme os documentos analisados por Stulzer (1972) Domingos Rosa chegou no Jaraguá em 1876/1877 e já era casado.

Fotografia 8 – Morro da África (atual Morro da Boa Vista) – 1930.



Fonte: SILVA (1975: 54)¹⁷⁹.

Obs: em destaque estão Domingos Rosa, Paulina Cordeiro e João Bento Rosa.

Domingos Rosa, um dos prováveis primeiros moradores do morro, trabalhou no Estabelecimento Jaraguá. Em dezembro de 1893 ele e outros trabalhadores tiveram que desocupar o local por conta de sua invasão pelas tropas federalistas de Gumercindo Saraiva.

Mesmo com o engenho paralisado, com os canaviais queimados e a debandada dos trabalhadores, Domingos Rosa conservou-se na área do engenho até 1896, ano da destruição e da retirada de tudo; máquinas que ali existiam, trazidas pelos alemães vindos de Joinville, foram retiradas da cobertura de zinco do engenho, pelos moradores com direito aos salários por receber de Jourdan. Abriu clareira à margem do rio Jaraguá, região atravessada pela atual rua Barão do Rio Branco (SILVA, 1975: 59).

Foram dessas terras, planas e no centro da colônia, que os primeiros moradores do Jaraguá, os negros, foram expulsos¹⁸⁰ mais tarde, por volta de 1907, quando a sociedade que comprou as terras de Jourdan requereu despejo dos moradores sem títulos, em juízo, e assim, por despacho do juiz de direito de Joinville, o policial Gabriel de Moraes¹⁸¹, cumprindo o mandado, desalojou com violência e arrasou com fogo as roças e casas dos negros¹⁸². Antes, porém, segundo Silva (1975: 59) já existia um

¹⁷⁹ Segundo Emílio Silva a foto é de 1901. Contudo, de acordo com João Laércio Rosa, neto de Domingos Rosa e que atualmente mora em Guarimirim (SC), “na foto tem o Domingos Rosa, a terceira mulher dele, Paulina Cordeiro Rosa, e o primeiro filho do casal, João Bento Rosa. Isso é de um casamento lá pelos anos 1930, lá no Boa Vista” (Entrevista concedida a Ademir Pfiffer em 15/07/2003, que gentilmente nos cedeu a transcrição).

¹⁸⁰ Mas essa não foi, contudo, a única expropriação sofrida pelos negros em Jaraguá do Sul. Segundo João Laércio Rosa “ali onde é o banco Itaú, no centro de Jaraguá, era tudo dos Rosa, que ali ele tinha a casa dele (...) depois compraram deles e pra indenizar ele compraram uma casa lá perto do Juventus [estádio de futebol que fica no bairro Jaraguá Esquerdo] (...) isso foi na virada de 60 e início de 1970 já”.

¹⁸¹ O Cabo Gabriel de Moraes era do Rio Grande do sul. Chegou até Desterro com as tropas dos maragatos, onde desertou e andou foragido pela Ilha de Santa Catarina. Com a derrota dos federalistas reapareceu e engajou na Polícia do Estado. Em 1901 foi enviado ao Distrito Policial de Jaraguá, onde permaneceu até 1913, data de sua morte. Pelos bons serviços de zelar pela manutenção da ordem pública passou a cabo (SILVA, 1975: 369).

¹⁸² Essa limpeza de área foi feita juntamente com a matança dos indígenas que viviam na região.

pequeno agrupamento no morro da Boa Vista, de descendentes de pretos, desde 1901. Domingos Rosa, João Ventura e Justino de Oliveira partiram, a pé, para Florianópolis a fim de sensibilizar as autoridades. O governo vendeu-lhes então três lotes de terras, onde já havia pequena favela.

Segundo Williams (1989: 74), é assim que a idéia de uma ordem “tradicional” torna-se mais enganadora, pois

nenhum proprietário é inocente, em nenhuma etapa do processo, a menos que nós próprios resolvamos lhe atribuir inocência. Pouquíssimos títulos de propriedade, se investigados, se revelariam livres de mácula, no longo processo de conquista, roubo, intriga política, favoritismo palaciano, extorsão e poder do dinheiro. É uma ilusão profunda e persistente supor que o tempo confere a esses processos de aquisição tão conhecidos uma inocência que possa ser contrastada com a crueldade das etapas subseqüentes desses mesmos impulsos essenciais.

Pelos depoimentos de Elisa e Waldemiro, citados acima, fica claro que os negros foram expropriados e que eles sabem disso, como lembra seu Ermelindo, ao nos dizer que

em 1900, 1900 e pouco, muitos negros moravam perto do Angeloni e do Belinhg. Até o Marcatto o governo deu pros negros morarem. Aí chegou um engenheiro, o Piazero. Os negros eram analfabetos e ele trocou, colocaram os negros aqui pro morro e o engenheiro vendeu as terras pros alemães. Tinha um morador que não queria sair e eles tocaram fogo. Aí veio um pessoal de Joinville, a polícia, e tocaram fogo nas casas e roças pros negros saírem e irem pro morro. O Domingos Rosa, um Venturi e um Venera foram até Florianópolis a pé pra resolver a situação (Seu Ermelindo Rosa, mora no Morro da Boa Vista há 77 anos; é neto de Marcos Rosa).

Segundo nossa pesquisa na Gerência de Assuntos Fundiários e Fundo de Terras de Santa Catarina em 31/03/2004, Domingos Rosa comprou do Governo de Santa Catarina as terras no Morro Jaraguá, na Linha Três Bicos, mais especificamente o lote nº. 2, circulado na planta abaixo, que possuía uma área 300.000m² e foi vendido por 360.000 réis. Ele foi concedido por despacho do governo em 03/08/1904 para ser pago em seis prestações iguais e anuais. O título definitivo deveria ter sido passado em 1910, mas houve atraso no pagamento de algumas prestações e ele só foi passado em 17/04/1914 pela Diretoria de Terras. O lote nº. 1, cuja planta reproduzimos abaixo, foi vendido a Marcos Rosa, seu irmão. No nome de João Ventura e Justino de Oliveira não consta nada.

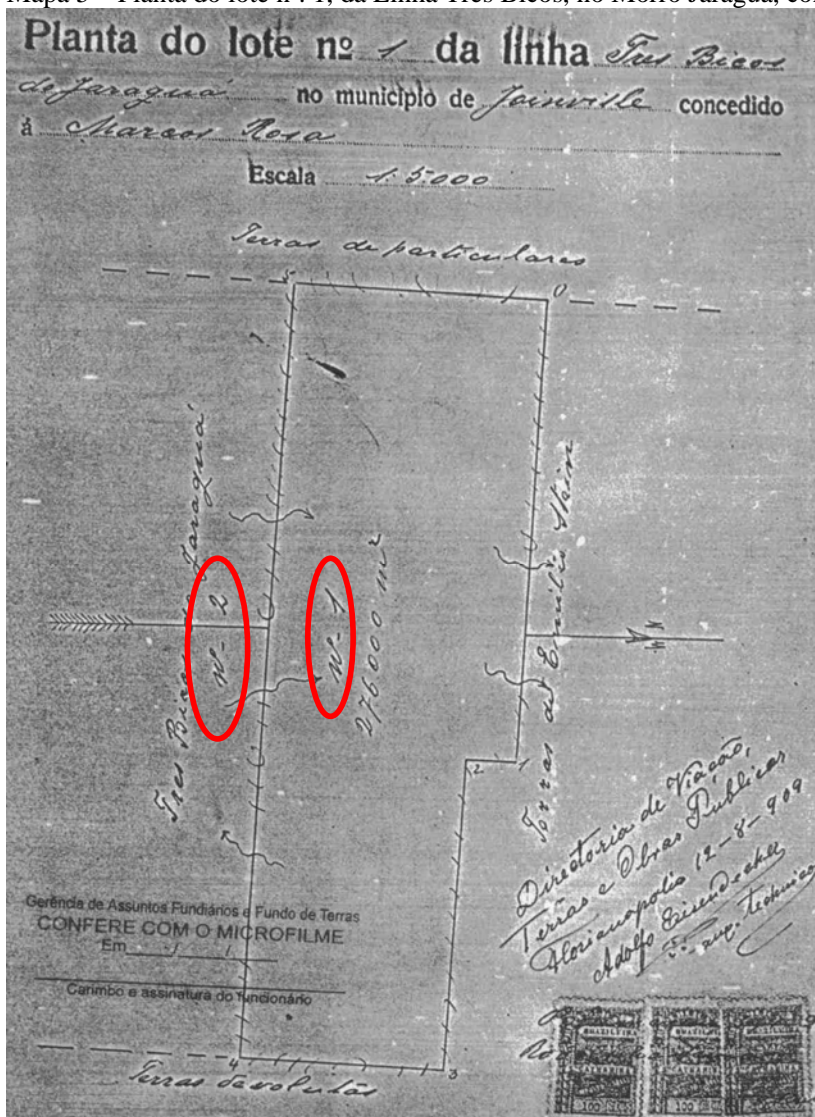
Como vimos, o Morro da Boa Vista “nasceu” da ocupação dos negros, os primeiros habitantes do Jaraguá. E, infelizmente, nasceu marcado pelo estigma, pelo preconceito, pela discriminação e pelo descaso, situação que marcam os moradores até hoje. Segundo Elisa Rosa, “antigamente, quando a gente ia na escola, eu estudei lá embaixo, porque não tinha escola aqui perto, eles começavam a chamar a gente de negros do Morro da África. Brigavam, xingavam a gente de negros do Morro da África¹⁸³”.

¹⁸³ Depoimento citado por LEITE (1988: 69). As entrevistas foram feitas por José Bento Rosa da Silva.

Pedro Gerent, ex-morador do morro, falando sobre as relações dos negros com outros moradores diz que

tinha uma capela em que eles faziam muitas festas, só os negros iam. O Carlos Rosa era o chefão. Tinha ainda o Domingos e o Emílio. Naquela época os brancos tinha um rixa com os negros, não gostavam que se misturassem. No Morro da Boa Vista os negros brigavam muito, a gente não se dava, não se enquadrava. Muitos negros roubavam, sempre dava encrenca e resolvemos sair porque mais tarde podia ficar pior. Tinha negro que era gente boa, mas tinha aqueles que eram cacos mesmo. Aquilo lá era um formigueiro de negros.

Mapa 5 – Planta do lote nº. 1, da Linha Três Bicos, no Morro Jaraguá, concedido a Marcos Rosa em 1909.



Fonte: Gerência de Assusntos Fundiários e Fundo de Terra de Santa Catarina, 12/08/1909.

Para Leite (1988: 67), tudo indica que o modelo de organização adotado pelos descendentes de africanos em Jaraguá seguiu, até recentemente, o padrão de isolamento étnico adotado pelas colônias vizinhas, e teria relações diretas como movimento geral de instalação das colônias de

imigrantes europeus, onde a posição subalterna e até marginal dos descendentes de africanos em relação àqueles é flagrante. Aí começou sua “invisibilidade”, uma vez que foram desconsiderados no momento da partilha das terras. Além disso, ela lembra que os títulos de posse eram vendidos, exatamente para se impedir que os ex-escravos tivessem acesso às terras então disponíveis e que a noção de propriedade da terra que orienta a ocupação da área já os exclui, já os empurra para a condição de homens sem direito à terra¹⁸⁴.

Muitos dos negros que vieram pro morro eram nascidos no Brasil mesmo. As suas casas eram de sapé e palha. Eles pediam autorização pros mais velhos e quem mandava aqui era meu pai e meus tios Marcos e Custódio, que tinham a posse das terras. Foi aumentando a população e as casas de sapé foram modificadas quando as ruas foram melhoradas e já subia caminhões na década de 60 e 70. O pessoal vivia de serviço braçal, roça. Aqui no morro tinha água suficiente. Plantavam mandioca, taiá-japão, milho, criavam galinhas e porcos pra sobrevivência e para o comércio. Também vendiam de porta em porta. Hoje os negros que moram aqui trabalham em empresas. Emprego na época era um sacrifício. Existia o Breithauth, Indústria Reunidas, vários descascadores de arroz e a prefeitura. Então, basicamente o pessoal vivia da agricultura e poucos conseguiam emprego nas fábricas, talvez por falta de sabedoria, educação e intimidação (Seu Norberto Rosa).

No decorrer do século XX os negros conseguiram sobreviver através de estratégias de produção coletiva e manutenção de fortes vínculos familiares, pois “no morro é tudo parente”. Eles viviam de uma agricultura de subsistência e também criavam porcos, galinhas e vacas, cujo excedente, como o de laranja, chuchu, cana, milho, banana e farinha, era vendido na cidade.

Era um sofrimento só aqui no morro. Tudo era dificuldade. O que mais a gente penava era com a alimentação. Tá certo que tinha o que se plantava na roça, mas não dava e quando não se tinha salário na família aí ficava pior ainda. Eu me lembro como se fosse hoje das vezes que nós ia lá embaixo, no açougue que ficava lá embaixo e pegava as miudezas que a gente chamava fersura e que eles jogavam fora. Não é que nem hoje que de todo o animal quase tudo se aproveita. Não. Eles jogavam muita coisa fora e a gente pegava ou ia lá e trocava por tangerina de uns pés que tem aqui. Tinha lá embaixo um tal de Urbano onde a gente ia trocar fruta e verdura por arroz e feijão. Lembro também que a gente não jogava fora osso velho. A gente pegava eles e guardava uns dois, três meses e depois levava pro Michigan fazer botão (Maria Rosa, descendente de Domingos Rosa).

Sobre os moradores do Boa Vista, Seu Antônio Kliminkowsky, que mora no morro desde 1955, diz que

aqui moravam muitos negros. Aqui era o Morro da África por causa disso. A maioria deles trabalhava fazendo umas rocinhas, fazendo biscate, fazendo farinha. Depois que morreu Domingos Rosa [1946], um dos primeiros negros a vir para o morro, tudo começou a mudar e muitos negros saíram daqui. Alguns foram trabalhar no Paraná, na lavoura de café e algodão. Eles eram levados de caminhão pelo “X”, que muitas vezes ficava com o dinheiro e largava esse povo lá. Muitos não voltaram ou voltaram muitos anos depois. Outros foram pra Vila Lenzi trabalhar em uma propriedade agrícola.

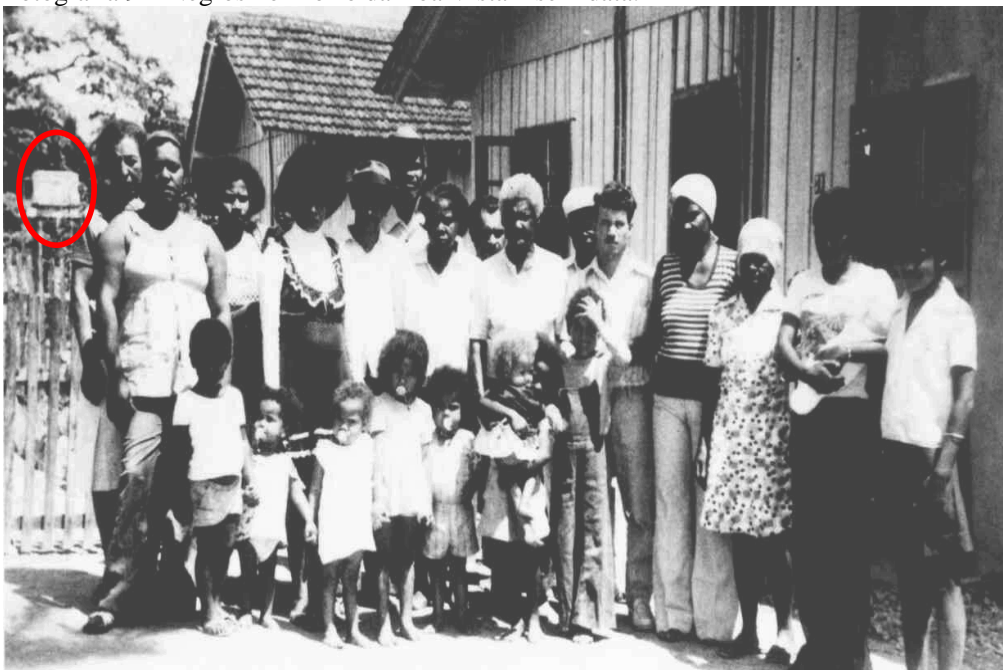
¹⁸⁴ Isso não é de todo verdade, pois, como vimos, Domingos Rosa comprou um lote no morro em 1904.

Segundo Seu Antônio, suas casas eram casas de pobre, de madeira e cobertas de palha. Casas de tijolo não tinha nenhuma e “hoje ainda não tem aqui no morro quase casas de tijolos. É muita casa pendurada nos barrancos. Barraco caindo aos pedaços tem de monte, mas não é só de negro, tem muitos de outros lugares morando aqui”. Outros também falam dessa questão em seus depoimentos, como João Laércio Rosa e Maria Rosa, respectivamente.

Tinha sim muita choupana no morro, mas já faz muito tempo. Isso foi na época de 1930 que o meu pai me contou. (...) tinha, mais bem depois, umas casas que já eram de alvenaria e de madeira. Essas tinha pelo morro todo, mas eu sei que mais perto da igreja, onde é agora, tinha mais. As casa era cobertas de palha. (...) o colchão era feito com palha de milho, feito de capim, cheio de folha de bananeira, com folha de milho. Era assim uma casinha de palha com duas peças mais não tinha divisão, era um quarto simples e uma cozinha, uma mesa de madeira rústica, feito assim de madeira bruta (...) era com lamparina, que não tinha luz elétrica.

Antigamente as casas eram tudo de ripa de embaúva e coberta de palha de palmito. Era de chão batido. Tinha muita delas aqui no morro. Depois foi mudando com o tempo, que os moradores foram comprando umas tábuas, umas telha, até tijolo e foram melhorando as casas. Hoje tá melhor, mas tem muita casa onde moram várias famílias e casa muito pequena, que mal cabem dois dentro, como essas aí embaixo que dá pra ver daqui. É que aqui em cima do morro é tudo pobre, que ganha pouco e que chega aqui sem quase nada e a gente deixa construir uma casinha pra eles ficar.

Fotografia 9 – Negros no Morro da Boa Vista – sem data.



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor.

Obs: ao fundo vemos a caixa que servia como reservatório da água que era coletada no morro para consumo.

A partir da década de 1940 o crescimento industrial de Jaraguá contribuiu para mudar toda a fisionomia da região e a vida de seus moradores, incluindo também os do Morro da África. O município tornou-se um dos pólos industriais do Estado, e juntamente com Joinville e Blumenau

passou a fazer parte do chamado “triângulo industrial catarinense”. Nessas indústrias foram trabalhar vários moradores do Morro da África e seus parentes que se transferiram para a Vila Lenzi nos anos 1960. Não resta dúvida de que houve um momento de expansão industrial, onde a necessidade de mão-de-obra possibilitou aos moradores do morro serem aceitos, quebrando assim uma sólida barreira colocada desde o início entre eles e os imigrantes europeus e seus descendentes, mas, não resta a menor dúvida, também, de que foram escalados para os piores serviços (LEITE, 1988: 67).

Contudo, durante os primeiros tempos de funcionamento destas indústrias os negros foram rejeitados como operários, permanecendo de certo modo isolados do processo de inserção profissional nos empregos que surgiram em Jaraguá do Sul. A quebra dessa rejeição representou um marco importante, guardado até hoje na memória, pois

Jaraguá sempre foi muito sacrificado para os negros pegar um serviço. (...). A gente era só na base da roça, da enxada, serviço pesado. Eles acham que para certos serviços os brancos são superiores, como escritório, gerente (...). Aqui em Jaraguá eu conheço só um negro que é gerente de supermercado, que não é grande. Ele enfrentou muita coisa prá chegar lá. (...). negro a gente não vê nestes cargos. A gente vê negro é pintando carro, numa firma é nos serviços pesados, sujos¹⁸⁵.

Fotografia 10 – Moradores do Morro da Boa Vista – década de 1950.



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor.

¹⁸⁵ Depoimento de um negro, citado por LEITE (1988: 67-68). As entrevistas foram feitas por José Bento Rosa da Silva.

Fotografia 11 – Moradores do Morro da Boa Vista – década de 1960.



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor.

Uma pesquisa realizada pelos bairros e localidades de Jaraguá do Sul em 2002 pelo Correio do Povo, corroborou o preconceito histórico em relação a diversas partes da cidade de Jaraguá do Sul, tal como as mantidas com o Morro da Boa Vista. Tendo a pergunta “O que o bairro precisa?” como mote, o que os vários moradores entrevistados no morro responderam evidencia as diferenças entre os bairros e os investimentos feitos.

Precisamos de tudo aqui no Boa Vista. Para começar é necessário creche, posto de saúde, esgoto, transporte coletivo e melhorias na estrada, que está sempre uma vergonha. Nós aqui estamos esquecidos. Nem comércio para a gente comprar o mínimo necessário tem. Outro problema é a proliferação de todos os tipos de insetos, especialmente pernilongo e maruim. Não entendo como a Prefeitura pode deixar de lado um bairro todinho¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Depoimento de Nilva Corrêa, publicado no Correio do Povo, 23/03/2002: 5. O Morro da Boa Vista, efetivamente, só foi transformado em bairro em 2004, através da Lei nº. 3.620, conforme veremos.

Além dos depoimentos, o jornal publicava um pequeno histórico do bairro ou localidade. Em relação ao Morro da Boa Vista podíamos ler que

ele é um dos mais carentes de Jaraguá do Sul. Habitado por trabalhadores, na sua maioria de baixa renda, não possui a mínima infra-estrutura. A estrada é sinuosa, acidentada e não oferece segurança aos pedestres. Também não existe transporte coletivo e o local não possui pontos de comércio que permitam certa independência do centro. Para tudo que se precisa é necessário descer o morro, ou a pé ou de bicicleta, já que a maioria dos moradores não possui automóvel.

Tabela 10 – Meio de locomoção utilizado, segundo o SIAB¹⁸⁷.

Meio	Número	%
A pé	69	35
Carro	58	29,5
Bicicleta	23	11,7
A pé/ônibus ¹⁸⁸	21	10,5
Moto	9	4,6
Não declararam	9	4,6
Outros	8	4,1
Total	197	100

Fonte: Pesquisa do autor em 31/07/2003.

Esse histórico é confirmado por Maria Rosa, moradora do Morro da Boa Vista “a vida toda”.

há um tempo atrás aqui morava muitos negros. Tudo da nossa família Rosa. (...) aqui se plantava laranja e outras árvores frutíferas. Sempre foi plantado. Hoje tudo mudou e não tem mais quase nada disso porque os terrenos são pequenos, ocupados. (...). Tinha água correndo¹⁸⁹, piavinhas no riacho e pão feito com inhame que se colhia no mato. Hoje não tem mais nada disso. (...). Era bom de tomar banho na cachoeira, mas hoje ela é tão pequena de água que não dá nem prá entrar, além de estar toda suja. (...) alguns tinham tipo sítios que foram loteando, vendendo pro pessoal que estava chegando no morro, que hoje está mais sofrido ainda. É falta de água, que tem que pegar do morro, esgoto, que o povo joga tudo no mato, na cachoeira, energia que não tem direito. Hoje ainda não mudou muita coisa e o povo está abandonado e cada um vai se virando como pode pra sobreviver aqui em cima.

6.2 – Estrada? Não precisa: nos buracos de tatu da grotesca favela qualquer preto passa.

Seu Antônio Kliminkowsky conta que quando foi para o morro, em 1955, sua mudança foi levada nas costas pela antiga estrada, o que significa dizer que caminhou quase três quilômetros por

¹⁸⁷ O sistema tem 197 famílias cadastradas e nos foi gentilmente cedido pela Agente Comunitária Valderes Rosa para pesquisa em 31/07/2003.

¹⁸⁸ O ônibus não sobe o morro, de modo que quem se utiliza desse meio de transporte deve se deslocar até a Rua 25 de Julho, ponto mais próximo.

¹⁸⁹ Na documentação do lote nº. 8, concedido a Júri Trimer pela Gerência de Assuntos Fundiários e Fundo de Terras de Santa Catarina, encontramos a seguinte observação: “O terreno em geral é montanhoso, porém ainda bem praticável, sendo regado por varios correços que o atravessam de Oeste a Leste...”. A observação foi feita pelo Agente do 3º. Distrito, Joinville, em 10/06/1909.

uma picada. Outra parte ficou na casa de seu amigo Chico Jacomini, que morava no pé do morro. A mudança foi levada aos poucos, pois nem sempre dava para se levar alguma coisa por causa das condições do caminho, haja vista “que quando chovia a gente perdia o tempo que tinha aberto a estrada a picareta e enxadão, que virava lama e valos, o que impedia a passagem de animais. Pra trazer tudo demorou uns dois meses”. Depois de algum tempo a estrada foi aberta e já passava carro de boi. Doentes e falecidos eram transportados de carroça, isso quando não chovia muito. Teve uma vez que ele carregou a esposa, com tétano, morro abaixo nos braços e depois emprestou uma bicicleta para ir até o hospital.

A estrada foi, durante muitos anos, um dos grandes problemas dos moradores do Boa Vista. Foi Seu Antônio, com a ajuda de mais duas famílias, os Spézia e os Francener, que começou a construir a estrada em 1965, na qual gastaram “muito dinheiro, tudo conseguido com a venda de laranja, banana e arroz para a indústria, mas tinha que ser feita. Não dava para ficar como estava, uma picada que não passava nada”. Segundo ele, foi preciso pegar dinheiro emprestado e empreitar uma máquina de esteira, pois alguns vizinhos não ajudaram porque não podiam e outros porque não queriam. Nem mesmo a prefeitura ajudava, e um “prefeito¹⁹⁰ chegou a dizer que não precisava estrada no morro, porque ‘em qualquer carreiro de tatu preto passava’¹⁹¹. Foram quase três quilômetros de estrada aberta a picareta, enxadão e máquina de esteira”.

Vários anos depois que o prefeito declarou que “não precisava estrada no morro porque em qualquer carreiro de tatu preto passava”, “a municipalidade resolveu abrir caminho no Morro da Antena” [Morro da Boa Vista]. Pela notícia pode-se facilmente vislumbrar o que significava subir o morro, pois era preciso “abrir caminho”. Mas por que essa mudança em relação ao morro? Seria para facilitar a vida de seus moradores? Ao que tudo indica não. O caminho estava sendo aberto “para dar condições de se implantar no morro as repetidoras de canais de TV que atuavam em Santa Catarina e torná-lo um ponto turístico de invejável beleza” (A Gazeta de Jaraguá, 21/09/1979: 1).

As obras prosseguiram, mas enfrentavam várias dificuldades, tais como as pedras, a topografia acidentada e o mau tempo, de forma que a empresa contratada só concluiu os primeiros trabalhos, permitindo que em dias de sol veículos atingissem o topo do morro, em janeiro de 1980.

No local das futuras repetidoras, contemplam-se várias cidades da região do interior e faixa do litoral norte catarinense. Certamente se converterá num ponto turístico de invejável beleza, sugerindo-se até mesmo a colocação de um marco luminoso, sob a forma mais conveniente encontrada (talvez uma grande cruz luminosa) que desse vista do local à longa distância e servisse como ponto de referência, fato que, queremos crer, será bem aceito pela comunidade (Correio do Povo, 18/01/1980: 1).

¹⁹⁰ O Prefeito de Jaraguá do Sul em 1965 era Roland H. Dornbuch.

¹⁹¹ Quem chegava no morro depois ia confirmando a veracidade das palavras do prefeito que alegava que não precisava estrada no morro. Seu Armando, que chegou cerca de 20 anos depois, nos disse que quando veio para o morro “aqui era só uma picada e mato pra todo lado. Não tinha energia, não tinha água, não tinha esgoto. Nada. Era tudo abandonado”.

Partindo da idéia de que o Pico Jaraguá tinha todas as características, previstas inclusive em lei florestal, para ser uma reserva ecológica, o engenheiro florestal Ingo Robl apresentou um trabalho visando sensibilizar as autoridades municipais no sentido de criar no Pico Jaraguá tal reserva (A Gazeta de Jaraguá, 08/04/1983: 1). No mesmo mês que o engenheiro florestal apresentava às autoridades o seu projeto, o arquiteto José Fernando Fonseca publicava artigo externando sua preocupação com a ocupação dos morros de Jaraguá do Sul. Segundo ele, “o processo, está ainda no seu estágio inicial, mas caso não seja controlado pode vir a tornar-se catastrófico e está a requerer a atenção devida da Municipalidade” (FONSECA, 1983: 10).

Diante disso ele se perguntava

será que a Lei Federal nº. 6.766 e Lei Estadual nº. 6.063 que impedem o parcelamento do solo em terrenos com declividades iguais ou maiores que 30% vêm sendo seguidas? Não será hora de se legislar sobre a ocupação e uso do solo dos morros? Não é importante assegurar a preservação permanente dos revestimentos vegetais de modo a se evitar problemas de assoreamento dos rios e erosão nas encostas, tornando os morros de Jaraguá mais verdes e seguros?

É importante notar que o arquiteto não cita quem mora nos morros e nem de onde vêm, muito embora os quer mais verdes e seguros. Mas para quem? Talvez a matéria publicada no Correio do Povo um ano e quatro meses depois, em 28/07/1984, tornando público que duas rampas de vôo livre foram inauguradas em julho de 1984 junto às repetidoras de televisão e que na semana que se comemoravam os 108 anos de “fundação” de Jaraguá do Sul iniciou-se a primeira etapa do 2º Campeonato Catarinense de Vôo Livre, promovida pela prefeitura, responda à nossa pergunta.

Paradoxalmente, alguns anos depois o acesso às antenas de TV e rampas de vôo livre estava abandonado à própria sorte, sendo enormes as dificuldades para se atingir o cume do morro com veículo, o que estava desestimulando os seus praticantes a realizar treinamentos e vôos. O Correio do Povo (16/05/1987: 5) dava conta de que “pilotos de Florianópolis, Curitiba e São Paulo têm evitado vir a Jaraguá em vista do dificultoso acesso. Seria interessante por parte da municipalidade a contratação de um zelador efetivo, que evitaria maiores dispêndios e manteria trafegável o acesso”.

Ao que parece a situação do morro preocupava muita gente, mas não por causa de seus moradores. A Gazeta de Jaraguá, por exemplo, estava preocupada com o Morro Jaraguá, “que também já está por merecer denominação oficial¹⁹²”. O jornal perguntava: o que fazer para proteger os seus três picos e seus atributos naturais? Além disso, ele questionava a eficiência de um decreto municipal crivando-o como área de preservação permanente, posto que área de preservação permanente ele já era desde meados da década de 1960, com o advento do Código Florestal Federal,

¹⁹² O morro, enquanto localidade, já foi Morro da Boa Vista, Morro da África, Morro Jaraguá e Morro da Boa Vista novamente. Desde 2004 é bairro.

que em seu artigo 2º. declarou como áreas de preservação permanente todas as encostas de morros, contornos de nascentes e margens de curso d'água no território nacional¹⁹³. Contudo, “nem por isso deixamos de assistir o seu gradual escalpelamento, as queimadas, os rasgos causados pela ação predatória irracional e condenável do homem” (A Gazeta de Jaraguá, 04/07/1986: 4).

De quem o jornal estava falando? Quem eram os homens que agiam no Morro Jaraguá de forma irracional e condenável não estava claro. Mas pelo menos sabemos que ele estava se referindo ao decreto que seria assinado pelo prefeito Durval Vassel alguns meses depois, o Decreto Lei nº. 1.549/87, que declarava de interesse social terras no Morro Jaraguá. Para isso foi considerado:

a) o parecer da COMDEMA, expresso no Ofício nº. 6/86, que recomendou a desapropriação de terras do Morro Jaraguá de forma gradativa de cima para baixo, com vistas a sua proteção, preservação e utilização racional; (...) c) que o Morro Jaraguá, composto de três picos com altitudes de 926m, 897m e 894m, vem sendo vítima de agressões predatórias que colocam em risco os seus atributos hídricos, flora, fauna e solo, comprometendo mananciais, devastando a sua cobertura vegetal, afugentando seus animais e causando erosão; d) a tradição histórica da elevação em pauta, que confere identidade ao município e se constitui em elemento geográfico de grande notoriedade, figurando no Brasão e na Bandeira Municipais; (...) f) a sua localização privilegiada, que permite o descortinamento de uma panorâmica visão de todo o Vale do Itapocu, e os seus dotes paisagísticos, turísticos e recreativos, contendo uma das melhores rampas de vôo livre do país.

A questão da proteção do Morro do Jaraguá, “que sofria com deslizamentos, enxurradas e queimadas efetuadas de forma ilegal, principalmente para pastagens¹⁹⁴, alterando completamente o visual e o meio ambiente”, estava na pauta da COMDEMA. Assim, a solução apresentada para frear tais agressões foi a de desapropriar a área (Correio do Povo, 14/03/1987: 13).

Apesar destas preocupações nada de efetivo era feito, de modo que um articulista do Correio do Povo apresentava como solução para o problema, “de forma a não prejudicar as vias públicas e as propriedades, o estabelecimento de um controle rigoroso dos morros e sua utilização, pois os deslizamentos são constantes e provocam medo na população” (FRITZ von ITAPOCU, 1986: 12). Porém, o que significava esse “controle rigoroso dos morros e sua utilização” não ficou esclarecido.

Tempos depois os morros “desciam novamente” após uma tromba d'água que deixou

a pacata cidade que carrega o cognome de Pérola do Vale do Itapocu subitamente tomada de medo, e o pânico já ronda os proprietários de veículos que ficam guardados nas garagens subterrâneas. É falta de segurança para metro-e-meio. A segurança não é só encontrar a polícia postada na rua espiando o comportamento da população¹⁹⁵, contra o ataque à pessoa e ao patrimônio. Segurança agora também é saber que os patrimônios fiquem à salvo dos agentes da natureza (Correio do Povo, 02/12/1989: 2).

¹⁹³ Lei Federal nº. 4.132/62, de 10/09/1962.

¹⁹⁴ Não eram, certamente, os moradores que tinham tanto gado para necessitar de pastagens.

¹⁹⁵ Seria necessário espiar o comportamento de uma população pacata e ordeira?

Em 1990 a situação não havia mudado, estando vários trechos das estradas de acesso ao topo do morro danificados pelas chuvas, do mesmo modo que as duas rampas de vôo livre estavam ameaçadas pelo desmoronamento constante de barreiras. Contudo, o que preocupava não eram os moradores, mas a segurança dos pilotos para chegar ao local; as várias famílias que subiam e desciam o morro todos os dias não eram levadas em consideração.

Mesmo com o Decreto nº. 1.549/87, o Morro da Boa Vista não parou de ser ocupado por moradores, geralmente pobres e migrantes. A existência, em parte do morro, de moradores agraciados, conforme a História de S. P., vista acima, com a permissão de construir suas moradias num pedaço de terra em troca do serviço de zelar para que não fosse permitida a construção de casas, não pôde evitar que diversas famílias fossem chegando e se alojando.

Até a década de 1960 a maioria da população do morro era constituída basicamente de negros, descendentes de Domingos Rosa. A alteração deste quadro populacional se acentuou a partir do momento em que, a partir de 1970, notadamente nos anos 1980, o morro ganha novos moradores, a maioria migrantes. Contudo, ele não perde a pecha de lugar de moradia de negros e de lugar “mal falado”. Ao contrário, com a chegada dos migrantes¹⁹⁶, esse estigma aumentou e se consolidou.

Eu nunca tive medo de subir o morro. Muita gente me disse que não era pra vim pra cá que aqui era perigoso e coisa e tal. Tinha paranaense, negro. Eu sempre vim sem problema. Mas muita gente fala mal do morro por causa do que aconteceu há muito tempo aqui, de brigas entre vizinhos, de negros com festas e beberagem que acabavam em muita briga e o povo fala isso ainda hoje. Fala que tinha preto bandido, brigão, que aqui se morria fácil. Ficou o medo do morro. Hoje eles dizem que é culpa do pessoal do Paraná. Então quem sabe disso já fica de olho bem aberto com quem mora aqui (S. P.).

Atualmente quem habita o Morro da Boa Vista é uma população heterogênea do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho. São operários, biscateiros, trabalhadores por conta própria, prestadores de serviços, trabalhadores domiciliares, empregadas domésticas, diaristas, enfim, toda uma imensa gama de empregos de parca remuneração, como podemos ver na tabela abaixo.

Nas listas dos Fundadores, Participantes e Diretores da AMMBV, por exemplo, entre 1991-98, encontramos as seguintes profissões: um agricultor, três aposentados, seis autônomos, quatro pedreiros, um carpinteiro, dois vigias noturnos, dois funcionários públicos, cinco operários com carteira assinada, uma doméstica e um desempregado¹⁹⁷. De acordo com nossa pesquisa, dos 66 moradores, 59 (89,4%) declararam possuir algum tipo de renda e sete (10,4%) não possuem renda e

¹⁹⁶ Dos 66 moradores com quem falamos no morro, 22 (33,3%) são do Paraná e chegaram em Jaraguá do Sul a partir de 1983. Eles estão morando na cidade, em média, há 13,2 anos e no morro há 10,2 anos, sendo que a diferença entre o ano de chegada e o da ida para o morro se explica pela queda nas suas condições de vida. Apenas sete vão direto para o morro e estão entre os que chegaram mais recentemente.

¹⁹⁷ Listas da AMMBV fornecidas ao autor em 24/07/2003 por Norberto Rosa, ex-presidente da associação.

vivem de pequenos favores; outros, como Maria Machado, vivem de uma “pequena roça de cana e pepino que planto ali no morro que faço com a ajuda do filho, num terreno que é da Prefeitura”. Esses 59 moradores somam um total de 114¹⁹⁸ pessoas que possuem renda, haja vista que em várias famílias mais do que uma pessoa trabalha – a média é de 1,96. Ao somarmos a estes as pessoas que não trabalham nas respectivas famílias, chegamos a um total de 230 pessoas, o que dá um renda mensal média de R\$ 168,52 por morador. A renda familiar média é de R\$ 656,95 e a renda mensal média apenas dos que trabalham chega a R\$ 340,00.

Tabela 11 – Estrutura ocupacional dos moradores do Morro da Boa Vista, segundo as Fichas Individuais¹⁹⁹ dos alunos da Escola Municipal Adelino Francener (EAF) – 1986/2003 – e segundo o SIAB.

Profissão do Pai	EAF	SIAB	Profissão da Mãe	EAF	SIAB
Agricultor	15	4	Agricultura	5	0
Aposentado/pensionista	5	0	Aposentada/pensionista	5	3
Autônomos diversos/segurança/vigia	59	25	Costureira	33	13
Desempregado	5	14	Cozinheira/auxiliar/merendeira	21	8
Motorista/ajudante	26	11	Diarista	39	16
Operário ²⁰⁰	141	66	Do lar	219	96
Pedreiro/servente de pedreiro	78	27	Operária ²⁰¹	59	22
Pintor	28	6	Sem especificação	51	12
Sem especificação/‘bicos’	61	8	Servente/serviços gerais/zeladora	19	6
Outros	48 ²⁰²	32 ²⁰³	Outros	22 ²⁰⁴	16 ²⁰⁵
Total	466	193	Total	473	192

Fonte: Pesquisa do autor no SIAB em 31/07/2003 e nas fichas individuais entre os dias 28 e 30/07/2003.

É importante observar que a localidade do Morro da Boa Vista, que pertencia ao Bairro Ilha da Figueira, apesar de ser uma das mais antigas regiões de ocupação de Jaraguá do Sul, só foi transformado em bairro em 14/07/2004, através da Lei nº. 3.620, e passou-se a denominar Bairro Boa Vista. Porém, melhorias existentes em outros bairros e localidades mais recentes ainda não chegaram ao morro, como água encanada para todos, energia elétrica, pavimentação, coleta regular de lixo, transporte e posto de saúde. No dizer de seus moradores, “é um lugar abandonado por todos. Ninguém olha pra cima, pro morro”. Na verdade olham para o morro, mas com um olhar panorâmico, porque o morro é o único acesso ao Morro das Antenas, à rampa de salto das coloridas asa deltas. O que vale no morro é a paisagem, o acesso para as antenas, a rampa para o vôo livre, e não seus moradores, pois

¹⁹⁸ Destes, 64 (56,1%) trabalham com carteira assinada; 27 (23,6%) trabalham sem carteira assinada; 16 (14,1%) são aposentados; 2 (1,8%) são profissionais liberais; e 5 (4,4%) estão desempregados, mas fazendo “bicos”.

¹⁹⁹ Foram lidos 582 documentos, dos quais subtraímos os registros de famílias com mais de um filho na escola e com pais ou mães falecidos.

²⁰⁰ Auxiliar de produção, esmerilador, estampador, metalúrgico, operador de máquina, prensista, tecelão etc.

²⁰¹ Bordadeira, metalúrgica, auxiliar de produção etc.

²⁰² Analista de sistemas, borracheiro, comerciante, carpinteiro, encanador, fotógrafo, mecânico, marceneiro etc.

²⁰³ Carpinteiro, caseiro, comerciante, caminhoneiro, eletricitista, vendedor de suco etc.

²⁰⁴ Auxiliar de enfermagem, comerciante, desempregada, doceira, passadeira, professora, faccionista etc.

²⁰⁵ Autônoma, auxiliar de laboratório, caixa, professora, recreadora etc.

“aqui em cima precisa de muita coisa, de um posto de saúde, de transporte coletivo e também de uma creche. Por exemplo, o posto de saúde ajudaria os idosos que não precisam descer o morro toda vez que precisa ir pro médico que tem lá na Ilha da Figueira e na Vila Nova” (Paulo, de Luís Alves, mora no Morro da Boa Vista desde 1983).

Mapa 6 – Bairro Boa Vista – Julho de 2004.



Fonte: Divisão de Cadastro Técnico da Prefeitura de Jaraguá do Sul.

Obs: a Rua 112 é a Rua Domingos Rosa e a Rua 1191 é a Rua Francisco Jacomini.

6.3 – Morro da Boa Vista: as cores vivas da realidade.

Olhar Jaraguá do Sul do alto de um morro como o da Boa Vista pode torna-se algo cinematográfico e poético, mas ao mesmo tempo profundamente triste, pois se tem aos pés a miséria produzida e desenvolvida por concepções de cidade e de sociedade – subjacentes e estampadas na densidade do mapa urbano que salta aos olhos – e nas desigualdades econômicas que dão nome e vida ao caos. Sob as asas da liberdade das asa deltas e sobre a beleza da cidade, pode-se ver os contrastes da imagem invertida do asfalto que reluz no morro. Os seus moradores, das janelas de seus barracos e

casas, têm uma visão privilegiada da cidade, mas só isso não basta, pois não têm a cidade e o que ela pode oferecer.

O morro tem cerca de 800 metros de altitude e possui moradores até quase 600 metros. Ele pode ser visualizado através de seu traçado irregular e desconexo de seus espaços vazios e ocupados que expressam formas irregulares, legais e ilegais de ocupação do solo. Há inúmeras escadas de terra encravadas nos barrancos, algumas com até 84 “degraus” barranco abaixo da estrada, onde sair ou chegar em casa é sempre uma tarefa perigosa.

Quanto mais alto, piores são os problemas. Depois da igreja São Benedito, que é mantida pela comunidade, falta iluminação elétrica nos postes e não são poucos os trabalhadores que enfrentam a escuridão para ir ou voltar do trabalho²⁰⁶. Até julho de 2004²⁰⁷ boa parte do morro era considerada área rural pela Secretaria Municipal de Planejamento, mas a maioria dos moradores não são agricultores, haja vista que a inclinação do morro dificulta o trabalho agrícola. No morro, tudo é vertical. Os vizinhos se falam a um desnível de, no mínimo, três metros de altura. O morador do lote inferior ergue a cabeça cada vez que precisa falar com o vizinho, que por sua vez precisa abaixar-se para manter uma comunicação efetiva.

A constituição geográfica do lugar permite uma lógica arquitetônica que apresenta uma composição habitacional complexa, onde a maioria das casas são construídas em madeira, sem pintura e próximas umas das outras. Em sua maioria, não têm serviços de infra-estrutura urbana, tais como saneamento básico e abastecimento de água, e algumas não possuem energia elétrica. Além disso, por conta da construção em terrenos muito acidentados se percebe a existência de casas cujas janelas ficam à altura do pátio do vizinho, quando não são tapadas por paredões de terra acima dos quais passam ruelas estreitas ou se levantam pequenas casas. As servidões²⁰⁸ acompanham construções delimitadas por tortuosas cercas em disformes pedaços de terra, cortadas, de quando em vez, por valetas de esgoto exposto ou desembocam nas duas ruas principais, que assim se apresentam por serem um pouco mais largas e estarem dispostas no início e no final dos dois blocos do morro. Encontram-se, também, espaços habitacionais cujo contorno de propriedade limita-se à área

²⁰⁶ “O presidente da Associação de Moradores, Valério Rincus, já encaminhou ofício para a prefeitura e para a Celesc, pedindo iluminação para as quase cem famílias que moram em terrenos acima da capela, mas o problema é o modo de ocupação desenfreada do morro, sem a menor preocupação com normas de segurança e infra-estrutura básica” (Jornal de Santa Catarina, 26/04/1999: 3b). “Com pouco policiamento e iluminação, dependentes químicos consumiam drogas e assediavam as mulheres que passaram pelo local, a famosa ‘curva da Fátima’. O presidente da Associação de Moradores, Norberto Rosa, diz que já solicitou iluminação à Celesc e mais rondas aos policiais. ‘Os moradores estão indignados, mas eu oriento para que não façam justiça pelas próprias mãos’” (Correio do Povo, 18/05/2000: 7). A “curva da Fátima” é um local do morro que não tem casas e nem iluminação, o que o torna um de seus pontos mais perigosos.

²⁰⁷ O perímetro urbano abrange toda a parte urbanizada do Boa Vista. Os limites do bairro foram criados a partir de uma delimitação com base em coordenadas geográficas que abrangiam a sua parte urbanizada até o momento da criação do bairro, o que vai aproximadamente até a cota 300. Acima dessa cota é área rural (Informação fornecida por Geomir Manoel Pereira, Supervisor de Geoprocessamento da PMJS em 28/03/2006).

²⁰⁸ Nesse caso servidões são ruelas ou escadas encravadas na terra, verdadeiros labirintos para quem não está acostumado com o morro.

construída: neles não existe possibilidade visível de demarcação de ruelas de acesso ou de divisão de terra e os terrenos marcados pela utilização comum.

Lá estão os quintais, muitas vezes sem cerca a separá-los dos quintais vizinhos, espaços de diferenciação das atividades acessórias a cada família – uma horta, uma bancada para ‘bricolagens’ e consertos, um estoque de lenha empilhada que economiza a compra do bujão de gás, a pequena criação de galinhas ou ainda a construção de pequena casa para um filho casado. E do fundo dos quintais chega-se aos becos, trilhas através das quais se dá grande parte da locomoção e da comunicação entre os moradores (ALVIM, 1997: 145).

Os primeiros metros da rua que dá acesso ao Morro da Boa Vista são tranqüilos do ponto de vista da topografia. Da Rua 25 de Julho, onde começa a Rua Domingos Rosa, um dos acessos²⁰⁹ ao morro, até o pontilhão²¹⁰ são 386 metros, sendo que a altitude oscila de 27,9 a 53,5 metros²¹¹.

O morro tem duas ruas principais²¹², ambas de barro, com algum macadame em certos pontos: a Domingos Rosa, que passa por todo o morro e dá acesso ao Pico das Antenas, e a Rua Francisco Jacomini, que atravessa parte do morro e se liga com a Domingos Rosa através de uma ruela aberta pelos moradores. A locomoção é dificultada por uma série de caminhos, “carreros”, degraus para subir ou descer, trilhas que levam a alguma casa. Para percorrer o morro é preciso observação e cautela; deve-se percorrê-lo não apenas através de suas ruas aparentes, mas todas as suas ruelas e trilhas, o que nos revelará outras dimensões da vida social que acontecem naquele território. É preciso, então, guias, quem nos aponte rumos a serem seguidos²¹³.

No Morro da Boa Vista predominam moradias situadas no fundo de terrenos em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores e com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares. Os habitantes enfrentam sempre a dificuldade da declividade, que impede a subida do caminhão para a coleta de lixo, e da altitude, que impede o abastecimento de água por pressão da rede. Há casas na beirada da rua, mas muitas delas foram construídas nos barrancos. Há uma escola municipal que atende alunos até a quarta série, três igrejas (uma católica e duas evangélicas), um centro comunitário, um bar, um telefone público. Com exceção de uma igreja evangélica, esses equipamentos urbanos estão localizados na parte baixa do morro. Da

²⁰⁹ O outro acesso se dá pela Rua Campo Alegre.

²¹⁰ O pontilhão é uma espécie de “início do morro”, um marco divisório que indica quem mora no morro e quem não mora. Mas marca, principalmente, quem está livre do estigma e quem não está. Ali também termina o calçamento. O perímetro urbano termina quando andamos cerca de 800 metros pela Domingos Rosa. Até as últimas casas dos Rosa, descendentes de Domingos, um dos primeiros moradores do morro, são dois mil metros.

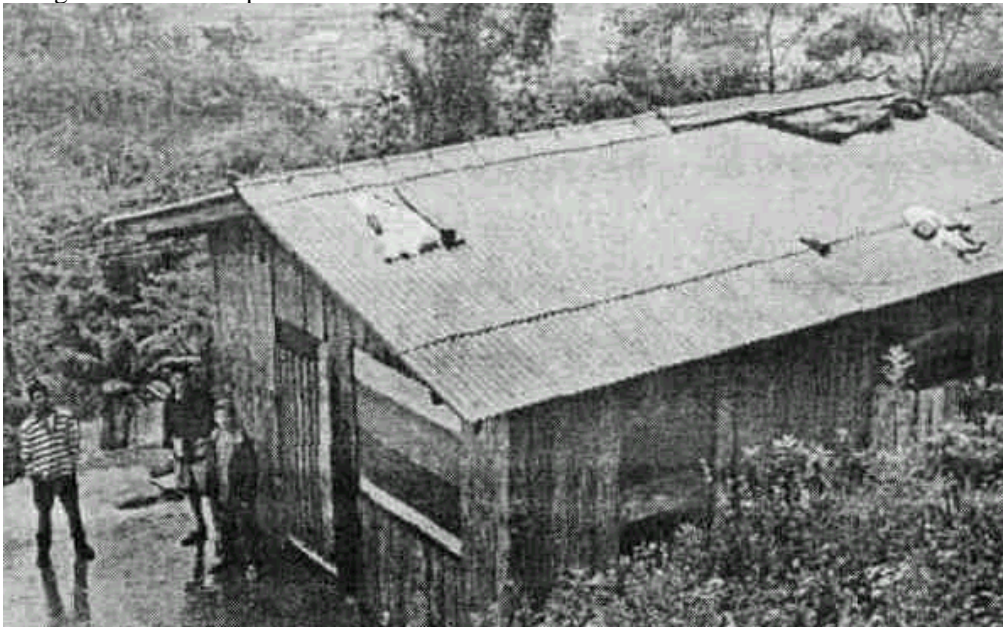
²¹¹ A Escola Adelino Francener está a 133,6 metros de altitude e a 612 metros do início da rua; o bar do Seu Paulo e o telefone público estão a 142,3 metros de altitude e 750 metros; o Centro comunitário está a 156 metros de altitude e a 770 metros; a Igreja São Benedito está a 160 metros de altitude e a 772 metros; do início da rua até a casa do Seu Antônio Kliminkowsky, um dos últimos moradores, são 1.920 metros, sendo que sua casa está a 220 metros de altitude.

²¹² Além dessas, existem mais oito “ruas”, verdadeiros “carreros”, escadas na terras, caminhos encostas abaixo ou acima.

²¹³ No Morro da Boa Vista tal função foi exercida por Alexandre Manoel e Gerson Costa, indicados que nos foram por José Pires, morador do morro que naquele momento estava ausente, mas com quem falamos várias vezes em 2004.

Igreja São Benedito para cima impera a precariedade e/ou inexistência de equipamentos urbanos²¹⁴. Dessa forma, o morro pode ser considerado como antimodelo utópico da cidade ordeira, pacífica e branca.

Fotografia 12 – Vista parcial do Morro da Boa Vista – 2002.



Fonte: Fotografia de Edson Junkes, Correio do Povo, 23/03/2002: 5.

Segundo Maricato (2001: 86), mais predatória do que a especulação típica da produção capitalista, tanto para a maioria de excluídos quanto para a preservação do meio ambiente, é a falta de alternativas habitacionais. Para ela, a ocupação indiscriminada de várzeas, encostas de morros, áreas de proteção de mananciais, beira de córregos, enfim, áreas ambientalmente frágeis e “protegidas” por lei são as mais agredidas pela falta de alternativas de moradia no mercado legal, para a maior parte da população.

A propriedade, mesmo ilusória, do terreno e o imenso esforço para a construção da casa constituem penosos investimentos em longo prazo – a população se fixa assim de modo relativamente permanente no local, presa a um projeto interminável. Por outro lado, como tende a ser semelhante o nível de rendimentos dos que compram os terrenos, cria-se uma uniformidade relativa da população, segregada pela distância e pela dificuldade do transporte do resto da cidade.

Na determinação do preço dos lotes o mais importante é a fixação de uma prestação compatível com a disponibilidade de pagamento do comprador, cujo cálculo já leva em conta que este

²¹⁴ “Aqui em cima do morro é tudo casa com esgoto a céu aberto. Tem umas oito casas [vide fotografia abaixo] aqui no nosso terreno com esgoto livre. Não tem rede, nem tubulação. Vai tudo pro mato, um pouco vai pro riacho lá embaixo. A gente já reclamou, mas não se faz nada. Povo pobre, aqui de cima não é visto pelos de baixo” (Maria Bernardete Rosa, mora no Morro da Boa Vista há 47 anos; é neta de Domingos Rosa).

fará sacrifícios para pagar o lote, considerando a importância que atribui à casa própria. O morador não está prioritariamente preocupado com o preço final e nem com o número de prestações, mas sim com o quanto irá despende por mês. Segundo muitos moradores do Morro da Boa Vista as relações de compra e venda de terrenos dão levando-se em conta com quem se está negociando. Disso depende o valor total, as condições de pagamento e o valor da entrada. Em sua maioria os terrenos são comprados de conhecidos muito próximos, de parentes, sendo que muitos deles são simplesmente ocupados, e por isso muitos moradores não têm endereço, as casas não têm número.

O terreno que eu moro era do sogro, não tem contrato nem nada. A casa ainda tá em construção. Eu não tenho energia própria, pego extensão do vizinho, água eu pego do morro. Construí minha casa sem licença, sem nada. Um dia quando eu tava construindo veio um fiscal da prefeitura e parou na frente da casa, que estava sendo erguida nos fundos do terreno, em um lugar desmatado pra isso²¹⁵. O fiscal não se aproximou da obra (risos) por causa de um cachorro grande que eu tinha. Ele perguntou se o cachorro era brabo e eu disse que sim e ele foi embora, acho que ficou com medo. Mas era mentira, o cachorro não dava conta com as pernas (risos). Eu levantei ela e ninguém apareceu (V. B.).

Aqui o povo vai construindo assim mesmo, sem licença, sem prefeitura nem nada. Se chega aqui, derruba umas arvinha e faz em um dia, dois, um barraquinho de tábuas velhas. Tem muito disso aqui pra cima. Dá pra ver. Vem gente sem nada e vai construir desse jeito né. O povo é pobre e não tem ajuda então tem que se virar como pode. Um ajudando o outro aqui mesmo. Não tá certo isso, mas não tem outro jeito. Nem a prefeitura ajuda e atrapalha quando manda fiscal. Aí o povo tem que se esconder no mato e depois volta e continua a casa. Água se pega do morro, a casa tem rabicho de luz, esgoto manda pro mato. Assim é aqui em cima (Maria Rosa).

O modelo de desenvolvimento urbano experimentado até agora tem contribuído para acentuar a exclusão, a segregação e o isolamento de grupos mais pobres da população, que como vimos, constroem suas casas sem nenhuma infra-estrutura. Dessa forma, para Scarlato e Pontin (1996: 16), o termo “infra-estrutura econômica” é utilizado com base na existência de serviços públicos: energia, comunicações, fornecimento de água, saneamento e esgoto, coleta e destinação de lixo.

Em termos do acesso à infra-estrutura, estabelece-se uma diferenciação entre sua carência, em que são enquadrados os domicílios que não contam com pelo menos um dos critérios mínimos de acessibilidade (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, no mínimo uma fossa rudimentar e coleta de lixo) e a infra-estrutura inadequada, em que são enquadrados os domicílios que dispõem de acesso à infra-estrutura, mas necessitam de melhorias na acessibilidade.

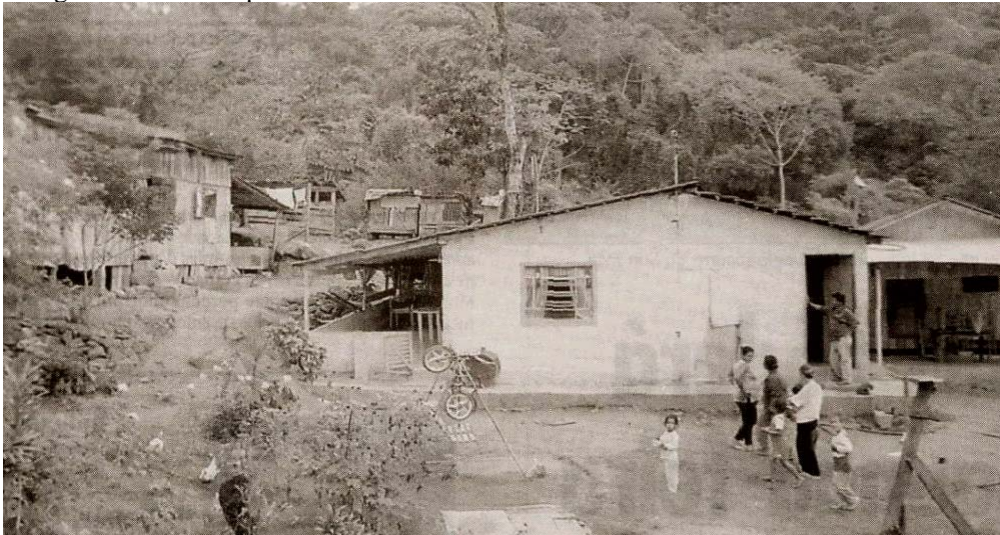
Assim, a situação da moradia e a condição legal do imóvel também expressam o padrão de precariedade dos moradores do Morro da Boa Vista, como podemos observar pelos dados por nós coletados nas 65 casas que visitamos. Dos 66 moradores com quem falamos, 55²¹⁶ (83,4%) afirmaram que a casa é própria, dos quais 17 (30,9%) têm escritura e 38 (69,1%) têm contrato. Outros 11

²¹⁵ Muitas casas são construídas dentro da mata, numa espécie de “mimetismo ecológico arquitetônico”, conforme expressão do Professor João Klug, da UFSC, em 03/03/2004.

²¹⁶ Outros dez moram em casas alugadas ou cedidas.

(16,6%) moram “‘na escura’, sem nada de registro e de papelada” (V. B.), ou simplesmente ocupam terrenos com ou sem o consentimento de alguém, seja do morro ou não²¹⁷.

Fotografia 13 – Vista parcial do Morro da Boa Vista – 2003.



Fonte: Fotografia de Amarildo Forte, AN Jaraguá, 13/08/2003: 4²¹⁸.

Sobre a conservação do imóvel, apenas 2 (3,1%) disseram que ela é excelente. Por outro lado, para 29 deles (44,6%) ela é boa, enquanto que para 34 (52,3%) moradores a conservação²¹⁹ de suas casas vai de regular a ruim. 50 (77%) das casas têm até seis divisórias, e apenas 15 (23%) têm sete ou mais. 62 (95,3%) têm ligação de energia elétrica²²⁰.

Segundo o SIAB, 97 (49,1%) das casas são de alvenaria, 52 (26,4%) são de madeira, 44 (22,4%) são mistas e quatro (2,1%) são de taipa não revestida. De acordo com o cadastro, em cada casa moram, em média, 3,27 pessoas. Este conjunto de casas possui 644 moradores e 878 peças, resultando em uma média de moradores por peça de 1,36. Segundo nossa pesquisa, 30 (46,2%) das casas são de alvenaria, 23 (35,4%) são de madeira e 12 (18,5%) são mistas.

A existência de mais de uma casa no mesmo terreno é freqüente. A do fundo, normalmente a mais velha e precária, se prolonga e melhora para frente, ou vice-versa. Nestas residências múltiplas,

²¹⁷ A história de S. P., vista acima, ilustra isso. É importante frisar que todos os outros entrevistados daquela parte do morro falaram a mesma coisa, que o secretário “X” disse que era para eles ocuparem a área e não deixar desmatar, mas que não era para contar para ninguém que tinha sido ele que autorizou.

²¹⁸ Esta área abriga casas em situação de irregularidade e de risco, onde os serviços públicos não chegam por estarem acima da cota 130. Segundo várias informações é o terreno onde morou Domingos Rosa.

²¹⁹ Contudo, a visão sobre isso varia muito, de forma que para uma moradora, cuja conservação da casa poderia ser classificada, no máximo, como regular, sua “casa é excelente. Eu digo isso porque ela tem o que nossa família precisa. Não entra água, nem vento, nem bichos. Hoje eu tenho onde morar e o que comer e também a minha família. Então minha casa é excelente” (Maria Rosa).

²²⁰ São consideradas adequadas as moradias do tipo casa ou apartamento isolados em condomínio ou conjunto residencial, cuja construção seja de tijolo ou bloco, com ou sem revestimento, ou de madeira do tipo pré-fabricada; e inadequadas as moradias improvisadas, do tipo casa isolada ou apartamento situados em favela, cortiço, ou em aglomerado subnormal, ou cuja construção seja de zinco, aglomerado de madeira, papelão, taipa ou material misto (CAIADO, 1997: 118).

os cômodos são alugados ou cedidos a parentes e conhecidos. Mas também vão se construindo mais casas para parentes, amigos e conhecidos. A maioria das casas no morro são limpas, mas em precárias condições de conservação, sendo que algumas não apresentam nenhuma condição de moradia. Amontoadas em pequenos terrenos estão, às vezes, quatro ou cinco casas, onde moram seis ou sete famílias²²¹, como é o caso “lá de baixo, perto do seu Argeu que tem umas cinco casas construídas num terreno. É tudo junto, amuntado. Deve de ter umas sete famílias morando lá” (Maria Rosa).

Oficialmente, 95,5%²²² das casas estariam em condições de terem o lixo coletado. Acontece que em muitos pontos do morro o caminhão não chega e os moradores não o levam até os outros pontos de coleta, acabando por jogá-lo na rua, no riacho ou queimando²²³, deixando espaço para a identificação automática entre sujeira e os moradores do morro, notadamente os negros. Esta identificação, ou melhor, este estereótipo negativo de sujeira “rimar” com pessoas negras, fica bem patente em Jaraguá do Sul. Mesmo os “morenos” que moram na Vila Lenzi/Nova Brasília, identificam os negros que ainda hoje moram no Morro da Boa Vista como sendo sujos, cachaceiros, ladrões e vadios. Além do preconceito racial, há o preconceito social. São desconsiderados por serem pobres e por serem negros²²⁴, inclusive pelos próprios negros.

O local mais pobre de Jaraguá é o Morro da Boa Vista. O jeito deles viverem é bem diferente do pessoal da Vila Lenzi. Nós somos pobres, mas do nível médio. Você pode sentir o jeito em que eles vivem lá. Eu tenho parentes lá. Fui lá uma ou duas vezes, mas não gosto de lá. Eu não me sinto bem onde mora pessoas de vida assim como eles. A gente fica meio sentida. Eles são bem discriminados, mas eles dão motivos da gente falar deles. (...) tem negros relaxados como se diz; que não quer fazer nada. Por isso é que quando a gente fala do Morro da Boa Vista, muita gente de cor diz ‘não posso nem ouvir falar neste Morro!’. Isso é porque lá só dá ladrão, assassino, cachaceiros (...) ²²⁵.

Em se tratando do esgoto (destino das fezes e urina, e água suja), segundo o SIAB, a situação é ainda mais delicada, pois apenas sete casas (3,5%) têm ligação com a rede geral; 185 casas (94%) utilizam fossa séptica, muito embora esse número não corresponda à realidade, pois muitas fossas são

²²¹ Por casas coletivas entende-se as moradias coabitadas por várias famílias em casarões, porões ou cômodos de quintal e estão geralmente localizadas em loteamentos situados em bairros periféricos com condições precárias de urbanização. Têm como características a superlotação dos cômodos, com grandes deficiências de ventilação e iluminação, insuficiência de recursos hidráulicos, que geram saturação e precariedade no uso de banheiros e pias. Isto confirma uma degradação de condições de habitabilidade, marcada por problemas de infiltrações e vazamentos (JACOBI, 2000: 13).

²²² Na pesquisa que fizemos esse número chegou a 93,8%, isto é, 61 moradores disseram que há coleta de lixo.

²²³ Essa prática já causou vários incêndios nas suas matas e encostas. “Um incêndio, provavelmente provocado pela queima de lixo e entulhos, devastou cerca de 10 mil m² de área verde no Morro da Boa Vista na tarde de segunda-feira. (...) A hipótese mais provável é que pessoas residentes próximas da área tenham queimado o lixo doméstico no fundo do quintal, e devido ao tempo seco e ao vento o fogo tenha se espalhado (...). A falta de coleta de lixo em determinadas áreas do morro é uma das principais preocupações da associação de moradores!” (AN Jaraguá, 13/08/2003: 1). Em 1989 parte do morro também havia sido devastada por um incêndio.

²²⁴ Triplamente discriminadas são as mulheres que ali residem: são mulheres, pobres (algumas miseráveis) e negras.

²²⁵ Depoimento de Tânia Mara, citado por SILVA (1988: 25).

ligadas ao mato ou ao riacho, além de cinco casas (7,7%) que utilizam “poço morto”. Em nossa pesquisa verificamos que em 32 casas (49,2%) o esgoto corre a céu aberto²²⁶.

Fotografia 14 – Esgoto a céu aberto – Morro da Boa Vista – 2003.



Fonte: Fotografia de Amarildo Forte, AN Jaraguá, 13/08/2003: 4.

De acordo com o SIAB, 78 (39,5%) das casas utilizam água de nascentes ou da cachoeira, 5 (2,6%) de nascente e da rede pública, 2 (1,1%) de poço e 112 (56,8%) da rede pública. Segundo nossa pesquisa, 27 (41,6%) das casas utilizam água de nascentes ou da cachoeira, 8 (12,3%) de nascente e da rede pública, 1 (1,5%) de poço e 29 (44,6%) da rede pública²²⁷. É importante observar, de acordo com o SIAB, que 111 (56,3%) das casas que utilizam água de nascentes não a utilizam com nenhum tipo de tratamento, 61 (30,9%) utilizam cloração, 16 (8,2%) a fervem e apenas 9 (4,6%) usam filtros.

Água o povo pega na nascente do morro, que nós se criamos assim, com água do morro. Tem da SAMAE em algumas casas, mas a gente daqui de cima pega sempre do morro. Isso já faz quase cem anos que é assim, que os antigos já bebiam água do morro. É tudo água sem tratamento, mas às vezes tem água com cloro que acaba sobrando da caixa da SAMAE lá mais pra cima. Aí tem algum tratamento. **Como ela chega até nas casas?** A gente bota uma mangueira na fonte e uma caixa d'água logo embaixo, depois mais pra baixo coloca outra caixa com uma tela em cima que é pra não entrar sujeita, bicho, essas coisas. De lá ela vem até nas casas. É uma água boa, boa mesmo. Já tomo dela há 47 anos e nunca me deu nada (Maria Bernardete Rosa).

²²⁶ Quanto à infra-estrutura e ao acesso a serviços públicos são consideradas adequadas as residências servidas por rede geral de água com canalização interna, aquelas cujo esgoto sanitário seja ligado à rede geral ou possua fossa séptica, e cujo lixo domiciliar seja coletado na porta, depositado em caçamba ou levado a um ponto de coleta; e inadequadas as moradias que não possuem os três serviços listados acima (CAIADO, 1997: 118).

²²⁷ “O diretor do Samae, Nelson Klitzke, comenta que a instalação de esgoto e ligações de água nas partes mais altas do bairro não são possíveis devido à localização das casas, que estão em locais irregulares e acima da cota 130 (até onde chega o abastecimento de água e foi implantado o sistema de esgoto no bairro)” (AN Jaraguá, 13/08/2003: 3).

Para Jacobi (2000: 11), o meio ambiente pode ser analisado a partir do entorno e do domicílio, condições de moradia e poder aquisitivo, condições de habitabilidade, instalações sanitárias e de higiene, identificação dos problemas domiciliares referentes às condições de abastecimento de água e de seu armazenamento, disposição de resíduos sólidos, presença de insetos e roedores. Assim, distribuição incompleta de água, sistemas de esgoto quase inexistentes, coleta inadequada do lixo, construção em morros muito inclinados e sujeitos a erosão e em várzeas sujeitas a enchentes, casas mal-construídas, mal-ventiladas e mal-iluminadas combinam para produzir o ônus ambiental da vida diária na periferia²²⁸.

Morar no morro é sempre um problema por causa dos riscos físicos que traz. No caso do Morro da Boa Vista há uma série deles, que podem agir em conjunto, dificultando ainda mais as já precárias condições de vida de seus moradores. Vendavais, que ocasionam queda de árvores e/ou galhos nas casas são risco para 13 (20,1%) dos moradores. Para 35 deles (53,8%) o risco maior é enxurrada com deslizamento de terra e pedra. Alguns deles citaram o caso de carros que caem dos barrancos em cima das casas, muito embora apenas dois deles (3%) disseram terem sido vítimas de tal acontecimento. Para 15 (23,1%) não há riscos para suas casas. Além disso, os moradores enfrentam problemas ligados à falta de equipamentos urbanos.

Fotografia 15 – Enxurrada no Morro da Boa Vista – 1988.



Fonte: Fotografia do morador cedida ao autor.

²²⁸ O entorno da residência é adequado quando a rua possui algum tipo de pavimentação, guia de sarjeta e iluminação pública, transporte coletivo passando a uma distância de até 500 metros da moradia. O que sair disso é inadequado. Quanto à oferta de equipamentos sociais, a existência de escola de primeiro grau, de posto de saúde e de praça ou área de lazer torna a habitação adequada. Caso não exista um ou mais deles, é considerado inadequado (CAIADO, 1997: 119).

Diante desse quadro, quais as necessidades das ruas²²⁹ do Morro da Boa Vista? De acordo com nossa pesquisa para 57 (87,7%) dos moradores é a pavimentação com iluminação pública, que deveria ser melhorada onde já existe e colocada onde falta. Para outros 60 moradores (92,3%) as ruas deveriam ter iluminação e rede de esgoto. Segundo Dona Berberina, a iluminação pública também deveria ser melhorada, “pois do jeito que tá possibilita muitos problemas, como assaltos, badernas, brigas, malandragem, principalmente nos finais de semana. Ali na ‘curva da Fátima’ deveria ser feito alguma coisa”.

Quando perguntados sobre as necessidades no morro em geral²³⁰, creche, posto de saúde e transporte coletivo apareceram em primeiro lugar para 63 (95,3%) dos moradores. Segundo grau noturno, telefone público e segurança pública aparecem como necessidade para 42 (64,6%) deles²³¹.

E como conseguir o atendimento à estas reivindicações?

Para alguns, “o negócio é esperar a prefeitura fazer, a boa vontade deles lá. Se eles quiserem aí sai alguma coisa aqui pro morro, senão não adianta nada, nem associação, nem nada” (H. R. P., mora no Morro da Boa Vista desde 1997). Porém, muitos entrevistados não quiseram falar sobre a Associação de Moradores²³² e outros disseram saber que ela existe, mas não acreditam nela, ou melhor, na sua atual presidente. Outros simplesmente dizem que nunca ouviram falar nela. Assim, as poucas melhorias que se conseguiu foram resultados de ações pontuais da prefeitura, não sem as reivindicações constantes de seus moradores, que têm sérias dificuldades para se organizarem.

Olha, eu até sei da existência da Associação de Moradores, mas não participo porque falta organização para a atual diretoria. Por exemplo. Muitos não têm conhecimento das reuniões, não têm informações sobre as atividades já realizadas e a serem realizadas. Além disso, a presidente da associação deveria estar mais presente na comunidade, visitando as casas, conversando com os moradores, incentivando-os a participar daquilo que ela realiza (Francisco).

²²⁹ Aqui os moradores podiam citar duas necessidades combinadas.

²³⁰ “A falta de creche para as crianças de zero a seis anos e de área de lazer, instalação de esgoto sanitário e abastecimento de água em casas que não possuem esses sistemas e coleta de lixo, para evitar que o mesmo fique jogado pelas ruas e próximo a cursos de água, são algumas das necessidades e problemas apontados no Morro da Boa Vista pela presidente da associação de moradores, Madalena Conceição de Souza Dionísio. Segundo ela, as reivindicações foram entregues à Prefeitura, mas até agora pouca coisa foi feita” (AN Jaraguá, 13/08/2003: 3).

²³¹ Aqui os moradores podiam citar três necessidades combinadas.

²³² A criação [em 14/12/1991] de uma associação de moradores que defendesse os interesses dos moradores do Morro da Boa Vista se fez necessária diante do grande número de habitantes da Ilha da Figueira e do crescimento desordenado do morro, um dos locais de maior degradação ambiental do município. A erosão, o desmatamento e a ocupação desordenada acabaram interferindo no ecossistema do local. A ausência de esgoto doméstico poluiu os mananciais e a presença do homem afugentou a fauna e comprometeu a flora (Correio do Povo, Jaraguá do Sul, 23/03/2002: 5). A partir de 1994, a Associação de Moradores passou a ter uma atuação mais presente em relação aos problemas enfrentados pela população, enviando suas reivindicações às autoridades de Jaraguá do Sul, bem como participando de várias reuniões na prefeitura. Em março podíamos ler em um material da associação que “as necessidades emergenciais para a comunidade eram: 1) instalação de água; 2) iluminação pública; 3) rede de esgoto; 4) terraplanagem no terreno acima da escola, na estrada da Igreja; 5) ponte nova ou uma boa reforma na mesma”. Em outros ofícios, entre 1996 e 1997, os moradores pediam creche, posto de saúde e área de lazer, coisas em que ainda não foram completamente atendidos.

Da associação eu não participo porque eles não dão chances pra gente participar. Ela [a presidente] se basta. Mas ela não tem conhecimento pra isso. Deixa muito a desejar aqui no morro, que aqui falta muita coisa e não se faz nada. As caixas de correio nem foi a associação que conseguiu, mas o Rotary Clube. Mas ela diz que foi ela. Ela pensa que é dona da associação e isso afasta muito os moradores das reuniões (C. F., mora no Morro da Boa Vista desde 1990).

Outros moradores, contudo, dizem que é importante participar “das coisas do morro”, pois do contrário “não se sabe o que está acontecendo no bairro, no lugar onde a gente mora” (Alvir). Contudo, para muitos, essa é uma participação pontual, fragmentária e seletiva, muito embora alguns culpem a diretoria por isso, afirmando que “ela deveria se apresentar mais pra comunidade e chamar o povo pras reuniões” (João), apesar de reconhecerem que alguma coisa já foi feita no morro através da associação. Outros culpam o próprio povo por não participar das coisas que são do seu interesse.

Não se pode perder de vista, porém numa outra perspectiva, que a participação em termos puramente numéricos deve ser contrabalançada por critérios de avaliação tais como a representatividade real do movimento dentro da localidade, sua capacidade de aglutinação da população em situações críticas e, por fim, a visibilidade e grau de suporte que ele logra alcançar no contexto urbano mais amplo. Em suma, a participação formal não é o único critério para a avaliação do significado dos movimentos²³³.

Participo de vez em quando da Associação de Moradores. Tem vezes que eles passam nas casas e chamam avisando que vai ter alguma coisa, reunião. Se der tempo e a gente fica sabendo da reunião eu ou a mulher vamos. Mas a gente só vai quando tem alguma coisa de interessante pra gente, alguma discussão que vai trazer benefício pro morro (S. P.).

Sei que tem uma associação aqui de moradores, mas não participo direto dela não. A gente vai mais quando é coisa que interessa o povo. Se tem abaixo-assinado a gente participa. Mas não vou nas reuniões nem mais nada (Ana, mora no Morro da Boa Vista desde 1987).

Esta participação pontual pode ser observada em torno de um problema central para os moradores: a saúde²³⁴. Reféns de complexo econômico-social que os marginaliza de qualquer atendimento e empreendimento da parte dos órgãos governamentais, a população do Morro da Boa Vista permanece desamparada na sua difícil luta pela sobrevivência, sendo comum encontrar mães que até recentemente levavam seus filhos a pé, de madrugada, para o hospital por não ter ônibus ou não ter como pagar táxi. Durante certo tempo a comunidade foi atendida, de modo precário, por um pequeno “posto de saúde” da prefeitura.

²³³ Em 31/07/2003 entrevistamos a então presidente da AMMBV, Madalena de Souza, onde ela reiterou as dificuldades em organizar a população do morro, “que não participa muito, quase nada, e espera que a diretoria faça as coisas por eles”, e que a situação tem mudado muito pouco no morro, pois “uma coisa que a gente conseguiu foi colocar uma caixa de correio pras família aqui, que o correio não chega porque os endereços não são legalizados”.

²³⁴ As principais questões são a desnutrição, o problema da água e do esgoto, a presença constante de diferentes doenças desde as mais comuns dermatites, passando por verminose, inflamações e infecções.

No Boa Vista tinha um posto de saúde, com uma médica atendendo, tinha maca, tudo. Acontece que ela atendia muito mal o povo e a gente sabia que ela não gostava de vir aqui. Aliás, pelo que a gente sabia ninguém gostava de vir medicar aqui porque é um local discriminado, com pobres. O povo foi reclamar na prefeitura várias vezes e a resposta que tínhamos era que ‘se está ruim com ela, vai ser pior sem ela’ ou ‘não podemos fazer nada’. O fechamento do posto aconteceu em 2000, quando os profissionais da prefeitura que trabalhavam no Projeto Cidadão, ligado à Secretária da Família, discutiram com ela sobre um morador que deveria ser encaminhado para o hospital e ela não fez isso. Ela não gostou da interferência e não veio mais. Logo depois a prefeitura veio e retirou tudo e o povo ficou sem atendimento (José Pires, morador do Morro da Boa Vista “há muito tempo”).

Assim, quando tem algo referente à saúde, discussão sobre posto de saúde, a população se mobiliza, muito embora muitos dizem que já estão cansados de assinar papel e nada ser feito.

6.4 – Morro da Pedra: da “difama” ao contradiscurso.

O Morro da Pedra, localizado no Bairro Estrada Nova, como antímodo utópico do “discurso Jaraguá do Sul”, é aqui marcado pelo texto de Márcio Sampaio, em epígrafe no início do capítulo, que nos ajuda a dimensionar o que é uma pedra no meio do caminho, o que a cidade oficial não quer admitir e com o quê não consegue conviver.

O bairro fica a 5,1 km do “marco zero”²³⁵ de Jaraguá do Sul e fez parte dos dez mil hectares de terra adquiridos por Jourdan em 1885, e passaram a ser colonizadas a partir do começo do século XX. Eram lotes rurais e sua inclusão no perímetro urbano ocorreu recentemente.

Quando ocorreu o início da colonização de Corupá (Hansa-Humboldt), o caminho por terra que levava à essa colônia seguia pela margem esquerda do Rio Itapocu. Tinha, no entanto, um inconveniente: aumentava a distância em cerca de um terço se comparado com o outro, que poderia ser aberto através das terras pertencentes à colônia Jaraguá. O traçado acabou saindo do lado esquerdo, porque a margem direita, pertencente a Jourdan, tinha controvérsias com a Companhia Colonizadora Hanseática, que colonizava Corupá. Somente na década 1920 uma nova estrada para Corupá foi aberta. Ela seguia pela margem direita do Rio Itapocu. Era a “Estrada Nova”, que acabou caindo em desuso como via de comunicação com Corupá, com o início da BR-280, servindo hoje apenas para o tráfego local, mas o nome acabou ficando.

Os moradores mais antigos contam que a ocupação do bairro deu-se especialmente a partir da construção da BR-280 e do surgimento de loteamentos há cerca de 20 anos. A maior parte dos moradores são do Paraná e do Oeste de Santa Catarina e chegaram para trabalhar nas indústrias

²³⁵ Depois são mais 900 metros até o início da Rua João Miguel da Silva, o Morro da Pedra. Até o último morador são mais 1.100 metros, com altitudes que variam de 52,2m, no começo da rua, a 112 m. O morro tem dois topos, que ficam a 200 e 400 m, respectivamente, do início da rua.

durante o período denominado de “milagre econômico” de Jaraguá do Sul. De acordo com dados da FIBGE a população estimada é de 3.309 pessoas.

Mas antes do nome Estrada Nova se consolidar, a região era conhecida como Três Rios do Sul e também como Tifa Blaesing, por causa de Leopoldo Blaesing, reconhecido por vários moradores como um grande fazendeiro. Ele era

dono de muita terra no lugar e muita gente vinha trabalhar porque ele arrendava essas terras pro pessoal. Depois quando meu marido começou a vender os terrenos ficou conhecido como o loteamento da Marina do Estrada Nova. Morro da Pedra só começou a ser chamado depois, no meio de 1980, quando já tinha mais gente aqui e a pedra servia como identificação pra quem estava chegando, pra quem precisava mandar alguma coisa prá cá, como material de construção ou compras. Aí se dizia: “fulano mora lá no Morro da Pedra” (Dona Marina, proprietária de parte das terras que hoje constituem o Morro da Pedra).

De acordo com Dona Marina, “havia três famílias que tinham um gerador de energia, o resto era na base do lampião e da vela, pois a energia foi instalada por volta de 1978-79. Efetivamente, foi só no final dos anos 1980 que as coisas começaram a mudar no bairro”.

As terras que hoje constituem o Morro da Pedra sempre foram habitadas por parentes – bisavós, avós e a mãe – de Dona Marina, que morou ali desde os dois anos, quando veio do Rio de Janeiro. Segundo ela, não havia escritura das terras e quando eles morreram não foi feito inventário e tudo ficou abandonado. Ela não se lembra, mas acha que foi no final dos anos 1970 que requereram usucapião das terras, processo que ficou na justiça bastante tempo. Ela pediu uma parte e sua ex-sogra, Helena da Rocha Soares outra, que negociou esse pedido com a nora dela, que também tinha direito das terras. Como pagamento dos serviços de advocacia, elas deram um pedaço de terra cada. Essa terra foi vendida logo depois pelo advogado para Frederico Grande, que a loteou e vendeu. A parte da ex-sogra não foi loteada, tendo sido mais tarde vendida tudo para uma pessoa só. Segundo a Escritura Pública de Terras, em posse de Marina da Silva, registrada em 22/10/1984, a região foi dividida em 91 lotes, sendo 66 pertencentes a ela.

Porém, antes de estar tudo legalizado seu marido, que hoje é falecido, já vendia lotes. De acordo com ela

ele ia vendendo de qualquer jeito, sem administrar bem o que tinha nas mãos, e por isso acabamos ficando sem quase nada, só com essa casa aqui, que está mal acabada, com um monte de coisa pra fazer. O dinheiro que ele recebia ia gastando de qualquer jeito. Também tenho um monte de dívidas na prefeitura porque ele não ia regularizando nada. Depois que ele foi embora eu tive que vender alguns lotes só pra pagar dívida com poste de luz, máquinas, papelada que não tinha sido feita.

Além disso, segundo Dona Marina, ele não tinha nenhuma regra para vender os lotes. Não tinha metragem, nem preço e condições de pagamento definidos. Assim, se era para um parente era

uma coisa, se fosse conhecido ou amigo era outra. Quem vinha do Paraná era outra e assim ia. Para muitos ele fazia um “precinho bom” para ajudar²³⁶. Na hora da compra era feito apenas um registro em cartório de um contrato de compra e venda. De alguns era apenas reconhecido a assinatura.

Aqui já estamos a sete anos nesse terreno que a gente comprou de um cunhado que tinha comprado do marido da Dona Marina meio em prestação e foi embora pro Paraná. Em cima dele tinha uma casa, mas era bem velha e nunca fizemos nenhuma reforma nela. Pelo que eu sei a coisa funcionava desse jeito prá se comprar um terreno aqui no morro (Dona Denir, mora no Morro da Pedra desde 1996).

Fotografia 16 – Vista parcial do Morro da Pedra – 1988.



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor.

Poucos dos que compraram os primeiros lotes ainda estão no morro. Dona Marina lembra apenas de Marcos Sebastião Ronchi, que comprou um lote de 600 m², pelo qual pagou 750 mil cruzeiros. De acordo com ela “eles iam embora assim que melhoravam de vida, que iam conseguindo comprar um terreno em outro lugar porque aqui era longe de tudo”. Contudo, muitos iam embora porque não conseguiam pagar o lote²³⁷.

Comigo não aconteceu, mas muita gente daqui vendeu várias vezes o lote. É que o cara comprava e não dava conta de pagar e vendia. Com o dinheiro dava entrada em outro, às vezes por aqui mesmo, e ia pagando. Se apertava a situação vendia de novo e ia embora pra outro bairro. Por isso naqueles tempos muita gente entrava e saía daqui (José da Rosa, mora no Morro da Pedra desde 1990).

²³⁶ Nos contratos de compra e venda observamos essas diferenças. Através deles ficamos sabendo que dois terrenos de 360 m² foram vendidos em maio e em agosto de 1980. Porém, o primeiro custou 25 mil cruzeiros e o segundo 50 mil.

²³⁷ A mudança de moradores nos loteamentos evidencia mais uma exploração, posto que o morador constrói artesanalmente o morro, reivindica equipamentos e depois que ele está valorizado é “convidado” a se retirar para lugares iguais aos de onde veio anteriormente, desprovidos de toda infra-estrutura, obrigando-o a fazer tudo de novo.

Segundo os contratos de compra e venda, o maior número dos lotes, 22, de sua parte das terras foram vendidos em 1986, sendo que a metragem média era de 450 m². Entre 1987 e 1994 foram vendidos mais 25 lotes. Alguns lotes ainda não foram vendidos e aguardam uma decisão da prefeitura em relação a questões judiciais, que se sair favorável “eu vendo que é prá me livrar das dívidas”.

Os primeiros moradores migrantes²³⁸, no começo dos 1980, passaram por uma série de dificuldades e foram os responsáveis diretos pela valorização dos lotes: ocuparam o morro através da construção de suas casas, abriram a rua, reivindicam transporte coletivo – no que não foram atendidos plenamente até hoje – e equipamentos urbanos em geral. A distância, pois alguns tinham que caminhar quase dois quilômetros até o primeiro ponto de ônibus, as péssimas condições da estrada, a falta de energia elétrica²³⁹ e de água era o que mais incomodava. Segundo Macelino,

aqui o terreno era péssimo, não tinha rua, não tinha quase nada. Nós compramos aqui e mandamos a máquina fazer a rua do vizinho de cima até aqui pra poder trazer o material. Aqui só tinha uma picada, um “carrero” como se fala no Paraná. Lá embaixo tinha um pedaço com uma rua estreita, um pouco maior. Eu sei que tinha um roteiro da rua, mas não era aberto, com cascalho, essas coisas.

Segundo Dona Sônia, no começo a água era tirada de poço. Depois de muitas reclamações dos moradores, ela começou a ser trazida com caminhão-pipa até uma parte da estrada. A energia foi ligada no morro em 1988 e a água em 1990, o esgoto em 2002 e 2003²⁴⁰ e o calçamento em 2003.

A pessoa vinha e derrubava umas árvores e fazia um ranchinho, uma casinha que ia sendo aumentada depois, com o tempo. O povo ia limpando e construindo. Quem comprava o lote ia abrindo picada a facão. Isso aconteceu até quase 1990, que foi quando se colocou máquina pra abrir um pouco a “estrada”. Não tinha luz, nem esgoto e nem água, que o povo pegava de poço (Dona Marina).

Já moro aqui há 20 anos. Acho que nem era chamado de Morro da Pedra ainda quando vim. Lembro que tinha só uma picada, pouca casa, não tinha água, nem luz, nem nada. Aqui era uma solidão só. Não tinha água, nem energia, era só matão, mas eu venci as dificuldades. Aqui só se tinha meia-água e era muito problema de doença também (Dona Albelina).

²³⁸ Dos 32 moradores com quem falamos no Morro da Pedra, 26 (81,2%), são do Paraná e vieram para Jaraguá do Sul a partir de 1977 (uma moradora). O grande número deles começou a chegar a partir de 1987. Com exceção de seis moradores que não vão diretamente para o morro, todos os outros o tem como primeiro lugar de moradia. Porém, a diferença entre chegar e ir para o morro é muito pequena – um ou dois anos. Em média, estão morando em Jaraguá do Sul há 11,04 anos e no Morro da Pedra há 10,13 anos.

²³⁹ “O problema da energia aqui é que o bairro não se preparou pra receber tanta gente de uma vez só. Acho que nenhum bairro se prepara pra receber um número avançado. Nós aqui, quando aumentou muito esse bairro passamos a ter problemas sérios de falta de energia. Quando chegava ali por volta das 19 horas você não conseguia ligar a TV ou tomar um banho sossegado que a energia dava uma queda muito grande que acabava caindo até a chave. Por isso eu e mais uns colegas conseguimos junto a CELESC uma negociação, umas brigas com o engenheiro deles, e eles colocaram mais um transformador aqui no Morro da Pedra e reforçaram a energia” (Marcelino).

²⁴⁰ “Eu não posso reclamar do esgoto na rua onde eu moro porque agora está resolvido com a pavimentação. Não está interligado no sistema de tratamento de esgoto, mas está canalizado junto com as águas pluviais, que é o costume aqui, mas que tem que ser invertido porque não existe mais ligar esgoto em águas pluviais. Mas de qualquer maneira eliminamos o problema de ter esgoto a céu aberto” (Marcelino).

Segundo o Censo do Bairro, realizado pela PMJS e AMOBEN no segundo semestre de 1999, que registrou 114 pessoas que trabalhavam no Morro da Pedra, a então Rua 776, 60 (52,6%) deles trabalhavam com carteira assinada, 8 (7,1%) trabalhavam sem carteira assinada, 12 (10,5%) eram aposentados, 7 (6,1%) eram profissionais liberais e 27 (23,7%) estavam desempregados. De acordo com nossa pesquisa, 29 moradores (90,6%) declararam possuir algum tipo de renda e três (9,4%) não possuem renda e vivem de favores. Estes 29 moradores somam um total de 61²⁴² pessoas que possuem renda – a média é de 2,13 pessoas. Ao somarmos a estes as pessoas que não trabalham chegamos a um total de 114 pessoas, o que dá um renda mensal média de R\$ 240,70 por morador. A renda familiar média é de R\$ 946,20 e a renda mensal média dos que trabalham chega a R\$ 442,60.

Fotografia 17 – Vista parcial do Morro da Pedra – 1997.



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor.

Os moradores são unânimes em afirmar que duas coisas foram fundamentais para irem morar no Morro da Pedra: os terrenos baratos e a intermediação de conhecidos²⁴³. Para eles, “de aluguel não dava pra viver e o vivente tinha que ter uma casa dele, nem que fosse um barraco, uma casinha. Por isso o povo que vinha lá do Paraná vinha pra cá ou ia pra outros lugares onde se podia comprar terreno barato” (Veroni).

Marcelino acrescenta outro motivo aos dois citados acima para virem morar no morro: a água. Assim, além de no morro os terrenos serem mais baratos

²⁴² Destes, 48 (77,5%) trabalham com carteira assinada, 10 (16,1%) trabalham sem carteira assinada, 1 (1,6%) é aposentado e 2 (3,2) estão na economia informal.

²⁴³ As voltas para o local de origem se davam em determinadas épocas do ano (feriados prolongados, Páscoa e final do ano), quando aproveitam para vender as propriedades, cobrar e pagar contas. Contudo, o principal nessas viagens era mostrar o sucesso alcançado na cidade, o que acabava influenciando outros da cidade a mudarem para Jaraguá do Sul.

e o dinheiro que nós tínhamos dava só pra isso, a segunda opção era porque não tinha água na vila, aí quem tinha um poço, água, procurava se alojar ali. Na época não tinha água. Era um caminhão pipa que trazia a água pros moradores e distribuía nas caixas. E aqui tinha um poço. Então a gente comprou aqui mais por causa da água e porque era mais barato²⁴⁴.

A situação da moradia e a condição legal do imóvel expressam o padrão de precariedade dos moradores, muito embora nos últimos anos essa situação tenha mudado. Das pessoas com quem falamos, 23 (71,9%) responderam que sua casa é própria, contra sete (21,9%) que as alugam. Dois deles moram em casas cedidas por parentes. Coincidência ou não, 23 casas (71,9%) são de alvenaria, ao passo que seis (18,8%) são de madeira.

Ao contrário do Morro da Boa Vista, onde 17 (30,9%) casas têm escritura e 38 (69,1%) têm contrato, no Morro da Pedra 28 são próprias, sendo que 24 (75%) têm escritura e quatro (12,5%) possuem contrato. Outros quatro (12,5) moram de aluguel ou em casas cedidas.

Quanto à conservação do imóvel, três (9,4%) moradores disseram que ela é excelente. Para 15 (47%) ela é boa e para 14 (43,7%) oscilam de regular a ruim. Do total das casas, 25 (78%) têm até seis divisórias e apenas sete (22%) têm sete ou mais. Em relação à ligação de energia elétrica, 31 (96,9%) das casas a possuem²⁴⁵.

Em se tratando de infra-estrutura básica (abastecimento de água, instalações sanitárias e coleta do lixo) a situação é visivelmente melhor do que no Morro da Boa Vista, de forma que quase 100% dos moradores são atendidos por esses serviços, mesmo que apenas recentemente, da mesma maneira que atualmente toda a rua está pavimentada. Ao contrário do Morro da Boa Vista, atualmente, existem poucos riscos físicos no morro, tanto que para 16 (50%) dos moradores suas casas não estão correndo nenhum tipo de risco. Porém, na parte de baixo da estrada há riscos de deslizamento de terra e pedra, o que foi atestado por apenas sete moradores.

Segundo o Censo do Bairro, que visitou 83 casas no Morro da Pedra, 60²⁴⁶ (72,3%) delas eram próprias, 23 (27,7%) estavam nas categorias alugadas e cedidas. Quanto à característica do imóvel, 41 (49,4%) eram de alvenaria, 25 (30,1%) de madeira e 17 (20,5%) mistas (PMJS, 1999a).

De acordo com o mesmo censo, para 41 (49,4%) dos moradores suas casas eram bem conservadas, ao passo que para 35 (42,2) elas estavam entre regular e ruim. Apenas cinco (6%) disseram que suas casas estavam em excelentes condições de conservação; 61 (73,5%) tinham até seis

²⁴⁴ Segundo ele “na época que nós viemos, não é que não tivesse água encanada. Nós teria água encanada, só que não tinha pressão e quando acabava a água lá no Centro aqui no Morro da Pedra nós já estava sem água há muito tempo. Aí com o tempo foi construída a caixa d’água da Vila Rau e essa aqui do Estrada Nova, que faz uns oito anos. Aí que foi melhorando e hoje praticamente não existe mais poço e nem problema de água nos terrenos”.

²⁴⁵ Há que se considerar, contudo, que esta é a situação atual, pois no início da ocupação do morro as casas eram de madeira e muito precárias, sendo que muitos moravam de aluguel ou de favor, não sendo raro a situação de várias famílias ocuparem a mesma casa.

²⁴⁶ Este é o mesmo número das que têm escritura, sendo que 19 (22,9%) têm contrato de compra e venda e 4 (4,8%) aparecem sem especificação.

divisórias e 22 (26,5) tinham sete ou mais; 76 (91,6%) tinham energia elétrica, 80 (96,4%) abastecimento de água, 70 (84,3%) instalação sanitária completa, contra 11 (13,3%) nas quais ela era incompleta e 79 (95,2%) tinham coleta regular de lixo. De acordo com o censo, havia em média 3,66 moradores por residência.

Quando foi realizado o Censo do Bairro, 78 (94%) dos moradores citavam a pavimentação da rua²⁴⁷ como a sua principal necessidade²⁴⁸. Quando a pergunta foi referente às necessidades do bairro, posto de saúde, policiamento e transporte coletivo apareceram em primeiro lugar.

Precisa de muita coisa aqui. As ruas não recebem manutenção da Prefeitura, as bocas-de-lobo estão sempre entupidas e a minha rua, a João Miguel da Silval, é uma desgraça. Sempre que chove a água deixa as pedras soltas e os carros não agüentam. O bairro está cheio de problemas. Outra coisa que precisa melhorar é o transporte coletivo, especialmente nos finais de semana. Também acho que devia ter um posto de saúde²⁴⁹.

Todos os moradores entrevistados falaram da pedra que deu origem ao nome do morro. De acordo com Marcelino

antes de subir o primeiro tope do morro tinha uma pedra bem grande. Foi essa pedra que deu o nome de Morro da Pedra pro lugar. E aquela pedra ali é que juntava a noite pessoas que não tinham seus afazeres, ficavam lá bebendo, fumando outras coisas, que não é o caso de dizer o que era. Mas aí criou essa imagem do Morro da Pedra que trouxe pra nós uma dificuldade muito grande pra todos os moradores de bem de conseguir reverter isso aí.

Para muitos deles, como Seu Assis, “ela era um espaço de folia, bagunça, encontro de baderna, festa, lugar de tomar umas pingas, namoro também e até de outras coisas”. Com o tempo, a pedra e os moradores do morro passaram a simbolizar tudo o que de ruim acontecia, primeiro no bairro, e depois na cidade. Uma pedra, nesse sentido, é tudo: ela atrapalha, atrasa, indica, dificulta. Até que resolveram demolir a pedra, como se isso pudesse eliminar o problema²⁵⁰. Simbolicamente, ela pode ser também os próprios migrantes e a migração diante do discurso progressista e ordeiro da cidade. Então, parafraseando o poeta, podemos dizer que “no caminho havia um migrante”.

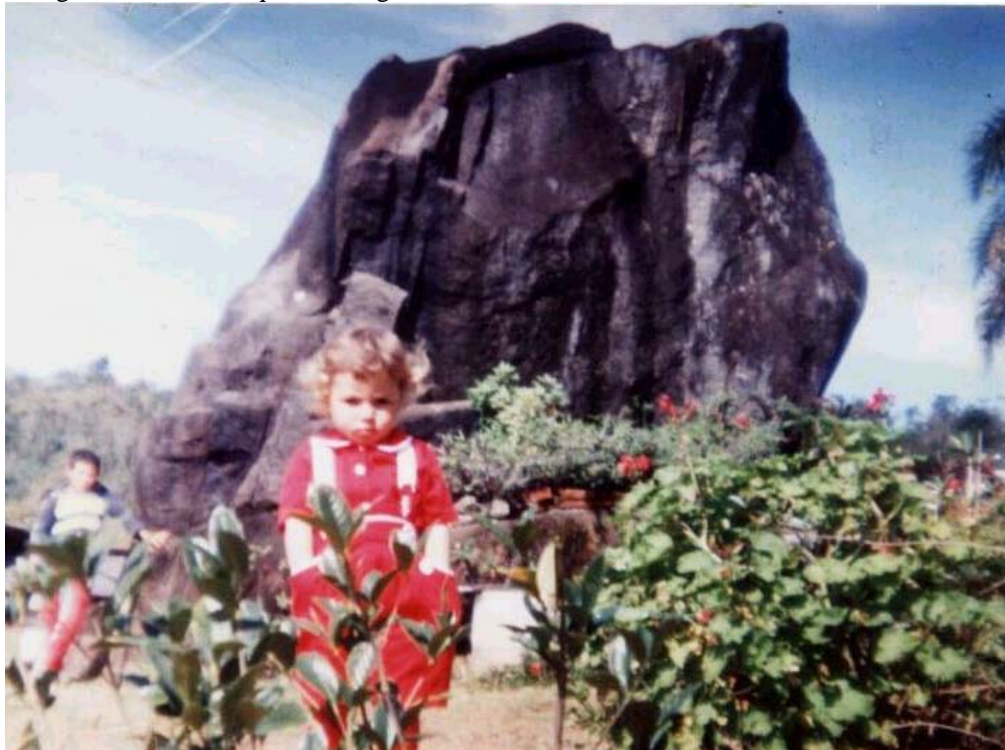
²⁴⁷ Até o começo de 2001 a rua do Morro da Pedra não tinha nome, apenas número: 776. Com objetivo de mudar isso os moradores tentaram registrar o nome da localidade como Morro da Pedra, mas foram orientados pela prefeitura “a colocar nome de gente”. O nome escolhido foi o de João Miguel da Silva, avô de Dona Marina e um dos primeiro moradores da região. O nome foi aprovado pela Câmara de Vereadores no começo de 2001 (Justino).

²⁴⁸ A Rua João Miguel da Silva foi pavimentada entre 2002 e 2003. A obra foi paga pelos próprios moradores e custou entre R\$ 25,00 a R\$ 33,00 o m². Depois disso, os moradores do Estrada Nova também conseguiram que fosse construído um túnel na BR-280, a ampliação da escola e a construção da cobertura do ginásio de esportes. Porém, apesar dessas mudanças, o Estrada Nova ainda é considerado um dos que apresentam estrutura mais precária de Jaraguá do Sul. Falta uma área de lazer, segurança pública, horários de ônibus, notadamente nos finais de semana, e pavimentação nas ruas.

²⁴⁹ Depoimento de Elizete Tenório, publicado no Correio do Povo, 01/04/2002: 5.

²⁵⁰ “A pedra era um monumento. Era bonita. Viçosa. Se eu pudesse não teria deixado tirar na época. Ela foi demolida em 1993-94 pela prefeitura. Não precisava ter tirado, que ela não atrapalhava nem a rua e nem a casa perto. Ela se foi, mas a fama ficou” (Seu Assis).

Fotografia 18 – Pedra que deu origem ao nome da localidade – década de 1980.



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor.

Para Veroni, como no morro os terrenos eram mais baratos e sempre se conseguia alguém para ajudar nos primeiros tempos, enchendo as casas de pessoas, “ficou a fama de que paranaense só vai pra morro, pra loteamento; que são tudo bandido, marginal. Se alguém me dizer que aqui é lugar de bandido, que me dê dinheiro que compro um terreno melhor em outro lugar”. Por isso o preconceito em relação aos moradores do morro, como observamos nos depoimentos abaixo.

As pessoas da cidade, do centro, chamavam o Morro da Pedra de favela, de lugar que só tem bandido fugido do Paraná, matador. Isso é ruim pra nós (Enedina, mora no Morro da Pedra desde 1990).

Pra quem trabalha de noite era mais difícil ainda. Tinha possibilidade de assalto, estupro, tinha a “famosa pedra”, que era onde ficava gente que não prestava, que não trabalhava, que só arrumava confusão com os outros (Dona Sônia).

Preconceito não soufri direto não. Mas a gente escutava muito dizer que aqui no morro tinha era muito favelado do Paraná. Hoje os maloqueiros do morro foram tudo embora ou deram fim neles, que muitos morreram e isso foi se acalmando e aqui hoje a sobrevivência é boa. Quem causava os problemas aqui, como assalto, mortes e outras coisas, foi deixando o morro com medo, perseguição, a polícia atrás deles, mas infelizmente ficou a fama pro morro inteiro, pra todo o bairro (Seu Antônio).

Marcelino, por exemplo, não gosta do nome “Morro da Pedra”, haja vista que ele está carregado de preconceito e discriminação, e por causa disso ele não deveria mais ser utilizado. Segundo ele

tinha um tempo que taxista, a noite, não queria vir até aqui. Quando a pessoa dizia que morava no Estrada Nova eles já pediam se era muito pra dentro do asfalto. Quando se dizia que era no Morro da Pedra, então, não queriam vir. Aqui ficou famoso por causa de uma gang que existiu, chamada “Camisas Pretas”. Eles só se vestiam de preto e usavam um crucifixo virado pra baixo. Tinha gente daqui e de outros bairros, mas a maior parte era daqui. Eles mexiam, atacavam quem passava a pé ou de bicicleta, estuprava, matavam e roubavam. (...) a imprensa não dava folga pro Estrada Nova e o Morro da Pedra ficou famoso. Ela incomodou o pessoal aqui do morro, da cidade toda na verdade, um bom tempo. O forte dela foi em 1992-93. Até 1995-96 ainda tinha gente dela por aqui. Depois foi sumindo tudo. Uns morreram, outros foram presos, mandados embora.

Contudo, a experiência comum da discriminação pode remeter à construção de um processo identitário de confirmação da exclusão e, portanto, autodepreciativo, ou de formação de uma antiimagem, norteadas por valorações alternativas. Foi por isso que os moradores do morro se empenharam tanto para transformar sua imagem perante a cidade através da AMOBEN²⁵¹. Suas batalhas cotidianas pela água, energia e pavimentação, foram no sentido de, também, reverter a imagem que ficou dos tempos da “famosa pedra”, conforme nos fala Marcelino.

Então eu não gosto que chamem essa rua de Morro da Pedra. Isso traz uma idéia muito ruim que nós estamos querendo apagar. Tá certo, que se existia alguns bandidos, marginais aqui uns tempo atrás, e eles aprontavam algumas aqui, com morte e tudo. Mas isso tá acabando, então tem que acabar com a idéia do lugar ser ruim de morar. Aqui é tudo hoje em dia gente que trabalha, que luta pelo pão de cada dia como pode. Então, ficar ainda chamando de Morro da Pedra eu acho que é pra reforçar uma idéia que quase não existe mais, que a própria AMOBEN tá fazendo de tudo pra acabar.

Falando sobre as “coisas do pensamento negativo que os outros da cidade tinham do morro”, Marcelino diz que isso também está sendo revertido com as ações da AMOBEN. De acordo com ele

quando você ia no centro e alguém perguntava ‘mora onde?’ e o cara falava ‘Eu moro no Morro da Pedra’, aí já ficava mais complicado até pra conseguir crédito. Não que não tivesse, mas já ficava mais complicado. Hoje não é mais Morro da Pedra. Antes era Morro da Pedra. Nem nome na rua a gente tinha. Era Morro da Pedra. A nossa rua, o nosso bairro tinha uma difama um pouco grande por causa do Morro da Pedra. Se falasse ‘Morro da Pedra’ todo mundo tremia. Os próprios moradores diziam ‘eu não moro naquele lugar’. Hoje nós temos nome na rua, que foi dado pela Associação de Moradores, que é a Rua João Miguel da Silva. Não só pra mim, mas pra todos os moradores foi um projeto a mais da associação ter dado o nome dessa rua e tirar essa imagem de Morro da Pedra.

Para Marcelino, ainda,

não é só aqui em Jaraguá que se tem esse olhar diferenciado sobre o migrante. Eu tenho várias passagens na minha vida, trabalhei em várias cidades do Brasil e em todo lugar que você vai existe

²⁵¹ As Associações de Moradores são instrumentos de vocalização das necessidades e insatisfações de um segmento populacional específico. Como instância de articulação e canalização de demandas das populações residentes na periferia junto aos poderes públicos, sobretudo aqueles situados no âmbito da administração municipal. De um lado, expressam um esforço para a definição de seus principais problemas e prioridades e o delineamento das soluções mais adequadas aos seus interesses. Por outro lado, representam canais privilegiados de acesso dessa população ao poder público.

isso de preconceito, discriminação. Agora, o preconceito aqui é um pouco mais porque vieram muitos migrantes na época. E você sabe, aonde vem o bom vem o ruim e aí a imagem do lugar parece que pesou mais pro nosso bairro, o Estrada Nova. (...). Claro que existe as pessoas más, mas não é só eles que existem. Existem os bons também. Então vem a dificuldade em conseguir as coisas porque as autoridades acham que aqui tem um pessoal muito ruim. Mas a gente está conseguindo reverter isso.

Segundo Miguel, morador do Bairro Estrada Nova desde 1990, essa imagem era do bairro todo, mas no Morro da Pedra era mais forte. Mas o bairro todo sofria com isso, tanto que

às vezes na própria empresa, a gente trocava idéia com os colegas de trabalho e você acabava dizendo, era perguntado onde morava, você dizia que era no Estrada Nova, no Morro da Pedra, você já percebia que a pessoa tinha certo receio, ficava meio ressabiado. Até passavam a te tratar diferente. Por isso não há nada melhor quando uma pessoa ou uma comunidade em geral é discriminada ela reverter isso com trabalho, com honestidade, com caráter, dignidade e personalidade. Eu acho que foi isso que o pessoal do Estrada Nova conseguiu. Não só a AMOBEN, mas todo o bairro, toda a comunidade conseguiram mostrar pros demais bairros, pra todo o município que o Estrada Nova não era aquilo que todo mundo tinha na cabeça, que muita gente pensava que o Estrada Nova era só briga, só marginal, só traficantes, bêbados, eles são isso e aquilo. Então foi onde que o próprio bairro acabou mostrando pro município todo que ele é um bairro bom de se viver. É um bairro que tá ficando ótimo, que tem pessoas sérias, dignas, honestas, trabalhadoras e capazes de fazer as coisas acontecerem.

Essa imagem começou a mudar, de acordo com Marcelino, Justino e Miguel, a partir de um trabalho “bem amplo e forte com todos os moradores do Estrada Nova, muito embora não se possa falar que foi apenas depois dela que as coisas melhoraram aqui. Eu não estaria sendo sincero. Mas nós conseguimos reverter bastantes com essa direção” (Miguel).

Conforme Justino, a AMOBEN foi criada em 27/01/1996 por 12 moradores, tendo como presidente Manoel Guilherme. Em 2000 foi formada uma chapa de oposição para concorrer às eleições. Os componentes da chapa tinham duas propostas principais, que eram a popularização da AMOBEN e o seu desatrelamento da prefeitura, expressas no lema “Juntos construiremos um bairro mais forte”. A chapa de oposição ganhou a eleição tendo Riolando Petry como presidente e Marcelino como vice. Foi apenas nesta gestão que o estatuto da associação foi registrado em cartório.

Justino conta que o respeito da comunidade foi conseguido durante a campanha para a AMOBEN em 2000, “pois foi uma campanha que mobilizou a comunidade porque ela viu na chapa de oposição a possibilidade de ter, efetivamente, representantes que estariam do lado dos moradores e não do lado da prefeitura, como vinha acontecendo”. Para ele, foi uma campanha que “envolveu a população porque passou a ser uma disputa política mesmo. Nós distribuimos diversos boletins com nossas propostas, com discussões e inovações para o bairro e sobre como agiríamos caso fossemos eleitos. Nós ganhos com 204 votos”.

A nova AMOBEN pautou seu trabalho em três ações principais. Em primeiro lugar estava a necessidade de trabalhar a integração entre a associação e os órgãos públicos municipais e estaduais,

bem como com as entidades do bairro: as igrejas, os times de futebol, a APP da escola e da creche e o grupo de mães. Um segundo ponto é que através dessa integração foi realizado o Censo do Bairro. Com ele foi possível conhecer toda a problemática do bairro, desde os problemas localizados de cada rua²⁵² até os do bairro como um todo²⁵³. Com isso se conseguiu tecer um projeto para as obras prioritárias. A terceira ação era ter em cada rua um representante da AMOBEN, através dos quais toda a problemática do bairro seria discutida (Justino).

As mudanças, porém, não foram só em relação à visão do outro sobre as pessoas que moravam no morro, mas também dos próprios moradores sobre si mesmos. Dessa forma, suas lutas e conquistas proporcionaram a estes moradores um rompimento com a postura de identificarem-se apenas como os pobres da cidade, para reconhecerem-se como moradores²⁵⁴. Isso fez com que eles deixassem de se auto-definirem através de partes do corpo, mãos que carregam sacolas de compras, pés que sujavam e resvalavam nos dias de chuva, costas que carregavam pedras e outros materiais de construção até o alto do morro (SILVA, 2002: 211).

A grande transformação para o Morro da Pedra viria com a pavimentação da rua, projeto que envolveu uma negociação bastante longa, em torno de uns sete ou oito anos. A obra foi aprovada pela Câmara de Vereadores, indicação 48/2001, atendendo solicitação do Vereador Zé Padre (PT). Ela começou em maio de 2002 e a pavimentação de seus 560 metros foi inaugurada no dia 17/05/2003.

O primeiro projeto da obra era pra ser tudo concreto, mas o preço era muito alto e a gente foi negociando junto à prefeitura e os moradores um custo mais barato, porque os moradores eram que iam arcar com a maior parte dos custos, em torno de 70%. Os moradores pagaram entre R\$ 540,00 e R\$ 1.400,00 conforme o tamanho do lote. Na verdade é uma obra mista, com asfalto, concreto e calçamento por causa das dificuldades do morro. Asfalto tem só no começo da rua (Marcelino).

De acordo com alguns moradores, no começo das negociações foram eles próprios, isoladamente, que iam brigando pela obra, mas nada se definia. Foi a atuação da AMOBEN que facilitou bastante o trabalho entre os moradores e a prefeitura, juntamente com a criação de uma comissão paralela para fortalecer a AMOBEN nas negociações com a PMJS. Esta comissão foi eleita em abril de 2001 e era composta por Marcelino, Miguel, José Almeida e Cenival de Souza.

A comissão também ajudou pra que se tivesse uma negociação mais efetiva com a prefeitura. A gente queria que acontecesse a obra. Até então ela estava sendo debatida, falada, discutida, mas nada de

²⁵² Pavimentação, placa de identificação de rua, iluminação pública e patrolamento com colocação de macadame.

²⁵³ Posto de saúde, escola de segundo grau, policiamento, transporte coletivo, ampliação da escola, ginásio coberto, área de lazer, abrigo de ônibus, galeria pluvial, rede de esgoto, placas de sinalização, regulamentação de loteamentos e telefone público. Dados do Censo 2000 indicavam que o Estrada Nova tinha 810 famílias e cerca de 3.200 habitantes.

²⁵⁴ As diferenças entre esses indivíduos são infinitas e os únicos fundamentos comuns são a consciência da diversidade e a crença de que a associação dessas diferenças pode ser a estratégia mais adequada para se ter êxito na realização de seus interesses, tanto aqueles que são gerais quanto os particulares (...). Essa associação deve garantir, resguardar e proteger determinados direitos e liberdades que constituem os maiores benefícios supostos nessa cooperação (GOMES, 2002: 31).

execução e isso ficava num empurra-empurra danado, marrento, que ia de um dia pro outro, jogando. Foi a comissão que fortaleceu pra que a obra tivesse início o quanto antes. Assim, ela, além de passar as informações para a comunidade, também fazia a negociação, uma cobrança junto ao prefeito para que a obra realmente saísse (Miguel).

Justino lembra que o então Coordenador de Desenvolvimento Municipal Ademir Izidoro desafiou a comunidade, a quem chamava de favela, uma extensão do Bairro Jaraguá 84²⁵⁵, a conseguir a obra, dizendo que os moradores não teriam condições de pagá-la devido aos salários que recebiam, haja vista serem a maioria trabalhadores, enfim, um povo pobre.

Nós fomos desafiados porque o contrato com a prefeitura e a Engepasa, empresa que ia fazer a obra, dizia que para a obra sair deveria ter 80% de adesão dos moradores. Eles achavam que não íamos conseguir esse percentual. Aí quando eles estavam se sentindo pressionados porque nós tínhamos o número, ele disse que queria 90% de adesão dos moradores. Então nós nos reunimos e fomos atrás dos moradores que faltavam. Fomos até a outros bairros e cidades e conseguimos os 90% que a prefeitura exigiu. Aliás, deu 93% de adesão, três a mais. Isso nós jogamos na mesa daquele senhor e exigimos a obra. Ou ele assinava ou íamos entrar na justiça. E a obra saiu. E depois que a gente conseguiu esse número de adesão a gente conseguiu eliminar um pouco o preconceito.

Fotografia 19 – Vista parcial do Morro da Pedra – 2003



Fonte: Fotografia de morador cedida ao autor.

²⁵⁵ “Ele dizia que o Morro da Pedra era uma extensão do Jaraguá 84 por causa da criminalidade. É que em um passado próximo havia um locutor de rádio, que hoje é assessor de imprensa da prefeitura, o qual pegava lá o bêbado, o rapaz desempregado e criava nele um possível assassino, um possível marginal, e por sermos 90% de migrantes vindos do Paraná havia o preconceito nesse sentido. Criou-se a imagem de desqualificados para o morro. Foram os representantes do povo, ou que deveriam ser, que criaram essa imagem de desqualificados, de povo baderneiro, não participativo”.

Para Marcelino, além da pavimentação que beneficiou bastante o pessoal do Morro da Pedra, os moradores conseguiram uma creche, a ampliação do colégio, que conta com um ginásio de esportes, e a construção do viaduto. Segundo ele

essa do viaduto foi uma das brigas das piores que nós tivemos. Paramos o trânsito. Aqui no Morro da Pedra as brigas foram mais cordiais, mas no viaduto o bicho pegou mesmo, tivemos que fechar a BR e aí a gente conseguiu também essa obra, que foi muito importante não só pra nós, mas pro pessoal do Bairro Água Verde, da Vila Rau, Nereu Ramos, pro pessoal que passa no asfalto e vai pra Corupá. A obra de construção do túnel começou no início de maio de 2002 e ficou pronta em agosto de 2003.

A batalha²⁵⁶ que foi travada pela AMOBEN com a prefeitura foi em torno do número de acidentes, principalmente os com mortes, que foram nove entre janeiro e agosto de 2001, mais de uma morte por mês. Os acidentes aconteciam por causa do fluxo intenso de veículos e por ser ligação entre dois bairros de grande porte, formando grupos de pessoas para atravessar o asfalto em horário de pico. Assim, a melhora significativa no Bairro Estrada Nova, em geral, e no Morro da Pedra, em particular, se deve em grande parte à ação política de seus moradores²⁵⁷, que, desde o final dos anos 1990 organizaram uma série de movimentos sociais para exigir seus direitos à cidade.

Da Associação de Moradores participo de vez em quando de reuniões, de assinaturas pra se conseguir as coisas, como foi o caso da pavimentação aqui da rua, que sem a associação tinha ficado mais difícil de ter conseguido o asfalto pro morro. Então eu acho que ela ajuda e tem que ser fortalecida pelos moradores, que aí ela tem força pra brigar com a prefeitura e conseguir o que se necessita no bairro, no morro. Com a associação mudou um monte de coisa, porque a prefeitura não dava muita bola aqui pro povo do Estrada Nova, muito menos pro Morro da Pedra, que era um lugar mal-falado, suspeito. Agora não se fala mais tanto do morro e já tem mais gente querendo vim morar aqui (Seu João).

Como podemos ver, os morros em questão foram construção dos próprios moradores migrantes, surgida de sua experiência anterior, em muitos casos de sua pobreza material, e de uma vivência muito especial na cidade. Porém, não podemos esquecer que a violência da migração alia-se, na cidade, a violência da exclusão e do preconceito.

Contudo, e ao contrário, esses moradores são homens e mulheres que vão transformando suas trajetórias, travessias e histórias, marcadas pela migração, por lutas, por preconceitos, segregações, em sonhos de uma vida melhor, que se ainda não se efetivaram, também não morreram e permanecem vivos em seus rostos e olhares.

²⁵⁶ A BR 280, trecho de acesso ao Bairro Estrada Nova, foi fechada por cerca de 30 minutos no dia 22/08/2001 a partir das 13:00 por cerca de mil pessoas. A desqualificação da manifestação não demorou e partiu do chefe do gabinete do prefeito Irineu Pasold, José Carlos Neves, para quem a manifestação foi “politicagem. Aquele pessoal, o Riolando, é tudo do PT” (AN Jaraguá, 23/08/2001: 3). Apesar disso, a prefeitura anunciou a licitação da obra no dia 24/08/2001.

²⁵⁷ No Morro da Pedra 63,8% (53) dos moradores sabem da existência da AMOBEN. Dos que sabem, a maioria participa, mesmo que pontualmente (PMJS, 1999a).

7 – Considerações finais.

Não as névoas da memória nem a árida transparência, mas o cheiro queimado de vidas queimadas que forma uma crosta sobre as cidades, a inchada esponja de matéria vital que deixou de fluir, o entupimento de passado presente futuro que bloqueia as existências calcificadas pela ilusão de movimentos: eis o que encontramos ao término da viagem (CALVINO, 1990: 94).

Mas

às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que poder parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos, ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins do seu império... (CALVINO, 1990: 149).

Estar de um lado não significa distorcer a realidade, mas aprofundar discordâncias e radicalizar diferenças. Tudo o que foi um dia pode vir a ser contato de forma *diferente*. Fazer história é sempre pensar um *outro* no tempo (PESAVENTO, 1999: 112). Perceber os dois morros de um lugar onde eles são raramente observados, ver de outro ângulo, eis o que tentamos fazer, partindo da idéia que uma cidade não é, mas está.

Buscamos nestas linhas as dimensões insuspeitas da igualdade e da liberdade, que, para além da crueza da realidade existente, nos remetem a um projeto viável num modelo de organização da vida social situado. Esta é a lição que podemos guardar desta viagem pelos dois morros de Jaraguá do Sul. Por isso mesmo ela nos permite também compreender que uma viagem nos convoca à ação, pois, a partir do que nela foi aprendido, sabemos que é possível, desde já, intervir na realidade que vivemos.

Contudo, uma viagem vale não só por aquilo que nos dá e se pode prender entre as mãos ou conservar guardado nos cofres da memória, mas também por aquilo cuja falta nos faz sentir. Dessa forma, percorremos várias vezes os dois morros, convivemos com seus moradores, ouvimos suas Histórias, andamos e tomamos café e chimarrão com eles. Tudo isso, graças à alquimia da memória, se integrou à nossa experiência, impregnando-nos com a sua própria substância da vida.

Os rostos e expressões destes moradores que acabaram por se tornar nossos conhecidos são o melhor legado que poderíamos ter ao “fim” da viagem; o tempo gasto no percurso e a sabedoria que ao longo dele fomos adquirindo por certo nos haverão de ter ensinado onde estava o sentido da viagem. E teremos então aprendido, também, o que o morro quer dizer.

Estas palavras não visam concluir a tese, mas tentam sugerir trilhas nas quais outras investigações poderão eventualmente prosseguir desde outros trabalhos ou, quem sabe, que o poder público tome sérias, rápidas e contundentes medidas para resolver vários, senão todos, os problemas aqui enfocados. E, além disso, encontrar uma outra configuração do espaço, definida pela difusão de equipamentos urbanos, a partir dos quais se organizam redes mais frouxas de sociabilidade, possibilitando o convívio entre desconhecidos que já não precisam necessariamente identificar-se no confronto, diante de um outro próximo e inimigo (MONTES, 2000: 306).

Antes que chegue ao fim este texto, e com ele, a viagem que nos permitiu partilhar, subindo e descendo os espaços dos dois morros, tentemos refazer os caminhos percorridos, pensando sobre as rotas que fomos levados a seguir. E sobre isso a verdade tem que ser dita: se tínhamos um rumo pensado, ele foi desfeito, desviado, quebrado, invertido pelas circunstâncias próprias de uma caminhada onde nossos parceiros são homens e mulheres calejados pela dor e pelo sofrimento de ter deixado sua terra.

Eis, então, no que constituiu a tarefa a que nos propomos

dar a conhecer rostos anônimos, arrancar à banalidade do cotidiano o frescor de uma paisagem redescoberta, o brilho fugidio de um instante, o esboço do perfil de desconhecidos que têm, como nós, nomes próprios, sonhos, ansiedades e desejos, pois o migrante não é um romântico turista. É homem esmagado, banido dentro de sua terra, por condições de um sistema sócio-econômico e político infame. Busca outra terra porque a que lhe é própria lhe é roubada (...). Não basta apreender a migração superficialmente, como deslocamento geográfico de indivíduos. Pois um dos aspectos contido no processo migratório é a marginalização econômica, social e política (CEM, 1980: 7ss).

Debruçados sobre si mesmos, “encerrados” em seu espaço próprio, esses grupos guardam Histórias vividas em comum, experiências e símbolos compartilhados que, ao uni-los, identificando-os.

Admitimos: não foi fácil. Não que subir e descer os morros tenha sido cansativo. Não se trata de cansaço, de uma dor física. Trata-se de entender os “outros” a partir de um “vão não panorâmico”, embrenhado que estivemos nos espaços recônditos de lugares mal vistos, “muito mal falados”, habitados por “pretos que só pensam em brigar e bebedeiras e jogar pedra na polícia”. A dor da gente, assim, é perceber que nada disso é verdade, que nos morros mora gente humilde, que trabalha, que é honesta, que empenha a palavra, que quer ser feliz, que quer viver com dignidade, mas que, infelizmente, nada disso parece valer para os que habitam outros espaços da cidade, para quem eles continuam sendo pobres, migrantes, negros, vistos como marginais, malandros, arruaceiros, causadores de problemas à cidade.

Este foi um estudo com base em duas comunidades concretas que nos remeteu para situações similares. Estudar essas localidades a partir de uma visão não panorâmica, adentrar, efetivamente, nas suas múltiplas realidades e trilhar seus tortuosos caminhos, foi nossa intenção.

Nesta caminhada começamos a “pertencer” ao morro, conviver com eles, entrar em suas casas, reviver com eles momentos através de fotografias e depoimentos; passamos a ser um deles (nem que por um pouco de tempo), sentir suas dores, reivindicar equipamentos públicos com eles, essa gente da periferia pobre da cidade, migrantes de toda sorte e de vários lugares. Esta tese pretende, então, ser uma forma de fazer ecoar seus clamores. Se isso for feito, já estaremos satisfeitos e, certamente, o desafio terá valido a pena, mesmo sabendo que outros poderiam ter feito outras viagens.

Segundo Lefebvre (1999), é preciso deixar de lado um olhar redutor que não permite ver a cidade enquanto campo de tensões e conflitos, como lugar dos enfrentamentos e confrontações e unidade das contradições. Discutir contradições é o que nos propomos, dar conta da utopia que pensá-la como instrumento que permita a construção da liberdade, expressa em espaços melhor equipados.

Ao longo deste texto fizemos nossas escolhas e se, de acordo com Bourdieu (1998: 8), fomos obrigados a se comprometer, às vezes pessoalmente e em nome próprio, sempre o fizemos com a esperança, se não de desencadear uma mobilização ou até um desses debates sem objeto nem sujeito que surgem periodicamente no universo da mídia, pelo menos de romper a aparência de unanimidade que constitui o essencial da força simbólica do discurso dominante.

8 – Referências bibliográficas.

ACSELRAD, Henri. Introdução. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UNB, 2002.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo, Difel, 6ª. ed., 1985.

BASTOS, Ana Regina Ribeiro e PÓVOA NETO, Helion. Migrações e discurso literário: imagens e representações nos anos 30. *Revista Travessia*, São Paulo, n°. 17, set./dez./1993.

BEANINGER, Rosana. *Regiões, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980-1996*. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

BENATTI, Antônio Paulo. *O centro e as margens: prostituição e vida boêmia em Londrina (PR) – 1930/1960*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BENETTI, Pablo César. *Da migração à mobilidade da força de trabalho: o trabalho clandestino – estudo de caso (Campos)*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BENETTI, Pablo e VAINER, Carlos. Migrante na cidade. *Revista Travessia*, São Paulo, n°. 2, set./dez./1988.

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho. In: MARICATO, Ermínia. (Orgª.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª. ed.,1982.

BORDENAVE, Juan Diaz. *Além dos meios de comunicação*. Petrópolis: Vozes, 9ª. ed., 2001.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1992.

_____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 3ª. Ed., 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. In: PECHAMAN, Robert. (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

CAIADO, Aurílio Sérgio. Metrôpoles, cidades médias e pequenos municípios paulistas: estudo comparado da qualidade de vida e dinâmica sócio-espacial. In: PATARRA et al. *Migração, condições*

de vida e dinâmica urbana: São Paulo (1983-1993). Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/, 2000.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPELATO, Maria Helena. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. XI, nº. 23/24, set.91/ago./1992.

CARLOS, Ana Carlos Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 6ª. ed., 2001.

CARNEIRO JÚNIOR, David. Resultados preliminares do censo demográfico: o caso do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, jul./set./1982.

CENECORTA, Alfonso e SMOLKA, Martim. O paradoxo da regularização fundiária: acesso à terra servida e pobreza urbana no México. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, nº. 1, jan./jul., 2000.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *Migrantes: êxodo forçado*. São Paulo: Paulinas, 1980.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 7ª. ed., 1997.

CONZEN, Kathleen et al. The invention of ethnicity: a perspective from the USA. *Journal of American History*, Fall, 1992. (Tradução de Eunice Sueli Nodari).

COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville: 1917-1943. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. (Orgª.). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Editora da Univille, 2000.

CUNHA, Idaulo José. *O salto da indústria catarinense*. Florianópolis, Paralelo 27, 1992.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

_____. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº. 1, vol. I, jun./1986.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPÍRITO SANTO, Evelise. *A agricultura no Estado de Santa Catarina*. Chapecó: Grifos, 1999.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FONTES, Paulo Roberto. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

GARCIA, Fernanda Ester. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Editora Palavra, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

GOMES, Paulo César. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A memória da casa e a memória dos outros. *Revista Travessia*, São Paulo, nº. 32, set./dez./1998.

GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

JACOBI, Pedro. *Cidade e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2000.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. ed., 1993.

_____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho. In: HOGAN, Daniel. *Cidade: usos e abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

LAPIERRE, Jean-William. Prefácio. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LOPES, José Carlos. *A voz do dono e o dono da voz: trabalho, saúde e cidadania no cotidiano fabril*. São Paulo: Hucitec, 2000.

LUCENA, Célia Toledo. *Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

MAGALHÃES, Marisa Valle. *O Paraná e as migrações – 1940 a 1991*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação. (Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia. (Org^a). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2^a. ed., 1982.

_____ *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, Vozes, 2^a. ed., 2003.

_____ *Subúrbio*. São Paulo: Unesp, 2^a. ed., 2002.

MARX, Karl. *O capital* - capítulo XXIII: A lei geral da acumulação capitalista. Livro primeiro, volume II. São Paulo: Civilização Brasileira, 16^a. ed., 1998.

_____ *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global, 1987.

MATA, Milton et all. *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

MENEZES, Cláudia. *A mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MEURER, Bellini. *Entre flores e manguezais: a construção do real em Joinville*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

MONTES, Maria Lúcia. Posfácio. In: MAGNANI, José Guilherme e TORRES, Lílian de Lucca. (Orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Editora da USP, 2000.

MORAES, Vinícius de. A cidade em progresso. In: SOUZA, Marcelo José Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Apresentação. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UNB, 2002.

_____ Ideologia e processo de seleção de notícias. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UNB, 2002.

MOURA, Rosa. Os riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEIBURG, Federico. Apresentação à edição brasileira. In: ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NIEHUES, Valdete Daufemback. De agricultor a operário: lembranças de migrantes. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. *Esboços*, Florianópolis, nº. 10, 2002.

NOSELLA, Paolo. *O Centro Universitário de Jaraguá do Sul: uma história de ousadia e determinação*. Jaraguá do Sul: Editora da UNERJ, 2001.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PAIVA, Raquel. A publicização da ética no espaço midiático. In: PAIVA, Raquel. (Org^a). *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O outro no tempo. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, nº. 1, jun./1999.

_____. *Uma outra cidade*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1998.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PRENCIPE, Lorenzo. Mídia e migração: uma relação difícil. *Revista Travessia*, São Paulo, nº. 43, maio./ago./2002.

ROCHA, Adair. *Cidade cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e consumo no e do espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2^a. ed., 1999.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 6^a. ed., 2002.

SANTOS, Regina Bega. *Migração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997.

SCARLATO, Francisco Capuano e PONTIN, Joel Arnaldo. *O ambiente urbano*. São Paulo: Atual, 1999.

SIEBERT, Cláudia. *A evolução urbana de Blumenau: o (des)controle urbanístico e a exclusão social*. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Blumenau fim de século: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial. In: THEIS, Ivo, TOMIO, Fabrício, e MATTEDI, Marcos. (Orgs.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

SILVA, Adriano Larentes da. *Migração e luta pela terra: serranos em Florianópolis – SC (1970-1980)*. Chapecó: Argos, 2002.

SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu*. Jaraguá do Sul, 1975.

SILVA, Itamar. Prólogo. In: ROCHA, Adair. *Cidade cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

SILVA, José Bento Rosa da. *A população “morena” do Bairro Vila Lenzi/Nova Brasília de Jaraguá do Sul – SC*. Itajaí, 1988. (Monografia). Fundação de Ensino do Vale do Itajaí.

SILVEIRA, Fabrício. A impressão da familiaridade – representações da imigração no jornal Folha de São Paulo. In: DREHER, Martin N. et al. (Orgs.). *Imigração e imprensa*. Porto Alegre: Est/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 2ª. ed., 2002.

SOBRAL, Germano Alves. Imagens do migrante nordestino em São Paulo. *Revista Travessia*, São Paulo, nº. 17, set./dez./1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. Rio de Janeiro: Abril, 1972.

STULZER, Frei Aurélio. *O primeiro livro de Jaraguá*. Petrópolis, Vozes, 1972.

TEDESCO, José Carlos. Noções e conceituações sobre a cidade. In: TEDESCO, João Carlos, DALMORO, Selina Maria e KALIL, Rosa Maria Locatelli. (Orgs.). *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINER, Carlos. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Revista Travessia*, São Paulo, nº. 36, jan./abr./2000.

_____ Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade? In: GONÇALVES, Maria Flora (Org^a). *O novo Brasil: impasses, dilemas, perspectivas*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1995.

VALIM, Ana. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. São Paulo: Atual, 8^a. ed., 1996.

VÉRAS, Maura Bicudo. Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social. In: BÓGUS, Lúcia Maria e WANDERLEY, Luiz E. (Orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.

VIDOR, Vilmar. *Indústria e urbanização no Nordeste de Santa Catarina*. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

WEBER, Regina. Quando negros e brancos se encontram nas fábricas das regiões coloniais. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, n.º. 1, jun./1999.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZAAR, Miriam Hermi. O processo migratório no Extremo-Oeste do Paraná com a construção da hidrelétrica binacional Itaipu. *Scripta Nova*, Barcelona, n.º. 69, ago./2000.

9 – Fontes impressas.

ACIJS. *Censo ACIJS*. Jaraguá do Sul, mimeo, 1991.

Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmöckel. *Histórico de Jaraguá do Sul*. Mimeo, s/e.

ATAS da Associação de Moradores do Morro da Boa Vista.

BAUMER, Gerd Edgar. *Resumo histórico da ação social em Jaraguá do Sul*. Jaraguá do Sul, mimeo, nov./1994.

BOLETIM DE ANÁLISE CONJUNTURAL. A migração no Paraná nas últimas duas décadas: um balanço preliminar. *IPARDES*, Curitiba, n.º. 11, vol. XIV, nov./dez./1992.

CAMPOS, José Benedito de. Desemprego em Jaraguá do Sul? **Jornal AN Jaraguá**, Jaraguá do Sul, 06 mar. 1998.

_____Empresário: presença marcante na comunidade. **Jornal Jaraguá News**, 18 fev. 1993.

FIBGE. *Censos Demográficos – Brasil, 1940/2000*.

_____ *Censos Demográficos do Paraná, 1950/1980*.

_____ *Censos Demográficos, 1991 e 2000 e Contagem da População, 1996*.

FONSECA, José Fernando. A ocupação dos morros. **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 23 abr. 1983.

FRITZ von ITAPOCU. Os morros estão descendo. **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, Natal de 1986.

GÜNTHER, Osmar. Jaraguá: um oásis? **Jornal A Gazeta**, Jaraguá do Sul, 10 ago. 1990.

GUZMÁN, Juan e MAGALHÃES, Marisa Valle. *O Paraná e a reversão do crescimento populacional: o papel da migração*. IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, São Paulo, vol. IV, 1984.

IPARDES. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária do Paraná*. Curitiba, 1983.

IPARDES. *Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná*. Curitiba, 1985.

JAGNOV, Egon. Migrantes (2). **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 02 nov. 1991b.

_____Migrantes (3). **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 09 nov. 1991c.

_____Migrantes. **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 26 out. 1991a.

- _____Personas non gratas. **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 03 abr. 1993.
- LEITE, Ilka Boaventura. (Coor.). *População de origem africana em Santa Catarina: limites da diferenciação étnica*. Relatório de pesquisa do Núcleo de Estudos da População de Origem Africana da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, nov./1988.
- LIBARDI, Diocles e DELGADO, Paulo. A redução do trabalho agrícola no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, IPARDES, jan./abr./1999.
- MACHADO, Celso. A roleta russa dos loteamentos. **Jornal ABC Notícias**, Jaraguá do Sul, 15 ago./1995.
- MAGALHÃES, Marisa Valle. *Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências*. Encontro Nacional sobre Migração, Anais, Curitiba, IPARDES, 1998.
- MARTINE, George, NEIVA, Ivany e MACEDO, Marle. *Migração, crise e outras agruras*. IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, São Paulo, vol. III, 1984.
- MOURA, Rosa e ULTRAMARI, Clóvis. *Paraná: alterações espaciais e territorialidade*. VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, São Paulo, vol. III, São Paulo, 1992.
- MUNICÍPIO DE JARAGUÁ. *Coleção de Leis do ano de 1936 e Lei Orçamentária para 1937*. Jaraguá, 1936.
- NASCIMENTO, Jociane Maria do. “*Tem que ser paranaense*”: migração e preconceito. Projeto Experimental Grande Reportagem Impressa, Curso de Jornalismo da Univali, Itajaí, mimeo, nov./1996.
- OFÍCIOS da Associação de Moradores do Morro da Boa Vista enviados à PMJS.
- PACHECO, Carlos Américo e PATARRA, Neide. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA et al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*: São Paulo (1983-1993). Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1997.
- PINTO, José Castilho. A besta está solta. **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 08 out. 1977.
- _____Assaltantes, seqüestradores, terroristas. **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 31 mar. 1990.
- PMJS. *Agenda 21 Local*. Jaraguá do Sul, 2001.
- _____ *Caderno Dados Gerais*. Jaraguá do Sul, 1982.
- _____ *Censo do Bairro Estrada Nova*. Jaraguá do Sul, 1999a.
- _____ *Código de Obras do Município (Lei nº. 1.184/88)*. Jaraguá do Sul, 1988.
- _____ *Decreto nº. 1.549/87*. Jaraguá do Sul, 1987.
- _____ *Lei de ampliação do Perímetro Urbano, criação de Área de Expansão e de Denominação de Bairros (Lei nº. 3.620/2004)*. Jaraguá do Sul, 2004.

_____ *Metas e Diretrizes de Desenvolvimento Urbano (Lei Complementar 4/94)*. Jaraguá do Sul, 1999b.

_____ *Parcelamento do Solo (Lei nº. 1.767/93)*. Jaraguá do Sul, 1999c.

_____ *Plano estratégico municipal de assentamentos subnormais – Habitar Brasil-BID*. Jaraguá do Sul, 2001.

_____ *Regularização de parcelamentos do solo para fins urbanos (Lei , nº. 2.559/99)*. Jaraguá do Sul, 1999d.

_____ *Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº. 1.766/93)*. Jaraguá do Sul, 1999e.

SAMPAIO, Márcio. (1992). A pedra-futurista. Disponível em < > Acesso em 15 jul. 2004.

SANTOS, Sérgio Homrich dos. O chão nosso de cada dia! **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 20 mar. 1998.

_____ Os paranaenses e o voto. **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 13 ago. 2002.

SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. Histórias de fracassos: sem trabalho... por que? **Jornal Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 28 maio/1999.

SCHUBERT, Samuel. Repressão ou defesa? **Notícias Weg Colaborador**, Jaraguá do Sul, nº. 11, ago./set./1987.

SEBRAE. *Perfil do Município de Jaraguá do Sul* – Programa de Emprego e Renda. Jaraguá do Sul, mimeo, maio/2003.

SIEMEINTCOSKI, Charles. Reflexo do desemprego e da constante migração (I). **Jornal Jaraguá News**, Jaraguá do Sul, 11 jul. 1996.

VASEL, Durval e GUENTHER, Alfredo. (1997). *1993-1996: quatro anos trabalhando por melhor qualidade de vida*. Disponível em < > Acesso em 09 mar. 2004.

VASEL, Durval. Jaraguá sempre. **Jornal do Vale**, Guaramirim, 25/07/1996.

WACQUANT, Loic. (2001). *Os párias das cidades*. Entrevista publicada originalmente no jornal Le Monde Diplomatique. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br> Acesso em 10 abr. 2002.

ZIMMERMANN, Adolfo Juliano. *Projeto 3P*. Jaraguá do Sul, mimeo, set./1997.

APÊNDICE I – Moradores entrevistados²⁵⁸.

Alvir, de General Carneiro (PR), mora no Morro da Boa Vista desde 1986 (19/08/2003).

Ana, de Bela Vista do Paraíso (PR), mora no Morro da Boa Vista desde 1987 (28/07/2003).

Armelindo, de Marechal Cândido Rondon (PR), mora em Jaraguá do Sul desde 1996 e desde 1999 mora no Morro da Boa Vista (15/08/2003).

C. F., de Monte Castelo (SC), mora no Morro da Boa Vista desde 1990 (01/08/2003).

C.V.S., de Coronel Vivida (PR), mora no Morro da Pedra desde 1991 (05/09/2003).

Dona Albelina, de Jaraguá do Sul, mora no Morro da Pedra desde 1983 (04/09/2003).

Dona Alzira, de Cantagalo (PR), mora no Morro da Pedra desde 1994 (05/09/2003).

Dona Berberina, de Lages (SC), mora no Morro da Boa Vista desde 1988 (28/07/2003).

Dona Cleonice, de Cantagalo (PR), mora em Jaraguá do Sul desde 1990 e desde 1994 mora no Morro da Pedra (04/09/2003).

Dona Denir, de Pitanga (PR), mora no Morro da Pedra desde 1996 (04/09/2003).

Dona Maria Clara, de General Carneiro (PR), mora no Morro da Boa Vista desde 1986 (12/08/2003).

Dona Maria, de Chopinzinho (PR), mora no Morro da Pedra desde 1990 (04/09/2003).

Dona Maria, de Luís Alves (SC), mora em Jaraguá do Sul desde 1981 e desde 1982 mora no Morro da Boa Vista (08/08/2003).

Dona Marina, proprietária de parte das terras que hoje constituem o Morro da Pedra (26/06/2004).

Dona Sônia, de Mariluz (PR), morou em Jaraguá do Sul entre 1981 e 1987 e desde 1990 mora no Morro da Pedra (27/08/2003 e 04/09/2003).

Edenilson, de Cantagalo (PR), mora no Morro da Pedra desde 1995 (05/09/2003).

Edirléia, de Guarapuava (PR), mora no Morro da Pedra desde 1987 (27/08/2003).

Enedina, de Verê (PR), mora em Jaraguá do Sul desde 1977 e desde 1990 mora no Morro da Pedra (27/08/2003).

Fábio, de Jaraguá do Sul, tem 23 anos e sempre morou no Morro da Boa Vista (12/08/2003).

Francisco, de General Carneiro (PR), mora em Jaraguá do Sul desde 1991 e desde 1992 mora no Morro da Boa Vista (28/07/2003).

²⁵⁸ A data entre parênteses indica o dia em que a entrevista foi realizada.

H. R. P., de Jaraguá do Sul, mora no Morro da Boa Vista desde 1997 (01/08/2003).

Hélio, de Lages (SC), mora no Morro da Boa Vista desde 1994 (12/08/2003).

J. S., de Monte Castelo (SC), mora no Morro da Boa Vista desde 1994 (28/07/2003).

João, de Campos Novos (SC), mora no Morro da Boa Vista desde 1995 (28/07/2003).

José da Rosa, de Verê (PR), mora em Jaraguá do Sul desde 1989 e desde 1990 mora no Morro da Pedra desde 1990 (27/08/2003).

M. L., é de Lages (SC), mora no Morro da Boa Vista desde 1992 (01/08/2000).

M. S., é de Santa Catarina, mora no Morro da Boa Vista desde 1983 (21/08/2003).

Madalena de Souza, de Pompéia (SP), mora em Jaraguá do Sul desde 1984 e desde 1986 mora no Morro da Boa Vista (31/07/2003).

Marcelino, de Dois Vizinhos (PR), mora no Morro da Pedra desde 1990 (27/07/2003 e 04/09/2003).

Margarida, de Iporã (PR), mora no Morro da Boa Vista desde 1988 (28/07/2003).

Maria Bernardete Rosa, nascida há 47 anos no Morro da Boa Vista, é neta de Domingos Rosa (20/08/2003).

Maria Eva, de Nova Cantú (PR), mora no Morro da Pedra desde 1990 (27/07/2003).

Maria Machado, de Tijucas (SC), mora no Morro da Boa Vista desde 1983 (21/08/2003).

Maria Rosa, nascida há 38 anos no Morro da Boa Vista, é descendente de Domingos Rosa (20/08/2003).

Natalício, de Verê (PR), mora no Morro da Pedra desde 1992 (27/08/2003).

Nícia, de Cascavel (PR), mora no Morro da Boa Vista desde 1990 (12/8/2003).

Olívio, de Benedito Novo (SC), morou em Cascavel, Palotina e Maripá (PR) entre 1969 e 1975. Mora no Morro da Boa Vista desde 1975 (12/08/2003).

Paulo, de General Carneiro (PR), mora no Morro da Boa Vista desde 1988 (28/07/2003).

Paulo, de Luís Alves (SC), mora em Jaraguá do Sul desde 1982 e desde 1983 e mora no Morro da Boa Vista (28/07/2003).

Paulo, de Terra Roxa (PR), mora em Jaraguá do Sul desde 1989 e desde 1991 mora no Morro da Boa Vista (5/08/2003).

Rui, de Francisco Alves (PR), mora no Morro da Boa Vista desde 1990 (15/08/2003).

S. P., de Jaraguá do Sul, onde morou em vários lugares antes de ir para o Morro da Boa Vista “há uns três anos” (21/08/2003).

Seu Antônio, de Cantagalo (PR) mora em Jaraguá do Sul desde 1990 e desde 1994 mora no Morro da Pedra (05/09/2003).

Seu Antônio Kliminkowsky, de Massaranduba (SC), morou em Corupá e Joinville (SC) nos anos 1950. Mora no Morro da Boa Vista desde 1955 (05/08/2003).

Seu Armando é de Luís Alves (SC) e mora em Jaraguá do Sul desde 1971 e desde 1984 mora no Morro da Boa Vista (08/08/2003).

Seu Assis, de Cantagalo (PR), mora no morro da Pedra desde 1987 (05/10/2003).

Seu Ermelindo Rosa, nascido há 77 anos no Morro da Boa Vista, é neto de Marcos Rosa, um dos primeiros moradores do morro (19/08/2003).

Seu Idelfonso, de Nova Trento (SC), mora em Jaraguá do Sul desde 1981 e desde 1988 mora no Morro da Boa Vista (08/08/2003).

Seu João, de Cantagalo (PR), mora no Morro da Pedra desde 1989 (05/10/2003).

Seu Norberto Rosa, nascido há 67 anos no Morro da Boa Vista, é filho de Domingos Rosa (24/07/2003).

Seu Olanir, de Guarapirima (SC), mora em Jaraguá do Sul desde 1970 e desde 1974 mora no Morro da Boa Vista (08/08/2003).

Sueli, de Mafra (SC), mora em Jaraguá do Sul desde 1985 e desde 1991 mora no Morro da Boa Vista (12/08/2003).

Tereza, de Guarapuava (PR), mora em Jaraguá do Sul desde 1988 e desde 1990 mora no Morro da Boa Vista (31/07/2003).

V. B., de Quedas do Iguaçu (PR), mora em Jaraguá do Sul desde 1986 e desde 1990 mora no Morro da Boa Vista (12/08/2003).

Vera Lúcia, de Rio Negrinho (SC), mora no Morro da Pedra desde 1993 (04/09/2003).

Veroni, de Dois Vizinhos (PR), mora no Morro da Pedra desde 1992 (05/09/2003).

Zélia, de General Carneiro (PR), mora no Morro da Boa Vista desde 1986 (12/08/2003).

APÊNICE II – Outras pessoas entrevistadas e entrevista cedida.

Afonso Piazero Neto, atual Gerente de Habitação da PMJS (14/10/2003).

J. C. S., do Norte do Paraná, chegou em Jaraguá do Sul no final dos anos 1980 e morou vários anos no Morro da Pedra (comentário feito em 19/08/2003).

José Pires, morador do Morro da Boa Vista “há muito tempo” (informação fornecida em 01/07/2004).

C.V., de Coronel Vivida (PR); não mora em nenhum dos dois morros em questão (conversa informal com o autor em 20/08/2003).

Justino Pereira da Luz, de Barracão (PR), ex-morador do Morro da Pedra. Mora no Bairro Estrada Nova desde 1996 (27/07/2003, 18/02/2004 e 09/02/2005).

Miguel da Silva Colaço, de Guarapuava (PR), mora no Bairro Estrada Nova desde 1990 (27/07/2003).

Otaviano Eduardo Pamplona, ex-Secretário de Planejamento da PMJS (17/03/2004).

Pedro Gerent, ex-morador do Morro da Boa Vista (19/08/2003).

Entrevista cedida.

João Laércio Rosa, neto de Domingos Rosa e que atualmente mora em Guaramirim (SC). (Entrevista concedida a Ademir Pfiffer em 15/07/2003, que gentilmente nos cedeu a transcrição).